

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Renata Peixoto de Oliveira

**Velhos fundamentos, novas estratégias?
Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo
Chávez (1999-2010)**

Belo Horizonte
2011

Renata Peixoto de Oliveira

**Velhos fundamentos, novas estratégias?
Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo
Chávez (1999-2010)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Antonio Fernando Mitre Canahuati

Supervisora estrangeira: Ana Margherits
(University of Florida)

Belo Horizonte
2011

À minha mãe, tão amada e sempre presente, e à memória de meu querido pai.

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes últimos anos, algumas pessoas foram imprescindíveis para que este trabalho chegasse até este ponto e outras foram peças fundamentais para me dar coragem para acreditar em mim mesma e não desistir, facilmente, diante das maiores dificuldades.

Agradeço imensamente a Deus por ter me feito manter a fé e a esperança; à minha mãe por ser meu ponto de apoio e equilíbrio constantes; à Ana Carolina Ogando e Luciana Ballestrin pelo ombro amigo oferecido quando enfrentei meus maiores desafios. Sem todas vocês ao meu lado não teria sido possível continuar. Aproveito ainda para agradecer aos meus queridos amigos, que sempre torceram por mim, Denílson de Oliveira e Breno Cypriano. Estendo meus agradecimentos às companheiras da turma de doutorado de 2006 e a meus amigos e amigas de todas as horas.

Durante o doutorado sanduiche, em 2008, contei com o apoio de algumas pessoas que gostaria de destacar como minha amiga Deborah D'abreu bem como Sylvia Sousa, Cida Seabra e Juliana Gonçalves que me ajudaram a contornar as dificuldades e tornaram mais prazerosa minha permanência nos EUA. Aproveitando a oportunidade tenho que agradecer o apoio do International Friendship, especialmente de Toby e Linda Sorrels, Jed Keesling e Sandra Hardy e do International Center da University of Florida através de Debra Anderson e Susie Studstill.

Agradeço a meu orientador, Antonio Mitre, por sua colaboração nos processos de revisão; ao professor Javier Vadell por sua gentileza nas bancas de defesa de projeto e qualificação, à professora Silvia Nogueira pelo interesse em relação a esta pesquisa, à professora Marlise Matos por todo seu apoio durante a realização de meu doutorado e ao professor Juarez Guimarães por sua atenção. Também agradeço a professora Vera Alice pela disponibilidade; ao professor Otávio Dulci pela confiança em meu trabalho; ao professor Marco Aurélio Cepik pela torcida e à professora Ana Margherits da *University of Florida* por sua acolhida. Agradeço ao *Center for Latin American Studies* na figura dos professores/as Carmen Deere e Richmond Brown e à Richard Phillips e Paul Losch da *Smathers library* da UF pelo apoio recebido.

Também agradeço a Juan Agullo, Anthony Medina, Igor Fuser e Osvaldo Jordan pela ajuda com relação à bibliografia. Não poderia deixar de mencionar Marlene e Adilsa pelo apoio em todos estes anos no Departamento de Ciência Política da UFMG. Por fim, gostaria de ressaltar o papel fundamental da Capes em todo este processo e também todo o apoio dado

pela FUMP durante os anos em que fui aluna desta instituição. Nesta reta final, não poderia deixar de agradecer à Priscila Bicalho.

“Mire vuestra merced, respondió Sancho, que aquellos que allí se parecen no son gigantes, sino molinos de viento, y lo que en ellos parecen brazos son las aspas, que, volteadas del viento, hacen andar la piedra del molino. Bien parece, respondió don Quijote, que no estás cursado en esto de las aventuras: ellos son gigantes; y si tienes miedo, quítate de ahí, y ponte en oración en el espacio que yo voy a entrar con ellos en fiera y desigual batalla.”

Don Quixote, Miguel de Cervantes

“Compatriotas, as armas vos darão a independência, as leis vos darão a liberdade”

Simón Bolívar

RESUMO

A Política Externa venezuelana da última década, notável pelo ativismo e busca por maior autonomia, surgiu em um cenário marcado pela crise do neoliberalismo e por mudanças decorrentes do fim da Guerra Fria. A nova Política Externa, estabelecida pelo regime de Chávez, caracteriza-se por múltiplas estratégias que envolvem uma dimensão geopolítica e outra simbólico-cultural, cujo objetivo principal é fazer com que o país alcance maior projeção internacional. Com tal propósito, são utilizados os recursos energéticos associados à promoção de um novo regime democrático. A reformulação destes dois importantes elementos, *petróleo* e *democracia*, determinantes para a projeção externa venezuelana desde o estabelecimento *do Pacto de Punto Fijo* em 1958, confere à Política Externa do governo Chávez um caráter de ruptura, principalmente, ao se verificar os novos processos de integração regional fomentados pela Venezuela para a América Central e Caribe, regiões de influência tradicional no hemisfério ocidental.

Palavras-Chave: Política Externa Venezuelana, Integração Latino-americana, Plataforma Energética, Democracia Participativa e Protagônica.

ABSTRACT

The Venezuelan foreign policy in the last decade, remarkable for its activism and pursue of autonomy, emerged in a setting marked by the neoliberal crisis and by changes that came about with the end of the Cold War era. The new foreign policy, established by the Chávez regime, is characterized by multiple strategies that encompass geopolitical and a cultural-symbolic dimensions, and aims to achieve a greater international projection for the country. With this purpose in mind, it uses oil resources associated with the new democratic regime promotion. I contend that the particular way in which both elements –Democracy and Oil– have been articulated by the new Foreign Policy signals a clear break with the trend established during the period of the Punto Fijo Pact. This can be seen more clearly when focusing the new regional integration projects promoted by Venezuela in the Caribbean and Central America basin, a traditional region of influence in the Western hemisphere.

Key Words: *Venezuelan Foreign Policy, Latin American Integration, Energy, Participative and “Protagonist” Democracy.*

LISTA DE SIGLAS

AD - *Acción Democrática*

AEC - Associação dos Estados do Caribe

ALADI - *Asociación Latinoamericana de Integración*

ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

AN - Assembleia Nacional

AVN - Agência Bolivariana de Notícia

BCV - Banco Central da Venezuela

BDC - Banco Desenvolvimento Chinês

CAN - Comunidade Andina de Nações

Caricom - Comunidade do Caribe

CNE - Comissão Nacional Eleitoral

CNPC - *China National Petroleum Company*

COPEI - *Comité de Organización Política Electoral Independiente*

CSN - *Comunidad Sulamericana de Naciones*

CTU - Comitês de Terra Urbana

CTV - Central de Trabalhadores da Venezuela

CVP - Companhia Venezuelana de Petróleo

EB-200 - Exército Revolucionário 200

EMPREEN - Empresários pela Venezuela

FND - Frente Nacional Democrática

FONDEN - *Fondo de Desarrollo Nacional*

FONDESPA - *Fondo para el Desarrollo Económico y Social del País*

GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*

G3 - Grupo dos Três

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMET - *International Military Educational and Training*

INE - Instituto Nacional de Estatística

IRI - *International Republican Institute*

LOREICH - *Ley Organica de Hidrocarburos*

MAS - *Movimiento al Socialismo*

MBD - Milhões de Barris por dia

MBR-200 - *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200*

MENPET- Ministério Del Poder Popular de Energia e Petróleo

MERCAL - Mercados de Alimentos

MERCOSUL - Mercado do Cone Sul

MINCI - *Ministerio Del Poder Popular para la comunicación y Información*

MPPRE - *Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores*

MPPPD – *Ministerio Del Poder Popular para la Planificación y Desarrollo*

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MVR - *Movimiento Quinta República*

NED - *National Endowment for Democracy*

ODCA - Organização Democrata Cristã Americana

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OPPEGASUR- Organização dos Países Produtores e Exportadores de Gás do Sul

P.E – Política Externa

PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A.

PETROAMERICA - *Petroleos de America*

PETROANDINA - Petro Andina Resources Inc.

Petrocaribe - Petróleos de Caribe

PETRONIC - Petróleos de Nicarágua

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Prerosur - Petróleos do Sul

PSVU - Partido Socialista Unido de Venezuela

RCTV- Radio Caracas Television

SEIB - *Senior Executive Intelligence Brief*

SELA – Sistema Econômico Latino Americano

SUCRE - Sistema Unificado de Compensação Regional

TCF- Trilhões de pés cúbicos

TLC – Tratado de Livre Comércio

TELESUR - *Televisión de Sur*

UNASUR - *Unión Suramericana de Naciones*

URD - União Republicana Democrática

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WHISC - *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation*

YPFB - *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Reservas provadas de petróleo (milhares de barris) em 2009	20
Tabela 2: Evolução do ingresso petrolero e impostos	33
Tabela 3: Contribuições recebidas pelo Fondespa 2004-2006 (em milhões de dólares americanos).....	79
Tabela 4: Gastos Militares na Venezuela	174
Tabela 5: Valor das exportações efetuadas pela Venezuela, segundo país de destino, Janeiro-Outubro, 2008-2009	175
Tabela 6: Balança Comercial entre Venezuela e Colômbia no período de 1995-2009.....	176
Tabela 7: Balança comercial entre Venezuela e EUA no período 1995-2009 (milhares de dólares americanos)	177
Tabela 8: Venezuela: Gasto social do governo central (1998-2006).....	178
Tabela 9: Balança comercial de Cuba em relação à Venezuela 1999-2009	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Petróleo: Exportador liquido (+) Importador liquido (-).....	21
Gráfico 2: PIB Per Capita, consumo e preços do Petróleo na Venezuela	22
Gráfico 3: Produção de Petróleo entre 1943-2004 (Mbd)	49
Gráfico 4: Inversão pública em gastos sociais de 1999-2008 (porcentagem do PIB).....	78
Gráfico 5: Exportações não petroleiras da Venezuela (milhões de dólares americanos).....	121
Gráfico 6: Dependência da importação de petróleo é crescente nos EUA (1973-2000) em milhões de Barris por dia.....	124
Gráfico 7: Consumo de petróleo nos EUA vai continuar a exceder a produção: 2000-2020 (milhões de barris por dia).....	125
Gráfico 8: Fontes regionais de petróleo importado pelos Estados Unidos em 2000.....	126
Gráfico 9: PIB ajustado sazonalmente.....	180
Gráfico 10: Reservas comprovadas e produção de petróleo no hemisfério ocidental.....	181
Gráfico 12: Comércio entre China, Venezuela e Cuba entre 1990 e 2004 (milhões de dólares)	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista dos Ministros de Relações Exteriores 1999-2010	92
Quadro 2: Funções do MPPRE Venezuelano.....	95
Quadro 3: Perspectivas teóricas sobre <i>Petro States</i>	168
Quadro 4: O processo de tomada de decisões entre 1974-2007	169
Quadro 5: Inserção venezuelana na base caribenha	170
Quadro 6: Indústria petrolero venezuelana nos anos 1970.....	171
Quadro 7: Indústria petrolero venezuelana nas décadas de 1980 e 1990	172
Quadro 8: Ciclos de inversão e expropriação na Venezuela	173

ORGANOGRAMAS:

Organograma 1: Ministério das Relações Exteriores	93
--	-----------

MAPAS:

Mapa 1: Mapa Político	164
Mapa 2: Distribuição da população em território Venezuelano	165
Mapa 3: Exploração de Hidrocarbonetos	166
Mapa 4: Bases estadunidenses na América Latina	167

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 VENEZUELA: DO ISOLACIONISMO INTERNACIONAL AO ATIVISMO POLÍTICO	28
1.1. Considerações sobre regime político e a conformação de uma economia de enclave a partir do desenvolvimento do setor petrolífero.....	28
1.2. Política Externa e Relações Exteriores Venezuelanas: alguns precedentes	37
1.3. Regime de Punto Fijo: Petróleo e Democracia para o despertar da Política Externa	41
1.3.1. Governos Adecos de Bettancourt e Leoni	42
1.3.2. O Auge do ativismo internacional com Caldera e Perez.....	45
1.3.3. Declínio do ativismo internacional: governos Campins, Lusinchi, Pérez e Caldera	54
2 AS TRANSFORMAÇÕES DA ERA CHÁVEZ	61
2.1. O surgimento do fenômeno Chávez e mudanças político- institucionais	61
2.2. Reforma dos hidrocarbonetos e Políticas Sociais: um novo uso da receita petrolífera	74
3 AS TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA NA ERA CHÁVEZ: COMPONENTES DEMOCRÁTICO E PETROLÍFERO	83
3.1. Constituição de 1999 e o Ministério do Poder Popular das Relações Exteriores..	88
3.2. Fundamentos de Política Externa: Documentos oficiais.....	95
3.3. Projeção Externa do modelo venezuelano: atuação em organismos internacionais	100
3.4. A agenda de segurança: em defesa do regime bolivariano	104
4 PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E RELAÇÕES BILATERAIS VENEZUELANAS	120
4.1. Petróleo e Relações Comerciais venezuelanas.....	120
4.1.1. Colômbia e EUA: parceiros comerciais tradicionais	122
4.1.2. Blocos regionais e diversificação das relações internacionais	127
CONCLUSÕES.....	145
REFERENCIAS	149
ANEXOS	163
Anexo I: Mapas.....	164
Mapa 1: Mapa Político	164
Mapa 2: Distribuição da população em território Venezuelano	165
Mapa 3: Exploração de Hidrocarbonetos	166
Mapa 4: Bases estadunidenses na América Latina	167
Anexo II: Quadros.....	168

Quadro 3: Perspectivas teóricas sobre <i>Petro States</i>	168
Quadro 4: O processo de tomada de decisões entre 1974-2007	169
Quadro 5: Inserção venezuelana na base caribenha	170
Quadro 6: Indústria petroleira venezuelana nos anos 1970	171
Quadro 7: Indústria petroleira venezuelana nas décadas de 1980 e 1990.....	172
Anexo III: Tabelas	174
Tabela 4: Gastos Militares na Venezuela	174
Tabela 5: Valor das exportações efetuadas pela Venezuela, segundo país de destino, Janeiro-Outubro, 2008-2009.....	175
Tabela 6: Balança Comercial entre Venezuela e Colômbia no período de 1995-2009	176
Tabela 7: Balança comercial entre Venezuela e EUA no período 1995-2009 (milhares de dólares americanos).....	177
Tabela 8: Venezuela: Gasto social do governo central (1998-2006).....	178
Tabela 9: Balança comercial de Cuba em relação à Venezuela 1999-2009... 	179
Anexo IV: Gráficos.....	180
Gráfico 9: PIB ajustado sazonalmente	180
Gráfico 10: Reservas comprovadas e produção de petróleo no hemisfério ocidental	181
Gráfico 12: Comércio entre China, Venezuela e Cuba entre 1990 e 2004 (milhões de dólares)	182

INTRODUÇÃO

Com a derrocada do socialismo real e a celebrada vitória da democracia representativa associada à economia de mercado, a adoção do modelo econômico neoliberal impulsionou o processo de globalização nas últimas décadas do século passado. Àquela época, foi anunciada a emergência de uma nova ordem internacional, ou mesmo o “fim da História”. Então, a hegemonia estadunidense parecia incontestável e Washington, junto a organismos internacionais, propalava a adoção de medidas ortodoxas, em toda a América Latina, como forma de contornar a grave crise econômica dos países da região.

Na América Latina, sob os efeitos de uma grave crise, o novo modelo político e econômico homogeneizou a região, encobriu sua identidade, desconsiderou as especificidades de seus conflitos locais e o legado de seu passado colonial. Mas logo o processo reformista intensificou o conflito social por toda a região e o modelo neoliberal começou a ser fortemente contestado em alguns países como, por exemplo, no México com a insurreição zapatista em 1994, e na Argentina após o colapso econômico em 2001. Já na Venezuela a resistência às reformas foi precoce e após o *Caracazo*, ocorrido em 1989, em resposta aos pacotes ortodoxos lançados pelo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1992), o país retornou, em boa medida, ao caminho anterior.

Uma década mais tarde, em um contexto já marcado pelo desgaste da liderança norte-americana e pelo esfriamento dos projetos de cooperação regional, a crise do neoliberalismo abriu espaço para o surgimento dos chamados modelos alternativos de desenvolvimento e integração regional e para um discurso contra-hegemônico, carregado de críticas ao processo de globalização assimétrica e à hegemonia norte-americana na região. Multilateralismo, multipolaridade, soberania nacional e autonomia passaram a ser, então, temas recorrentes na agenda de vários países da região. Na Venezuela, estas mudanças impactaram, positivamente, sua Política Externa, cujo ativismo voltou à tona com governo Chávez através de novos objetivos no plano internacional, de uma espécie de diplomacia petroleira e na configuração de novas alianças, de modo a projetar o país regionalmente e internacionalmente.

Neste novo processo, que alguns convencionaram chamar de pós-neoliberalismo, a Política Externa venezuelana promovida pelo governo Chávez teve um papel destacado.

A sociedade venezuelana vem passando por profundas transformações, tanto em seu sistema político-institucional, como na agenda externa do país. Hugo Chávez Frías leva

adiante um projeto político de esquerda com pretensões revolucionárias, que visa transformar o *status quo* da sociedade venezuelana e, ao mesmo tempo, reconfigurar as relações de poder no cenário internacional. Ambos os propósitos estão intimamente vinculados, e a Política Externa venezuelana é peça chave para o alcance dos mesmos.

O fator petróleo tem se mostrado fundamental para um maior ativismo venezuelano no cenário internacional e, aliado ao regime democrático, tem se tornado, desde 1958 até hoje, um elemento estrutural da Política Externa venezuelana. Por isso, faz sentido analisar brevemente a incidência do petróleo na economia e na política dos países que, como a Venezuela, são dependentes desse produto. Também cabe destacar a relevância de fatores domésticos tal qual o próprio regime político e seu impacto para a formulação da agenda externa.

Política Externa, economia política do petróleo e regime político

De uma maneira geral, análises de Política Externa tendem a considerar, primordialmente, fatores externos¹ ou a enveredar por uma perspectiva que confere centralidade a aspectos domésticos (KLAVEREN, 1984). Em realidade, diante da complexidade que envolve a dinâmica e formulação de Política Externa no mundo contemporâneo, ambas as perspectivas podem ser tidas como complementares, posto que aspectos domésticos e fatores externos influenciem seu rumo. Entretanto, para efeitos deste trabalho, consideraremos, primordialmente, os fatores externos como “contextuais”, responsáveis por uma maior margem de manobra internacional para os países da América

¹ Análises que levam em conta, prioritariamente, os condicionantes externos tendem a considerar o Sistema Internacional quanto à sua dinâmica de forças, polaridade e subsistemas existentes. Outras perspectivas destacam o poder dos Estados, cujas ações são capazes de impactar a Política Externa de outros Estados. Ainda existem abordagens que assumem a perspectiva da teoria da dependência, primando, nesses casos, pelo exame do tipo de inserção de uma determinada região no sistema capitalista. Também existem perspectivas que consideram que nações mais poderosas diante de Estados dependentes tendem a conseguir deles uma Política Externa favorável, que pode se refletir em sua atuação em organismos internacionais (KLAVEREN, 1984:05-10). Concretamente, se buscássemos compreender como fatores externos impactam o projeto de inserção internacional da Venezuela para a região caribenha e da América Central, de acordo com o que acabamos de colocar, tanto se poderia concluir que Chávez se aproveita de um vazio deixado pelos EUA com o fim da ordem bipolar; como destacar que as ações e estratégias venezuelanas naquela região são reativas à Política Externa estadunidense, marcada pelo forte intervencionismo, pela instalação de bases militares e pelo bloqueio a Cuba. A Venezuela propõe mudanças na ordem internacional, questiona a hegemonia norte-americana na região, vai de encontro à diplomacia estadunidense no âmbito dos organismos internacionais multilaterais, chegando, até mesmo, a questionar a eficácia destes últimos, por julgar serem representantes dos interesses das grandes potências. A Política Externa venezuelana para a região caribenha e da América Central, onde acaba sendo mais atuante, pretende romper com o ciclo da dependência dos países da região em relação aos Estados Unidos.

Latina e facilitadores para a retomada do ativismo venezuelano. Já a identificação das diferentes estratégias, dos fundamentos e delineamentos da Política Externa venezuelana em suas especificidades, nas rupturas existentes entre o governo Chávez e os governos anteriores, será feita, sobretudo, através das variáveis domésticas.

Assim como Rafael Villa (2004:21), partimos da constatação de que existe uma íntima relação entre Política Externa e interesses domésticos, ou que a política doméstica impacta a agenda externa de um país, tendo em vista que os Estados não são atores unitários internamente. Entre os aspectos domésticos que influenciam a conformação de uma determinada Política Externa, pode-se considerar a orientação do regime político; a dinâmica do processo de tomada de decisões através da atuação de importantes atores políticos, o papel da burocracia em suas diferentes agências governamentais e, até mesmo, o tipo de liderança política existente (KLAVEREN, 1984:10-15).

É possível afirmar que para se compreender a relação entre tipo de regime político e Política Externa se faz necessária uma abordagem mais ampla que a da “paz democrática”². As teorias que passaram a reconhecer a existência de uma relação entre dimensão doméstica e internacional entraram em voga com o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, da ordem estabelecida no pós-Segunda Guerra. O próprio processo de globalização, acelerado nas últimas décadas do século passado, também permitiu a superação das interpretações estadocêntricas, como as dos teóricos realistas cujos maiores expoentes foram Morgenthau, que acreditava que a Política Externa estava voltada para a defesa dos interesses nacionais e Aron que sinalizava existir uma separação entre a política interna, baseada na conduta civil, e a Política Externa, baseada em uma conduta diplomática estratégica (SPÉCIE, 2008: 7).

Os estudos de análise de política externa (APE) aparecem como reação ao pressuposto realista das relações internacionais que concebe o Estado como ator unitário, coerente e guiado racionalmente pelo interesse nacional. Durante as décadas de 60 e 70, os trabalhos da primeira geração da APE deram os primeiros passos para ressaltar a importância da explicação dos fatores domésticos para as relações internacionais. Esse desenvolvimento teórico, contudo, foi paralisado com a década de 80 com a onda do neo-realismo ou realismo estrutural. No final da década de 80 os estudos da APE são retomados e ganham novo impulso, inaugurando a segunda geração da APE (SPÉCIE, 2008:22).

² “A visão do universalismo ou idealismo clássico kantiano fez da natureza política do regime republicano democrático um elemento fundamental ou condição para o estabelecimento de uma ordem de direito internacional ou de uma paz que fosse perpétua. Na obra Paz Perpétua (1795), Kant sustenta a famosa hipótese de que Estados republicanos convivem em paz uns com outros” (VILLA & TOSTES, 2006:70).

De fato, o acirramento do processo de globalização tem contribuído para tornar menos nítida a diferença entre assuntos internos e externos (LIMA, 1999:71). Neste sentido, é exemplar a análise de Putnam (1988 apud SPÉCIE, 2008:22), segundo o qual existiria um entrelaçamento da política externa com a doméstica numa estrutura característica, conhecida como *The logic of two-level games*:

Pela natureza social e transnacional dos novos temas, com relação ao tratamento da política externa ocorre uma diluição da rígida definição do que interno ou externo (HILL, 2003:1; MILNER, 1997:3; LIMA & HIRST, 2002). Não há necessariamente uma eliminação de fronteiras, mas uma reconfiguração que as tornam tão mais porosas e que pode ser explicada pela natureza interméstica na nova configuração política (MILNER, 1997 e ROSENAU, 2002). Ou seja, ocorre uma internacionalização de questões internas e, da mesma forma ampliação da pauta das relações internacionais, com a emergência das questões ambientais, de direitos humanos, questões econômicas, dentre outras, passam a tocar o nosso dia-a-dia, também nos planos regional, nacional e local. Rompe-se assim com a noção de política externa voltada para questões limitadas a assuntos sobre guerra e paz a serem resolvidas, essencialmente, entre Estados soberanos, por meio de seus governantes e/ou corpo diplomático” (SPÉCIE, 2008: 11).

Essa estrutura pode se tornar ainda mais complexa quando se trata de analisar a Política Externa de países petrolíferos ou *Petro States*. Há vários estudos que mostram o impacto que as economias assentadas na exportação de vastos recursos naturais têm na configuração de Estados rentistas ou *rentier States*. A maioria das análises conclui que países que concentram suas estratégias de desenvolvimento na exportação de um produto natural de alta demanda tendem a apresentar logo profundas distorções, tais como aquecimento da economia, supervalorização da moeda, estagnação da agricultura, dependência do crédito externo para importar alimentos, assim como déficits fiscais em aumento devido à inclinação a elevar o gasto público nos ciclos de alta dos preços. Em síntese, a concentração na exploração de recursos naturais abundantes tende a inibir e atrofiar o desenvolvimento de outros setores produtivos – fenômeno conhecido como *Dutch Disease* (Doença Holandesa). Desse modo, Estados, como os petroleiros, que se tornam extremamente dependentes da receita adquirida por meio da exportação deste tipo de *commodities*, terminam aprisionados por uma espécie de maldição (*resource curse*) ou cultura rentista que permeia o conjunto dos sistemas político e econômico. Sem embargo, seria possível argumentar que os traços negativos associados à exploração de petróleo, tais como assimetria estrutural, dependência externa e vulnerabilidade econômica, são comuns a uma economia mono-exportadora, como as latino-americanas, que na divisão internacional do trabalho se especializaram em produtos primários e desenvolveram uma industrialização periférica e tardia. Desde essa perspectiva, portanto, os *Petro States* seriam assimiláveis ao padrão rentista, visível em outros Estados

subdesenvolvidos, que constroem seu poder econômico e autoridade política a partir da sua dupla capacidade de captar renda do ambiente global e distribuí-la internamente (KARL, 1999:36). Assim sendo, a Venezuela, por exemplo, deveria ser analisada sob o prisma de seu subdesenvolvimento e de sua inserção periférica, independentemente da natureza de seu setor exportador.

Contudo, a especificidade das economias petroleiras tem sido destacada por vários autores. O caráter distinto diz respeito à extraordinária renda diferencial do petróleo, acima de outras atividades produtivas, o que não só redundava em um forte poder de atração de capital estrangeiro para o setor, senão que também facilita a obtenção de empréstimos internacionais, levando os países produtores a “viverem além de sua capacidade econômica real”. Só para se ter uma idéia, nos últimos anos o custo de extração do barril de petróleo, a nível mundial, tem flutuado entre 1US\$ e 20US\$, enquanto os preços internacionais alcançaram uma média de 50US\$, chegando, às vezes, a superar a marca de 140 US\$ (MONALDI, 2009:2).

Assim, *Petro states*, viciados em renda petroleira, encontrariam dificuldades em se ajustar a novas circunstâncias, preferindo adiar decisões importantes até o próximo *boom* petroleiro, e neles tampouco haveria estímulo para a descentralização do sistema político, já que sua concentração favorece as elites dominantes na alocação de recursos (WANTCHEKON, 2003: 01-03). Sob tais condições, as escolhas políticas anteriores tendem, nas economias petroleiras, a serem reforçadas, contribuindo para a configuração de um cenário de crescente rigidez institucional (*path dependence*).

Petro-States are not like other States. While they share many of the development patterns of other developing countries, especially mineral exporters, the economies and politics of countries dependent on oil are rapidly and relentlessly shaped by the influx of petrodollars in a manner that sets them apart from other states. Specialists ever imagined or even seem to understand. This is especially true if petroleum exploitation coincides with modern state-building, as has so often been the case. Where this historical coincidence occurs, Petro-States become marked by especially skewed institutional capacities (KARL, 1999:34).

Desse modo, existiria um alto grau de sujeição dos grupos de interesse face ao poder central, uma vez que é “the State [that] has maintained the citizens and not the citizens the State” (PUENTE; GOMEZ & PAVEL, 2009: 5). Essa cultura rentista, que acaba impregnando o conjunto dos setores socioeconômicos, se intensifica nos ciclos de auge e leva à hipertrofia burocrática e à corrupção administrativa:

“Petromania” further reinforces this oil logic. When oil monies first come on stream, or when booms occur, rapid petrodollar flows encourage new belief systems about the expansive role of the public sector, new modes of behavior and new vested

interests _ both inside and outside government (...) Such “petromania” is by no means confined to rulers. The pernicious access to easy money weakens traditional work ethics and reduces incentives for entrepreneurship, lowering financial discipline within bureaucracies and leading to reckless budgetary practices (Karl 1999:35).

A propensão a este tipo de comportamento *rent-seeking* favoreceria a centralização política e à formação de redes clientelistas, ao mesmo tempo em que reforçaria o caráter autoritário do regime, neutralizando a oposição e fortalecendo tendências populistas:

Em outras palavras, o tradicional caráter rentístico do Estado e a corrida a seus cofres permanecem incólumes, e se, no futuro próximo, haverá ou não ruptura com o passado dependerá do grau de afastamento que se consiga alcançar, em face do histórico padrão de dependência das vicissitudes do petróleo que a economia, a sociedade e a política venezuelanas têm manifestado até hoje. A partidocracia da época de Pacto Fijo assim como o chavismo destituído de partidos foram configurados pelo mesmo sistema econômico e tendem a produzir iguais resultados: centralismo, personalismo, exclusão de maiorias ou de minorias, rentismo e lutas políticas, mais ou menos institucionalizadas ou desgovernadas, pelo controle dos enormes recursos do petróleo (MITRE, 2008:19).

Outro fator que condiciona a economia política do petróleo e que, no longo prazo, sustenta as características dos *Petro States*, acima apontadas, é, sem dúvida, a magnitude das reservas comprovadas. E, nesse quesito, cabe destacar que a Venezuela, é, de longe, o país, com “maiores reservas do hemisfério (e entre as três maiores do mundo), e que as mesmas têm experimentado um significativo crescimento nas últimas duas décadas devido à descoberta de jazidas de cru extra-pesado na Faixa Petrolífera do Orinoco (Tabela 1) ³.

Tabela 1 : Reservas provadas de petróleo (milhares de barris) em 2009

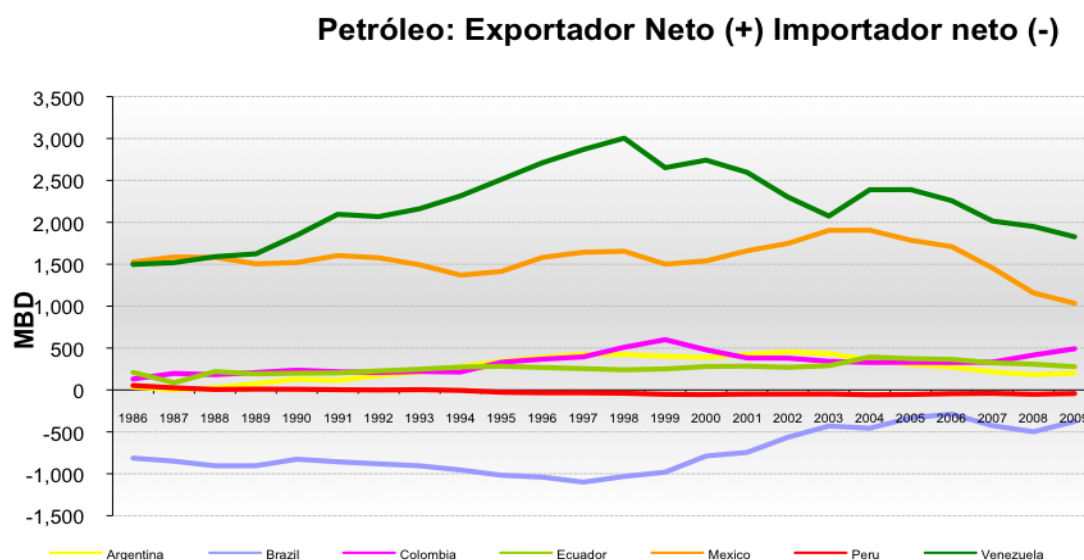
Países	1989	1999	2009
Argentina	2,2	3,1	2,5
Bolívia	0	0	0
Brasil	2,8	8,2	12,9
Colômbia	2,0	2,3	1,4
Equador	1,4	4,4	6,5
México	52,0	21,5	11,7
Peru	0,8	0,9	1,1
Venezuela	59,0	76,8	172,3
Total	120,2	117,2	208,4

Fonte: MONALDI, 2009, p.28.

³ Ver também Gráfico 11: Reservas comprovadas e Produção de Petróleo no Hemisfério Ocidental. Para informações complementares sobre reservas petrolíferas da Venezuela. Seção Anexos.

Embora não seja o principal produtor de petróleo na região, o país sul-americano é o maior *exportador neto* possuindo capacidade de produzir petróleo em quantidade muito acima de seu consumo interno (Gráfico 1).

Gráfico 1: Petróleo: Exportador líquido (+) Importador líquido (-)



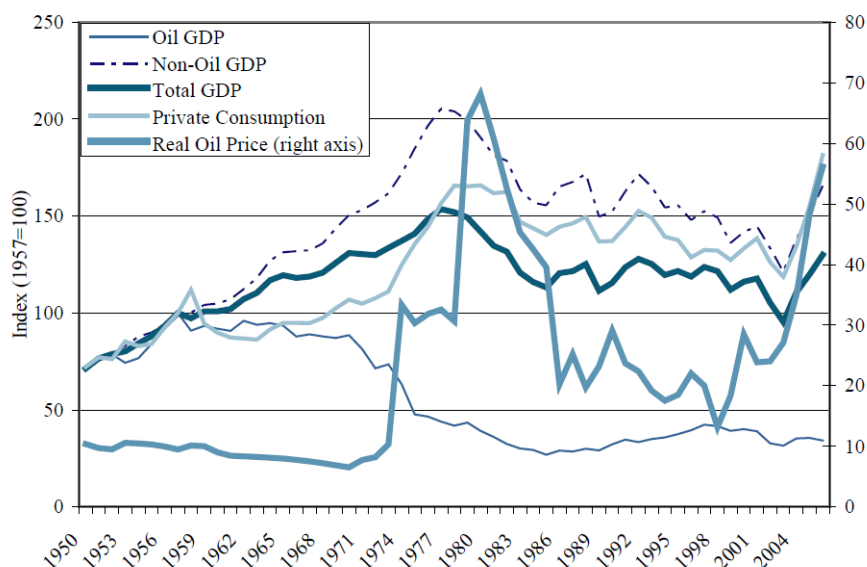
Fonte: MONALDI, 2009, p. 29

Essa posição, única no hemisfério juntamente à inserção do petróleo na indústria e na matriz energética mundial têm feito com que a Venezuela assuma, gradualmente, consciência de sua importância no cenário internacional e utilize essa plataforma na arquitetura de sua Política Externa. Embora não seja uma questão desta tese há indícios, ao longo do trabalho, que poderiam sustentar a hipótese de que os períodos de maior ativismo e presença regional da P.E. venezuelana correspondem aos ciclos de auge dos preços desse produto⁴ (Gráfico 2).

⁴ Ver também Gráfico PIB ajustado sazonalmente na seção Anexos.

Gráfico 2: PIB Per Capita, consumo e preços do Petróleo na Venezuela

Venezuela: Real Per Capita GDP and Consumption and Oil Prices



Sources: Banco Central de Venezuela (BCV); BP Statistical Review (2007); Federal Reserve Bank of St. Louis, Federal Reserve Economic Data (FRED); and authors' calculations.

Fonte: Weisbrot & Sandoval. 2008. Pag 6.

Objetivos e interpretação da Política Externa venezuelana

Um dos principais objetivos desta tese é apontar as principais características da Política Externa venezuelana na atualidade, considerando-se sua formulação, delineamento, objetivos e estratégias de inserção internacional. Em primeiro lugar, cabe destacar que antes da instauração do regime democrático em 1958, embora a economia petroleira estivesse em franca expansão e a Venezuela ocupasse um importante papel no mercado petroleiro como um dos principais provedores para os países ocidentais, principalmente para os Estados Unidos, sua Política Externa manteve-se totalmente submissa aos interesses da superpotência e o país não buscou obter uma maior projeção política em âmbito internacional. Apenas a partir da década de 1960 é que a Política Externa venezuelana veio a se mostrar mais independente e ativa, configurando-se a partir da imbricação de dois elementos, um de ordem política – a democracia – e outro de natureza econômica, o petróleo.

Semelhanças entre os dois períodos, Chávez e *Punto Fijo*, com relação à Política Externa, são facilmente identificáveis, quando se consideram elementos tais como: a adoção de uma postura mais autônoma e ativa no cenário internacional, a importância do setor petrolífero, a incidência de fundamentos ideológicos na sua formulação, ou mesmo o papel do executivo nesse processo. Sem embargo, mesmo que *Petróleo* e *Democracia* continuem a delinear a Política Externa venezuelana, argumenta-se que seus fundamentos e objetivos, assim como suas estratégias de projeção internacional, são hoje substantivamente distintos daqueles promovidos pelos governos democráticos do final dos anos 1960 e inícios dos anos 1980. A originalidade da análise aqui pretendida remonta ao fato de que procuraremos identificar as rupturas promovidas pelo atual regime na Política Externa venezuelana, justamente a partir dos dois elementos responsáveis pelos seus traços de continuidade. Com esse propósito, buscamos mostrar, não apenas que o componente *democracia* passou por significativas transformações, assim como o *setor petrolífero* passou por importantes reformas ao longo dos últimos anos, mas que a particular articulação de ambos os processos, promovida pelo governo Chávez, explica a nova configuração que veio assumir a Política Externa venezuelana.

Por fim, cabe ressaltar outro ponto neste trabalho, vale dizer, a projeção da Política Externa venezuelana para a região caribenha. Embora não seja esse o principal objeto deste estudo, a orientação para a base caribenha, palco para a reativação da Política Externa venezuelana desde meados do século XX, nos oferece um parâmetro eficaz para compararmos sua trajetória antes e depois de Chávez. Afinal de contas, mais do que qualquer outra região, é justamente no Caribe que os principais elementos conformadores de sua agenda exterior constituíram-se em verdadeiras estratégias de inserção, cooperação e integração regional em ambos os períodos.

Por vezes, as análises sobre a Política Externa do atual governo venezuelano chamam atenção para seu forte apelo ideológico ou para sua guinada rumo ao socialismo. Mas até para compreendermos estes aspectos ideológicos que marcam o chavismo, precisamos contextualizá-lo e dimensionar seu impacto na prática. Neste trabalho, não consideramos que os fundamentos ideológicos sejam o principal ponto de diferenciação entre o regime *puntufijista* e chavista, nem o ativismo da atual Política Externa, em defesa da soberania e da autonomia, um simples fruto de uma personalidade excêntrica, em total desacordo com as tendências apresentadas em outros países da região.

O imaginário chavista resgatou o bolivarianismo e o socialismo a seu modo, conferindo-lhes singularidade e, ao mesmo tempo, ecletismo:

(...) *La Revolución Bolivariana se ha nutrido de mil revoluciones que en el mundo han sido, desde hace mucho tiempo; esta revolución es hija de la gran revolución mundial que desde hace siglos recorre este planeta, es una hija muy humilde de grandes revoluciones, que ejemplo han sido (...)* Desde la revolución de Cristo, el redentor, hasta la revolución de los Bolcheviques, pasando por la Revolución Cubana, la Revolución Mexicana (...) *La revolución de Simón Bolívar (...)*" (CHÁVEZ, 2005)

Essa aparente falta de consistência e precisão ideológica tem sido com frequência, alvo de duras críticas. Grosso modo, o chavismo, como lembra Agullo (2005), não obedece claramente a uma cronologia ou hierarquia, podendo ser exemplificado, seja pelo seu caráter *militarista, nacionalista, socialista, participativo e bolivarianista*.⁵ Se, por um lado, os chavistas são tidos, muitas vezes, como *"pobres, analfabetos, jovens e simpatizantes de regimes autoritários"* (RAMIREZ, 2005:80-82), por outro, vale a pena lembrar que a base de sustentação do regime tem sido ampla e heterogênea, incluindo setores de classe média, novos atores políticos, como os movimentos sociais e comunitários, abrindo espaço para uma nova cultura política participativa e solidária.

Na prática, o chavismo é uma combinação entre princípios do nacional-desenvolvimentismo com mecanismos de democracia direta. Desta síntese, resultariam práticas e ações governamentais, tais quais, ênfase em programas sociais e políticas focalizadas, centralização, projetos de desenvolvimento endógeno, mecanismos de participação popular e fomento à integração latino-americana. Esta última, remontando a um passado mítico através do resgate da figura de Simón Bolívar e sua luta pela independência e união dos povos da América Latina⁶.

Igualmente, o socialismo é influência recorrente no projeto revolucionário chavista, sendo a Revolução Cubana uma espécie de farol, considerada símbolo de resistência ao imperialismo norteamericano em todo o continente. Para Yanes (2005) existiria, até mesmo, uma maior identificação de Chávez com Fidel Castro do que com o próprio Simón Bolívar, em virtude de que, com a retomada da estabilidade política e do fortalecimento de Chávez em

⁵ Arriscando uma nova nomenclatura, o resultado da combinação da chamada Revolução Bolivariana com o Socialismo do século XXI, seria uma espécie de "Socialismo Bolivariano".

⁶ É importante lembrar que a influência de Bolívar na vida política venezuelana não é recente, nem mesmo como fonte de inspiração para o próprio Chávez. Na verdade, o conceito "Bolivarianismo" já se apresentou sob diferentes matizes, tendo sido utilizado tanto pela esquerda quanto pela direita venezuelana (LOPES, 2007). A Revolução Bolivariana propalada por Chávez nasceu em 1964 sob influência das guerrilhas venezuelanas. Tratava-se, portanto, de uma fusão entre os setores revolucionários, isolados politicamente durante o *Punto Fijo* e alguns setores das forças armadas. Isto nos ajuda a explicar o fato de que o bolivarianismo foi, com o passar do tempo, se militarizando.

2004, quando se adotou o termo “*socialismo del siglo XXI*”, a retórica socialista se tornou mais presente. Finalmente, o discurso político chavista é produto de uma realidade marcada pela descrença popular quanto à política institucional, o sistema partidário e as elites tradicionais.

Chávez de hecho, nunca ha sido portavoz de un discurso alternativo racionalmente construido sino, más bien, intérprete de una praxis desarrollada -como parte de una estrategia de supervivencia- desde los márgenes del sistema”(AGULLO,2008:08).

É só levando em conta esses caráter do pensamento chavista que se pode avaliar o peso do fator ideológico para a conformação da Política Externa venezuelana na última década. Geralmente, esse papel tem sido superdimensionado, em detrimento de uma análise que considere tanto as mudanças político-institucionais, derivadas da erosão de um modelo político e da construção de um novo regime democrático, bem como as pressões existentes sobre uma economia de enclave após o fim do conflito bipolar, e o subsequente vazio de poder deixado pelos EUA, ou pela própria crise do modelo econômico que marcou as décadas de 1980 e 1990 na região.

O primeiro capítulo da tese, *Venezuela: Do isolacionismo internacional ao ativismo político*, analisará, a partir da evolução do setor petrolífero e de sua legislação no país, as principais mudanças político-institucionais que contribuíram a configurar a Política Externa e as relações internacionais do país até o colapso do regime de *Punto Fijo* na década de 1990. Com este capítulo, objetiva-se oferecer um panorama que permita contrastar os governos anteriores e a administração Chávez, no que se refere aos fatores domésticos e internacionais que condicionaram a Política Externa. Com esse intuito, consideraremos o impacto do Sistema Político venezuelano, tanto no que se refere ao papel do poder executivo e sua relação com o legislativo, o tipo de regime político, o sistema partidário, o papel do Estado na economia e na regulamentação do setor de hidrocarbonetos. Finalmente, cabe destacar que este capítulo cumpre uma função que vai além da revisão histórica, pois chama atenção para o fato de que a adoção de uma Política Externa ativa surge com o estabelecimento do regime político estabelecido com o *Pacto de Punto Fijo*, quando a associação dos elementos

democracia e petróleo tornou-se central para a estratégia de projeção internacional do país.

O segundo capítulo, intitulado *As Transformações da era Chávez*, é dedicado à análise das transformações que ocorreram no país a partir da constituição de 1999 e da adoção de um modelo participativo de democracia, concomitantemente às reformas promovidas no setor petrolífero. Aqui o objetivo é colocar em destaque as *mudanças introduzidas na era Chávez* com relação ao binômio Petróleo e Democracia, chamando-se atenção para os elementos de ruptura face aos governos passados. Nele realizaremos uma breve revisão sobre o período em que ocorre a ascensão política de Chávez, em meio à derrocada do regime de Punto Fijo, destacando as graves crises político-institucionais e econômicas que marcaram as décadas de 1980 e 1990, facilitando o surgimento de atores políticos como o próprio Chávez no cenário eleitoral venezuelano de 1998. À continuação, nos dedicaremos a identificar e analisar as principais mudanças político-institucionais, introduzidas pela nova constituição aprovada em 1999, assim como as reformas realizadas no setor de hidrocarbonetos. Esta discussão justifica-se pelo fato de se considerar o regime democrático e a economia petrolífera como fundamentos da Política Externa venezuelana desde 1958. Na parte final do capítulo, analisaremos as mudanças realizadas quanto às Políticas e programas sociais do governo, muitas delas uma marca registrada da administração Chávez. Isso exige identificar as mudanças ocorridas no próprio marco petrolífero, tendo em vista que parte da receita do setor e recursos da PDVSA passaram a ser destinados a estes programas. Interessante perceber que o foco em políticas sociais vem no bojo da discussão em torno de um modelo de democracia que pretende ir além do modelo procedimentalista, seguindo uma proposta de refundação da República.

No Capítulo 3, *As Transformações da Política Externa na Era Chávez: Componentes Democrático e Petrolífero* serão analisados, por um lado, o impacto das mudanças político-econômicas na formulação da Política Externa do governo Chávez, e, por outro, seus fundamentos político-ideológicos, sua projeção externa, sua atuação junto à organismos internacionais e sua agenda de segurança. Partindo das interpretações e dos argumentos mais comuns encontrados na literatura sobre a Política Externa venezuelana atual, passaremos a identificar as mudanças ocorridas na sua formulação constitucional em 1999, e na estrutura do Ministério das Relações Exteriores. Os principais documentos oficiais de Política Externa, lançados na última década, serão analisados, assim como a atuação do governo venezuelano em organismos internacionais. Neste aspecto, será ressaltada a promoção do novo regime democrático e dos valores da Revolução chavista em âmbito internacional, tanto quanto a preocupação de defendê-los de possíveis ameaças externas, uma vez que questões tais como

militarismo, agenda de segurança e tensões com a vizinha Colômbia e com os EUA são elementos intrínsecos à Política Externa venezuelana na atualidade. Este capítulo se dedicará essencialmente a aspectos políticos e de segurança. Enquanto o capítulo subsequente terá como foco as relações comerciais e o processo de integração regional.

No Capítulo 4, *Aspectos Políticos e Econômicos do Processo de Integração regional e relações bilaterais*, serão consideradas, concretamente, as estratégias venezuelanas quanto ao fomento de processos de integração regional tanto no nível econômico quanto político e o lugar que elas ocupam na concepção geral da Política Externa desse país. Inicialmente, será avaliada a importância do petróleo para as relações comerciais venezuelanas e identificados seus principais parceiros. Em seguida, nos dedicaremos a examinar a participação da Venezuela em alguns blocos econômicos regionais e a busca pela diversificação de suas relações internacionais, vislumbrada na construção de novas parcerias comerciais. Nesse contexto, o papel do setor petrolífero será novamente posto em foco, uma vez que a Venezuela busca impulsionar estratégias de inserção internacional e promover uma verdadeira integração regional, em termos políticos e econômicos, a partir da cooperação na área energética. Por fim, chamaremos atenção para as estratégias de promoção do modelo político venezuelano através da cooperação política e social com outros países.

1 VENEZUELA: DO ISOLACIONISMO INTERNACIONAL AO ATIVISMO POLÍTICO

Com este primeiro capítulo, objetiva-se em um plano mais geral, perfazer historicamente a evolução do setor petrolífero venezuelano desde o início da exploração até o final do Pacto de *Punto Fijo*, assim como analisar a própria evolução do regime político e as principais transformações político-institucionais pelas quais o país passou até o estabelecimento da chamada Quinta República de Chávez. Esse retrospecto do percurso econômico e político da Venezuela ao longo do século XX nos permitirá sinalizar a intrínseca relação existente entre os aspectos políticos e econômicos e a conformação da Política Externa deste país.

No início deste capítulo, será avaliado o desenvolvimento do setor petrolífero na Venezuela, seu impacto para a economia, sistema político e relações comerciais do país. Também serão abarcadas as sucessivas reformas ocorridas no marco legal com vistas a estabelecer a importância de sua receita para o Estado venezuelano.

As mudanças ocorridas quanto ao que se refere ao regime político, principalmente à transição da ditadura para o regime democrático estabelecido a partir do *Pacto de Punto Fijo* receberão atenção especial, já que com o advento da democracia o ativismo internacional se tornou uma característica central da Política Externa venezuelana. Atenção especial será conferida aos aspectos em comum e também às singularidades das diferentes administrações de Copei e AD. Será ressaltado o período marcado pelo auge do ativismo internacional, na década de 1970, bem como sua derrocada em meio a um contexto de grave crise econômica e institucional.

1.1. Considerações sobre regime político e a conformação de uma economia de enclave a partir do desenvolvimento do setor petrolífero

Bastante marginal e isolada do ponto de vista dos interesses geopolíticos e econômicos da coroa espanhola, a Venezuela, província do vice-reinado de Nova Granada, começou a ter maior interesse para a metrópole só no século XVIII, em virtude da exportação de cação e pedras preciosas. O modelo de administração colonial empregado pela coroa espanhola para explorar os recursos minerais recém descobertos era, então, baseado no sistema de “regalias”

através do qual o rei tinha direito de explorar as minas diretamente ou poderia dá-las em concessão (GONZALEZ, 2003:60-65). Com efeito, segundo as “*Ordenanzas de San Lorenzo*, ditadas por Felipe II, em 22 de agosto de 1584, as minas de ouro, prata, açougue e outros metais faziam parte da propriedade real e, para serem trabalhadas por particulares, precisava-se de uma licença do rei e do pagamento de regalias. Sem embargo, essa legislação referia-se especificamente às minas produtoras de metais e nada dizia sobre os depósitos do subsolo não-metálicos, como asfalto, piche, petróleo e outros combustíveis, os quais “não se incorporaram expressamente ao patrimônio real da coroa e ficaram regidas, de fato, mais do que de direito, pelo princípio de acesso e pertença ao proprietário do solo” (CONTRERAS, 2002:219).

Em 1783, durante as reformas borbônicas e em sintonia com o espírito centralista e estatizante que as animava, estabeleceu-se um novo código de mineração que, desta vez, incorporava como patrimônio real também as minas de “*piedras preciosas, cobre, plomo, estaño, azogue, antimonio, piedra calaminar, bismuto, salgema y cualesquiera otros fósiles, ya sean metales perfectos o medio minerales, bitúmenes o jugos de la tierra (...)*” (Ibidem, 2002:223-4). A partir de então e até hoje, esse será o padrão jurídico dominante, isto é, só o Estado pode explorar diretamente ou conceder licença para a exploração de hidrocarbonetos. Esse princípio foi referendado, primeiro, pelo decreto ditado por Simon Bolívar em 1829, quando ficou determinado que as minas e depósitos do subsolo passassem do domínio da Coroa ao domínio da República, e, mais tarde, pela “*Ley sobre Hidrocarburos y demás Minerales Combustibles*” de 30 de junho de 1920, que estabeleceu, na Venezuela, a propriedade pública dos hidrocarbonetos. Na segunda metade do século XIX, a descoberta de reservas petrolíferas e o início das atividades petroleiras vieram a influenciar sobremaneira sua economia, demografia e seu sistema político (BLANK, 1984:02). Conseqüentemente, esta influência se fez sentir em suas relações comerciais, diplomáticas e até na agenda de segurança hemisférica.

A primeira concessão para exploração de petróleo em terras venezuelanas ocorreu em 1865, no estado de Zúlia, e foi seguida por outra no estado de Táchira em 1878. Ambas as concessões foram destinadas a indivíduos e não a empresas ou corporações. Ainda em 1878, foi criada a primeira companhia do setor, a *Compañía Nacional Minera Petroleo del Táchira*, que tinha à frente Manuel Antonio Pulido, e cujo objetivo era fornecer querosene às cidades vizinhas.

As grandes reservas de petróleo foram encontradas ao longo do lago Maracaíbo⁷ nos primeiros anos do século passado. Na Venezuela, o “ouro negro” encontra-se ao longo de seis bacias e uma faixa petrolífera, a saber, a bacia do Golfo da Venezuela, a do lago Maracaíbo, a Falcón, a Barinas e Apure, a Cariaco, a Oriental e, finalmente, a Faixa do rio Orinoco. Destas, a bacia do Maracaíbo e a Faixa do Orinoco são, sem dúvida, as mais importantes⁸.

Devido ao caráter desregrado da exploração petroleira nas primeiras décadas do século XX, as reservas do lago Maracaíbo praticamente se esgotaram. Como consequência, a extração de petróleo passou a se concentrar na bacia do rio Orinoco, a maior reserva do mundo em hidrocarbonetos líquidos que, potencialmente, poderiam elevar a Venezuela à condição de um dos maiores produtores de petróleo do mundo⁹ (CORDEIRO, 1997).

Foi durante o governo de Cipriano de Castro, entre 1899 e 1908, que o setor de hidrocarbonetos passou pela sua primeira regulamentação. Àquela época, apesar das turbulências decorrentes da ampla resistência de setores opositores que organizaram um movimento intitulado “*Revolución Libertadora*” e do bloqueio da costa marítima venezuelana pela Inglaterra, Alemanha e Itália, que acusavam o governo de não ter cumprido suas obrigações comerciais, o executivo conseguiu regulamentar o setor minerador e de hidrocarburos em 1905, através da *Ley de Minas*, fundamento legal para as concessões petroleiras no país.

Esta Ley permitía el traspaso de concesiones y derechos a la explotación del petróleo por lapsos de 50 años, con beneficios impositivos para el estado venezolano de dos bolívares por hectárea de superficie de la concesión. (PDVSA, 2009¹⁰)

Durante o governo de Cipriano de Castro (1899-1908), a Venezuela sofreu bloqueios marítimos por parte da Alemanha, Reino Unido e Itália, e por consequência procurou refúgio nos preceitos da Doutrina Monroe de não intervenção de potências europeias no hemisfério americano. Também, através da Doutrina Castro deixou sua marca na Política Externa

⁷ Trata-se do maior lago da América do Sul, situado no Estado de Zúlia. Possui grande importância para a agricultura e pecuária do país, também exercendo grande importância para a atividade petroleira, já que concentra grande parte das reservas.

⁸ Ver Mapa 3: Exploração de Hidrocarbonetos na Seção Anexos.

⁹ Segundo informe da PDVSA (2007) a faixa petrolífera do Orinoco compreende uma área total de 55.314 km², na qual a exploração atual se concentra em uma área de 11.593 km². Estas grandes reservas estão situadas na bacia ocidental do Estado de Zúlia, na Bacia meridional central dos Estados de Barinas y Apure e na bacia oriental dos Estados de Monagas e Anzoátegui.

¹⁰ Histórico da economia petroleira, dados e documentos oficiais podem ser obtidos no site oficial da empresa estatal venezuelana PDVSA.

advogando a reunificação da Grã - Colômbia sob o comando venezuelano (HAROLD: 1975:422).

Em 1909, teve início a ditadura de Juan Vicente Gómez que governaria o país até 1935. Os primeiros anos de seu governo foram marcados por um ambiente mais permissivo no que se refere à exploração petrolífera no país e à entrada do capital internacional. Naqueles anos, foi garantida uma concessão para que a empresa *New York and Bermúdez Company* explorasse 27 milhões de hectares de campos petrolíferos que abrangiam os estados de Sucre, Delta Amacuro, Monágas, Anzoátegui, Carabobo, Zulia, Falcón, Táchira, Mérida, Lara, Trujillo y Yaracuy¹¹. Finda a concessão para essa empresa, a mesma passou para a *Caribbean Petroleum* propriedade da *Royal Dutch Shell*. Apenas em 1917, o governo Gómez decidiu regulamentar o setor de maneira mais favorável ao Estado. Naquele ano, suspendeu-se a realização de novas concessões e ainda foram revisadas as condições daquelas já realizadas anteriormente. Até então, as empresas pagavam apenas impostos regulares, correspondentes a qualquer atividade econômica e nada repassavam ao Estado pela exploração específica dos hidrocarbonetos. Finalmente, em outubro de 1918, foi promulgado o primeiro *Decreto Reglamentario del Carbón, Petróleo y Sustancias Similares*, fixando entre 8% e 15% os impostos a serem repassados ao Estado. Determinou-se, a partir disso, que, uma vez terminada a concessão, as minas deveriam retornar ao controle da nação, incluídas as benfeitorias realizadas como edifícios construídos, maquinário e obras anexas.

A economia do país nas primeiras décadas do século XX veio a assumir as feições de um regime extrativista e primário-exportador, com pouca diversificação da plataforma produtiva, e extrema vulnerabilidade externa. Antes do *boom* petrolífero, que se iniciou na década de 1920, o setor exportador venezuelano concentrava-se na indústria têxtil e em matérias primas abundantes, como o ferro explorado diretamente pelas empresas norte-americanas, os diamantes e o carvão. A economia do país nas primeiras décadas do século XX caracterizou-se pelo regime extrativista e primário-exportador com pouca diversificação da planta produtiva e extrema vulnerabilidade externa (MARINGONI, 2008:148). Mas, logo, o petróleo se tornou o principal produto de exportação do país, a mola propulsora de seu desenvolvimento econômico, com impacto considerável tanto para os aspectos econômicos como nos de segurança.

Em 30 de Junho de 1920, foi aprovada a primeira *Ley de Hidrocarbonetos* da Venezuela. Na ocasião, este país já era o segundo maior produtor mundial e estava atrás

¹¹ Ver Mapa 1: Mapa Político na Seção Anexos.

apenas dos Estados Unidos (Ibidem, 2008:45). A partir de então, o repasse que as empresas deveriam destinar ao Estado foi fixado em um mínimo de 15%. Também foi estabelecido, pela primeira vez, que uma vez findo o período inicial, a metade da superfície já explorada pela empresa concessionária deveria ser revertida ao país para que o governo pudesse renegociá-la em condições vantajosas. Por fim, previa-se nesta lei, a superação do mínimo estabelecido para o pagamento de impostos e *regalias* ao Estado e a redução das futuras áreas de concessão, já que as reservas petrolíferas eram propriedade estatal.

As companhias estrangeiras em atividade no país reagiram contra essas medidas procurando neutralizar as tendências nacionalistas que norteavam a política setorial empreendida pelo então ministro Gumerindo Torres. Na queda de braço entre o capital internacional e o governo, Torres acabou removido do *Ministério de Fomento*. Na sequência dos fatos, a redação das novas leis de hidrocarbonetos, promulgadas em 1921 e 1922, contaram com a participação direta das companhias particulares. O resultado foi a redução dos tributos a serem pagos ao Estado, inclusive para as concessões anteriores, feitas a partir de 1918, ano em que a primeira lei específica do setor entrou em vigor.

A lei de 1922 perdurou até 1938, tendo passado apenas por pequenas reformas que não alteraram significativamente o seu conteúdo¹². Importante naquele período foi a criação, em 1929, do serviço técnico de hidrocarbonetos, que deu origem ao *Ministério de Minas y Hidrocarburos*, posteriormente chamado de *Ministério de Energia y Minas* e, atualmente, chamado de *Ministério del Poder Popular para Energía y Petróleo* (LANDER, 2005:04).

Em 1938, com a morte do ditador Gómez, foi possível mudar essa legislação. Foram então criadas novas empresas e institutos autônomos; as *regalias* foram incrementadas para as novas concessões e os impostos para a exploração aumentaram. Se nos primeiros anos da era Gomez, a situação era mais favorável às empresas particulares, desde a vigência do primeiro marco jurídico do setor, de 1917, até o fim do daquele regime, a participação do Estado na renda petrolífera cresceu gradativamente (tabela 2).

¹² Reformas em 1925, 1928, 1935 e 1936.

Tabela 2: Evolução do ingresso petrolero e impostos

Ano	Impostos (milhares de bolívares)	Porcentagem petróleo	Ano	Impostos (milhares de bolívares)	Porcentagem Petróleo
1917	63.763	0,26	1927	175.233	12,23
1918	50.172	1,38	1928	204.345	22,60
1919	73.618	1,78	1929	256.440	19,71
1920	104.887	1,40	1930	243.660	19,43
1921	65.887	3,36	1931	188.933	24,87
1922	80.883	9,27	1932	175.366	25,74
1923	89.398	4,23	1933	169.643	26,40
1924	1.121.664	5,27	1934	178.666	29,13
1925	148.474	14,05	1935	206.376	28,73
1926	179.445	9,96			

Fonte: MILKO, 2003, p. 62.

Conforme vimos, o setor petrolero começou a ser regulamentado justamente na década de 1920 com o chamado *boom* petrolero que perdurou até a década de 1940 e mudou definitivamente a face do país. Àquela época, o latifúndio ainda representava 80% das terras privadas, mas isso não o impedia de conviver com o novo regime petrolero (MARINGONI, 2008:45). A oligarquia agrária concentrou-se nas atividades de importação e se converteu, gradualmente, em burguesia urbana comercial e financeira. O interesse pelo controle das terras diminuiu, e uma parte foi vendida para as próprias companhias petrolíferas (KARL,1997:303). O caudilhismo regional foi desaparecendo e o país agrícola que remontava à era Vicente Gómez, já mostrava feições modernas, em virtude da expansão da economia petrolera (LANDER,2005:3).

O impacto político e social da lenta decadência da agricultura foram amplos, mesmo com relação aos pequenos proprietários rurais que, maciçamente, migraram para as cidades. A força de trabalho no campo caiu de 71,6% em 1920 para 33,5% em 1961. Enquanto isso, a população urbana que, em 1941, era de 31%, passou a 63% em 1961 e, uma década mais tarde a 73% (KARL,1997:304). As regiões produtoras de petróleo se constituíram em potentes pólos de atração dos fluxos migratórios¹³. Centros urbanos começaram a se proliferar no entorno dos campos petroleros criando uma nova dinâmica nas relações interpessoais entre

¹³ Atualmente, a população venezuelana se concentra no chamado Distrito Capital, Caracas, e também nos Estados de Carabobo, Aragua e Nueva Esparta. Ver Mapa 2: Distribuição da população em território Venezuelano na Seção Anexos.

diferentes extratos sociais, entre venezuelanos e estrangeiros e pessoas provenientes de várias regiões do país. (SALAS,2003:324-346).

Durante o *boom* petrolero, entre as décadas de 1920 e 1940, verificou-se o aumento da renda da população, acarretando a elevação das importações de artigos de luxo vindos, principalmente, dos EUA. Enquanto o setor energético crescia, a indústria nacional e outras atividades produtivas se estagnavam. Esse fenômeno, conhecido como “doença holandesa” (*Dutch Disease*), em referência aos impactos negativos que pode provocar sobre o conjunto da economia a dependência excessiva de recursos naturais; materializou-se, também, na Venezuela. A industrialização do país foi protelada, suscitando o declínio das atividades da agroindústria (KARL, 1997).

No entanto, enquanto a aliança com os EUA se consolidava, alterações no marco legal do setor petrolero afetariam os interesses do capital estrangeiro, na década de 1940. A nível doméstico, as companhias privadas, em sua maioria estrangeiras, passaram a ter maiores obrigações para com o Estado venezuelano. Se anteriormente, apenas cerca de 20% da receita deste setor era destinada ao Estado, a partir de 1942, passou a ser de 25%.

O maior controle exercido pelo Estado decorria do baixo custo político interno e do fato de que ao final da Segunda Grande Guerra, o nacionalismo se tornou central na política energética dos países produtores, diante do fato de que o petróleo tinha um preço muito baixo no mercado internacional e era necessário assegurar maior receita para o Estado (WILLRICH,1978).

O marco legal do setor que definiu de maneira mais clara a tendência à nacionalização e a defesa da soberania em termos energéticos foi promulgado em 1943, durante o governo de Isaías Medina Angarita (ESPINASA, 2006:149). Esta nova “*Ley Organica de Hidrocarburos*” (LOREICH) se manteve praticamente inalterada até as reformas realizadas por Chávez em 1999 e 2001. As reformas anteriores, ocorridas, em grande parte, durante a vigência do *Pacto de Punto Fijo*, foram parciais e não derrogaram a LOREICH¹⁴.

O marco legal de 1943 teve considerável impacto sobre as relações comerciais do país e também sobre a receita petrolera destinada ao Estado. A partir dessa reforma, as empresas petroleras não poderiam receber maiores dividendos do que os destinados ao Estado. Como o

¹⁴ (...)Leyes de Reforma Parcial de la Ley de Hidrocarburos del 10 de agosto de 1955 y la del 29 de agosto de 1967; la Ley Sobre Bienes Afectos a Reversión en las Concesiones de Hidrocarburos del 6 de agosto de 1971; la Ley que Reserva al Estado la Explotación del Mercado Interno de los Productos Derivados de Hidrocarburos, del 22 de junio de 1973; la Ley Orgánica que Reserva al Estado la Industria y el Comercio de los Hidrocarburos, del 29 de agosto de 1975; la Ley Orgánica de Apertura del Mercado Interno de la Gasolina y Otros Combustibles Derivados de los Hidrocarburos para Uso en Vehículos Automotores, del 11 de septiembre de 1998 (...)” (Venezuela. Ley orgánica de hidrocarburos de 2001).

cenário internacional era favorável ao petróleo venezuelano, as mudanças na legislação visavam dar maiores retornos e garantias para o Estado. A lei, conhecida posteriormente como *ley fifty-fifty*, por promover maior taxaço à exploração do setor por empresas privadas, teve um significativo impacto na arrecadação fiscal (ALVEAL,1999:07). Logo depois da reforma, em 1944, o Estado passou a receber 35%, cerca de 50% em 1946, 60% em 1948, até que nos anos 1960 se chegou à casa dos 70% (ODELL,1966:239).

O fim da Segunda Guerra não promoveu a instauração imediata de um regime democrático. Ao contrario de outros países latino-americanos, o cenário político venezuelano continuou marcado pelo autoritarismo e um clima político conturbado por mais alguns anos. Em 1945, o presidente foi derrubado por uma junta militar, a qual, presidida por Rômulo Bettancourt, governou até 1948, ano em que o escritor Rômulo Gallegos tomou posse na condição de primeiro presidente eleito pelo voto direto. Naquele ano, a Venezuela já era o principal exportador mundial de petróleo e significativas mudanças ocorreram no setor energético quando do estabelecimento do imposto *fifty-fifty*¹⁵. Entre 1945 e 1948, período conhecido como triênio Adeco, Caracas adotou a política “de las buenas compañías”, que seria um prenúncio da Doutrina Bettancourt adotada com o restabelecimento do regime democrático (SILVA & HILLMAN, 2003:147). Na mesma época, o golpe militar que deu início à ditadura Pérez Jiménez acabou favorecendo o capital internacional. Inicialmente, este governo não foi reconhecido pelos EUA, entretanto, em 1949, diante da garantia de que seriam respeitadas as obrigações econômicas e comerciais entre os dois países, principalmente no que se refere ao fornecimento de petróleo, Washington passou a reconhecer o novo regime. Pérez Jiménez levou adiante um projeto político conhecido como *Nuevo Ideal Nacional* que estimulava o desenvolvimento industrial dos setores público e privado com apoio de investimento estrangeiro, principalmente norteamericano, no setor petrolífero. Em virtude desse plano, seu governo ficou conhecido como o da “*Ditadura Desarrollista*”, marcada pela grande concentração de poderes nas mãos do executivo, maior controle estatal sobre o setor energético e, concomitantemente intensa confluência de interesses internacionais na economia do país. O crescimento do setor, desde o primeiro *boom* da exploração petroleira no país, fez com que o mesmo se tornasse o suporte econômico de governos das mais diversas correntes ideológicas (GONZALEZ,2003:61). Seja na atualidade, no período do *Pacto de Punto Fijo* ou

¹⁵ A lei orgânica de hidrocarbonetos de 1943 já o havia contemplado de certa forma, mas quando o governo Medina foi derrubado em 1945 esta lei do imposto fifty-fifty foi estabelecida por decreto, mas visando favorecer as petroleras. Apenas em 1948 os objetivos de favorecerem o Estado foram obedecidos.

na ditadura de Pérez Jiménez, o petróleo foi a principal plataforma política e o motor do desenvolvimento econômico do país¹⁶.

Na década de 1950, os EUA ainda eram o principal produtor mundial de petróleo. As novas companhias de petróleo, que surgiram após o declínio das grandes corporações de petróleo, as chamadas *Sete Irmãos*, em sua maioria norteamericanas, sinalizavam a relevância dos EUA no setor. Mas a produção dos Estados Unidos entrou em declínio e o país se tornou cada vez mais dependente dos recursos energéticos provenientes do exterior, notadamente da Venezuela (ODELL, 1966).

Entre as décadas de 1950 e 1960, a sociedade venezuelana continuava a se modernizar e a se urbanizar. Naquele período, a população rural caiu de 52,1% para 32,5%, enquanto o processo de urbanização avançava rapidamente e de maneira desorganizada (BLANK, 1984:29). A economia venezuelana cresceu consideravelmente, se comparada às outras economias da região, justamente graças à expansão do setor petrolífero, do qual se tornava cada vez mais dependente. Ao final daquela década, a lei de hidrocarbonetos de 1943 passou por uma reforma parcial incluindo a “*Ley de Impuesto sobre la renta*” que passou a incidir sobre a tributação do petróleo. Com essa lei as empresas não poderiam lucrar mais que o Estado e a soma dos impostos que deveriam repassar não deveria ser inferior a metade dos lucros por elas obtidos. Além disso, no artigo 31 da mesma lei foram proibidas novas concessões. Àquela época, as empresas norteamericanas, grande maioria entre as companhias estrangeiras, chegaram a controlar 70% dos rendimentos totais obtidos no setor (ODELL, 1966:30). A gradativa expansão da jurisdição estatal, verificada no país, objetivava, justamente, contrabalançar os lucros obtidos pelo setor privado com o aumento da exploração petrolífera. Este desenvolvimento do setor energético e o aumento do repasse para o Estado também provocaram uma crescente dependência fiscal em relação a estes recursos. Calcula-se que, naquele período, 60% da receita governamental era proveniente da indústria petrolífera.

¹⁶ Com relação a isto, Contreras (2002) salienta que o marco jurídico venezuelano sempre demonstrou, através de diferentes reformas e, em diferentes momentos, que o direito de propriedade sobre esses recursos naturais e estratégicos é do Estado. No exercício dessa propriedade pública, o Estado venezuelano, sempre procurou atuar como se fosse um proprietário privado agindo no desenvolvimento da indústria nacional (p.233). Esta mesma relação entre Estado e recursos energéticos foi, ao mesmo tempo, instrumento de Política Externa e de construção da identidade nacional. A Venezuela contemporânea incorporou em seu discurso político a idéia de propriedade coletiva sobre esses recursos. Desde 1945, o petróleo se tornou elemento primordial da plataforma política de diversos governos e isso se tornou visível, posteriormente, a partir dos marcos legais estabelecidos com as constituições de 1961 e de 1999 (GONZALEZ, 2003:67-69).

1.2. Política Externa e Relações Exteriores Venezuelanas: alguns precedentes

Somente com o advento da independência, a Venezuela estreitaria seus laços com as potências européias do século XIX. Nos primeiros anos da república, a diplomacia venezuelana voltou-se, como a dos outros Estados, a obter reconhecimento internacional. Entre 1810 e 1830, período marcado pelo predomínio oligárquico no poder, pela participação política limitada, e pela concentração da Política Externa nas mãos do executivo nacional, o país começou a desenvolver vínculos formais com o exterior. Em 1830, o presidente José Antonio Pérez criou o escritório de Relações Exteriores dentro do Ministério das Finanças para encorajar o estabelecimento de laços diplomáticos da jovem nação sul-americana com outros países. Naquele mesmo ano, ocorreu o desmembramento da Gran-Colômbia¹⁷ e tiveram início os problemas fronteiriços da Venezuela. Entre 1841-1844, o geógrafo Robert Schomburgk foi comissionado pela Grã-Bretanha para estabelecer os limites fronteiriços entre a Venezuela e a Guiana¹⁸. A fronteira entre os dois países ficou conhecida como *Schomburgk line*, a qual ao estabelecer as fronteiras perto da faixa do rio Orinoco acabou incluindo toda a região do Esequibo e do rio Cuyuni dentro do território da Guiana, gerando insatisfação do lado venezuelano. Disputas fronteiriças entre a Venezuela e países vizinhos, iniciadas após a independência, persistem até hoje. Além da controvérsia em torno do Esequibo, o Golfo da Venezuela no Caribe, se tornou cenário de litígios entre a Venezuela e a Colômbia. Além disso, a região do lago Maracaíbo que se projeta para o mar caribenho e que, também, está próximo à Colômbia é particularmente sensível em termos de segurança nacional.

A partir do estabelecimento do regime liberal, em 1848, as relações internacionais venezuelanas, como a de outros países, passaram a se caracterizar por fortes atritos com as potências européias em decorrência de pagamentos de dívidas contraídas, seja por particulares, seja pelo governo. Fato exemplar foi a moratória declarada a uma dívida venezuelana com um banco inglês, motivo pelo qual o governo daquele país enviou navios de guerra para a região de *La Guaira*. Entre 1850-1860, as relações venezuelanas com França, Holanda e Espanha, também passaram por problemas comerciais e financeiros. A situação

¹⁷ O vice-reino de Nova Granada, formado por Colômbia (e o que atualmente compreende o Panamá), Venezuela e Equador conformou a Gran-Colômbia entre 1820 e 1830.

¹⁸ Em 1648 foi assinado o Tratado de paz de Munster, pelo qual a Holanda, recém independente da Espanha, ganhou soberania sobre os territórios que formariam a atual Guiana. Em 1803, os britânicos assumiram o controle efetivo das três colônias holandesas, Esequibo, Demerara e Barbice. Mas, um tratado entre Holanda e Grã-Bretanha (1814) não delimitou as fronteiras dessas colônias.

envolvendo a região do Esequibo, também, não tinha sido resolvida, enquanto o interesse venezuelano pela área crescera em decorrência da descoberta, em 1877, de minas de ouro na região. Uma década depois, a situação se agravou, pois o mapa elaborado na década de 1840 sob encomenda inglesa, estabelecendo a *Schombugk line*, só foi publicado neste ano, reforçando o reclamo venezuelano e, levando a Venezuela a romper relações com a Grã Bretanha em 1887. Em 1895, os EUA se envolveram na disputa e chegaram a afirmar que os britânicos haviam quebrado a Doutrina Monroe. A contenda procurou ser solucionada com uma nova arbitragem territorial, em 1899, mas os limites fronteiriços determinados não agradaram os venezuelanos (HAROLD: 1975: 426).

A partir da década de 1930, a Venezuela passou a se isolar internacionalmente dando preferência às relações bilaterais com os Estados Unidos da América, construindo assim, uma das parcerias comerciais e diplomáticas mais sólidas do hemisfério ocidental ao longo do século XX. Àquela época o governo de Vicente Gomez se mostrou temeroso em relação a possíveis ataques externos. Neste período não havia uma “consciência” latino-americana, nem uma Política Externa para a região do Grande Caribe, compreendendo as ilhas caribenhas e os países da América Central. Mesmo assim, Gomez declarou abertamente seu desejo de uma solução pacífica para a Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (Ibidem: 1975:423).

Finda a era Gomez, em 1937, foi criado um escritório de Relações Interamericanas para manter a paz, conservar os mercados existentes e conquistar outros novos. O governo passou a apoiar planos de segurança continental e desaprovou ataques a possessões europeias na região. A nacionalização do petróleo por parte do governo mexicano, em 1938, não apenas ampliou o mercado para a Venezuela, mas propiciou o fortalecimento da aliança política e comercial com os Estados Unidos. No ano seguinte, após três anos de longas negociações, foi assinado o tratado de reciprocidade comercial, durante o governo do presidente Eleazar López Contreras (1935-1941).¹⁹

La firma del Tratado de Reciprocidad Comercial el 6 de noviembre de 1939, constituyó uno de los elementos del acercamiento, del estrechamiento comercial. La firma tomó casi tres años de negociaciones y de presiones norteamericanas hasta que Venezuela decide incluir un petróleo sin condiciones, a pesar de las discrepancias en torno a la aspiración norteamericana de ser el principal abastecedor versus la venezolana de fundamentar las demandas en valores equivalentes y de efectiva reciprocidad en las concesiones otorgadas así como el controversial problema de las cuotas de importación. Venezuela tenía vitales vínculos comerciales con Alemania, Francia, Inglaterra y España y debía

¹⁹ Cabe destacar que, durante esse governo, além dos fortes laços mantidos com os Estados Unidos, ganharam relevância as negociações em torno do limite fronteiriço com a Colômbia no Golfo da Venezuela (MYERS, 1985:06).

prepararse para modificarlos, Estados Unidos debía asegurar el suministro petrolero se conjugaban la necesidad venezolana y el interés norteamericano de conformar un bloque comercial interamericano previendo el inminente conflicto mundial. (MRE, 2008:3)

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Venezuela se tornou a principal fonte de abastecimento dos aliados garantindo-lhes cerca de 60% do abastecimento total. Logo, a Venezuela garantiu relações privilegiadas com os EUA e dentre os países latino-americanos foi o maior beneficiado pelo Plano Marshall (MARINGONI, 2008). Naquela época, para os Estados Unidos era vital evitar que potências extra-hemisféricas se aproximassem da Venezuela. Os vínculos com esse país foram reforçados, bem no início do governo Isaías Medina Angarita (1941-1945) quando o presidente estadunidense Frank Delano Roosevelt assinou um decreto, em 26 de Dezembro de 1941, garantindo a redução de tarifas à importação de petróleo bruto venezuelano. Posteriormente, foi assinado um acordo de cooperação militar, naval e aéreo para garantir a defesa hemisférica, em 15 de Janeiro de 1942. Como parte deste acordo, foi permitido o ingresso dos EUA em águas territoriais venezuelanas, desde que, em contrapartida, os norteamericanos oferecessem segurança às embarcações com bandeira daquele país. Ainda na área de segurança, foi firmado, em 18 de Março daquele ano, um convênio de cooperação financeira para aquisição de artigos de defesa e comunicação militar.

Já no campo externo o governo Medina Angarita caracterizou-se pelo pragmatismo o qual se traduziu na aceitação da Doutrina Monroe quando esta era conveniente para a Venezuela, e no diálogo com os EUA do qual temia suas ações intervencionistas e unilaterais (HAROLD:1975:424).

As relações bilaterais entre Estados Unidos e Venezuela, ao longo da ditadura de Pérez Jiménez (1952-58), foram pautadas, por um lado, pela postura anticomunista do governo venezuelano e, por outro, pela relevância do petróleo, elementos que fomentaram a cooperação econômica e diplomática entre os mesmos. Contudo, alianças foram formadas com outros regimes ditatoriais, o que representou uma mudança significativa da atuação internacional venezuelana (SILVA & HILLMAN,2003:149). No regime Pérez Jimenez, as negociações com a Colômbia em torno dos limites marítimos entre os dois países no Golfo da Venezuela prosseguiram, e, além disso, a velha contenda com a Guiana em torno do território do Esequibo foi revivida (MYERS, 1985: 06).

As relações comerciais entre Estados Unidos e a Venezuela ainda foram favorecidas, em 1952, com a redução das tarifas de importação do petróleo feitas pelo primeiro, uma

medida que, de fato, veio a modificar o “Tratado de Reciprocidade Comercial”, em vigor desde 1939. O investimento externo, maiormente norteamericano, experimentou considerável expansão ao longo da década de 50, passando de 938 milhões a 3,71 bilhões, a maior concentração entre os países latino-americanos²⁰. É neste contexto que os recursos energéticos da Venezuela se mostraram, então, decisivos para os países ocidentais em um período marcado pela crescente demanda internacional, principalmente, durante a Guerra da Coréia (1950-1953).

Em meio a Guerra Fria, a cooperação militar entre os dois países também ganhou impulso. Em 10 de Agosto de 1951, foi criada uma missão militar norteamericana na Venezuela com a função de assessorar e servir como apoio técnico às Forças Armadas desse país. Ainda no âmbito militar, em 1955, a aliança entre os dois países foi reforçada quando a Venezuela, além de declarar apoio moral aos Estados Unidos, assegurou o fornecimento de recursos estratégicos para que o governo Eisenhower apoiasse Taiwan (Formosa) no conflito com a China. A demanda pelo combustível venezuelano cresceu também por ocasião da crise do Canal de Suez, em 1956, quando os suprimentos de petróleo destinados à Europa foram cortados, ocasionando uma alta considerável dos preços do barril.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a economia venezuelana cresceu consideravelmente, se comparada às outras economias da região, justamente graças à expansão do setor petrolífero, do qual se tornava cada vez mais dependente. Em função desse processo, a Venezuela acumulou mais moeda estrangeira que qualquer outra nação do mundo, com exceção da Alemanha Ocidental e impulsionou um processo de industrialização diretamente conectado às vicissitudes da exportação petrolífera²¹. Até a década de 1960, a Venezuela se pautava unicamente pelos princípios básicos de uma economia de enclave que privilegiava as exportações e promovia o desenvolvimento para fora. O interesse principal do país era, então, garantir mercado para seu principal produto de exportação. É visível que, até meados do século XX, a Venezuela não se preocupou em garantir um importante papel no cenário político internacional, apenas configurando-se como provedor de recursos energéticos para os países ocidentais, especialmente, para os Estados Unidos da América.

²⁰ As principais empresas a se instalarem foram a *Superior oil* (1959), *Pan American Petroleum corporation* (1961) e *Continental Oil e Amerada* (1962).

²¹ Nessa década, a expansão do gasto público aumentou a demanda agregada e estimulou um crescimento da atividade manufatureira que cresceu 313% (KARL:1997)

1.3. Regime de Punto Fijo: Petróleo e Democracia para o despertar da Política Externa

Até a década de 1960, o país se encontrava isolado internacionalmente, priorizando sua aliança com os EUA. Apenas com a redemocratização²², ocorrida em 1958, e que colocou fim ao regime de Pérez Jimenez, a Política Externa venezuelana foi reativada. Finda a ditadura, a Política Externa foi se tornando, gradativamente, mais ativa e independente, e a integração regional foi incentivada, ao mesmo tempo em que se buscou maior visibilidade internacional para o país.

A junta de governo que se constituiu em 1958, logo após a derrocada de Pérez Jiménez, convocou eleições que foram ganhas pelo candidato da *Acción Democrática*, Rómulo Bettancourt. No ano seguinte à sua posse, o presidente eleito, juntamente com Rafael Caldeira da *Copei* e Jovito Villalba da *Unión Republicana Democrática* firmaram o acordo consociacional, conhecido como *Pacto de Punto Fijo*. O acordo que instituiu o sistema democrático consolidou-se em virtude de dois sustentáculos, por um lado, através do direcionamento da renda petrolífera para o atendimento de demandas setoriais, corporativas e privadas dos principais atores da cena política, incluindo-se a organização militar e, por outro, por sua própria engenharia institucional. Com efeito, o desenho das regras eleitorais facilitaram a colonização do Estado por parte dos dois maiores partidos – *Acción Democrática*, dominante, e *COPEI*– que se alternaram no governo durante quarenta anos, isto é, de 1958 a 1998, configurando o chamado “efeito pêndulo” da política Venezuelana a cada quinquênio: Rómulo Bettancourt (1958, AD), Raúl Leoni (AD, 1963) , Rafael Caldera (Copei, 1968), Carlos Andrés Pérez (AD,1973); Luis Herrera Campins (COPEI, 1978); Jaime Lusinchi (AD, 1983) (ALVAREZ:2006:20).

Por sua vez, enquanto o sistema eleitoral de listas fechadas contribuía a estabelecer o domínio das direções partidárias, a representação concentrou-se cada vez mais nesses dois partidos que juntos obtiveram em todas as eleições mais de 80% dos votos registrados: 92,15% em 1958, 90,84% em 1963 e 94,36% em 1968; 85,4% em 1973; 89,9% em 1978 y 91,5% em 1983. Finalmente, foi um período de elevada participação e legitimidade políticas,

²² O cenário pós-segunda Guerra era favorável a democratização, que ocorreu, na Venezuela, “quando os padrões de acumulação e pautas de intercâmbio passaram por fase de expansão” (MENDEZ,2001:11). Ver também Quadro Ciclos de inversão e expropriação na Venezuela na Seção Anexos.

reforçada, pelo menos até 1979, por um auge das exportações petrolíferas e elevados preços para esse produto no mercado internacional. Apesar do papel importante do congresso, assegurado pela própria Constituição, o peso do executivo era considerável e se refletia, até, na nomeação de prefeitos das capitais e governadores, prática em vigor até 1989 (MORAES: 2010:04). À margem da instituição parlamentar e partidária, as demandas e pressões se processavam através dos órgãos corporativos: sindicatos, câmaras de comércio, militares, esses com menor influência, principalmente em comparação ao poder dos sindicatos (HAROLD:1975:434). Em conseqüência, o sistema político apresentava pouca transparência, mecanismos de financiamento eleitoral corruptos e laços clientelísticos com grupos de interesse.

No plano externo, a Venezuela desenvolveu uma Política Exterior ativa, marcada pelo peso do poder executivo na sua condução, e das ideologias partidárias na sua configuração²³. Dentre os órgãos oficiais que passaram a exercer grande influência no delineamento da Política Externa, cabe destacar, além do executivo nacional e do MRE, o Ministério de Minas e Hidrocarburos; Ministério de Assuntos Econômicos Internacionais; Banco Central; Conselho de Segurança Nacional e Defesa e o Congresso Nacional (EWELL:1982:296). Nesse campo de forças, a composição do Congresso e o alinhamento partidário passaram a se constituir em importantes elos no processo de formulação da Política Externa, em torno da qual, não obstante o amplo consenso com relação a seus vetores fundamentais houve pontos de atrito significativos, sobretudo, em torno aos vínculos com Cuba, após a revolução na Ilha. (MARTZ:1984).

1.3.1. Governos Adecos de Bettancourt e Leoni

Na área econômica, o primeiro governo civil, de Rômulo Bettancourt (1958-1964), procurou estimular o modelo de substituição de importações (ISI) com a adoção de medidas consideradas *protecionistas*. As políticas expansivas e os investimentos em educação e infraestrutura foram marca registrada dos primeiros governos, que contaram com a alta internacional dos preços do petróleo para estimular sua agenda de desenvolvimento. Este recurso foi funcional para a manutenção da estabilidade do regime democrático, embora tenha exacerbado a dependência econômica do petróleo e reforçado os aspectos clientelísticos e rentista do Estado venezuelano, conseqüentemente, enfraquecendo uma verdadeira

²³ Visíveis na Doutrina Bettancourt, nos laços do presidente Pérez com a Internacional Socialista, e do presidente Caldera do Copei com a Democracia Cristã, (ROMERO:2004:246).

institucionalidade democrática (BORGÓ & PAZ, 2005: 93). Também, nesse governo, ocorreram mudanças fundamentais no setor petrolífero, quando em 19 de Abril de 1960, através do decreto 260, foi criada a *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP)²⁴. Tratava-se de uma empresa nacional vinculada ao *Ministério de Minas e Hidrocarburos* com objetivo de explorar, refinar, transportar, além de comprar e vender petróleo dentro e fora do país.

Com o Governo Bettancourt iniciou-se a primeira fase da Política Externa venezuelana do regime de *Punto Fijo*. Nessa primeira fase, que segundo Romero se estende até o ano de 1967, a prioridade teria sido a própria consolidação do novo regime democrático (SILVA, 1987: 182). No plano externo, este governo da *Acción Democrática*, lançou a doutrina Bettancourt, pautada pelo intervencionismo para impor a democracia liberal na região e pelo não-intervencionismo em regimes democráticos. Como contraponto a essa análise, Casanovas (1987) apresenta uma periodização bem distinta. Para a autora, as etapas da Política Externa seriam marcadas por períodos curtos referentes às distintas administrações e seus respectivos projetos nacionais, explicitados no *Plan de la Nación*, dado a conhecer a cada nova gestão. Assim, as diferenças na Política Externa seriam fruto da alternância partidária no governo. (CASANOVAS, 1987:214). De toda forma, constata-se que os dois primeiros governos civis da AD não apresentaram grande diferença em termos de Política Externa, tanto por compartilharem uma mesma plataforma política, alinhada aos interesses norte-americanos, como também por se preocuparem com a consolidação do regime democrático. Mesmo assim, As relações com os Estados Unidos experimentaram um leve abalo devido às restrições impostas por esse país à importação do petróleo venezuelano, com vistas a proteger seu próprio mercado, e pela decisão venezuelana de se tornar membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo²⁵, a OPEP, em 1960 (HILLMAN & SILVA, 2003). Mas com o estabelecimento da “doutrina Bettancourt” ocorreu a normalização das relações bilaterais, já que, a partir dessa doutrina, privilegiavam-se as relações com países democráticos e não comunistas. Em contrapartida, o governo Kennedy permitiu a participação venezuelana em seu *Mandatory import program*, garantindo-lhe

²⁴ Importante destacar que a CVP possuía personalidade jurídica independente e patrimônio próprio em relação ao Estado venezuelano, se dedicando, basicamente, ao mercado doméstico de produtos derivados de petróleo e à distribuição de gás para zona metropolitana de Caracas.

²⁵ A OPEP contou com cinco membros fundadores, a saber, Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. Em 1971 outras seis nações se juntaram: Qatar, Indonésia, Líbia, Emirados Árabes Unidos, Argélia e Nigéria. Em 1974 os EUA criaram a Agência Internacional de Energia como resposta ao embargo realizado pela OPEP. No entanto, o papel dessa agência é consideravelmente menor do que o exercido pela OPEP no cenário internacional.

prioridades alfandegárias e colocando fim as controvérsias referentes às tarifas estadunidenses sobre a importação de petróleo venezuelano.

Durante a presidência de Bettancourt, as relações com os países do Caribe foram conflituosas, em virtude do novo quadro regional configurado pela revolução cubana²⁶ e das tensões existentes com o regime ditatorial de Trujillo da República Dominicana, ambos considerados desestabilizadores da democracia venezuelana. O governo cortou relações com Cuba em 1961 e apoiou o bloqueio realizado em 1963. O regime cubano promoveu movimentos insurgentes na região, inclusive, guerrilhas venezuelanas contra as quais o governo teve que criar unidades de contra-insurgência, como os “*Cazadores*” de elite (MYERS, 1985:06). Quanto à República Dominicana, o governo venezuelano, operando dentro da Doutrina Bettancourt, apoiou a invasão armada naquele país, em 1959, com o intuito de derrubar o ditador dominicano que pouco antes havia mantido estreitos laços com Pérez Jimenez. Em contrapartida, Trujillo teria assistido militares venezuelanos de direita em três tentativas de derrubada de Bettancourt, entre 1960-1962, incluindo um posterior atentado contra o primeiro mandatário venezuelano (BOND, 1981:167). Ainda no que se refere à sua projeção no Caribe, no governo Bettancourt também foi retomada a questão da recuperação do território do Esequibo junto à Guiana (OTÁLVORA: 2002).

No governo seguinte, de Raúl Leoni (1964-1967), ocorreram algumas mudanças políticas importantes. A *Acción Democrática* formou uma aliança política chamada “Ampla Base”, juntamente com a URD (União Republicana Democrática) e a FND (Frente Nacional Democrático). Quanto ao setor petrolífero, em 1967, ocorreu mais uma modificação parcial da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos (1943) abrangendo a estatal CVP, para estabelecer a criação de empresas mistas no setor (MOMMER, 2002). No plano externo, foi mantida a doutrina Bettancourt, e, de acordo com Casanovas (1987: 214), o lançamento do terceiro *Plan de la Nación* apontava a extremada dependência do país em relação ao setor exportador, as limitações do modelo ISI e a inoperância do tratado de reciprocidade mantido com os EUA. Naquela época, ainda não existia uma clara concepção da necessidade de cooperação com o Caribe ou outras regiões da América Latina.

²⁶ Mesmo antes de restabelecer um papel ativo na região, a questão cubana era central para a Venezuela. Myers (1985:31) estabelece a seguinte periodização para as relações entre os dois países: a) 1969-1974 normalidade diplomática com o abandono da Doutrina Bettancourt; b) 1974-1979 cooperação limitada; c) 1979-1982. Interesses opostos (região volta a ser palco do conflito bipolar); d) 1982-1990, novas bases de entendimento. A essa periodização convém acrescentar que o atual período é marcado por uma ampla cooperação e pelo fortalecimento dos laços entre os dois países (1999-).

1.3.2. O Auge do ativismo internacional com Caldera e Perez

No início dos anos 1970, a economia do país já sinalizava perda de dinamismo no setor exportador, conforme relatado no quarto *Plan de la nación* (1970-1974). A economia venezuelana se caracterizou pela adoção de políticas expansivas, com altos gastos públicos e pelo processo de nacionalização da indústria do petróleo. No setor petrolífero, durante o governo Rafael Caldera, entrou em vigor a Lei de Reversão de 1971 que designava maiores obrigações aos concessionários, o que incluía a manutenção de bens tangíveis e intangíveis em bom estado de conservação, além da reversão dos bens que estivessem em mal estado de conservação para o Estado venezuelano (CALDERÓN, 2006: 118).

Naquele período, as teses do "pluralismo ideológico" e a das "múltiplas identidades" se tornaram recorrentes nas análises da Política Externa venezuelana. O pluralismo ideológico, subjacente as políticas do governo Caldera (1969-1974), representou, de fato, o abandono da *Doutrina Bettancourt*, e a diversificação das relações diplomáticas e comerciais do país. A partir de seu governo, os princípios da Doutrina Bettancourt foram substituídos pela justiça social internacional, baseado em preceitos da democracia cristã. Já no que tange a idéia das múltiplas identidades, a Venezuela procurou promover o resgate de sua identidade amazônica, caribenha e andina para se projetar regionalmente. As mudanças na agenda externa foram favorecidas pela alta dos preços do petróleo, que contribuíram para o abandono da postura isolacionista com relação aos países vizinhos. (CERVO 2001:250).

Essencial para a reversão da doutrina Bettancourt e para a promoção do ideário político do Copei, foi o próprio papel do Ministério das Relações Exteriores. Pela tradição diplomática venezuelana e também, pela Constituição de 1961, o executivo nacional tinha um papel determinante, na condução da Política Externa, mas a partir do governo Caldera, o Ministério das Relações Exteriores passou a ter um papel mais relevante, diante da própria complexidade na formulação da Política Externa naquele período (HAROLD:1975:433). O ministro das Relações Exteriores, Aristides Calvani teve um papel fundamental nesse quadro. Dentre os principais aspectos geopolíticos da nova Política Externa, que ele ajudou a delinear, destacava-se a importância das ilhas caribenhas para se garantir a passagem segura de petróleo para os EUA; maior atenção à região amazônica pelo temor do expansionismo brasileiro, e a preocupação em relação à estabilidade política dos Estados caribenhos, um mercado em potencial para a Venezuela.

Os anos 1970 foram marcados por um relativo afastamento entre Washington e Caracas. Durante o governo Caldera, o governo Nixon passou a taxar em 10% as importações venezuelanas e, em retaliação, a Venezuela, em 6 de Junho de 1972, colocou fim ao Tratado de Reciprocidade firmado em 1939. Mesmo assim, os dois países mantiveram boas relações diplomáticas e seus acordos militares. Mesmo permanecendo no sistema interamericano, orientado pelos EUA, a Venezuela percebeu os benefícios de se aproximar dos países do sul. Embora, tanto os EUA quanto a Venezuela procurassem apoiar as democracias na região, o país sul-americano não temia tanto que forças políticas de esquerda chegassem ao poder. Se, por um lado, existia uma compatibilidade entre a Política Externa venezuelana e os interesses norte-americanos no Caribe, por outro, no que tange ao conflito leste x oeste, quanto à dinâmica das relações norte x sul, seus interesses eram divergentes (MYERS: 1985:09). As divergências transparecem, por exemplo, na atitude de Washington de não se envolver nas disputas territoriais venezuelanas com a Colômbia e Guiana por temer que o país sul-americano não optasse por uma solução pacífica (Ibidem: 1985:02). Especificamente, quanto à disputa pelo Esequibo, em 1970, o governo Caldera assinou o protocolo de *Puerto España* garantindo a suspensão (por doze anos) dos artigos Primeiro e Quarto do Acordo de Genebra, firmado em 1966. O acordo de Genebra buscava por fim a contenda entre os dois países, mas como isso não ocorreu de fato, o governo Caldera passou a considerar uma solução sem intermediários, o que preocupava Washington. Em 22 de Junho de 1970, o governo apresentou o protocolo ao congresso venezuelano, mas como o congresso era composto em sua maioria por membros da AD, não foi possível sua ratificação.

Naquela época, o fato de o Caribe passar por um processo de descolonização abriu espaço para que potências regionais, como a Venezuela, aumentassem seu poder de influência naquela região (OTÁLVORA, 2002), inclusive, podendo injetar ajuda financeira naqueles países (BOND, 1981:165). Segundo Manigat, este interesse venezuelano pelo caribe respondia a três problemáticas essenciais: a importância mundial do mar caribe como elo entre a América do Norte e do Sul; a uma questão identitária e cultural (o que remete a teoria das múltiplas identidades); e o incremento das relações sul-sul (MANIGAT, 1992:29-43).

É importante ressaltar que pontos de atrito, tensão e instabilidade política na América Central ou no Caribe²⁷ tem um poder de propagação para toda aquela microrregião, com

²⁷ América Central, juntamente ao Caribe, conforma uma das micro-regiões mais complexas em termos culturais e políticos de todo o planeta, podendo considerar que ambas formam a região do *Gran Caribe*. Sua população é heterogênea, marcada por diferenças étnicas, culturais, históricas e econômicas. Sua herança colonial e as disputas políticas e territoriais também foram responsáveis por diferenças em termos de regimes políticos e quanto à organização política naquela região. Apenas no Caribe, esta fragmentação pode ser percebida na

considerável impacto para os Estados Unidos enquanto maior potência hemisférica; México, Colômbia e Venezuela como potências médias; Guianas (Britânica e Holandesa) e Suriname (Guiana Francesa) pela proximidade geográfica. Isto sem considerar o interesse das antigas metrópoles europeias. O mar caribenho, que interliga toda aquela região assim como o Mediterrâneo na Europa, tem grande importância estratégica e comercial por sua localização que permite o acesso das economias locais ao mercado internacional e, em especial ao mercado norteamericano, e por ser o elo entre a América do Sul e do Norte.

Essa região também despertou interesse da Venezuela, país que, geograficamente, se projeta para o mar caribenho. A base caribenha é extremamente importante para a defesa nacional venezuelana, já que se constitui em uma região de fronteira. Ao analisar a importância territorial do Caribe, que se configura como um mar interior para a Venezuela, Maingot cita o geógrafo venezuelano Ruben Carpio Castillo:

This body of water lying between the coast and the chain of seventy-two Venezuelan islands that stretches from los Monjes in the west to Islas Aves in the north and Los Testigos in the east and constitutes a total of 14.650 square miles of land _ seven times that of Trinidad and Tobago no other Latin American country has such a coastal configuration and certainly none has foreign controlled islands as close to its coast as does Venezuela (MAINGOT, 1984:73).

Toda a costa Venezuelana está voltada para o Caribe e é nessa região que está concentrada grande parte de sua população, de seu parque industrial e de suas fontes de petróleo. A Venezuela possui cerca de 960 km de costa banhada pelo mar caribenho e através dele tem grande interação política, econômica e migratória com os países da região (BOND, 1981). Petróleo, setor pesqueiro e fatores ecológicos também são extremamente relevantes para o interesse que a região caribenha desperta na Venezuela. Trata-se de um interesse geográfico que se refere a sua integridade territorial e a manutenção de tratados internacionais históricos firmados pelo país (MAINGOT: 1984: 74). Além disso, como a Venezuela é o país mais rico da região caribenha, o que vale também como um comparativo com as economias da América Central, é natural que qualquer desejo expansionista se inicie pelo Caribe. Ewell

existência de ex-colônias inglesas que fazem parte da Commonwealth; da existência de territórios de ultramar como Guadalupe, Guiana Francesa e Martinica; de um Estado “associado” aos EUA como é o caso de Porto Rico; Aruba e Antilhas Holandesas que possuem certa autonomia política, mas dependem da Holanda em termos de Política Externa; e ainda Haiti (uma ex- colônia francesa) e República Dominicana (ex- colônia espanhola) que dividem a mesma ilha (BANSARTE, 2008:01). Mesmo com a progressiva retirada das potências europeias ao longo do século XIX e, principalmente do século XX, essa região passou a orbitar em torno dos Estados Unidos. O advento da Doutrina Monroe, do Corolário Roosevelt, da Política do Big Stick, passando pela confrontação leste x oeste dentro da dinâmica da Guerra Fria, demonstram que nem mesmo o processo de descolonização da região, iniciado há quase dois séculos, fez com que a mesma deixasse de ser objeto de grande interesse das grandes potências quanto a segurança hemisférica e quanto a aspectos comerciais.

(1982:295) destaca que, basicamente, existiam quatro objetivos principais que explicariam o interesse da Venezuela pelo *Gran Caribe*, seriam eles, defender sua costa rica em petróleo; reconquistar territórios perdidos; povoar e industrializar as fronteiras da costa norte e despolitizar e neutralizar o Caribe para manter a estabilidade de seu próprio regime político²⁸.

Neste processo de projeção regional, reviver o mito de Bolívar fortalecia a auto-imagem que os venezuelanos faziam de si mesmos em relação ao Caribe, já que Bolívar libertou a porção norte da América do Sul. A Venezuela se colocou como um poder regional e se via como uma ponte entre o Caribe e outras regiões da América do Sul. Além disso, a Venezuela era o país mais rico daquela região e com a alta do petróleo na década de 1970, passou a ter maior capacidade para perseguir seus objetivos externos, enquanto os EUA perdiam sua capacidade de controle (MYERS: 1985:01).

Assim como o México e Colômbia, a Venezuela se tornou um poder regional no Caribe e sua Política Externa passou a primar pela busca de autonomia, não somente em relação aos EUA, mas também em relação a Cuba, considerada um porta-voz dos interesses soviéticos em nosso hemisfério (GRABENDORFF: 1984:83).

Embora a região andina não recebesse tanta atenção quanto o Caribe, durante o governo Caldera, a Venezuela começou a se projetar na América do Sul, tendo seu governo apoiado o Pacto Andino em 1969²⁹, que daria origem à Comunidade Andina de Nações. Este era um objetivo secundário da Política Externa venezuelana que encontrava motivação na necessidade de contrabalancear o crescimento brasileiro na base amazônica, isolando este país na região. A Venezuela possui uma larga fronteira com o Brasil e os conflitos fronteiriços com a Guiana, que, por sua vez, também faz fronteira com o Brasil, poderiam desestabilizar a região. Mas a estratégia andina não teve continuidade, pelos próprios conflitos existentes com

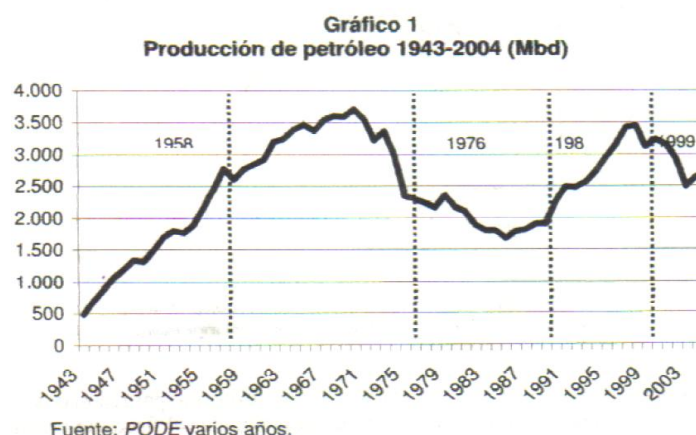
²⁸ Até a segunda Guerra Mundial, a estratégia venezuelana para a região era defensiva, o ativismo começou a surgir com os governos Contreras e Medina, mas a percepção da importância de se proteger aquele espaço geográfico para a segurança dos recursos naturais e estabilidade política venezuelana ocorreu mesmo a partir do Pacto de Punto Fijo (EWELL, 1982:300). Nos idos da década de 1960 e 1970, a Venezuela pretendeu aprofundar a cooperação com os países da região, projeto este que foi abortado com o advento da crise da dívida na década de 1980. Na atualidade, a Venezuela retoma o interesse procurando estabelecer laços de solidariedade com países daquela região, fomentando projetos de cooperação e integração econômica, procurando estabelecer novas alianças políticas e utilizando o petróleo como seu principal elemento de barganha internacional. Até os anos 1980, os interesses militares venezuelanos no *Gran Caribe* se referiam a defesa das fronteiras, à capacidade militar da Venezuelana para apoiar as democracias da região contra ameaças externas e à necessidade de manter sua própria capacidade anti-guerrilhas. No que diz respeito aos interesses territoriais, destaca-se a disputa pela região do Esequibo na vizinha Guiana e a disputa pelas águas territoriais no golfo da Venezuela com a Colômbia. A partir dos anos 1960, surgiu o interesse de dominar o mercado de exportações de petróleo e de expandir a capacidade daqueles países de absorver os bens manufaturados produzidos na Venezuela. Os venezuelanos também visavam desenvolver o potencial de produção de gêneros alimentícios.

²⁹ No qual a Venezuela só viria a aderir em 1973.

a Colômbia que atrapalharam o fortalecimento do bloco e pelo desinteresse dos governos da *Acción Democrática* por aquela região (MYERS: 1985:05).

No cenário internacional, a Venezuela exercia um papel secundário dentro da OPEP, em um momento em que essa organização passava a exercer maior influência³⁰. Buscando reverter o quadro, em 1973, Carlos Andrés Pérez chegou à presidência depois de vencer as eleições através do slogan “Democracia com Energia”. Naquele momento, a produção de petróleo havia aumentando, consideravelmente, e o país vivia um novo *boom* petrolero, conhecido agora como período da Bonança (*Bonanza*). Na verdade, desde a década de 1940, existia uma tendência ininterrupta de crescimento da produção, que só teve fim com a ocorrência dos choques petroleros em 1973 e 1979, ocasionando uma alta dos preços (Gráfico 3).

Gráfico 3: Produção de Petróleo entre 1943-2004 (Mbd)



Fonte: Espinasa, Ramón. 2006, pag.151.

O período da bonança petrolera implicou na entrada de consideráveis quantias de petrodólares no país, o que exacerbou o comportamento *rent seeking* (rentista). Para amenizar os conflitos entre diferentes setores e ainda conter o risco de alta inflacionária, o governo passou a controlar a entrada dos petrodólares e ainda optou pela redução da produção de petróleo, o que pode ser observado no gráfico acima (KARL, 1997:118).

³⁰ Paulatinamente os países membros dessa organização passaram a ter maior capacidade de influenciar os preços do petróleo bruto. Isso ocorreu, primeiramente pelo fato de que a *Texas Railroad Commission*, responsável pelo controle dos preços nos EUA, perdeu sua capacidade de impor limites aos preços dentro dos EUA. Mas o maior exemplo do fortalecimento da OPEP foi o embargo realizado pelos países da OPEP aos países industrializados no momento em que os EUA e outros países ocidentais demonstraram apoio a Israel na guerra Árabe-Israelense, gerando uma crise que levou a uma escalada dos preços do petróleo.

Com o propósito de implementar medidas para conter os efeitos perversos do *boom* petrolero, o governo Andrés Pérez julgou necessário acelerar o processo de tomada de decisão no Congresso Nacional e, mesmo contando com a maioria, lançou mão das *leyes Habilitantes*, em 1974. Depois de aprovadas, Pérez passou a governar por decreto³¹ entre 31 de Maio de 1974 e 1 de Junho de 1975. Naquele período, o presidente criou um fundo para inversões provenientes do setor energético, o chamado *Fondo de Inversiones de Venezuela*, e ainda realizou uma reforma tributária no país (Ibidem,1997:130-133). As medidas econômicas adotadas tinham por objetivo controlar os efeitos perversos da crise petrolera e da *oil bonanza*, mas não surtiram o efeito desejado. Diante da escassez de petrodólares, que tiveram sua entrada controlada, o governo passou a recorrer a empréstimos no exterior para cobrir os crescentes gastos governamentais, elevando consideravelmente sua dívida externa (Ibidem,1997:164-174).

Em 1975, o executivo apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei para a nacionalização do setor³². O mesmo foi aprovado em 29 de Agosto de 1975 e a lei de nacionalização, como ficou conhecida, foi logo sancionada pelo presidente Pérez. A partir de então, ao Estado ficou reservado o direito de exploração, manufatura, refino, transporte e comércio. As concessões petroleras foram extintas, anulando o direito das transnacionais de realizar atividades neste setor. A nacionalização foi favorecida pelo forte apoio popular e pela coesão entre as elites que reforçaram o consenso político em torno daquela medida. Além do mais, não existia grande resistência por parte das multinacionais posto que já fosse prevista sua devida indenização (BAENA,1999:31-42). Finalmente, em 1 de janeiro de 1976, a lei entrou em vigor e os equipamentos e propriedades das companhias estrangeiras passaram a pertencer ao Estado venezuelano. A seguir, trechos da *ley orgánica de hidrocarbonetos* de 1975:

Artículo 1o___ Se reserva al Estado, por razones de conveniencia nacional, todo lo relativo a la exploración del territorio nacional en busca de petróleo, asfalto y demás hidrocarburos; a la explotación de yacimientos de los mismos, a la manufactura o refinación, transporte por vías especiales y almacenamiento; al comercio interior y exterior de las sustancias explotadas y refinadas, y a las obras que su manejo requiera, en los términos señalados por esta ley. Como consecuencia de lo dispuesto en este artículo, quedarán extinguidas las concesiones otorgadas por el Ejecutivo Nacional y la extinción se hará efectiva el día 31 de diciembre de mil novecientos setenta y cinco.

³¹ É importante destacar que muito embora tenham recebido grande atenção as recentes leis habilitantes de 2001, o congresso venezuelano vem concedendo esta precedência ao executivo em diferentes momentos. Não apenas em 1974 com vimos há pouco, mas desde 1961.

³² Ver Quadro 6: Indústria petrolera venezuelana nos anos 1970 na Seção Anexos.

Se declaran de utilidad pública y de interés social las actividades mencionadas en el presente artículo, así como obras, trabajos y servicios que fueron necesarios para realizarlas.

Lo referente a la industria del gas natural y el mercado interno de los productos derivados de hidrocarburos, se regirá por lo dispuesto en la Ley de Reserva al Estado la Industria del Gas Natural y la Ley que Reserva al Estado la Explotación del Mercado Interno de los Productos derivados de Hidrocarburos, respectivamente, en cuanto no colida con lo dispuesto en la presente ley.

Artículo 2o___ El comercio exterior de los hidrocarburos estará bajo la gestión y el control exclusivos del Estado, quien lo ejercerá directamente por el Ejecutivo Nacional o a través de los entes estatales creados o que se crearen para realizar los fines de la presente ley (VENEZUELA. Ley de Hidrocarburos de 1975).

A criação da empresa Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), incluída na política de nacionalização, objetivava a coordenação de empresas e de atividades ligadas ao setor. Importante lembrar que das dezesseis empresas privadas existentes no país, antes da estatização, quatorze eram estrangeiras (ADAMS,1992:93). Em sua forma jurídica, a estatal, na época de sua criação, constituía uma sociedade anônima que gozava de grande autonomia gerencial e operativa, tendo o Estado por acionista único (ESPINASA, 2006:155). A PDVSA foi criada para atuar na avaliação, exploração, certificação e perfuração de poços de petróleo; em seu refino (separação, beneficiamento e obtenção de produtos derivados); na distribuição e comercialização do petróleo bruto e de seus derivados; além de operar no mercado de gás natural. Segundo o *Petroleum Intelligence Weekly rank* de 2006, a petroleira venezuelana é a primeira do mundo em produção e refino; a quarta em petróleo bruto e gás natural; a quinta em reservas comprovadas de petróleo bruto e a sétima em vendas (PDVSA, 2006). Com a nacionalização em 1976, apesar de o governo objetivar fortalecer a indústria petroleira, esta já havia se tornado mais dependente de insumos externos. Os incentivos à descoberta de novas reservas também encontravam obstáculos nas políticas de contenção da OPEP. O governo regulava as atividades do setor e o Ministro de Minas e Energia era o presidente dos acionistas da PDVSA, mas ele não tinha direito a voto, por isso, os interesses privados ou corporativos prevaleciam sobre os interesses públicos (SILVA; 2009:30-34).

No governo Pérez foi lançado o quinto *Plan de la Nación* (1976-1980) e a tônica da agenda externa do país passou a ser o fomento à cooperação, especialmente com o Caribe. Em 1978, foi assinado o tratado de cooperação Amazônica, ampliando a inserção regional para além do Caribe, e incentivando processos de integração e o estabelecimento de laços de solidariedade entre os países do terceiro mundo.

Carlos Andrés Pérez assumiu em 1973, e mesmo sendo da AD não rompeu com o pluralismo ideológico dos *copeianos*, principalmente por que, naquele contexto político internacional, não julgava ser conveniente resgatar a postura isolacionista de Bettancourt e

Leoni. Por isso, não encontrou grande oposição no que se refere a sua Política Externa para o Caribe.

Ao contrário, a tônica da agenda externa do país passou a ser o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional baseada na solidariedade entre os países em desenvolvimento, assim como o fomento à cooperação, especialmente com o Caribe.

Ao mesmo tempo em que procurou se aproximar dos países da OPEP, Pérez buscou liderar o Terceiro Mundo e, ao longo de seu mandato promoveu a cooperação internacional, defendeu um maior papel dos países latino-americanos nos organismos internacionais e, com esse intuito, criou o Sistema Econômico Latino Americano (SELA) (MARTZ:1984:137). Para o autor Franklin Tugwell (1976) tratava-se de uma Política Externa “associada”, já que esse governo procurou resolver as questões referentes às relações exteriores dentro de mecanismos institucionais internacionais como a própria OPEP, o Pacto Andino, o SELA ou a Organización Latinoamericana de Energia (Bond,1981:168).Ademais, nacionalizou o setor petrolífero, criando a estatal petrolífera PDVSA, afetando os interesses comerciais norte-americanos (SILVA, 1987:186).

Dentro desta dinâmica de valorização das relações entre os países do terceiro mundo, a projeção venezuelana para o Caribe e América Central ganhou relevância. Merece atenção o apoio do governo Pérez ao Panamá que procurava manter sua soberania sobre o Canal. Pérez ainda procurou se aproximar de Trinidad e Tobago, mas, as relações da Venezuela com os países do CARICOM, conflitos quanto à legislação marítima e as fronteiras no mar caribenho, assim como a própria influência cultural venezuelana na região, fizeram com que essa tentativa não fosse bem recebida por aquele país (MAINGOT, 1984:75).

A posição com relação a Cuba, inicialmente alinhada com a dos Estados Unidos, foi mudando ao longo da presidência de Carlos Andrés Perez. As críticas ao caráter intervencionista e agressor do regime revolucionário foram cedendo lugar a atitudes menos radicais que visavam a normalizar as relações com o país caribenho. Nessa linha, a intenção do presidente venezuelano de reintegrar Fidel Castro na região caribenha, pode ser vista como demonstrativo do pluralismo ideológico em vigor na Política Externa venezuelana nos anos 1970 e até como uma inclinação ideológica de Pérez à esquerda. Em verdade, a aproximação de Pérez com o regime Castro estava relacionada com o apoio que este regime dava as guerrilhas sandinistas contra o regime da família Somoza na Nicarágua. Ao promover a democracia liberal na região, o governo Pérez acreditava que a derrubada de Somoza pelos Sandinistas poderia abrir espaço para o estabelecimento de um regime democrático naquele país. Durante seu governo também procurou negociar a questão do Esequibo com a Guiana

em duas oportunidades em 1975-1978. Este assunto continuou fazendo parte da agenda exterior venezuelana para o Caribe elaborada pelo governo Herrera Campins que chegaria a solicitar a intervenção da ONU em 1982 para solucionar a disputa (OTÁLVORA: 2002).

Carlos Andrés Pérez também buscou liderar a região na conferência de Ministros das Relações Exteriores do Caribe, realizada em Puerto Ordaz, e se aproximou de Porto Rico (HAROLD:1975:429). Na ocasião, criou o *Fondo de Inversiones de Venezuela* que operou entre 1974 a 2001(OTÁLVORA,2002).A Venezuela apoiou países caribenhos em seu processo de descolonização, promoveu a autonomia dos países latino-americanos, em geral, dentro da OEA, e passou a reforçar projetos de cooperação como o *Programa de Cooperación con el Caribe* (1975), criando ainda o *Instituto Venezolano de Cultura y cooperación*.³³ Também firmou o Pacto Amazônico, em 1978, servindo como base para a Venezuela se consolidar enquanto um intermediador entre o Caribe e o Sul do continente americano (EWELL, 1982:312).

Até o fato de o presidente Pérez ter proposto a criação de uma “Nova Ordem Econômica Internacional” com papel de destaque para as relações sul-sul descontentaram Washington (ADAMS, 1992:82). As tensões se agravaram levando a Venezuela a ser excluída, em 1975, do *Mandatory import program* do qual fazia parte desde o governo Kennedy.

Este período que compreende as administrações de Caldera do Copei e Pérez da AD, representaram o auge do ativismo político venezuelano no cenário internacional. Embora existissem diferenças pontuais entre os dois partidos, como por exemplo, a AD era um partido policlassista, nacionalista, social-democrata e reformista enquanto o Copei seguia a democracia cristã européia associada ao ideário socialista, e diferenças entre os discursos dos dois presidentes, já que Pérez era considerado menos ideólogo e mais pragmático que Caldera, o período foi marcado por um afastamento de Washington e uma aproximação dos países Caribenhos e de outras nações do terceiro mundo (MENDEZ & MORALES; 2001:30-32).

³³ Naquele governo, ainda foi criado o Conselho Venezuelano de Segurança Nacional e Defesa e o Instituto de Estudos Avançados em Defesa Nacional (1976).

1.3.3. Declínio do ativismo internacional: governos Campins, Lusinchi, Pérez e Caldera

Luis Herrera Campins do Copei assumiu em 1979, dando prosseguimento ao ativismo que marcou o governo anterior. A administração Campins representa uma inflexão na trajetória da Política Externa, não tanto pelo arrefecimento do ativismo, mas fundamentalmente pela mudança de sentido e dos objetivos perseguidos. Para entendê-la é necessário lembrar que, na década de 1980, distintamente ao que vinha acontecendo nos países sul-americanos, o Caribe e a América Central se transformaram no palco derradeiro da Guerra Fria, com maior intensificação de conflitos armados e, concomitantemente, da pressão norte-americana contra os movimentos de guerrilha. À época, o processo de descolonização já estava praticamente terminado, e Cuba se aproximara do Suriname, Nicarágua e Granada, onde Maurice Bishop havia instalado um regime de orientação marxista em 1983 (MAINGOT, 1984: 69). Ao mesmo tempo, o regime de Fidel proporcionava treinamento militar às forças sandinistas e as aparelhava com armamentos de origem soviética. Em conjunto essas ações tendiam a desestabilizar a balança de poder na América Central e no Caribe, e provocavam alarme no governo venezuelano, preocupado com a segurança de suas refinarias, assim como com a possibilidade dos problemas limítrofes com os países vizinhos eclodirem a qualquer momento (MYERS: 1985:11). O posicionamento de AD e Copei em relação a Cuba, cuja influência em El Salvador e Nicarágua fazia se sentir cada vez mais, aumentou a rivalidade entre os dois partidos (MARTZ;1984:138).

Nesse contexto, a Política Externa de Campins, menos multilateral do que a do período anterior passou a refletir o conflito leste x oeste, e significou a volta do alinhamento com Estados Unidos, o apoio e a promoção de governos capazes de frear tanto os movimentos de guerrilha de inspiração cubana quanto o conservadorismo das oligarquias tradicionais, e arrefecimento ou mesmo congelamento do movimento terceiro mundista (OTÁLVORA:2002). A influência que Cuba exercia sobre os acontecimentos políticos em El Salvador e Nicarágua erodiu o pacto existente entre AD e Copei e a rivalidade entre os dois partidos aumentou (MARTZ;1984:138). Como seria de se esperar, essa pauta fez da PE um fator de polarização entre os partidos venezuelanos, perdendo a base consensual que a caracterizou nas administrações anteriores.

De um modo geral, Campins seguiu políticas próximas às de Reagan, sobretudo na postura anti-comunista das mesmas, prolongando, assim, a linha mais ideológica da Política Externa imprimida pelos governos do Copei, o que pode ser vislumbrado nos laços

estabelecidos com os movimentos ou regimes democrata cristãos. Do mesmo modo que Pérez exercia a liderança regional dentro da Internacional Socialista, Campins aspirava a um papel destacado na Organização Democrata Cristã Americana (ODCA).

Em 1980, a Venezuela firmou o *Acuerdo de San José* com o México para estabelecer o fornecimento de petróleo para os países da América Central e Caribe, pondo fim à disputa por influência naquela região. Contudo, o contexto regional havia mudado.

Quanto aos rumos da Política Externa, Casanovas (1987) acredita que os planos governamentais, lançados no início da década de 1980, tiveram considerável impacto. Para Carlos Romero, naquela década inaugurava-se uma terceira fase para a Política Externa venezuelana, marcada pelo abandono do ativismo internacional. No que se refere aos planos governamentais, destaca-se o *Sexto Plan de la Nación* (1981-1985), lançado durante o governo Herrera Campins, que previa maior cooperação financeira entre os países da região e a aquisição de bonos e fundos do Banco de Desenvolvimento do Caribe. Mas os sinais da crise econômica, já no início dos anos 1980, impediram a continuidade dessa estratégia para o Caribe.

De um modo geral, Campins seguiu políticas próximas às de Reagan, ou seja, era anti-comunista. Geralmente, aos governos do Copei é imputado um caráter mais fortemente ideologizado na condução da Política Externa, o que pode ser vislumbrado nos laços estabelecidos com o movimento democrata cristão, inclusive no apoio dado aos democratas cristãos nicaraguenses. Campins apoiou a junta cívico-militar de Napoleón Duarte em El Salvador por que este representaria o centro em relação ao domínio das oligarquias naquele país. Apesar de temerem uma ditadura de esquerda no país, os copeianos mantinham laços próximos com Duarte, até mesmo por que seu partido fazia parte do Movimento Internacional Democrata Cristão. É sabido que Campins fazia parte da Organização Democrata Cristã Americana (ODCA) cujo secretário era o ex- ministro das Relações Exteriores do governo Caldera, Aristides Calvani. A Acción Democrática era contrária a esse alinhamento do governo Copeiano com Duarte, além disso, o uso da diplomacia petroleira venezuelana para promover o movimento democrata cristão no Caribe, o que veio a erosionar o consenso existente entre os dois partidos em termos de Política Externa (BOND, 1981:176).

Na década de 1980, os conflitos regionais foram tratados sob a ótica da Guerra Fria, por isso a Venezuela procurava contribuir para a estabilidade política dos países da região. O processo de independência já havia se completado, e Cuba se aproximara do Suriname, Nicarágua e Granada (MAINGOT, 1984: 69). Em Granada, por exemplo, Maurice Bishop instalara um regime de orientação marxista em 1983 os EUA realizaram uma incursão militar

nesse país. Isto explica a própria mudança de orientação do governo venezuelano entre as administrações Pérez e Campins. Como os Sandinistas faziam treinamento militar com os cubanos e adquiriam armamentos do bloco soviético, isto poderia desestabilizar a balança de poder na América Central, sendo um complicador para a estabilidade política da região caribenha que é acesso às refinarias venezuelanas (MYERS: 1985:11).

Em 1980, durante o conflito entre Irã e Iraque, quando os preços do barril chegaram a dobrar de valor, a nacionalização do petróleo mascarou temporariamente os problemas econômicos da Venezuela, permitindo maiores dividendos ao Estado. Esses benefícios imediatos longe de evitar a crise a retroalimentaram. Os anos 1980 foram críticos para os países produtores de petróleo já que para contornar a crise de abastecimento e a alta dos preços promovida pelos países produtores, os países industrializados buscaram fontes de energia alternativas e descobriram novas reservas em outras regiões do globo. A produção mundial voltou a crescer, em parte, pela incorporação de novas áreas descobertas em países não pertencentes à Organização de Países Exportadores de Petróleo, e pela política de quotas da OPEP naquele momento. Ao longo da década de 1980, a PDVSA perdeu em produtividade. Enquanto no auge do *boom* petrolífero, em 1973, o país era responsável por uma contribuição de cerca de 80% em suplemento de Petróleo no mercado internacional, no limiar dos anos 1990, a contribuição venezuelana caiu para aproximados 60%.

De uma maneira geral, de 1970 até 1985, as relações venezuelanas com o Caribe devem ser compreendidas dentro de um quadro em que o Estado venezuelano tinha grande poder econômico em um contexto internacional marcado pela alta dos preços do petróleo e pela nacionalização desse setor. Também o processo de descolonização gerou um espaço de poder a ser preenchido, do qual a Venezuela poderia garantir um melhor posicionamento a despeito da influência a ser exercida pelo México e da própria presença americana na região (CASANOVAS, 1987:219).

Durante o governo Herrera Campins, existiu uma forte cooperação com o governo Carter para fortalecer os moderados na Nicarágua, mas aquele governo voltou atrás em relação à aproximação estabelecida com Castro pelo governo anterior. Campins não descartava a cooperação com os norte-americanos em assuntos de interesse mútuo e chegou a apoiar o próximo presidente dos EUA, Ronald Reagan, em El Salvador. O governo Herrera Campins, também foi marcado pela promoção de valores democráticos na região e pelo uso do petróleo para promover os interesses dos democratas cristãos. O governo acreditava que a estabilidade política da base caribenha era importante para a segurança do país, mas o contexto regional era marcado pela eminência de um golpe na Nicarágua e outro em El

Salvador, conseqüentemente, diante da influência cubana nos dois processos as relações entre Venezuela e Cuba se deterioraram novamente.

Algumas questões referentes à inserção venezuelana no Caribe remetem a temas persistentes na agenda externa desse país. Nessa linha, cabe destacar os conflitos da Venezuela com a Colômbia e a Guiana, assim como a delimitação e defesa de suas fronteiras. No tocante a Colômbia, a Política Externa se orientava a promover a estabilidade democrática na república vizinha, evitando a incursão da guerrilha nas áreas de fronteira, e protegendo, sobretudo, a região do lago Maracaíbo, uma das principais reservas petrolíferas. Respeito à disputa com a Guiana em torno de Esequibo, o governo de Herrera Campins solicitou, em 1982, a intervenção da ONU (OTÁLVORA: 2002).

Em 1984, já durante o governo Lusinchi (1984-1989), as condições de cooperação com o Caribe foram revistas em decorrência do aprofundamento da crise econômica (CASANOVAS,1987:218). Durante seu governo, cabe tão somente destacar a aproximação com o Caribe anglo-saxão, quando, em 1986, foi firmado um importante acordo de fornecimento de petróleo para a Guiana. No *Sétimo Plan de la Nación*, estabelecido, antecipadamente, pelo agravamento da crise, já se omitia qualquer menção ao processo de cooperação com os países daquela região. Em vista da crise econômica, a continuidade da estratégia de inserção na região caribenha foi interrompida.

No setor petrolífero venezuelano, concomitante à nacionalização realizada pelo governo, ocorreu um programa de internacionalização³⁴ da empresa estatal. A autonomia crescente desta empresa a transformou em um ator político-institucional de peso, levando o próprio ministério a desempenhar um papel secundário na política petrolífera (MOMMER,2009). Exemplar é o fato de que em sua direção executiva nenhum de seus diretores fazia parte do funcionalismo público (AL SHEREIDAH,2006:135). Embora desde sua criação existisse certo *trade off* entre a empresa e o governo, a tarefa de solucionar os dilemas provenientes da combinação entre as políticas corporativas da empresa e as demandas governamentais do setor tornou-se mais árdua. Os enfrentamentos com o Ministério de Energia, que perdia sua capacidade de controle e fiscalização diante da resistência dos diretores em relação às políticas públicas setoriais, foram constantes (CALDERÓN, 2006:122).

³⁴ Consistia na aquisição de ativos de refinarias no exterior, totalizando dezenove refinarias adquiridas (BOUÉ,2006:237). Com a internacionalização, a empresa se tornou uma grande acionista e proprietária de diversas refinarias em outros países, o que pode ser exemplificado pela aquisição da empresa norte-americana CITGO em 1990. Desde 1986, a PDVSA já possuía 50% de suas ações.

Naquela época, cerca de 50% do ingresso fiscal venezuelano era proveniente das atividades petroleiras e 80% das divisas externas do Estado eram oriundas desse setor (PONCE, 2000:18). A crise no setor energético levou Andrés Perez, já em seu segundo governo (1989-1993), a aprofundar a política de liberalização e ajuste econômico prenunciada durante a década de 1980. Dessa forma, Pérez se distanciou das políticas implementadas no seu primeiro mandato e transformou o panorama político e econômico do país que antes primava pelo forte papel do Estado na economia. Não obstante a grande resistência popular à “nova” política econômica, evidenciada pelo episódio do “Caracazo”, o governo conseguiu levar adiante a reforma petroleira. Através da “Apertura Petrolera”, não ocorreu a privatização do setor, mas foi permitida a participação estrangeira para a exploração da Faixa do Orinoco³⁵(ADAMS,1992:102). As reformas diminuíram a carga tributária do setor e, ao mesmo tempo, fizeram com que a influência da estatal PDVSA na política setorial energética aumentasse ainda mais (ARAQUE, 2002)³⁶. Tanto assim que, quando a OPEP procurou reverter o quadro de queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional, a direção da PDVSA se opôs às cotas estabelecidas por aquela organização.

Mas as reformas produziram uma modesta e gradativa recuperação econômica. A contribuição dos hidrocarbonetos para o crescimento dos investimentos no país passou da ordem de 8,37%, em 1988, para 33,15%, em 1992. De igual maneira, a participação desse setor no Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de 18,72%, em 1988, para 20,89%, em 1991 (LANDER,1996:58). Na verdade, a recuperação era fruto do cenário internacional mais favorável, uma vez que a melhoria da economia norteamericana e o crescimento econômico dos países do sudeste asiático fizeram crescer a demanda por petróleo:

(...) las reformas en el sector petrolero venezolano no escapan al juego de los intereses internacionales. Pese a las estrategias trazadas desde 1974 por los principales consumidores, dirigidas a reducir la dependencia del petróleo, el consumo ha continuado su crecimiento (ARAQUE, 2002:198).

No seu segundo mandato, Pérez adotou uma Política Externa que oscilava entre o internacionalismo da cooperação Norte-Sul e o regionalismo, que acabou sendo comprometido pela abertura econômica. Em relação ao Caribe, o presidente venezuelano solicitou a entrada do país no Caricom como observador, além de incentivar a aproximação do G3 do qual fazia parte com a Colômbia e México, o que incentivou a criação do AEC (Associação dos Estados Caribenhos) (OTÁLVORA, 2002). Apesar da crise, o governo

³⁵ Exemplificado pelo projeto gasífero Costa Afuera Cristobal Colón em 1993. Ver: Cordeiro,1997.

³⁶ Ver Quadro 7: Indústria petroleira venezuelana nas décadas de 1980 e 1990 na Seção Anexos.

seguinte, do presidente Rafael Caldera (1994-1998), conseguiu manter a ordem institucional e impedir o colapso político. Por conta disso, pôde empreender uma política econômica não ortodoxa e ainda assegurar uma maior autonomia à condução da Política Externa. No âmbito do GATT, surgiram atritos com o governo norteamericano relacionados à Política *antidumping*, petróleo e meio-ambiente em 1993 e 1994. A administração Clinton foi alvo de críticas por parte do governo Caldera em razão do caráter unilateral de suas ações e de suas estratégias na luta contra o narcotráfico na região. Estas tensões entre os dois governos ficaram ainda mais nítidas quando Washington apoiou o colombiano César Gaviria para a secretaria da OEA e demonstrou ser a prioridade de sua agenda para a região, a luta contra o narcotráfico. Na esfera econômica, Caracas se afastou de Washington e se aproximou de Brasília, em virtude das restrições em relação à proposta de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Mas o governo venezuelano não conseguiu manter por muito tempo esta postura independente frente às pressões internacionais e em meio à crise econômica.

No setor petrolífero, o governo Caldera manteve cotas altas de produção de petróleo, indo de encontro ao que a OPEP determinara, e, com isso aumentou o risco de queda do preço do barril que afetaria, sobremaneira, os rendimentos da PDVSA e a receita fiscal do próprio Estado. Em 1996, teve prosseguimento a política de abertura do setor petrolífero para atrair investimentos externos. Os recentes atritos comerciais com os Estados Unidos ficaram para trás, inclusive uma recente disputa quanto ao comércio de atum, ao estabelecimento de acordos para fomentar o combate ao narcotráfico e para regulamentar a comercialização do petróleo e seus derivados. Novos acordos com os EUA ganharam força e o governo desse país permitiu que a Venezuela voltasse a participar do sistema privilegiado de tarifas (MRE. Relaciones Diplomáticas- EUA e Venezuela³⁷).

Durante o governo Caldera persistiram, nos anos 90, problemas com a guerrilha colombiana em áreas limítrofes do rio Meta, e o governo ainda propôs continuar as negociações com a Guiana nos mesmos moldes das negociações realizadas em 1989 pela delimitação das áreas marinhas e submarinhas do Golfo da Venezuela. As negociações bilaterais entre os países aumentaram, significativamente, neste período por conta da disputa territorial. Em 1998, foi criada uma Comissão Binacional de Alto Nível (OTÁLVORA, 2002).

³⁷ Documento disponível no site do MRE. < <http://www.mre.gov.ve/public/Estados%20Unidos.pdf>>

Para exacerbar a crise venezuelana, ao final da década de 1990, os países produtores enfrentaram a queda da demanda por petróleo decorrente da crise asiática de 1997. Isto transformou drasticamente o cenário positivo de anos anteriores, retardando a retomada do crescimento econômico e afetando, negativamente, sua Política Externa.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DA ERA CHÁVEZ

Neste capítulo, analisaremos o contexto no qual Hugo Chávez Frias surgiu como importante ator político até sua ascensão à presidência da República, para, em seguida, avaliarmos, a nova constitucionalidade democrática instaurada no ano de 1999, a reforma petroleira e as políticas sociais que marcam a atual administração. É importante frisar que Chávez não pretende repetir a experiência do socialismo real, mas construir um “novo” socialismo na Venezuela. Na prática, o apelo aos ideais socialistas se reflete na centralidade que a questão social passou a ter para a nova democracia venezuelana sob o novo regime.

Geralmente, pouco se discute a respeito das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no plano doméstico e como isto poderia levar a transformações em termos de Política Externa. Ao considerar fatores domésticos, a literatura, com frequência, considera tão somente o golpe de 2002 como um divisor de águas em termos de Política Externa. Geralmente, aborda esta questão como responsável pela maior radicalização da agenda externa do governo Chávez, priorizando, dessa forma os componentes ideológicos em detrimento de análises que considerem os componentes político-institucionais, sociais e econômicos. Não desconsiderando a importância do golpe de 2002, apenas salienta-se aqui que as próprias transformações promovidas pelo governo Chávez culminaram naquela tentativa fracassada de golpe em Abril de 2002. E que mudanças em termos de Política Externa também refletem as mudanças internas ocorridas em diversas áreas ao longo de sua administração.

2.1. O surgimento do fenômeno Chávez e mudanças político- institucionais

É lugar comum afirmar que o surgimento do regime instaurado por Chávez veio apenas coroar a derrocada de um modelo político já em ruínas, em meio a um cenário de grande descontentamento popular e descrédito das instituições políticas. Mesmo assim, as diferenças existentes entre a administração Chávez e os governos que o antecederam criaram a impressão de que o atual governo fez surgir uma nova Venezuela. Cabe perguntar-se, portanto, “que Venezuela fez surgir Chávez?”

Existem importantes antecedentes que explicam a ascensão de Chávez no fim dos anos 1990. Gradualmente, e na medida em que a modernização econômica e a urbanização

avançavam, a estrutura social característica da época do *Pacto de Punto Fijo* foi se desintegrando para dar lugar a outra mais heterogênea e complexa, com amplas parcelas da população ficando à margem do sistema político, sem canais de representação formal. Com efeito, o sistema partidário e as regras eleitorais, longe de promoverem a incorporação dos novos segmentos, contribuíam para sua exclusão e para a perpetuação de oligarquias políticas e interesses corporativos. Com o passar do tempo, o regime foi perdendo legitimidade na mesma proporção em que crescia a corrupção e a população perdia confiança nas instituições, particularmente nos partidos. Durante o regime de *Punto Fijo*, sobretudo no período compreendido entre 1974 e 1988, emergiram novos atores políticos como o *Movimiento Al Socialismo (MAS)*, e movimentos sociais que construíram identidades e concepções de cidadania distintas às que vigoravam anteriormente. Esses novos atores procuraram se inserir em um sistema caracterizado por um executivo forte que garantia cooperação política através da alocação de benefícios da renda petroleira e pela centralização, proveniente do predomínio de AD e Copei no congresso nacional.

A crise que explodiu na década de oitenta foi resultado de graves problemas nos cenários doméstico e internacional. Em 1977, ocorreu uma desaceleração da economia, prenúncio do que estaria por vir, mas nessa ocasião o fato de o país ter altas reservas internacionais, por conta das elevadas receitas obtidas com o petróleo durante o período de bonança, retardou a percepção dos entraves estruturais (LANDER, 1996:50). O primeiro sinal de alerta apareceu somente em 1982, quando os rendimentos petroleiros caíram 25% (HELLINGER, 2006, 479). As pressões pelo pagamento das dívidas contraídas nos anos precedentes se davam em um quadro de prenunciada queda dos rendimentos derivados do petróleo, o que, por fim, redundou em forte pressão sobre as contas fiscais (KOSLOFF, 2007). Em 1986, ainda no governo Herrera Campins, a crise agravou-se com uma nova queda nos preços do barril no mercado internacional e consequente fuga de capitais e desvalorização cambial (MCCOY, 1993).

No final do governo Lusinchi, a inflação chegou a 29,48% ao mês e, na administração seguinte, de Andrés Pérez, o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações petroleiras declinaram progressivamente (LANDER, 1996:51). A partir de 1989, o executivo perdeu apoio no Congresso Nacional, uma vez que a queda da renda petroleira diminuiu o fluxo de recursos que sustentava a prática clientelista e, conseqüentemente, as oportunidades *rent-seeking*. Isto, ao mesmo tempo em que a natureza anti-popular das reformas neoliberais fazia aumentar os custos políticos da adesão ao oficialismo. Além disso, o bom desempenho de novos atores políticos nas eleições regionais e locais, realizadas em 1989, reduziu ainda mais

a base de sustentação do governo (PUENTE; GOMEZ & PAVEL, 2009:16-19).

O ponto culminante da crise econômica se deu no segundo governo Pérez, marcado por escândalos de corrupção e pela impopularidade de sua política econômica, além da resistência popular aos pacotes ortodoxos, conhecidos como “*El gran Viraje*”³⁸ e o “*Paquetazo*” (KARL, 1997). Com estes pacotes pretendia-se o restabelecimento do equilíbrio macro-econômico em curto prazo e o pagamento da dívida externa, além de incentivar a diversificação da pauta exportadora – extremamente dependente do petróleo, um produto em baixa no mercado internacional (LANDER, 1996: 51). A instabilidade política e a resistência às reformas econômicas culminaram no chamado “*Caracazo*”, uma onda de protestos, saques e confrontos violentos entre a sociedade civil e os militares. Ao contrário dos países vizinhos, com recente histórico de hiperinflação e ditaduras militares, nos quais houve pouca oposição ou mesmo uma tácita aceitação da necessidade das reformas neoliberais, na Venezuela, as políticas de ajuste, carentes de legitimidade política, foram imediatamente rejeitadas (Ibidem, 1996:68). A especificidade venezuelana deve ser avaliada contra o pano de sua trajetória pregressa. Nesse país, mais do que em quaisquer outros, a idéia da intervenção do Estado na economia gozava de ampla legitimidade, tanto pela natureza de seu setor exportador, como pelo generoso atendimento das demandas setoriais, corporativas e privadas dos interesses incorporados à rede clientelística tecida através do Pacto de Punto Fijo. A própria eleição de Carlos Andrés Pérez para um segundo mandato (1989-1993) esteve precedida pela expectativa de que o candidato iria reeditar as medidas de seu primeiro governo, o que acabou não acontecendo.

Embora a implementação das reformas tivesse por objetivo sanar os principais problemas econômicos do país, na realidade, seus efeitos agravaram a crise. Para DiJohn, as reformas econômicas abalaram a lógica de uma sociedade, até então, rentista, já que ao romper com o desenvolvimentismo para liberalizar a economia e realizar a descentralização política, diminuiu-se a autoridade discricionária que tinham as lideranças políticas para “criar e distribuir renda”. Reduziram-se, drasticamente, as lealdades com relação ao sistema partidário, que não era mais eficaz na distribuição da receita advinda do petróleo e no recurso à patronagem (DIJHON,2004:02-05).

Com a crise econômica, as elites e as classes médias sentiram-se cada vez mais distantes do centro e mais perto da periferia do sistema internacional. E havia motivos reais

³⁸ A aprovação do pacote não passou pelo Congresso Nacional. Sua inspiração remonta a uma série de recomendações feitas pelo Fundo Monetário Internacional em 1987.

para tamanha sensação de estranhamento³⁹. Para as classes populares o impacto era maior, pois não encontravam espaço no sistema político para se fazerem representar. O setor militar também foi atingido pela grave recessão, elevando o clima insurrecional e gerando uma crise nas relações entre civis e militares; acentuada pelos interesses corporativistas dessa instituição (ARGUERO,1993:190-199)⁴⁰.

Com o advento da crise aumentaram as pressões pela abertura do regime e afloraram as diferenças de classe no país. O regime democrático instaurado em 1958 foi caracterizado pela corrupção administrativa, pelo clientelismo político, tráfico de influências e apatia política. Tratava-se de uma democracia pactuada entre as elites, construída de cima para baixo, excluindo os setores populares e os partidos de esquerda (MENDES,2006:6). As diferenças sociais se tornaram diferenças políticas, acirrando o processo de polarização e fazendo com que a sociedade civil organizada se transformasse em importante ator sociopolítico (GUADILLA, 2006:38-41). Estava formado o pano de fundo para o surgimento de um dos personagens mais intrigantes no cenário latino-americano nas últimas décadas, o então tenente-coronel Hugo Chávez Frías.

É sabido que Hugo Chávez ganhou notoriedade internacional quando, juntamente a outros militares do Movimento V República (MVR)⁴¹, de orientação marxista, arquitetou um golpe contra o presidente Carlos Andrés Pérez para romper com o passado político oligárquico do país (GOTT,2005). Como o golpe fracassara, em depoimento em rede nacional, Chávez chegou a afirmar que seus planos estariam suspensos apenas “*por ahora*”, frase que se tornou uma espécie de *slogan* político. Por um lado, isso decepcionou alguns militares por que se tratava de uma clara declaração de derrota, mas, ao mesmo tempo representou um salto de popularidade para o então militar, uma vez que a declaração foi amplamente divulgada pela mídia televisiva. O golpe e a figura de Chávez entraram para o imaginário de grande parcela da população na condição de um ato heróico, o que facilitaria a

³⁹ Em 1960, o PIB per capita da Venezuela era equivalente a 32% do PIB per capita dos Estados Unidos, em 1995 tinha descido para 11%, uma queda sem precedentes.

⁴⁰ Em suma, para este autor a sublevação e conseqüente ascensão dos militares na Venezuela se deve à incapacidade de suas instituições políticas para manter a ordem social em meio a uma grave crise econômica. Os militares foram afetados pela política econômica de Andrés Pérez e, isso levou a polarização entre a alta cúpula e a oficialidade média e inferior.

⁴¹ Inicialmente o MVR anteriormente conhecido como Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), foi criado dentro do Exército em 1982 com o nome original EB-200 (Ejército Bolivariano-200) quando se completou 200 anos do nascimento do herói nacional (GOTT, 2005). A mudança do nome visa explicitar seu propósito de refundar a República Venezuelana se constituindo em uma nova etapa da vida republicana do país, anteriormente dividida, segundo a maior parte dos historiadores, em quatro períodos históricos.

aliança cívico-militar que seria estabelecida anos mais tarde. Em 1992, Chávez foi preso⁴² mas, foi exatamente naquele momento que nasceu o “Chávez político”, já que a partir desses episódios, sua popularidade aumentou, permitindo sua ascensão enquanto uma nova força política no país.

O desgaste do regime se acentuou com o processo de *impeachment* a que foi submetido Carlos Andrés Pérez no final de seu mandato, sob acusações de corrupção em seu governo (GOTT, 2005). Naquele contexto, as eleições presidenciais de 1993 refletiram a conturbada situação política do país, ao apresentarem uma taxa de abstenção eleitoral de mais de 40%, bem maior do que a de 1988 que foi de 18,1 % (HELLINGER, 2007). O novo presidente eleito, Rafael Caldera, presidente pelo Copei na década de 1970, procurou se desvincular do velho partido, fundando o “*Convergencia*”. Em que pese seu prestígio pessoal para manter certo grau de coesão social e a melhoria de alguns indicadores econômicos, o presidente não conseguiu contornar a crise (LANDER, 1996:69). Em seu governo, os militares rebeldes que planejaram o golpe contra o presidente Pérez receberam um indulto presidencial no dia 26 de Março de 1994.

Não apenas na Venezuela, mas em toda a região as fragilidades da matriz neoliberal estavam expostas naquele momento, em um cenário de profunda desarticulação e de ausência de uma matriz sócio-política viável⁴³. Por isso, a Venezuela atual não pode ser vista *descolada* do contexto regional, nem *deslocada* do contexto internacional, como se tratasse de um anacronismo. Seu modelo político e os rumos de sua Política Externa refletem uma crise de paradigmas diante do desencantamento com a economia e as instituições políticas em toda a região.

Nas eleições de 1998, o cenário eleitoral já era bem diverso com o surgimento de novos partidos e o declínio dos partidos tradicionais. Na ocasião, apresentaram-se as candidaturas do tenente-coronel reformado, Hugo Chávez, e de Irene Sáez, ex-miss universo e ex-prefeita de Chacao. Chávez encontrou no velho líder comunista Luis Michalena um grande incentivador em sua opção pela via eleitoral⁴⁴. Irene, candidata independente, era a favorita em inúmeras pesquisas, não fosse uma posterior aliança firmada com o Copei que a fez despencar nas pesquisas de intenção de votos (MARINGONI, 2004). Sua associação a um dos partidos fundadores do Pacto de *Punto Fijo* foi fator decisivo para que Chávez a ultrapassasse

⁴² Em Novembro do mesmo ano ocorreu uma nova tentativa de golpe, também fracassada. Dessa vez sem contar com a participação do Tenente-Coronel e com o apoio de grande parte da população (KOSLOFF, 2007).

⁴³ Ver. Garreton, Antonio Manuel; Cavarozzi, Marcelo; Cleaves, Peter; Gereffi, Gary, Hartlyn, Jonathan. América Latina no século XXI.

⁴⁴ Posteriormente o líder comunista rompeu com Chávez por desacordo com os rumos do governo.

nas intenções de voto. Mas independentemente do resultado, era nítido o enfraquecimento dos partidos políticos e a emergência de políticos *outsiders*.

Dessa forma em 1998, Chávez, candidato pelo *Polo Patriótico*, uma aliança popular formada por partidos de esquerda como *Patria para todos*, *Partido Comunista* e *Movimiento al Socialismo* (MAS) venceu as eleições presidenciais. É consenso que o distanciamento político de Chávez com relação à política tradicional, e sua postura anti-sistêmica e crítica das reformas neoliberais, foram os fatores responsáveis pela sua vitória eleitoral. A ascensão de Chávez deu início a um período marcado por intensa mobilização política, apelo às massas, politização da sociedade, aliança cívico-militar que dá sustentação ao regime e a resistência à dominação norteamericana (HELLINGER: 2006:4-6).

Segundo Alvarez (2006:21) a partidocracia foi substituída por um regime personalista que representou a vitória política dos militares e dos partidos de esquerda. O maior desafio para Chávez não era demover as velhas instituições políticas, mas sim, criar uma nova institucionalidade. Entre 1999 e 2003, a sociedade venezuelana se polarizou, sendo este um período de grande instabilidade política e concentração de poder. Novos grupos surgiram para dar sustentação ao novo regime, como a chamada *boliburguesia*, termo cunhado pelos opositores para determinar a nova “oligarquia” bolivariana, além dos militares (PUENTE, GOMEZ & VERA, 2009:19-24).

Chávez conta com forte oposição, representada pelos meios de comunicação privados além de outros atores remanescentes da velha ordem institucional como os partidos AD e COPEI, a Fedecâmaras, a CTV, igreja, banqueiros e grupos de interesse internacionais. Esta oposição também encontra representantes na esquerda, como o *Bandera Roja*, um antigo grupo marxista. A atuação das forças opositoristas na Venezuela, marca a era Chávez como um período de intenso conflito, desobediência civil, ataques na mídia e sabotagens. O primeiro ano de governo já foi marcado por inúmeros e intensos protestos da oposição e mesmo de setores da população que exigiam transformações radicais da sociedade venezuelana.

Mas Chávez tem uma importante base de apoio formada pelo PSUV, partido criado por ele próprio em 2008, pelo Partido Comunista Venezuelano, por organizações sociais, como os círculos bolivarianos, os comitês de saúde, cooperativas, estudantes, micro empresários organizados em torno da EMPREVEN, Central Socialista de Trabalhadores, União Nacional de Trabalhadores e militares (MORAES, 2010:02). A partir de 2004, o

presidente se fortaleceu e o poder se concentrou no PSUV, personalizando o processo de tomada de decisões.

Grâce au contrôle de la majorité du Parlement, M. Chávez s'est doté de toutes sortes de lois lui permettant d'intervenir à plusieurs niveaux de l'administration publique. De plus, étant donné que le Parlement est chargé de voter la composition d'autres branches de l'État, il a fait élire certains de ses proches à la tête des pouvoirs judiciaire, électoral et moral. Dans l'histoire démocratique de ce pays, le pouvoir n'a jamais été aussi concentré. Pour M. Chávez, il s'agit certainement de disposer d'une panoplie considérable de moyens lui permettant de juguler ses opposants tout en évoquant une légitimité évanescence (CIVIDANES, 2004)

Neste embate entre chavistas e opositores, o “fiel da balança” são os setores mais radicais que se dividem entre aqueles que “empurram” Chávez para o socialismo e aqueles que decidiram engrossar as fileiras da oposição (MORAES, 2010:02). O que pode explicar a ascensão política e permanência de Chávez no poder por 11 anos⁴⁵ é o próprio fato de que ele

(...) chegou ao poder no momento de forte descontentamento dos movimentos sociais com a democracia limitada puntofijista associada com o neoliberalismo excludente. Também podemos dizer que Chávez permanece no poder por que atende diversas reivindicações populares desconstruindo o neoliberalismo com políticas social-democratas (MORAES, 2010:14).

Nos primeiros meses de governo, o presidente Chávez procurou dismantelar o que restava do antigo modelo político, construindo um marco legal que lhe permitisse maior margem de manobra política. Um importante passo foi dado nessa direção em abril de 1999, com a proposta de reforma constitucional e de realização de um referendo para sua aprovação. O referendo ocorreu no dia 15 de dezembro e, apesar da alta abstenção, 55,63% dos eleitores não compareceu às urnas, a nova Constituição foi aprovada com 71,78% dos votos⁴⁶.

Ao longo de mais de uma década no poder, Chávez colecionou três vitórias eleitorais (1998, 2000 e 2006), e saiu vitorioso em quatro referendos (dois em 1999, um em 2004 e

⁴⁵ Além da recuperação das condições de governabilidade no país, ocorreu um novo *boom* petrolero que beneficiou o governo Chávez em meados da década de 2000 (PUENTE, GOMEZ & VERA, 2009:20-23). Em 26 de Setembro 2010, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional e dos 165 deputados eleitos, 98 faziam parte da coalizão governista liderada pelo PSUV. O desempenho da base governista foi pior do que o esperado, mas deve-se considerar que nas eleições anteriores a oposição se absteve de participar. O pior desempenho eleitoral dos governistas representou um freio para Chávez, mesmo assim, ainda conta com a maioria.

⁴⁶ Resultados de eleições e referendos na Venezuela podem ser obtidos no banco de dados das Américas da University of Georgetown.

outro em 2009)⁴⁷. Carregando como principal derrota, nestes anos de governo, aquela que sofreu no referendo constitucional de 2007⁴⁸. As vitórias chavistas foram peça fundamental para legitimar a construção, a partir da Constituição de 1999, de um novo regime político democrático no país. O triunfo no referendo de 2004 foi particularmente importante para o regime, a partir de então Chávez passou a ter maior margem de manobra doméstica e conseguiu uma maior projeção internacional. De acordo com Sullivan:

With a turnout of about 70% of registered voters, President Chávez won the recall referendum convincingly with 5.80 million people voting “no” to reject his recall, or 59.25% of the vote, and 3.989 million people, or 40.74%, voting “yes” in favor of his recall. Observers from the OAS and the Carter Center maintained that these results were compatible with their own quick count results. The opposition claimed that massive fraud had taken place and cited their exit polls showing that 59% had voted to recall President Chávez. The Carter Center and the OAS conducted a second audit of the vote on August 19-21 and concluded that the vote results announced by the CNE reflect the will of the Venezuelan people (SULLIVAN, 2009:07).

Enquanto nos anos 1980 e 1990, a atenção estava voltada para o processo de transição e consolidação democrática na América Latina, a democracia representativa venezuelana já estava em crise.

Para um grande número de países da América Latina e do Caribe, o final da década de 80 do século passado representou o fim de um longo período de regimes ditatoriais. Busca-se, a partir de então, transitar para uma possível consolidação democrática na região. Mas, essa não foi a trajetória política da Venezuela. A história do país aponta que a ditadura militar dava seus últimos suspiros em 1958, representada pela figura de Marcos Pérez Jimenez, o qual governou o país desde 1948. Há outro componente importante que devemos levar em conta quando analisamos a democracia venezuelana. O período de 1958 a 1989 é um período de busca de consolidação da democracia representativa, a qual será, paradoxalmente, colocada em xeque em função da baixa capacidade de resposta aos problemas sociais e políticos vigentes no país a partir de 1989. Isso significa dizer, por outro lado, que enquanto muitos países da América Latina e do Caribe estão lutando pela implantação da democracia representativa até o final da década de 80 do século passado, amplos setores da sociedade venezuelana estariam questionando esse mesmo modelo de democracia restrita, reivindicando, dessa forma, o aprofundamento da democracia (MENDES, 2006:5-6).

⁴⁷ O primeiro referendo tinha como objeto a convocação da Assembléia Constituinte, o segundo, realizado também em 1999, se destinava a aprovação da Constituição Bolivariana. Em 2004, foi realizado o referendo revogatório de mandato no qual Chávez saiu vencedor. E em 2009, venceu um referendo sobre reeleição indefinida para alterar o dispositivo do seguinte artigo: “Artículo 230. El período presidencial es de seis años. El Presidente o Presidenta de la República puede ser reelegido, de inmediato y por una sola vez, para un período adicional”.

⁴⁸ Em 2007, o governo sofreu sua primeira derrota significativa, pois não conseguiu aprovar, via referendo, uma polêmica reforma constitucional.

Diante da irreversível crise de legitimidade e governabilidade do regime de *Punto Fijo* e com o colapso do socialismo real, o debate em torno da qualidade da democracia ganhou espaço no mundo acadêmico. Também na Venezuela, críticas deferidas ao modelo procedimentalista ou minimalista abriram espaço para a discussão de concepções de democracia que destacavam problemáticas tais como, desigualdade social, pouca inclusão política e ineficácia governamental.

As diretrizes políticas estabelecidas no Pacto de Punto Fijo teriam funcionado durante anos como uma pá de chumbo, colocada encima dos conflitos e desigualdades sociais gritantes, impedindo que uma grande maioria de cidadãos pudesse acessar os canais de participação política do país (MENDES, 2006:08).

A emergência dos movimentos sociais e a mobilização da sociedade civil foram fundamentais para a busca de modelos alternativos à democracia liberal associada à economia de mercado. Dessa forma, a democracia liberal, representativa, foi cedendo espaço para a construção de uma democracia participativa no país⁴⁹. A comunidade também ganhou centralidade como fórum de debate e participação política através dos círculos bolivarianos, da criação de cooperativas de trabalhadores e por ser uma espécie de laboratório para implementação dos diferentes projetos que compõem as *misiones*, que garantem legitimidade e longevidade ao próprio regime. As escolas bolivarianas⁵⁰ e os círculos bolivarianos se transformaram em importantes pólos irradiadores dos valores apregoados pela Revolução chavista. Os círculos bolivarianos, por sua vez, visam à divulgação dos ideais da Revolução e a leitura, interpretação e discussão da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, além de ser um espaço para que a comunidade discuta seus problemas.

O debate sobre a Democracia, em sua vertente participativa, leva em conta a ação política dos movimentos sociais objetivando a ampliação da esfera política através da redefinição de práticas societárias (PEREIRA & ERNANI,2008:50-52).

⁴⁹ É importante ressaltar que a adoção de instituições e mecanismos participativos, seja na Venezuela ou em outros países como Equador e Bolívia, coexiste com as instituições tradicionais de representação.

⁵⁰ As escolas bolivarianas com foco na educação infantil, possuem atividades cívicas como o hasteamento da bandeira e o ato de se cantar o hino nacional diariamente. Além do mais, em seu currículo escolar encontram-se matérias relacionadas a história dos heróis nacionais e os caminhos da revolução bolivariana. Tanto os alunos, quanto os professores e funcionários das escolas são provenientes da mesma comunidade na qual a escola se insere como as mães dos alunos que formam cooperativas de cantineiras fortalecendo os laços entre os membros de uma dada comunidade. No turno da noite, estas mesmas escolas abrigam o projeto Missão Robinson de alfabetização de adultos.

O projeto político-participativo procura ampliar a noção da política, ao reconhecer uma heterogeneidade de atores, práticas e temas. O reconhecimento de novas práticas políticas e a emergência de novas temáticas, já afirmado por Santos e AVRITZER (2003) são um contraponto à proposta neoliberal de limitação da noção da política, através da redução dos terrenos, sujeitos, temas e processos considerados como constituidores da política (DAGNINO, OLIVEIRA E PANFICHI, 2006: 58). “Através da organização da sociedade civil, novas práticas democráticas se desenvolveram, preponderantemente, as formas de participação direta nos processos de articulação, deliberação e definição de estratégias de ação”. (PEREIRA & ERNANI,2008:56)

Na Venezuela, a Constituição de 1999 representa bem a adoção do modelo participativo. A atual constituição venezuelana não prima pela defesa da democracia representativa como a anterior, pois procura avançar trazendo outra concepção de democracia. Difere do modelo liberal de democracia que a carta constitucional de 1961 incorpora nas suas disposições fundamentais, ao estabelecer:

Art. 3. El gobierno de la República de Venezuela es y será siempre democrático, representativo, responsable y alternativo.

Artículo 5. La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público.

Artículo 6. El gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y de las entidades políticas que la componen es y será siempre democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandatos revocables.

A partir do novo marco constitucional, a adoção de mecanismos “participacionistas” pelo governo Chávez incluiu a possibilidade de se realizar referendos para revogação de mandatos. Por exemplo, no que se referem aos requisitos para se revogar o mandato presidencial, precisa-se ter passado metade do mandato, e obter a assinatura de 25% do eleitorado inscrito que participou na escolha da autoridade cujo mandato está sendo questionado. No referendo revocatório é necessário o comparecimento de 25% do eleitorado às urnas, e para que o mandato seja, finalmente, revogado, deve-se obter uma votação superior àquela obtida pelo mandatário quando eleito. (COMBELLAS, 2004: 77).

Além deste mecanismo, existem outros mecanismos “participacionistas” e que permitem, inclusive, a revogação ou ratificação de leis e tratados internacionais, a participação da sociedade civil em órgãos de controle e prestação de contas; iniciativa legislativa; co-gestão em governos locais e o reconhecimento da autonomia das comunidades indígenas.

Artículo 70. Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, la iniciativa legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad.

Artículo 72. Todos los cargos y magistraturas de elección popular son revocables (VENEZUELA. Constitución de 1999).

Dentre as mudanças institucionais com o intuito de adotar mecanismos de participação popular, cabe destacar o papel dos Conselhos comunais, vinculados às comissões presidenciais de poder popular⁵¹. Estes são, na verdade, organizações sociais, criadas em 2006, com a função de autogestão e resolução dos problemas da própria comunidade. Problemas de habitação, por exemplo, são debatidos em seus Comitês de Terra Urbana (CTU). Em 2007, estimava-se existir 18.000 conselhos que participam da gestão de políticas públicas, da administração de recursos públicos e na formulação de projetos a serem financiados pelo governo. Os problemas resultantes da atuação destes conselhos, criados de cima para baixo, decorrem da possibilidade de serem usados para cooptação política, e por gerarem um embate entre objetivos técnicos e políticos, e até mesmo no que se refere às competências dos conselhos e do poder público municipal (GUADILLA,2008). A nova constituição introduziu mudanças no que se refere ao Poder Público:

Artículo 136. El Poder Público se distribuye entre el Poder Municipal, el Poder Estadal y el Poder Nacional. El Poder Público Nacional se divide en Legislativo, Ejecutivo, Judicial, Ciudadano y Electoral. Cada una de las ramas del Poder Público tiene sus funciones propias, pero los órganos a los que incumbe su ejercicio colaborarán entre sí en la realización de los fines del Estado.

Neste quesito, é importante destacar a criação de novos poderes, como o *Poder Ciudadano*:

Artículo 273. El Poder Ciudadano se ejerce por el Consejo Moral Republicano integrado por el Defensor o Defensora del Pueblo, el Fiscal o Fiscalía General y el Contralor o Contralora General de la República. Los órganos del Poder Ciudadano son: la Defensoría del Pueblo, el Ministerio Público y la Contraloría General de la

⁵¹ Pela constituição de 1999 não existe “poder comunal”, mas leis que lhes serviam de base. Em 2002, seriam tutelados pelo poder municipal, até se vincularem diretamente à Presidência da República (GUADILLA:2008)

República, uno o una de cuyos titulares será designado por el Consejo Moral Republicano como su Presidente por períodos de un año, pudiendo ser reelecto. El Poder Ciudadano es independiente y sus órganos gozan de autonomía funcional, financiera y administrativa. A tal efecto, dentro del presupuesto general del Estado se le asignará una partida anual variable. Su organización y funcionamiento se establecerá en ley orgánica.

O sistema presidencialista também sofreu algumas importantes alterações na nova Constituição. Um aspecto significativo é o fato de que o presidente pode, agora, nomear e remover seu vice (COMBELLAS,2004:73). O artigo 239 especifica as atribuições do vice-presidente, assim como suas principais funções:

Artículo 239. Son atribuciones del Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva:

1. Colaborar con el Presidente o Presidenta de la República en la dirección de la acción del Gobierno.

(...)

4. Presidir, previa autorización del Presidente o Presidenta de la República, el Consejo de Ministros.

5. Coordinar las relaciones del Ejecutivo Nacional con la Asamblea Nacional.

6. Presidir el Consejo Federal de Gobierno.

(...)

Muitos analistas acreditam que o presidencialismo teria sido reforçado através da nova constituição da República, em virtude da relação do executivo com as Forças Armadas, pela possibilidade de remoção do vice-presidente e da Assembléia Nacional dentre outros aspectos:

Artículo 236. Son atribuciones y obligaciones del Presidente o Presidenta de la República:

(...)

3. Nombrar y remover el Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva, nombrar y remover los Ministros o Ministras.

(...)

5. Dirigir las Fuerza Armada Nacional en su carácter de Comandante en Jefe, ejercer la suprema autoridad jerárquica de ellas y fijar su contingente.

6. Ejercer el mando supremo de las Fuerza Armada Nacional, promover sus oficiales a partir del grado de coronel o coronela o capitán o capitana de navío, y nombrarlos para los cargos que les son privativos.

(...)

8. Dictar, previa autorización por una ley habilitante, decretos con fuerza de ley.

(...)

21. Disolver la Asamblea Nacional en el supuesto establecido en esta Constitución.

22. Convocar referendos en los casos previstos en esta Constitución.

23. Convocar y presidir el Consejo de Defensa de la Nación.

No que se refere à competência de dissolver a Assembleia Nacional, o artigo 240 cuida de sua regulamentação (COMBELLAS, 2004:78), estabelecendo as condições a serem

preenchidas para a aprovação de moção de censura ou remoção do vice-presidente, e para a dissolução da Assembléia:

Artículo 240. La aprobación de una moción de censura al Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva, por una votación no menor de las dos terceras partes de los integrantes de la Asamblea Nacional, implica su remoción. (...)

La remoción del Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva en tres oportunidades dentro de un mismo período constitucional, como consecuencia de la aprobación de mociones de censura, faculta al Presidente o Presidenta de la República para disolver la Asamblea Nacional. El decreto de disolución conlleva la convocatoria de elecciones para una nueva legislatura dentro de los sesenta días siguientes a su disolución.

La Asamblea no podrá ser disuelta en el último año de su período constitucional.

Mesmo com avanços em relação ao aprofundamento da democracia e o próprio aumento da participação popular, distorções que iriam da apatia ao extremismo, ou à mera legitimação das decisões tomadas pelos governantes, são problemas recorrentes de uma sociedade altamente polarizada. (FLORES; COELHO; FILHO, 2010:01-03). Também em decorrência destes fatores a nova institucionalidade Venezuelana é alvo de severas críticas. Mesmo observando os limites do regime democrático anterior, uma democracia pactuada com forte concentração de poder, o regime chavista é considerado, por muitos, um grave retrocesso⁵².

Para os críticos da democracia venezuelana, o conceito “democracia delegativa”, difundido por Guillermo O’Donnell, caberia perfeitamente à democracia desse país, isto é, um regime democrático marcado pela polarização, constituída em um verdadeiro jogo de soma-zero entre a situação e a oposição, pela crescente concentração de poder no executivo que se coloca acima das outras instituições políticas, em um cenário marcado por fraca *accountability* horizontal, pelo plebiscitarianismo e isolamento dos interesses organizados.

Mesmo com as mudanças constitucionais e institucionais efetuadas pelo governo Chávez, ou por manobras da oposição que possam tê-lo beneficiado, o regime chavista encontrou, ao longo destes dez anos, importantes limites. O próprio desgaste de um governo há mais de uma década no poder, a resistência de diversos setores da sociedade com relação ao aprofundamento da Revolução Bolivariana, oscilações do preço do petróleo, ou mesmo um período de recessão econômica são todo fatores que, no conjunto, podem vir a enfraquecer a base de apoio e, conseqüentemente, a hegemonia da coalizão governista, ou até mesmo, no longo prazo, determinar o fim do regime venezuelano.

⁵² Ver Quadro 4: O processo de tomada de decisões entre 1974-2007 na Seção Anexos

2.2. Reforma dos hidrocarbonetos e Políticas Sociais: um novo uso da receita petroleira

Seja para fomentar processos de integração regional ou programas sociais, o petróleo venezuelano, se tornou, para o regime de Chávez, como para os governos da era anterior, o grande propulsor de suas estratégias e objetivos políticos⁵³. Deve-se levar em conta que a atual estratégia de inserção internacional venezuelana encontra no petróleo, não apenas uma importante arma geopolítica, mas a mola propulsora para estratégias de cooperação social e para a integração política regional. Diante da importância do setor petroleiro para a economia e para a política venezuelana, tanto no plano doméstico como no cenário externo, se faz necessário compreender as principais transformações realizadas pelo governo Chávez neste setor.

Dentre suas mudanças mais significativas, a constituição bolivariana previa alterações no marco legal petroleiro, visando retomar o crescimento do setor, garantindo uma maior participação do Estado⁵⁴. Quanto ao setor de hidrocarbonetos, as principais mudanças da Constituição de 1999 estão condensadas no artigo 12 que versa sobre a propriedade das reservas:

Artigo 12. Los yacimientos mineros y de hidrocarburos, cualquiera que sea su naturaleza, existentes en el territorio nacional, bajo el lecho del mar territorial, en la zona económica exclusiva y en la plataforma continental, pertenecen a la República, son bienes del dominio público y, por tanto, inalienables e imprescriptibles. Las costas marinas son bienes del dominio público.

⁵³ Ver Gráfico 8: PIB ajustado sazonalmente na seção Anexos.

⁵⁴ Desde a promulgação da primeira lei do setor a tendência foi garantir uma maior participação do Estado nos dividendos da receita petroleira. O período de inflexão foi representado pela política de internacionalização da PDVSA nos anos 1980 e pela abertura realizada no governo Andrés Pérez na década de 1990. Seguramente a política de internacionalização da PDVSA, em algum sentido, se mostrou paradoxal à nacionalização que acabara de ser realizada. Essa estratégia conferia grande autonomia política àquela empresa, em um momento em que o ambiente internacional não se mostrava mais tão favorável aos países produtores de petróleo e em que a Crise da Dívida na América Latina dava seus primeiros sinais. Com Chávez, o papel político da PDVSA foi contrabalanceado pelo “empoderamento” do Estado, seja através do então Ministério de Energia ou pela atuação da própria presidência da República. O presidente passou a exigir maior transparência e redução de gastos na gestão da empresa estatal; que seu corpo diretor seguisse as determinações da nova lei de regulamentação do setor e que fosse praticada uma política de fortalecimento da OPEP.

O artigo 303 trata, especificamente, da propriedade estatal sobre a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA):

Artigo 303. Por razones de soberanía económica, política y de estrategia nacional, el Estado conservará la totalidad de las acciones de Petróleos de Venezuela, S.A., o del ente creado para el manejo de la industria petrolera, exceptuando las de las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela, S.A.

E, finalmente, o artigo 312 que prevê o direito do Estado sobre toda a atividade petroleira:

Artigo 312. El Estado se reserva, mediante la ley orgánica respectiva, y por razones de conveniencia nacional, la actividad petrolera y otras industrias, explotaciones, servicios y bienes de interés público y de carácter estratégico. El Estado promoverá la manufactura nacional de materias primas provenientes de la explotación de los recursos naturales no renovables, con el fin de asimilar, crear e innovar tecnologías, generar empleo y crecimiento económico, y crear riqueza y bienestar para el pueblo.

No mesmo ano da reforma constitucional, Chávez aprovou um novo marco legal para o setor energético, a “*ley de hidrocarburos gaseosos*”, que entrou em vigor no ano seguinte. Com a nova legislação, foi criado um meio-termo entre o marco legal do período da “*apertura petrolera*” e o período mais nacionalista da década de 1970 (MOMMER, 2002). Segundo Araque (2002:196) as alterações promovidas pelo governo Chávez visam a quebrar o caráter de enclave que historicamente teve a indústria petroleira, mesmo depois da nacionalização, uma vez que a nova lei colocaria o setor nacional, não apenas no papel de coadjuvante, mas na linha de frente da atividade.

Para prosseguir com as reformas, já com respeito à lei ordinária, o Congresso outorgou, em dezembro de 2000, poderes especiais ao presidente da República, através das chamadas leis habilitantes. Através delas, o executivo conseguiu aprovar outras medidas em um total de 49 decretos emitidos, com as novas normas para o setor energético. Em Dezembro de 2001, ocorreu uma revisão da *Ley de Impuesto sobre la renta* incidindo, principalmente, sobre o setor energético. Também no mesmo ano, entrou em vigor a “*ley de Hidrocarburos líquidos*” (MOMMER, 2002). Basicamente, esta reforma se caracterizou por recolocar o Estado como acionista majoritário do setor garantindo-lhe a exclusividade em atividades mais rentáveis, conforme ilustram alguns de seus artigos.

No artigo 10 da nova lei, o Estado reservou a si mesmo o monopólio das atividades primárias, desde a exploração até a fase de armazenamento de petróleo.

Artículo 10. Las actividades relativas a la exploración en busca de yacimientos de los hidrocarburos comprendidos en esta Ley, a la extracción de ellos en estado natural, a su recolección, transporte por vías especiales y almacenamiento inicial, se denominan actividades primarias. Las actividades primarias indicadas, así como las relativas a las obras que su manejo requiera, quedan reservadas al Estado en los términos establecidos en esta Ley.”(VENEZUELA. Sección III, de las Actividades primarias, ley de hidrocarburos de 2001)

Pelo artigo 18, definem-se as modalidades sob as quais poderá o Estado realizar essas atividades, salientando que sua participação nos dividendos deve ser maior do que a destinada ao capital privado:

Artículo 18. Las actividades primarias indicadas en el artículo 10, podrán ser realizadas por el Estado, ya directamente o mediante empresas de su exclusiva propiedad. Igualmente podrá hacerlo mediante empresas mixtas en las cuales tenga control de sus decisiones, por mantener una participación mayor del cincuenta por ciento (50%) del capital social. Las empresas que se dediquen a la realización de actividades primarias se denominan empresas operadoras.”(VENEZUELA. Ley de hidrocarburos de 2001).

O artigo 49 dessa lei prevê o caminho legal a ser percorrido para que as empresas do setor possam exercer aquelas funções:

Artículo 49. Las empresas para ejercer las actividades industriales con hidrocarburos naturales, deberán obtener la correspondiente Licencia del Ministerio de Energía y Minas, quien podrá otorgarlas previa definición del correspondiente proyecto y conforme a lo establecido por esta Ley y su Reglamento.” (VENEZUELA. Ley de Hidrocarburos de 2001)

Os impostos devidos e as chamadas *regalias* destinadas ao Estado foram definidos no artigo de número 40:

Artículo 40. De los volúmenes de hidrocarburos extraídos de cualquier yacimiento, el Estado tiene derecho a una participación de treinta por ciento (30%) como regalía.”(VENEZUELA. Ley de hidrocarburos de 2001).

O controle estatal não é um impedimento para que empresas privadas, estrangeiras e nacionais, participem das atividades do setor petrolífero, através de *joint-ventures*, embora a participação do capital privado nacional seja especialmente incentivado a participar, conforme previsto no seguinte artigo:

Artículo 14. El Ejecutivo Nacional adoptará medidas que propicien la formación de capital nacional y la participación del mismo en las actividades señaladas en esta Ley, así como aquellas necesarias para que los bienes y servicios de origen nacional concurren en condiciones de transparencia y no desventajosas en el desarrollo de proyectos relacionados con las indicadas actividades.”
(VENEZUELA. Ley orgánica de hidrocarburos de 2001)

Estas mudanças promovidas no marco legal petrolero foram fundamentais para garantir maior renda para o Estado venezuelano e, assim, maiores recursos para as políticas sociais postas em marcha pelo governo. Se até 2001, o foco ainda era a recuperação da economia, a partir do *Plan Bolívar* e do *Plan Nacional de Desarrollo* lançados naquele ano, a ênfase passou a ser posta nos programas de política social compensatória. Entre 2002 e 2004, houve significativo aumento dos gastos sociais, grande parte deles destinados para programas do governo⁵⁵.

The Chávez government benefitted from the rise in world oil prices, which increased government revenues and sparked an economic boom. As a result, Chávez was able to increase government expenditures on anti-poverty and other social programs associated with his populist agenda. In April 2008, the government approved a measure that taxes foreign oil companies 50% when crude oil is \$70 a barrel, and 60% when oil exceeds \$100 a barrel. The rapid decline in the price of oil since 2008 has reduced government revenue considerably (SULLIVAN, 2009:40).

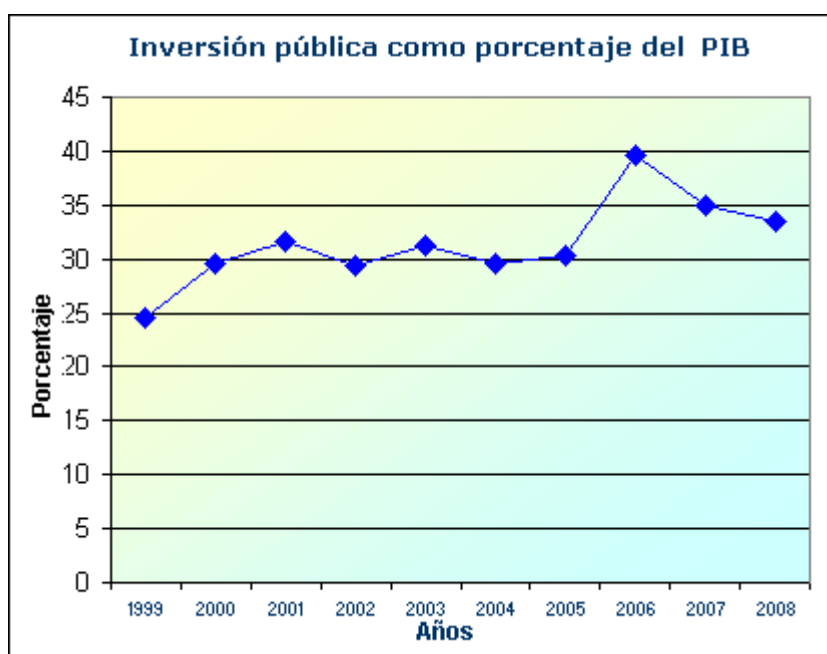
Essa política, baseada em forte centralização dos recursos, se intensificou entre 2004 e 2005, quando o chavismo aumentou seu controle do legislativo, em parte devido à abstenção da oposição nas eleições (BANKO, 2006:176).

Because of the opposition boycott, pro-Chávez parties won all 167 seats in the National Assembly, with 114 going to the President's Fifth Republic Movement (MVR) and the remaining 53 going to smaller pro-Chávez parties as well as to independents and representatives of some social groups that support the government. The voter participation rate was low and estimated at 25%, or 2.9 million voters out of an electorate of 14.5 million. Legislators were elected for five year terms that began on January 5, 2006. In the previous National Assembly, which had 165 members, pro-Chávez supporters controlled 86 seats, while opposition parties controlled 79. In the lead-up to the December 2005 election, observers predicted that the opposition would struggle to win one-third of the seats in the Assembly and that the pro-Chávez parties would win a two thirds majority control of the legislature. The opposition's boycott guaranteed that pro-Chávez supporters will completely control the legislative branch (SULLIVAN, 2009:08).

⁵⁵ Ver Tabela 7: Venezuela: Gasto social do governo central (1998-2006) na seção Anexos.

Considerando o período 1998-2006, o gasto social per capita, em termos reais e uma vez ajustada a inflação, tem aumentado 170 por cento, sem incluir o gasto social feito pela PDVSA (Petróleos de Venezuela), o qual foi 7.3 por cento do PIB em 2006. No total, o gasto social alcançou 20.9 por cento PIB em 2006, no mínimo 314 por cento mais do que em 1998 (WEISBROT & SANDOVAL, 2007:3)⁵⁶. Informações complementares sobre inversão pública em gastos sociais pelo governo, na última década, podem ser vistas no seguinte gráfico.

Gráfico 4: Inversão pública em gastos sociais de 1999-2008 (porcentagem do PIB)



Fonte: Sistema Integrado de indicadores sociales de Venezuela. Ministerio Del Poder Popular de Planificación y 2011.

O uso do petróleo para atingir os objetivos da Revolução Bolivariana fez ressurgir uma velha idéia que povoa o imaginário político venezuelano, desde o início do século XX, o de *sembrar el petróleo* (semear o petróleo). Nos períodos marcados pela bonança petroleira, o crescimento econômico teve impacto positivo para a renda *per capita*, mas, efetivamente, não foi capaz de resgatar a dívida social, nem de superar as desigualdades sociais e a concentração de renda. O regime de Chávez buscou mudar essa herança firmada ao longo do período do *Pacto de Punto Fijo*, através da aplicação de considerável parcela da renda petroleira em

⁵⁶ Ver tabela Venezuela: Gasto social do governo central (1998-2006) na Seção Anexos.

programas sociais. Essa estratégia fez diminuir a pobreza de seu ponto mais alto de 55,1 por cento em 2003, para 30,4 por cento em 2006 e passou a se constituir em plataforma de sustentação política e de legitimidade do regime (IBID, p.3).

Dentre as principais iniciativas que se valem de recursos provenientes do petróleo, cabe destacar o *Fondo para el Desarrollo Económico y Social del País* (Fondespa), o *Fondo de Desarrollo Nacional* (Fonden), o projeto *Desarrollo Endógeno* e o projeto *Misiones*. O Fondespa é uma iniciativa governamental, aprovada em 2004 pela direção executiva da PDVSA. Trata-se de um fundo criado entre a estatal petroleira e o *Banco de Desarrollo Social* (Bandes) com o intuito de assegurar o financiamento de atividades produtivas que visem a integrar o setor petroleiro ao conjunto do sistema industrial. Através do uso de recursos excedentes, estão previstas a execução de programas, obras, bens e serviços destinados a melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida da população.

Tabela 3: Contribuições recebidas pelo Fondespa 2004-2006 (em milhões de dólares americanos)

Anos	Contribuição efetuada	Concedido pelo Executivo nacional	Execução acumulada para 2007
2004	2000	2000	1874
2005	2000	2000	1847
2006	229	229	-
Total	4229	4229	3721

Fonte: Aportes de PDVSA al FONDESPA.2009.

Em 2005, foi criado mais um fundo com os recursos provenientes do petróleo venezuelano, o *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN), destinado para financiar projetos de infra-estrutura, produção e desenvolvimento social. Sua criação foi possível a partir da realização de uma reforma no Banco Central Venezuelano (BCV), já que a partir de então ficou determinada a forma pela qual a PDVSA destinaria recursos àquele fundo:

La Reforma a la Ley del Banco Central de Venezuela (BCV) entró en vigencia el 20 de julio de 2005, contemplando un nuevo régimen para las transacciones de PDVSA en moneda extranjera. De acuerdo con este nuevo régimen, PDVSA sólo está obligada a vender al BCV los ingresos en moneda extranjera necesarios para satisfacer sus obligaciones en moneda local. Los montos restantes en moneda extranjera, pueden ser mantenidos por PDVSA para satisfacer las obligaciones e inversiones en moneda extranjera. Cualquier monto en exceso a lo descrito anteriormente, debe ser transferido por PDVSA al Fondo de Desarrollo Nacional

(FONDEN), ente creado por el Ejecutivo Nacional el 8 de septiembre de 2005, con el objetivo de apoyar los proyectos sociales de inversiones real productiva, la educación, la salud, la atención a situaciones especiales, y el mejoramiento del perfil y saldo de la deuda pública externa” (PDVSA, 2009⁵⁷).

As contribuições da PDVSA ao FONDEN chegaram a 15.141 milhões de dólares entre 2005 e 2007, segundo informações disponibilizadas pela estatal venezuelana⁵⁸. A partir de 2008, com a publicação da *Ley de Contribución Especial sobre Precios Extraordinarios del Mercado Internacional de Hidrocarburos*, o Fonden ainda passou a contar com uma contribuição especial a ser paga mensalmente pelos exportadores, ou mesmo, transportadores de hidrocarbonetos líquidos e seus derivados. Outras empresas filiadas a Petróleos de Venezuela, como a Palmaven, também realizam inversões em políticas sociais do governo, voltadas principalmente para criação de “núcleos de desenvolvimento” em pequenas localidades. Apenas entre 2004 e 2005, quando teve início o projeto, a Palmaven destinou 76.500 milhões de bolívares, segundo informações oficiais, para criar novos núcleos e consolidar os já existentes.

Sem embargo, de todos os programas e projetos de desenvolvimento sócio-econômico empreendidos pelo atual governo, as “*misiones*” são os de maior visibilidade e área de atuação mais abrangente. Estima-se que, entre 1999 e 2009, foram criadas vinte e nove missões nas mais diversas áreas como educação, saúde, energia, cultura, alimentação, meio-ambiente. Seguramente, as de maior destaque são as missões *Mercal*; *Barrio Adentro*; *Milagro*; *Cristo*; *Revolución Energética*; *Ribas*; *Robinson*.

A “*Misión Mercal*” foi criada, em 2004, com o intuito de disponibilizar produtos alimentícios de primeira necessidade a baixo custo. Para tanto, foi criada uma rede pública de supermercados que, além de vender esses produtos, subsidia pequenos produtores e programas de economia social. Em 2009, o Ministro do Poder Popular para a Alimentação, Félix Osório, em declaração à Agência Bolivariana de Notícias, assegurou que o governo havia distribuído naquele ano 1.331.354 toneladas de alimentos a preços acessíveis. O número de lojas em todo o país que ofereciam alimentos a preços subsidiados já chegava, em 2006 a 15.726, e os programas especiais direcionados para a população em extrema pobreza beneficiavam esse ano uma média de 67% e 43% da população, em 2005 e 2006,

⁵⁷ Este trecho foi extraído das informações contidas no site da PDVSA sobre o Fonden em 05 de Outubro de 2009.

⁵⁸ Informações sobre o Fonden disponíveis no site www.pdvsa.com. Acesso em 05 de Outubro de 2009.

respectivamente. Isto sem incluir os 1.8 milhões de crianças assistidas pelo programa escolar, contra 252.000 em 1999 (WEISBROT & SANDOVAL, 2007:9).

Na área da saúde, destacam-se as três missões que formam a “*Barrio Adentro*” cujo objetivo é facilitar o acesso da população carente aos serviços básicos de saúde. Desde sua implementação, a “*Misión Barrio Adentro I*” contou com a participação de médicos cubanos. O programa consiste na criação de clínicas populares em locais de difícil acesso a serviços hospitalares. Além disso, nas etapas seguintes do programa, foram criados novos centros de diagnóstico e alguns hospitais foram modernizados. Já a “*Misión Milagro*”, um projeto de cooperação entre Cuba e Venezuela, tem como foco o diagnóstico e tratamento de problemas de visão de menor complexidade. Os resultados foram notáveis: em 1998 havia 1.628 médicos para primeiros auxílios para uma população de 23.4 milhões. Em 2008, a relação era de 19.571 para uma população de 27 milhões. Em 1998 havia 417 salas de emergência, 74 centros de reabilitação e 1.628 postos de saúde, uma década mais tarde eram 721 salas de emergência, 445 centros de reabilitação e 8.621 postos de saúde (Ibidem, 2007:9).

A área educacional conta com a “*Misión Ribas*” que procura reduzir a evasão escolar, garantindo continuidade de estudos do ensino primário, médio e profissionalizante, além das “*Misiones Robinson*”, que consistem em um amplo programa de alfabetização de adultos através de método criado por uma educadora cubana. Por fim, destaca-se a “*Misión Negra Hipólita*”, executada pelo Ministério de Participação Popular e Desenvolvimento Social, com o objetivo de resgatar jovens em situação de risco e inseri-los na escola e no mercado de trabalho. O número de alunos nas Escolas Bolivarianas (educação primária) aumentou de 271.593 em 1999/2000 a 1.098.489 no ano escolar 2005/2006.

Ano após ano, os gastos sociais do governo foram aumentando tendo um impacto positivo para os indicadores sociais e, conseqüentemente, para a base de sustentação do regime.

Cabe resaltar algo muy importante: los gastos sociales en Venezuela se han incrementado desde 1999, aunque la renta petrolera per capita durante el actual gobierno haya sido — por lo menos hasta mediados de 2005 — inferior que las cinco administraciones anteriores (...). Durante aquel año, para recibir los valores reales equivalentes a 1974, el barril debería costar 73 dólares y en realidad costaba menos de 40 dólares. Aun así, el gasto social aumentó del 8,2% para el 13,6% del PIB entre 1998 y 2006. Por lo demás, si se toman en cuenta los aportes realizados por PDVSA, los gastos sociales alcanzan el 20,9% del PIB y en términos per cápita representaron un incremento del 314% sobre el año 1998” (SEVERO, 2009:106).

Com maiores gastos sociais, os indicadores sócio-econômicos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhoraram no país nos últimos anos:

El último resultado divulgado por el PNUD, referente al año 2006, demuestra que en Venezuela el IDH se ubicó en 0,826, mientras en 2004 fue de 0,810 y en 2000 fue de 0,776 (...) Es muy interesante observar en los datos del PNUD que el IDH de Venezuela ha crecido mucho más que el de otros países exportadores de petróleo. Otra información muy importante: el Informe de Desarrollo Humano 2007-2008 del PNUD demuestra que, entre 1975 y 1980, período de intensa bonanza petrolera, el IDH de Venezuela aumentó solamente de 0,723 para 0,737. Dichos comentarios fortalecen la argumentación según la cual el país ha frenado el drenaje de recursos petroleros hacia el exterior, utilizando la renta del petróleo para invertirla, “sembrarla internamente.” (SEVERO, 2009:114)

Em um período marcado por forte crise política, os investimentos na área social foram fundamentais para a legitimação do regime, junto às camadas populares e contribuíram para garantir as condições de governabilidade. Nos últimos anos, com o deterioro da situação econômica do país e o aumento da violência, o impacto dos programas sociais sobre a popularidade do governo se refletiu nas eleições legislativas de 2010. Mas apesar do avanço da oposição no Congresso e de uma queda de popularidade do governo Chávez, este ainda conserva a maioria, em boa medida, pelos programas implementados na área social com recursos da renda petroleira.

3 AS TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA NA ERA CHÁVEZ: COMPONENTES DEMOCRÁTICO E PETROLEIRO

Neste capítulo serão analisadas as principais mudanças ocorridas na Política Externa da Venezuela no governo Chávez, considerando-se mudanças em seu marco legal e a atuação do Ministério das Relações Exteriores, além das transformações ocorridas no setor petroleiro e que tiveram impacto na Política Externa, seja nos aspectos geopolíticos de sua inserção internacional ou regional. Mas, antes de adentrarmos nesse tema, é pertinente considerar algumas interpretações existentes sobre a Política Externa do governo Chávez, de modo a identificar seus traços mais gerais e, ao mesmo tempo, destacar a originalidade de nossa análise.

Em geral, nos deparamos com inúmeras análises que conferem à Política Externa venezuelana um forte caráter ideológico, o qual passa a ser considerado como a variável que demarca a ruptura em relação aos governos anteriores. Ao contrário, outros autores enfatizam os pontos de continuidade e, nessa linha, a Política Externa do governo Chávez representaria tão somente o resgate de iniciativas e preceitos adotados pelo movimento terceiro mundista e pelo Movimento de Países Não Alinhados durante os governos de Caldera e Pérez Jiménez nos anos 1970. (RUIZ: 206). A retomada desses princípios é exemplificada através de algumas ações do governo Chávez como, a promoção de uma imagem positiva do país no exterior, a busca de vantagens em momentos de alta do petróleo no mercado internacional, e a defesa de uma agenda autônoma para atores internacionais de pequeno porte. Com o intuito de apontar as continuidades da era Chávez e o resgate destes preceitos, Vizentini (2000) chama atenção para a importância da teoria das *múltiplas identidades*, amplamente utilizada na década de 1970 para explicar a projeção externa do país na região. De acordo com este autor, a Política Externa da Venezuela na atualidade, partindo desse mesmo fundamento, apenas teria ampliado o horizonte de sua atuação, com a conformação de quatro eixos estratégicos; seriam eles: 1) uma estratégia atlântica voltada para a Guiana, país com o qual possui um conflito fronteiriço; 2) uma estratégia voltada para o Caribe, com especial atenção para os países pertencentes ao CARICOM; 3) uma estratégia voltada para a Colômbia, como parte de sua estratégia de inserção na região andina e, por fim, 4) uma estratégia amazônica tendo por objetivo aproximar-se do Brasil.

Alguns importantes estudiosos da Política Externa venezuelana produziram alguns trabalhos referenciais sobre o período marcado pela administração Chávez. Carlos Romero (2006) chegou a enumerar algumas características que considera centrais da Política Externa de Chávez; seriam elas a) sua visão estruturalista, b) o fomento à diplomacia social, c) a ideologização do serviço exterior, d) a promoção do ativismo internacional, e) o uso do petróleo para a projeção internacional e f) a promoção da democracia participativa. Romero afirma que por estas características, a Venezuela estaria na contramão daquilo que é ditado pela comunidade internacional. Ao longo de sua análise, o autor chega a algumas conclusões importantes, algumas, contudo, controversas quando afirma que sua política econômica nacionalista e protecionista iria de encontro à maior integração proposta por outros países e que seu governo promoveria a multipolaridade ao invés de reconhecer a unipolaridade e o papel central dos EUA (ROMERO, 2006:106).

A análise de Romero exacerba o papel das ideologias na condução da agenda externa venezuelana, parecendo não considerar que o protecionismo atribuído à política econômica não se tornou um impedimento para que o país estreitasse laços com outros países e fomentasse iniciativas de integração regional. Além disso, a opção pela multipolaridade e as críticas ao unilateralismo norteamericano estão presentes na Política Externa de diversos governos da região que abriram espaço para a diversificação de suas Relações Internacionais. Em outra obra, Romero e Kelly (2002) salientam que a Política Externa venezuelana passa por um processo de isolamento em vista de sua incessante busca por influência internacional, já que existiria uma “tendência constante” em se promover paradigmas nacionalistas na região. Para os autores, a manutenção de relações cordiais da Venezuela com certos países geraria uma reação negativa em toda a região. Em análise semelhante, Silva (2003) acredita que a retórica revolucionária de Chávez, além de causar o enfraquecimento das instituições democráticas venezuelanas, favoreceria a perda de influência internacional do país em um processo denominado de “isolacionismo dual”. Segundo estas análises, o viés ideológico da Política Externa ativa promovida por Chávez teria isolado o país. Tanto em Kelly e Romero quanto em Silva, a questão do isolacionismo, embora, aparentemente, muito pertinente, não consegue explicar por que apesar da retórica revolucionária, a Venezuela tem conseguido muito mais se aproximar dos países vizinhos do que se isolar na região.

Os boletins lançados pelo *Programa de Cooperación en Seguridad Regional*⁵⁹, datados de 2007, também se dedicam, em grande medida, à identificação do caráter

⁵⁹ Friedrich Ebert Stiftung. Policy paper 13 -15. www.seguridadregional-fes.org

ideológico da Política Externa chavista. Nestes documentos chama-se atenção para a vertente socialista do regime em seu modelo de democracia participativa e sua política de partido único, e a visão estruturalista de sua Política Externa, ideologicamente fundamentada na relação centro-periferia, além do fomento à solidariedade internacional.

No seminário *State of Democracy in the Americas Conference Series: Ten years of Venezuelan Foreign Policy: Impacts on the Hemisphere and the World* realizado na *University of Miami*⁶⁰, outros proeminentes autores também destacaram o papel dos aspectos ideológicos para a formulação da Política Externa de Chávez. Javier Corrales (2008) chamou atenção para o comportamento imprevisível da diplomacia chavista, responsável por certo *trade off* entre seus objetivos diversos e conflitantes. O autor ainda destaca três aspectos que considera fundamentais por sinalizarem uma importante ruptura entre o governo Chávez e governos passados: a) o fato de Chávez recorrer primordialmente ao *Social Power* (que diferentemente do *hard Power* ou do *soft Power*, consiste na distribuição de recursos na forma de ajuda internacional); b) o componente nacionalista responsável pelas negociações comerciais do país com grandes estatais estrangeiras; e, por fim, c) a adoção de uma Política Externa confrontacionista, em outras palavras, maniqueísta considerando países aliados e países hostis. Na mesma linha, Roman Ortiz (2008), em comunicação⁶¹, afirma que a Política Externa venezuelana tem forte componente ideológico sendo, seus principais objetivos, o anti-imperialismo, o incentivo à integração latino-americana e a exportação da Revolução Bolivariana. Em sua comunicação⁶², Maria Tereza Romero (2008), embora admitindo a existência de objetivos pragmáticos na Política Externa de Chávez que defende a construção de uma nova geopolítica internacional, chama atenção para a existência de objetivos e estratégias difusas, que ela enumerou, brevemente, da seguinte maneira a) a socialização das relações internacionais, b) a expansão do socialismo, c) o estabelecimento de uma ordem mundial multipolar, com o fim da hegemonia e imperialismo norteamericanos e; d) a defesa de uma reforma dos organismos internacionais e a criação de novas organizações, o que implicaria na radicalização da conduta venezuelana no cenário internacional.

Outras abordagens deixam de lado os aspectos ideológicos para focarem no impacto de fatores externos para a formulação da Política Externa de Chávez. Elementos como a

⁶⁰ 29 de Maio de 2008.

⁶¹ Román Ortiz falou sobre os objetivos políticos da revolução bolivariana venezuelana em sua Política Externa, na disputa entre Colômbia e Equador e nas implicações para a segurança e solidariedade regional, também no primeiro painel do evento.

⁶² Intitulada *La imposición del proyecto internacional bolivariano* mas que no programa original constava, em seus termos genéricos ,como Does Venezuelan Foreign policy reflect broad consensus? Or is it driven exclusively by the visión of President Chávez? Are there important external actors?

defesa de uma ordem multipolar e do princípio da multilateralidade, em voga na ordem internacional Pós-Guerra Fria, são consideradas, por autores como Wilpert (2007), marca registrada da Política Externa chavista. Para Garrido (2003) estes elementos conformariam um novo projeto geopolítico, tendo em vista que o atual governo reconhece a existência de outras potências com as quais procura formar novas alianças em substituição da aliança formada com os EUA. O multilateralismo venezuelano seria segundo Ruiz (2006), um verdadeiro contraponto ao projeto norteamericano de globalização, marcado, predominantemente, pelo militarismo herdado da era Reagan:

(...) la llegada de un gobierno de izquierda al poder en Venezuela en 1999, que ha mantenido el activismo internacional de los gobiernos anteriores, profundizando su presencia mundial y apoyándose en las corrientes radicales de izquierda, marxistas y no marxistas que como un todo se han presentado como un pensamiento diferente a las ideas liberales. Por ello, la consolidación de la experiencia chavista ha originado una política exterior bifrontal, basada en su poder económico y en su compromiso revolucionario. (...) El fortalecimiento de una posición a favor de un mundo multipolar, el uso de la palanca petrolera y el deslindar con Estados Unidos son las ofertas mundiales de un régimen y de un líder como Hugo Chávez, quien aprovechó a su favor el relajamiento de la estructura internacional a comienzos del Siglo XXI.

Cuando hablamos de ese relajamiento (del ordenamiento internacional) nos referimos a la falta de consenso sobre la agenda global y las dificultades para la puesta en práctica de la política de seguridad estadounidense y de la línea antiterrorista y antinarcóticos de Washington. A esto hay que agregar la presencia activa de otros poderes mundiales en América Latina, el ocaso del "Consenso de Washington" y del ALCA, y la ausencia de fórmulas estables de articulación militar, comercial y económica en los ámbitos hemisférico y mundial.

Desde el punto de vista geopolítico, Venezuela ha emprendido una política exterior que tiene como uno de sus objetivos fundamentales una política de alianzas anti-estadounidense que se define como el instrumento para disminuir la dependencia de Estados Unidos y para impulsar un nuevo mapa geopolítico mundial y un nuevo liderazgo mundial (ROMERO, 2009:04-05).

Distintas periodizações tem sido feitas para a Política Externa implementada até o momento pelo regime de Chávez, considerando condicionantes externos e internos. Para Ruiz, sua primeira fase compreenderia o período entre 1999 e 2001, quando foi marcante o desejo do país de fazer parte do MERCOSUL e de manter laços estreitos com a *Comunidad Andina de Naciones*, o Grupo dos Três e o CARICOM. Naquele período, o governo mantinha, tão somente, uma postura cética e reservada em relação aos EUA e sua proposta de criação da ALCA. Já em uma segunda fase, entre 2001 e 2003, aumentam as críticas à ALCA, e se intensifica a busca de alternativas a este bloco. A terceira fase, marcada pela radicalização política, teria tido início em 2003, e estaria condicionada ao estabelecimento da diplomacia do petróleo, favorecida pela conjuntura de alta internacional dos preços. Segundo esta

interpretação, o contexto internacional favorável teria fomentado importantes mudanças e o estabelecimento de novos objetivos na agenda externa do país, como o de refrear o unilateralismo norteamericano e de promover a cooperação com outras nações em desenvolvimento. O antiamericanismo presente na Política Externa venezuelana é considerado, em vários estudos, um importante ponto de ruptura do governo Chávez, não somente em relação a outros governos, mas também face aos primeiros anos dessa administração.

Algumas periodizações consideram que a maior ideologização da Política Externa venezuelana ocorre a partir das evidências de envolvimento dos EUA no fracassado golpe de Estado de 2002. No tocante a esta questão, é muito raro encontrar autores, como Vizentini (2001), que reconhecem que, na verdade, o governo Chávez estabeleceu relações tensas com Washington desde o início. São mais comuns as abordagens como a de Kosloff (2007), para quem as relações com os EUA evoluíram desde uma postura inicial, marcada pela moderação para um posicionamento mais radical e fortemente orientado por preceitos ideológicos. Nessa trajetória, o ano de 2002 seria, então, um verdadeiro divisor de águas entre a postura reservada e cética anterior à tentativa de golpe, e a postura mais radical em relação à agenda norteamericana na região que passará a prevalecer após esse episódio.

Para Rafael Villa (2004) a polarização política que resultou no fracassado golpe, levou o presidente à necessidade de estabelecimento de uma base de sustentação interna com impacto para a agenda externa do país. Restabelecida a estabilidade, sucessivos acontecimentos se mostraram fundamentais para a governabilidade do país, tais como: as vitórias eleitorais de Chávez, o maior controle da máquina estatal nacional e local, a implantação dos programas sociais conhecidos como *misiones*, a retomada da atividade petroleira e a melhoria dos indicadores sócio-econômicos. Com o fortalecimento do executivo teria ocorrido a substituição do pragmatismo pela ideologia. Isto posto, Villa (2007) acredita que a partir da crise de 2002 o projeto de inserção internacional do país passou a ser marcado por ambiguidades, pouca estratégia, cooperação na área social para aumentar seu poder de barganha e pela substituição discursiva dos elementos petróleo e democracia pelo socialismo e pela democracia participativa. Estas mudanças também foram analisadas por Carlos Romero (2006) em outro trabalho. De acordo com esse autor, os primeiros dois anos de governo (1999-2000) foram marcados por importantes reformas políticas e econômicas com vistas a por fim ao modelo político erigido através do Pacto de *Punto Fijo* e promover a recuperação econômica do país. Em seguida, teve início um período mais conturbado quando o país passou pela reforma dos hidrocarbonetos, o golpe contra Chávez e a paralisação nacional da

PDVSA. A retomada das condições de governabilidade teria se dado em 2004, quando o governo obteve significativas vitórias eleitorais, se fortalecendo diante da oposição e passando a assumir sua vertente socialista.

Já para Juan Agulló (2009:01), embora os acontecimentos referentes aos atentados em 11 de Setembro de 2001 e o golpe sofrido por Chávez, em 2002, fossem significativos para as transformações na agenda Externa do país, o momento decisivo teria sido o ano de 2003, quando o Estado venezuelano assumiu o papel de intermediador entre recursos petrolíferos nacionais e o grande capital transnacional. A partir de 2003, teria ficado mais nítida a estratégia internacional trifurcada segundo a qual o país passou a 1) reforçar os vínculos institucionais que considerava úteis; 2) boicotar aqueles que considerava inúteis; 3) criou, com outros países, novos laços, controlados desde Caracas (pag.5).

De acordo com Martins (2007), o ano de 2004 teria sido crucial na condução da Política Externa venezuelana, pois foi então que o termo *socialismo del siglo XXI* passou a ser utilizado⁶³, demarcando de forma clara a orientação político-ideológica do governo Chávez. O autor resume bem as características principais da Política Externa de Chávez, apontada por outras análises recentes, ao chamar atenção para a formação de eixos regionais em um processo de clara redefinição das relações com os países da América Latina e Caribe, o fortalecimento da OPEP e o estabelecimento de acordos com economias emergentes. Tratar-se-ia de uma Política Externa baseada na defesa de uma ordem multipolar, utilizando a plataforma petrolífera como base para exercer um papel internacional mais relevante e para projetar seu modelo político internacionalmente.

3.1. Constituição de 1999 e o Ministério do Poder Popular das Relações Exteriores

Nesta seção, serão analisadas as principais mudanças constitucionais que se referem à formulação de Política Externa no país, bem como as transformações ocorridas no Ministério das Relações Exteriores na última década, focando o papel dos recursos energéticos nessa trajetória. A idéia é estabelecer vínculos entre o curso da política interna e as mudanças na agenda externa do país.

Na Constituição de 1999 já é possível perceber mudanças de orientação sutis que ganharão relevância no decorrer do tempo. São exemplares o discurso mais enfático no que

⁶³ Este termo apareceu pela primeira vez no documento *Taller de Alto Nivel* elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, tendo confirmado uma guinada em sua orientação política.

se refere à defesa da soberania nacional, principalmente quando o assunto diz respeito ao possível uso do território venezuelano para instalação de bases militares de outros países, à solidariedade internacional, ao processo de integração regional e a aprovação de tratados internacionais:

Artículo 13. El territorio no podrá ser jamás cedido, traspasado, arrendado, ni en forma alguna enajenado, ni aun temporal o parcialmente, a Estados extranjeros u otros sujetos de derecho internacional.

El espacio geográfico venezolano es una zona de paz. No se podrán establecer en él bases militares extranjeras o instalaciones que tengan de alguna manera propósitos militares, por parte de ninguna potencia o coalición de potencias⁶⁴

Ainda versando sobre a soberania nacional, a Constituição, além de referendar os tradicionais princípios de autodeterminação e de não intervenção em assuntos internos de outros Estados, incorpora temas de época como a defesa dos direitos humanos, e, sobretudo, os vincula com os “interesses do povo”: e a “defesa da prática democrática “em todos os organismos e instituições internacionais”, além de promover a solidariedade internacional entre os povos (SILVA;ROMERO & ROMERO;2003:163).

Artículo 152. Las relaciones internacionales de la República responden a los fines del Estado en función del ejercicio de la soberanía y de los intereses del pueblo; ellas se rigen por los principios de independencia, igualdad entre los Estados, libre determinación y no intervención en sus asuntos internos, solución pacífica de los conflictos internacionales, cooperación, respeto de los derechos humanos y solidaridad entre los pueblos en la lucha por su emancipación y el bienestar de la humanidad. La República mantendrá la más firme y decidida defensa de estos principios y de la práctica democrática en todos los organismos e instituciones internacionales.

Artículo 155. En los tratados, convenios y acuerdos internacionales que la República celebre, se insertará una cláusula por la cual las partes se obliguen a resolver por las vías pacíficas reconocidas en el derecho internacional o previamente convenidas por ellas, si tal fuere el caso, las controversias que pudieren suscitarse entre las mismas con motivo de su interpretación o ejecución si no fuere improcedente y así lo permita el procedimiento que deba seguirse para su celebración.

No que se refere ao processo de integração regional, se comparamos os artigos 108 da Constituição de 1961 e o artigo 153 da Constituição de 1999, percebemos mudanças significativas, pois, a nova carta visa promover um processo de integração que vai além da mera integração econômica. Por outro lado, a constituição bolivariana, além de ser mais

⁶⁴ A Venezuela é um dos únicos países da América Latina que não possuem bases norte-americanas em seu território. Ver mapa de bases militares norte-americanas na seção anexos.

específica e detalhista quanto à integração latino-americana, ainda estabelece que as normas adotadas no marco dos acordos de integração devem prevalecer sobre o ordenamento legal interno:

Art. 108. La República favorecerá la integración económica latinoamericana. A este fin se procurará coordinar recursos y esfuerzos para fomentar el desarrollo económico y aumentar el bienestar y seguridad comunes (VENEZUELA. Constitución Federal de 1961).

Artículo 153. La República promoverá y favorecerá la integración latinoamericana y caribeña, en aras de avanzar hacia la creación de una comunidad de naciones, defendiendo los intereses económicos, sociales, culturales, políticos y ambientales de la región. La República podrá suscribir tratados internacionales que conjuguen y coordinen esfuerzos para promover el desarrollo común de nuestras naciones, y que aseguren el bienestar de los pueblos y la seguridad colectiva de sus habitantes. Para estos fines, la República podrá atribuir a organizaciones supranacionales, mediante tratados, el ejercicio de las competencias necesarias para llevar a cabo estos procesos de integración. Dentro de las políticas de integración y unión con Latinoamérica y el Caribe, la República privilegiará relaciones con Iberoamérica, procurando sea una política común de toda nuestra América Latina. Las normas que se adopten en el marco de los acuerdos de integración serán consideradas parte integrante del ordenamiento legal vigente y de aplicación directa y preferente a la legislación interna. (VENEZUELA. Constitución Federal de 1999).

Tratados ou contratos internacionais dependem, nas duas constituições, da aprovação do legislativo, mas o artigo 73 da Carta de 1999 introduz a possibilidade de realização de referendos populares para celebração de alguns compromissos internacionais (SILVA; ROMERO & ROMERO; 2003:163). Dessa maneira, o conceito de democracia participativa, fortemente destacado no delineamento do regime interno, se desdobra e projeta para o âmbito das relações internacionais, articulando, mais uma vez, a trama da política doméstica com a da Política Externa:

Apesar das diferenças, a celebração de contratos internacionais nas duas constituições depende da aprovação do legislativo conforme indica o artigo 154. Mesmo assim, a Carta de 1999 inovou ao prever a possibilidade de realização de referendos populares acordos internacionais que possam ferir a soberania nacional, conforme sinaliza o artigo 73:

Artículo 154. Los tratados celebrados por la República deben ser aprobados por la Asamblea Nacional antes de su ratificación por el Presidente o Presidenta de la República, a excepción de aquellos mediante los cuales se trate de ejecutar o perfeccionar obligaciones preexistentes de la República, aplicar principios expresamente reconocidos por ella, ejecutar actos ordinarios en las relaciones internacionales o ejercer facultades que la ley atribuya expresamente al Ejecutivo Nacional.

Artículo 73. Serán sometidos a referendo aquellos proyectos de ley en discusión por la Asamblea Nacional, cuando así lo decidan por lo menos las dos terceras partes

de los o las integrantes de la Asamblea. Si el referendo concluye en un sí aprobatorio, siempre que haya concurrido el veinticinco por ciento de los electores o electoras inscritos o inscritas en el registro civil y electoral, el proyecto correspondiente será sancionado como ley.

Los tratados, convenios o acuerdos internacionales que pudieren comprometer la soberanía nacional o transferir competencias a órganos supranacionales, podrán ser sometidos a referendo por iniciativa del Presidente o Presidenta de la República en Consejo de Ministros; por el voto de las dos terceras partes de los o las integrantes de la Asamblea; o por el quince por ciento de los electores o electoras inscritos e inscritas en el Registro Civil y Electoral.

Mudanças em termos de Política Externa e no âmbito das Relações Exteriores também podem ser percebidas na atuação do Ministério das Relações Exteriores e no papel de diferentes atores na formulação de sua Política Externa. Na Venezuela, os principais formuladores da Política Externa são a presidência da República e o Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE), com sede na *Casa Amarilla* no centro de Caracas, e o poder legislativo, sobretudo através da Comissão Permanente de Política Exterior na Assembleia Nacional. Mas mesmo com a participação do legislativo, existe uma forte tendência a centralização da Política Externa nas mãos do executivo, ainda mais evidente quando o governo eliminou a “Comissão Assessora de Relações Exteriores” que era formada por delegados do congresso, executivo, instituições políticas, chanceleres e ex-presidentes da República.

Dentre as principais normativas do MPPRE da Venezuela estão à própria Constituição de 1999, a *Ley Orgánica de Administración Pública* (2001), *Reglamento Orgánico MRE* (2004), *Ley Del Servicio Exterior* (2005), além do Regulamento interno e suas demais resoluções.⁶⁵ De maneira, geral, as mudanças na organização e regulamentação do serviço exterior venezuelano visaram a adequar a atuação do Ministério aos objetivos internacionais previstos na Constituição Bolivariana.

Desde que Chávez assumiu a presidência, seis ministros assumiram a pasta das relações exteriores. O ritmo das trocas, intenso nos primeiros anos e bem menor a partir de 2004, revela o quanto a Política Externa acompanha as fases de turbulência e de estabilidade da política doméstica, assim como o embate ideológico que se deflagra em torno daquela no interior da sociedade:

Los cambios que enfrentaba el MRE para el año 2000 incluían una organización adecuada a los nuevos principios constitucionales de Democracia Participativa y a las tendencias internacionales. Así, con la llegada de la Ley del Servicio Exterior de

⁶⁵ De uma maneira, geral, as mudanças na organização e regulamentação do serviço exterior venezuelano visaram a adequar a atuação do Ministério aos objetivos internacionais previstos na Constituição Bolivariana.

2001, el MRE se vio afectado integralmente en su composición e inmediatamente trajo como resultado una lucha gerencial entre quienes apoyaban las tendencias institucionales tradicionales y quienes apoyaban las modernas. Esa lucha gerencial estallaría efectivamente en abril de 2002 cuando “Unos embajadores se sumaron al golpe, otros arremetieron contra los despachos y el resto simplemente guardó silencio (TORREALBA, 2006:161)

Dentre os ministros das Relações Exteriores, os mais influentes no governo Chávez foram Rodríguez Araque e o atual ministro Nicolás Maduro que está a mais tempo no cargo. Araque é advogado e participou do movimento guerrilheiro na década de 1960. Foi secretário geral da OPEP no ano 2000 e presidente da PDVSA até 2004, quando apontado como Ministro das Relações Exteriores. Em 2006, Araque se tornou embaixador em Cuba. O atual ministro, Nicolás Maduro, foi sindicalista e um dos fundadores do MVR e em 1998 foi eleito deputado federal, participando da Assembleia Constituinte que aprovou a nova constituição. Em 2006, assumiu a pasta das Relações Exteriores.

Quadro 1: Lista dos Ministros de Relações Exteriores 1999-2010

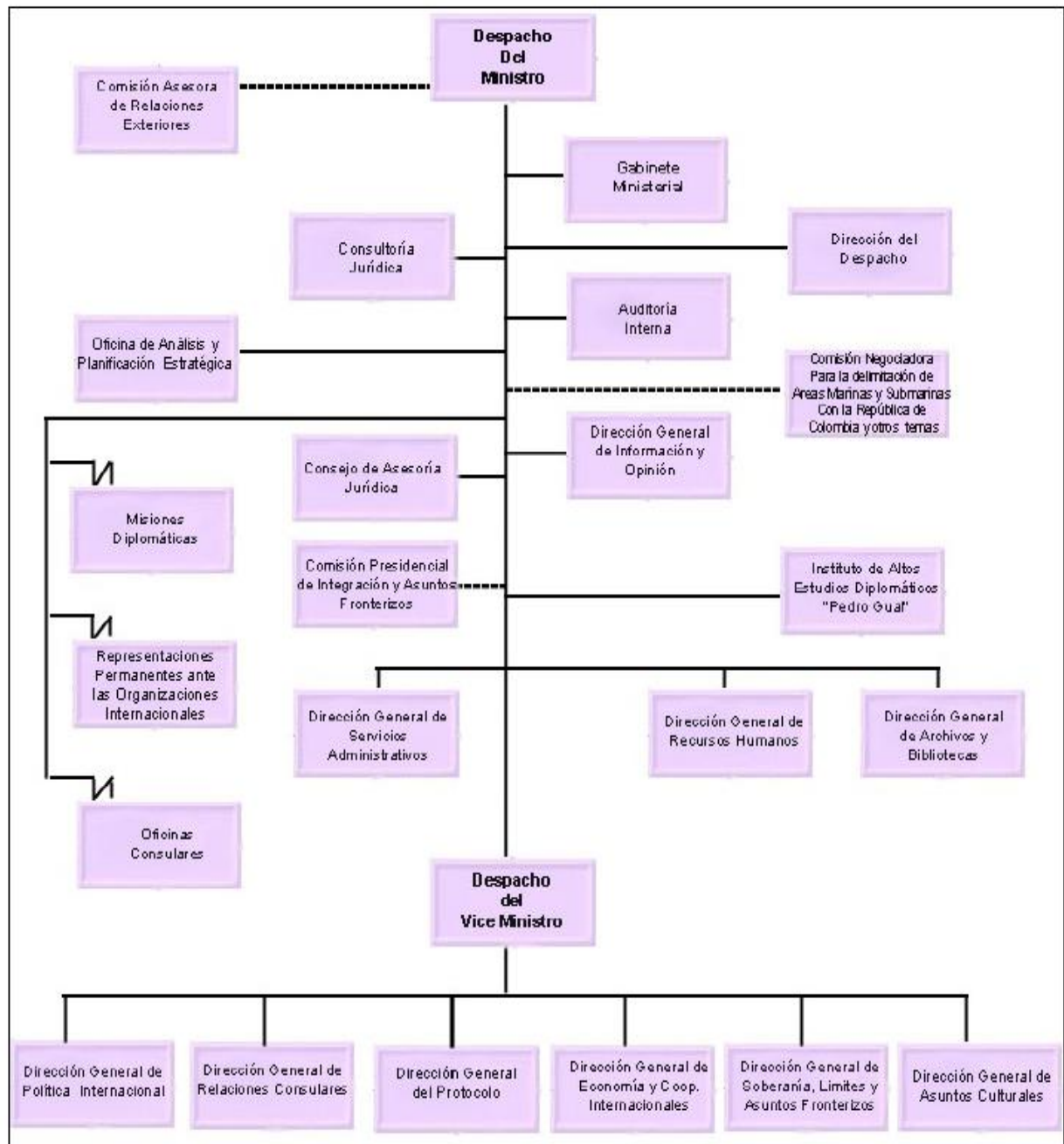
Ministros das Relações Exteriores do governo Chávez	
Rángel Vale, José Vicente	2 de Fevereiro de 1999 a 14 de Fevereiro de 2001
Dávila García, Luís Alfonso	15 de Fevereiro de 2001 a 29 de Maio de 2002
Chaderton Matos, Roy	30 de Maio de 2002 a 12 de Fevereiro de 2004
Pérez, Jesús Arnaldo	13 de Fevereiro a 19 de Novembro de 2004
Rodríguez Araque, José Alí	20 de Novembro de 2004 a 6 de Agosto de 2006
Maduro Moro, Nicolás	7 de Agosto de 2006 – Atual

Fonte: MPPRE, 2010.

Depois das mudanças constitucionais, as que mais afetaram a diplomacia venezuelana vieram em 2001, quando aprovada a *Ley del Servicio Exterior*. Em 2001, ajustou-se a quota anterior de 60% para 50% de embaixadores que poderiam ser designados pelo presidente. Mas em 2005, quando ocorreu uma nova reforma da mesma lei, em seu artigo 57, o presidente poderia designar 100% dos embaixadores das missões diplomáticas, missões permanentes em organismos internacionais e das oficinas consulares da Venezuela. Para os críticos das mudanças na diplomacia, Chávez a teria alterado profundamente. Das oitenta e cinco embaixadas venezuelanas no exterior, setenta e uma estão em mãos de profissionais que não seriam profissionais de carreira. Além disso, as embaixadas em países considerados estratégicos estariam a cargo de aliados políticos da presidência da República, a cargo de dirigentes políticos e militares (MORALES,2006). Segundo a pesquisadora Maria Tereza Romero (2008), a diplomacia venezuelana promoveria a politização do serviço exterior

através de sua “desprofissionalização”, o que seria sintomático da radicalização ideológica do atual governo. Segundo Romero apenas 16% dos embaixadores venezuelanos é de carreira.

Organograma 1: Ministério das Relações Exteriores



Fonte: TORREALBA, 2004: 164. Organograma do Ministério das Relações das Relações Exteriores até 2005.

Mais relevante para nosso objeto de estudo foram as mudanças ocorridas em 2004, com o advento da *Reforma Parcial del Reglamento orgánico de Relaciones Exteriores* e que foram implementadas em 2005, quando efetuada uma mudança parcial no organograma referente às hierarquias do MRE, apresentado logo acima.

Em relação ao organograma a mudança ocorrida se refere à criação de vice-ministérios destinados às diferentes regiões do mundo, com o objetivo de descentralizar as decisões sobre cada uma delas e que antes se concentravam na *Comissão Assessora*, ligada diretamente ao *Despacho Del Ministro*. Ao todo foram criados cinco vice-ministérios: 1) África; 2) América do Norte; 3) Ásia; Oriente Médio e Oceania; 4) Europa; 5) América Latina e Caribe. Essa divisão visava, por um lado, a especializar a política exterior do país de modo a torná-la mais pontual e eficaz no alcance de seus objetivos e, por outro, a promover a “projeção da estratégia nacional”, não apenas no nível da região, mas no âmbito extracontinental.

A partir de las cinco regiones que conforman la visión geoestratégica mundial más pertinente para los intereses de Venezuela, los viceministerios se encargan de administrar, en forma puntual, la política exterior del país. Su creación busca profundizar las alianzas, acercamientos y cooperación entre las naciones de esas regiones y hacerlas más expeditas, convenientes y eficientes y delegar en un cuerpo colegiado y especialista el seguimiento de los acuerdos ya suscritos y el planteamiento y manejo de otros asuntos, como la proyección de la estrategia nacional en el ámbito mundial (CFR.- RODRÍGUEZ ARAQUE: 2005). La lógica era optimizar los resultados o la capacidad de respuesta del MRE ante las demandas internacionales, así como también para abrir cauces y posibilidades en la búsqueda de recursos tendentes a ser aplicados en el desarrollo interno del país (CFR.-MÉNDEZ: 2005), porque cuando las decisiones eran centralizadas, se perdían oportunidades para lograr avances en diferentes niveles de interés (TORREALBA, 2006:165).

Em síntese, além das mudanças constitucionais apontadas acima, percebe-se que desde a ascensão política de Hugo Chávez, o Ministério das Relações Exteriores se fortaleceu, acumulando novas funções quanto à planificação, formulação, execução, coordenação e harmonização da Política Externa, todas elas são fruto das mudanças constitucionais e de leis e regulamentos específicos do próprio MPPRE, o qual agora tem a missão de harmonizar “*las acciones de los diversos órganos del Estado, en lo que concierne a las relaciones internacionales, a objeto de propiciar una posición estratégica, consecuenta con la defensa del Interés Nacional*” (TORREALBA, 2006:164).

Quadro 2: Funções do MPPRE Venezuelano

Funções do Ministério de Relações exteriores			
Planificação	Formulação	Execução	Coordenação e harmonização
Organizar, elaborar, orientar e coordenar a execução de planos para a consecução dos objetivos nacionais em âmbito nacional e de acordo com os princípios constitucionais da Política Externa.	Formulação conceitual e programática da Política Exterior.	Responsável, a nível nacional e internacional, pela execução da Política Exterior através da sede central e de suas representações no exterior.	Cabe ao Ministério coordenar e harmonizar as necessidades de diferentes atores públicos e privados que têm interesse na ação internacional do país.

Fonte: Elaboração própria.

3.2. Fundamentos de Política Externa: Documentos oficiais

Tão importante quanto destacar as instituições e atores responsáveis pela formulação de Política Externa, é conhecer seus fundamentos e princípios básicos. Desde que Chávez assumiu a presidência os contornos da Política Externa Venezuelana se transformaram de maneira significativa. Com o intuito de identificar essas mudanças, passaremos a considerar alguns dos principais objetivos e estratégias definidos para a Política Externa através de documentos oficiais produzidos no período 1999-2007: *Programa Económico de Transición* (1999); *Venezuela Construye su camino: 2001 Año de definiciones para grandes logros* (2001); *Plan de desarrollo económico y social de la nación* (2001); *El Nuevo Mapa Estratégico* (2004); *Marco filosófico de la nueva integración del sur* (2007); *Proyecto nacional Simón Bolívar y la Venezuela socialista* (2007)⁶⁶.

Quando Hugo Chávez assumiu a presidência da República, a Venezuela passava por uma profunda crise econômica, o governo concentrou todas suas atenções para o alcance da estabilidade macroeconômica, e, em função disso, a Política Externa não teve maior destaque. O sucesso da nova administração dependia, em grande parte, do alcance da estabilidade macro-econômica. Na época foi proposto o *Programa Económico de Transición de 1999-2000*, no qual se destacava a necessidade de um ajuste fiscal, do combate à inflação e da adoção de novas políticas nas áreas cambial e monetária. O plano em questão tinha caráter

⁶⁶ Os documentos analisados ao longo desta seção são facilmente encontrados no endereço eletrônico do Ministério do Planejamento e do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores da Venezuela.

ortodoxo e a política econômica do novo governo ainda se assemelhava àquela empreendida por governos anteriores, duramente criticados por Chávez.

Mas, mesmo com a centralidade conferida aos problemas domésticos, o *Programa Económico de Transición* prenunciava as primeiras diretrizes da Política Externa do novo regime. Naquele documento explicitava-se a necessidade do país aproveitar melhor suas vantagens comparativas em clara alusão a seus abundantes recursos naturais, e o grande interesse pelos blocos econômicos, *Comunidad Andina de Naciones* (CAN), MERCOSUL, Grupo dos três e Caricom (Comunidade do Caribe).

A partir de 2001, alguns delineamentos da Política Externa se tornaram mais nítidos, principalmente, aqueles que se referem à defesa de uma ordem internacional multipolar. Naquele ano, foi lançado o documento *Venezuela Construye su camino: 2001 Año de deficiones para grandes logros* que traçou os seguintes objetivos para a Política Externa: a) posicionamento soberano do país no cenário internacional; b) incentivo ao fortalecimento de organizações internacionais de países em desenvolvimento; c) estreitamento das relações com países das regiões caribenha, andina e amazônica; d) diversificação das relações internacionais mediante acordos energéticos com países extra-hemisféricos como França, China e Rússia; e) defesa dos preços do petróleo e fortalecimento da OPEP. A busca por uma melhor inserção regional e pela diversificação de suas relações internacionais pode ser vislumbrada através do incremento do comércio entre a Venezuela e outros países da área região. Além disso, nesse documento, o governo reafirmou as bases ideológicas da revolução como “humanista e bolivariana”, abrindo caminho para a futura criação das *Misiones bolivarianas*, e a projeção do regime particularmente no cenário latino-americano. Ainda naquele mesmo ano, foi lançado, para o período 2001-2007, o *Plan de desarrollo económico y social de la nación* determinando que, no âmbito das relações exteriores o país retomaria sua vocação integracionista, dando prosseguimento à estratégia de cooperação internacional com outros países (p.9). No capítulo intitulado “equilíbrio internacional”, a defesa da soberania nacional e a promoção de um mundo multipolar foram definidos, mais uma vez, como objetivos primordiais para a agenda externa do país.

Finalmente, con un carácter estratégicamente crucial, se está fortaleciendo la soberanía nacional, definiendo un perfil internacional propio, fundamentado en una visión multipolar de las relaciones internacionales, que permita que éstas se desenvuelvan sobre la base de la simetría y reciprocidad entre las naciones (VENEZUELA. Plan de desarrollo económico y social de la nación, 2001:15).

No *Plan de desarrollo* (2001:155-160), ainda estava previsto o estabelecimento de duas etapas para a implementação do projeto conhecido como Revolução Bolivariana. A primeira delas, denominada Década de Prata, se estenderia de 2001 a 2010, já a segunda fase, conhecida como Década de Ouro, se daria entre 2011 e 2020, quando ocorreria a consolidação do processo revolucionário. Dos objetivos de Política Externa apresentados no texto destaca-se a) a promoção da democracia participativa fora do país; b) o apoio ao processo de paz regional (em clara alusão aos conflitos na vizinha Colômbia); c) a integração regional baseada em uma identidade comum entre os países (identidade latino-americana; andina ou bolivariana; caribenha); d) integração política e cooperação militar; e) aproximação em relação a outros países e regiões do globo; f) fortalecimento dos laços Sul-Sul.

A partir da análise dos documentos lançados nos dois primeiros anos de governo, é possível destacar, na agenda externa do governo Chávez, os aspectos concernentes à defesa de uma ordem internacional multipolar e solidária, especialmente, com países subdesenvolvidos e com as nações latino-americanas, a promoção de uma identidade comum entre os países da região, com uma nítida fundamentação ideológica de esquerda e o regate da doutrina das múltiplas identidades na definição das prioridades regionais.

Após um interregno de dois anos, marcados pela crise de governabilidade, radicalização e polarização política do país, foi lançado, em 2004, *El Nuevo Mapa Estratégico*. O novo documento, além de recuperar preceitos já delineados nos primeiros anos de governo, detalha e sistematiza, agora em um cenário marcado pela consolidação do governo Chávez e pelo fim das turbulências derivadas da tentativa de golpe em 2002 e do paro petrolero de 2003, uma série de intervenções feitas pelo próprio presidente. Nelas, o contexto internacional é analisado a partir de uma idéia reitora: o horizonte benéfico que se abre para uma maior inserção internacional da Venezuela, com o advento de uma ordem multipolar, fruto do declínio estadunidense e da ascensão da Europa (p.23).

Neste documento, é possível perceber mudanças significativas no próprio campo discursivo, marcado pela adoção de uma linguagem mais confrontacionista e cética em relação aos Estados Unidos e sua posição no hemisfério ocidental. O presidente demonstrou certo temor pelo endurecimento da Política Externa estadunidense após os atentados de 11 de Setembro de 2001 já que isso afetou a agenda norte-americana para a região com impacto para o avanço de sua Revolução Bolivariana.

Comparativamente aos documentos anteriores, *El Nuevo Mapa Estratégico* está carregado de simbologias e referências a realização de uma verdadeira “revolução socialista” no país. Pela primeira vez, se menciona a necessidade de conformação de uma economia

socialista na Venezuela (pag 29). Os termos bolivarianismo, humanitarismo, terceiro-mundismo e militarismo aparecem com frequência e de maneira contundente, ao longo de todo o documento. Quanto ao militarismo, por exemplo, salienta-se a necessidade de se formar uma aliança entre setores civis e militares, como já era previsto pelo *Plan Bolívar* (2000), um dos primeiros programas sociais desse governo. O documento apresenta uma leitura, bem sistematizada, da dinâmica geopolítica regional, considerando a existência de três diferentes eixos (pag 25). O primeiro deles, denominado *Eixo Contraposto Brasília, Caracas e Buenos Aires*, estaria constituído pela aliança entre a Venezuela e dois importantes países da região, Argentina e Brasil, num claro reconhecimento do peso destas duas economias e do papel de ambas no MERCOSUL – objeto de grande interesse por parte do governo Chávez. Justamente por isso, para o presidente venezuelano, existiria um grande esforço dos EUA para desestabilizar esta importante aliança na região.

O segundo seria o *Eixo Bolívar* formado pelas bacias hidrográficas dos rios Orinoco, Amazonas e Rio da Prata, abarcando a região andina, a amazônica e o Cone Sul. Por sua própria abrangência, a partir deste eixo seriam maiores as possibilidades de regionalização da Revolução Bolivariana, e a constituição de um contrapeso à presença e influência norte-americanas, principalmente, na região andina. Também, seria este, um eixo mais recente, pela incorporação de Bolívia e Equador, atualmente, importantes aliados políticos do governo Chávez na região.

Por último, existiria um eixo comandado pelo próprio Pentágono, composto por seus aliados, importantes interlocutores dos Estados Unidos na região. Sendo formado por Bogotá, Lima, Santiago e, até a data em que o documento foi lançado, por Quito e La Paz, cooptados, posteriormente para o eixo Bolívar. Estes países, naquela época, mantinham fortes laços políticos e comerciais com os EUA, em detrimento de um projeto de integração regional autônomo.

Em 2007, já no segundo mandato de Chávez, foram lançados novos documentos oficiais sobre Política Externa. Dessa vez, foi explicitada uma proposta de integração regional que, extrapolando a área comercial, buscava o estabelecimento de laços de solidariedade com base em projetos de cooperação, financiados pelos recursos do petróleo. Se bem o termo “solidariedad” associado a programas de assistência, também foi amplamente utilizado pelos governos do modelo *puntufijista*, na década de 1970, a política desenhada pelo governo Chávez é de natureza notadamente distinto. As diferenças atualmente encontram-se, não apenas no volume de recursos comprometidos na Política Externa, mas na sua projeção

continental e internacional, assim como no conteúdo político das alianças que envolvem, e nas dimensões culturais e simbólicas que promove.

Com efeito, em documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, intitulado *Marco filosófico de la nueva integración del sur*, o governo, ao tempo de defender a necessidade de um projeto de desenvolvimento endógeno (p.23), afirma que a projeção externa da Venezuela deveria ter alcance mundial, objetivando impulsionar um comércio internacional mais justo e um novo modelo econômico produtivo, humanista, alternativo e sustentável, tendo por alicerce a integração energética. No documento, ainda aponta-se para a existência de dois processos de integração regional em curso na região. O primeiro deles, marcado por processos de integração nos moldes do MERCOSUL ou mesmo por países que optariam pelo fortalecimento deste bloco priorizando a cooperação e integração econômica (pag. 8). O segundo, capitaneado pela própria Venezuela, iria além da cooperação comercial, e implicaria na união política dos países da região. Os Estados favoráveis a este segundo projeto são os mesmos que vieram a compor o Eixo Bolívar e que também fazem a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), ou seja, Bolívia, Cuba, Venezuela, Equador (a incorporação da Nicarágua, não citada no documento, se dará mais tarde). Segundo o próprio Ministério das Relações Exteriores este seria o *Proceso Integrador Solidário Humanista* em que se é reconhecido o papel da sociedade civil na conformação de uma “Diplomacia dos Povos” (pag.10). Em verdade, trata-se de um plano estratégico para o estabelecimento de uma *união entre os povos*, que incluiria um projeto nas áreas alimentar, de saúde e desenvolvimento econômico. Por fim, o referido documento destaca a necessidade de coordenação das Forças Armadas da região para se criar um bloco de poder autônomo na América Latina.

As bases éticas e teóricas da Política Externa venezuelana também foram definidas no documento *Proyecto Nacional Simón Bolívar y La Venezuela Socialista (2007-2013)*. Nele, afirma-se que os fundamentos teóricos e ideológicos da Política Externa venezuelana caracterizam-se pela fusão de correntes humanistas do socialismo com a herança histórica de Simón Bolívar, o grande herói nacional. Além do resgate de elementos provenientes de uma Política Externa ativa, que vigorou no país há cerca de três décadas, agregaram-se elementos como o socialismo e a solidariedade. Nesse projeto, encontram-se também as diretrizes para o que se convencionou chamar *Nueva Geopolítica Internacional (2007:44)* que procuraria romper com a subordinação dos países latino-americanos em relação aos interesses econômicos e políticos estadunidenses na região, através da construção e articulação de novos pólos de poder geopolítico, incluindo um maior intercâmbio cultural e científico entre os

países (p.46). No bojo desse processo, seria vital para a Venezuela uma aproximação com o MERCOSUL, a conformação da *Comunidad Sulamericana de Naciones* e a consolidação da própria ALBA.

3.3. Projeção Externa do modelo venezuelano: atuação em organismos internacionais

Na prática, as mudanças em termos de Política Externa, renunciadas nos documentos analisados e advindas da reforma constitucional e das demais reformas realizadas no Ministério das Relações Exteriores, podem ser verificadas através da atuação do governo Chávez em organismos internacionais e na promoção de novos valores e ideais, que permeiam seus projetos de integração política e cooperação social com países da América Latina.

A atuação da Venezuela em organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) é emblemática por refletir o posicionamento do atual governo no que se refere ao modelo de democracia proposto e quanto às relações de poder assimétricas no Sistema Internacional.⁶⁷ Os principais atritos entre o governo Chávez e a OEA originaram-se da divergência em torno da concepção de regime democrático, precisamente do embate entre modelo participativo e representativo, como também quanto aos dilemas para as democracias na região. Importante lembrar que o próprio regime venezuelano, corriqueiramente considerado autoritário por alguns países membros da OEA. O primeiro embate neste sentido aconteceu em reunião da Organização dos Estados Americanos em 2001, quando a maioria dos países membros, e notadamente os EUA, defenderam a democracia representativa, expressa na Carta desse organismo, enquanto o governo venezuelano fez a apologia de um modelo de democracia participativa e protagônica.

Las elecciones otorgaban a ciertos gobiernos fachadas democráticas, pero no pocas veces, su principal propósito consistía en legitimar los intereses de élites políticas y económicas. Elecciones sí. Alternabilidad sí. Pluralismo sí. Pero ello no es suficiente. La democracia debe ir más allá del acto comicial y crear mecanismos para que la participación de todos los actores sociales y políticos –sin exclusión alguna- sea una realidad cotidiana. Igualmente, la democracia debe tener un profundo contenido social (...) Encarar la deuda social, combatir la pobreza, conservar el patrimonio natural y cultural, constituyen desafíos irrenunciables para los gobiernos democráticos en el hemisferio. Este es el compromiso del gobierno de Venezuela (...) La Democracia Participativa – como ha explicado el gobierno de

⁶⁷ Para efeitos desta seção tomaremos por base boletins como “Venezuela Internacional” e informativos oficiais, assim como notas e discursos de diplomatas e representantes do governo venezuelano disponíveis em suas páginas oficiais junto às Nações Unidas e a OEA. Os informativos podem ser visualizados nos sites www.venezuela.onu.gob.ve e www.venezuela-oas.org

Venezuela – no es un concepto opuesto al de Democracia Representativa, ni una alternativa a la misma. Es importante tener esto presente a la luz del enfrentamiento durante la Guerra Fría –ya superada– entre los conceptos de democracia representativa y democracia popular. Por el contrario, la democracia participativa presupone y coexiste con la democracia representativa, ya que democracia representativa no es otra cosa que el ejercicio del poder por el pueblo a través de representantes libremente elegidos. La democrática escogencia de esos representantes es una forma esencial de participación. Los procesos de participación también fortalecen la protección de los derechos humanos, ya que ellos constituyen la mejor garantía para que los intereses y aspiraciones genuinas del pueblo puedan expresarse plenamente (VENEZUELA. Missão Permanente da Venezuela na OEA, 2010).

Não somente mecanismos de participação popular ganham relevância no modelo bolivariano promovido por Chávez, mas também, a atenção dada a questão social. Em 2004, a representação venezuelana na OEA, depois de se referir à perversa realidade social vivenciada pelos países da região, anunciou que iria defender na Cúpula Extraordinária das Américas, a ser realizada em Monterrey, a necessidade de se combinar democracia e justiça social. Finalmente, por ocasião dessa cúpula, o governo venezuelano afirmou categoricamente que, desde o encontro de Quebec (2001), o panorama político da região havia mudado significativamente, abrindo espaço para uma nova concepção de democracia, exemplificada, pelas democracias participativas de inspiração bolivariana. Na ocasião, a Venezuela chegou a sugerir a criação de um instrumento hemisférico que tivesse a mesma hierarquia da Carta Democrática Interamericana da OEA, uma Carta Social para pautar as obrigações sociais dos governos de todo o hemisfério⁶⁸.

El Representante Permanente de la República Bolivariana de Venezuela, Embajador Jorge Valero, fue designado por consenso de los países que integran la Organización de los Estados Americanos, este viernes, para presidir el Grupo de Trabajo, en cuyo marco se negociará la Carta Social de las Américas, que tiene entre sus objetivos el fortalecimiento de los compromisos hemisféricos con la democracia y los derechos sociales.

La Carta Social de las Américas, viene a llenar un gran vacío en el hemisferio, la cual articulada con la Carta Democrática Interamericana, constituirían hitos fundamentales de la OEA, para dar respuesta a las exigencias de la región en materia de derechos políticos, económicos, sociales y culturales. (VENEZUELA. Missão Permanente da Venezuela na OEA, 2010).

⁶⁸ Posteriormente, em 2007, quando a XXXVII Assembleia Geral da OEA foi realizada na Cidade do Panamá, a Carta Social das Américas seria, finalmente, aprovada.

Ainda em 2004, a democracia voltou a ser o aspecto central da agenda externa venezuelana quando o chanceler Jesus Arnaldo Pérez, durante a XXXIV Assembléia Geral da OEA (6 a 8 de Junho de 2004), lembrou a IV República venezuelana criticando o regime do *Pacto de Punto Fijo* por violação dos Direitos Humanos e corrupção. Na ocasião, o chanceler defendeu a Democracia participativa e a necessidade de governos que primam pela justiça social, pois só assim as democracias da região alcançariam o desenvolvimento pleno (VENEZUELA, Missão Permanente da Venezuela na OEA, 2010).

O posicionamento da Venezuela em relação às Nações Unidas é semelhante ao mantido na OEA, diferindo o fato de que algumas temáticas têm um alcance mais global e não apenas hemisférico. Apesar de historicamente o país não ter grande visibilidade internacional, principalmente, uma atuação significativa em organismos internacionais, a partir do governo Chávez, a Venezuela passou a buscar um maior protagonismo nesses organismos.⁶⁹ Com esse intuito, em pronunciamento nas Nações Unidas, o embaixador Venezuelano Jorge Valero criticou a falta de representatividade dos países pequenos e potências médias ou regionais na ONU e alegou que o Conselho Geral deveria ter um maior peso em relação ao Conselho de Segurança.

(...)Reeditando el reclamo que en ese sentido hizo el Presidente Hugo Chávez, en el 2005 ante la Asamblea General, el Viceministro de Relaciones Exteriores para América del Norte y Asuntos Multilaterales y Representante Permanente de la República Bolivariana de Venezuela, el embajador Jorge Valero, insistió este jueves 29 de enero en la reforma de las Naciones Unidas y del Consejo de Seguridad, pues las relaciones de poder que aun se conservan en sus órganos, en particular en el Consejo de Seguridad, socavan las bases democráticas de la sociedad mundial. (...) enfatizó que la superposición del Consejo de Seguridad en las decisiones, desestima el protagonismo de la Asamblea General, el G-192, sobre los temas acuciantes que afectan a la especie humana y su relación con la naturaleza, lo que, alertó, socava las bases democráticas de la representatividad mundial. (...) El Representante Permanente de la República Bolivariana de Venezuela precisó que los cambios registrados en la escena internacional reafirman la necesidad de adaptar las Naciones Unidas y sus órganos a las realidades actuales, derivadas de un período de mutaciones de transcendencia histórica, tales como el colapso del unilateralismo para dar paso al multilateralismo en el abordaje de los asuntos mundiales, el resquebrajamiento de la unipolaridad y el predominio imperial ante el despliegue de la pluralidad en las relaciones internacionales y la crisis de dimensiones globales que socava las bases del capitalismo y de su ideología, el neoliberalismo, con expresiones inocultables –como la crisis financiera, la alimentaria y la ecológica- que demandan la construcción de un nuevo orden mundial basado en la solidaridad, la igualdad, la libertad y la justicia social.(...). (VENEZUELA. Missão Permanente da Venezuela nas Nações Unidas, 2009).

⁶⁹ Em 2009, a Venezuela chegou a propor a convocação de uma conferência mundial sobre a crise financeira internacional e ainda pediu a responsabilização de Israel perante o Tribunal Penal Internacional por crime de guerra contra os palestinos.

Para reduzir as assimetrias vigentes no sistema mundial de Estados, a Venezuela propôs a reforma de organismos internacionais, assim como a criação de novos mecanismos de integração regional, como o *Banco Del Sur* e a UNASUR. O *Banco Del Sur* foi criado para ser uma alternativa para os países da região em relação ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao Banco Mundial, e ao próprio FMI. Em 16 de Setembro de 2006, o presidente venezuelano consultou diversos chefes de Estado durante encontro dos países do Movimento dos Países Não Alinhados não tendo encontrado nenhuma objeção com relação à criação de um banco independente, ou seja, não vinculado aos interesses do governo norte-americano. A idéia é fazer com que a maior parte das reservas dos países do sul que estão em bancos e instituições financeiras dos países do norte, permeadas pelos interesses da grande potência americana, refluisse para o “*Fondo del Sur*”, que passaria a contar com reservas dos países que participem da nova iniciativa.

O primeiro passo para a criação desse *Banco del Sur* partiu de um memorando de entendimento assinado, em 21 de fevereiro de 2007, entre Venezuela e Argentina.⁷⁰ Logo, em 11 de Março do mesmo ano, a Bolívia aderiu ao projeto através de acordo assinado na cidade boliviana de El Alto. Em 30 de Março, os ministros das finanças da Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador se reuniram em Caracas para planejar a criação do banco. No mês seguinte, foi realizada a terceira reunião técnica entre aqueles países em Guayaquil, com a adesão de Brasil e Paraguai. O Banco do Sul teve sua ata de fundação aprovada, finalmente, em Junho de 2007, na cidade de Buenos Aires, tendo por signatários Argentina, Brasil, Equador, Bolívia, Venezuela e Paraguai. Na sequência, o documento seria analisado por ministros da economia dos países membros, entre os dias 28 e 29 de junho, na cidade paraguaia de Asunción, por ocasião da reunião da cúpula do MERCOSUL. Posteriormente, Uruguai e Colômbia demonstraram interesse em serem incorporados como países membros. Finalmente, em Setembro de 2009, a “*Ley Aprobatoria del Convenio Constitutivo del Banco del Sur*” foi publicada na Gazeta Oficial da Venezuela.

A Unión de Naciones Suramericanas, UNASUR, foi outro mecanismo de cooperação regional, o qual, apoiado pela Venezuela, partiu de uma iniciativa conjunta de vários países da região interessados na criação de um organismo internacional autônomo formado por países latino-americanos. À UNASUR coube o papel de principal articulador político da região sul-americana, dentre os novos organismos criados na região. As origens da UNASUL remontam ao terceiro encontro Sul Americano, quando no dia 08 de Dezembro de 2004, foi assinada a

⁷⁰ A crise financeira que assolou a Argentina em 2001 a deixou a mercê da boa vontade dos organismos financeiros internacionais como o FMI e o BIRD.

declaração de Cuzco criando-se a Comunidade Sul Americana de Nações. Através desse organismo, criou-se um bloco de cooperação política, econômica, de infra-estrutura, energia e até mesmo de segurança regional. Participam do bloco os países membros da Comunidade Andina de Nações (Colômbia, Peru, Equador e Bolívia); membros do Mercado Comum do Cone Sul, (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, incluindo-se a Venezuela em processo de adesão ao MERCOSUL); além de Chile, Guiana e Suriname⁷¹.

O governo venezuelano também continua a apoiar a criação de um organismo multilateral alternativo a OEA, sem a participação dos EUA e do Canadá. Neste sentido, na reunião de Cúpula do Rio, realizada em 23 de Fevereiro de 2010 em Cancun, os países que formam o Grupo do Rio e Caricom, concordaram com a criação de um novo organismo, provisoriamente chamado de *Comissão para a América Latina e o Caribe*. Em 2011, durante a próxima reunião do Grupo do Rio, na cidade de Caracas, e também em reunião subsequente a ser realizada no Chile, a criação deste novo bloco deverá concretizar-se.

3.4. A agenda de segurança: em defesa do regime bolivariano

Aspectos relacionados à segurança regional também são parte fundamental da Política Externa do governo Chávez no que diz respeito tanto à defesa do novo regime político, quanto das reservas petrolíferas do país. Ao longo da última década algumas questões se tornaram primordiais para compreendermos a agenda de segurança do governo Chávez tais como a) crescentes investimentos em armamentos bélicos e estreitamento dos laços da Venezuela com a Rússia; b) envolvimento dos Estados Unidos no golpe sofrido por Chávez em 2002, decorrente do descontentamento em relação às reformas realizadas no setor energético venezuelano; c) tensões com a vizinha Colômbia diante de divergências entre os governos Chávez e Uribe, principalmente pelo fato de a Colômbia ser um forte aliado dos Estados Unidos na região.

Apesar da aproximação entre Venezuela e Rússia ir muito além da cooperação militar, abrangendo diversos setores, são representativos os acordos referentes ao fornecimento de equipamentos, veículos e treinamento militar. Estes acordos têm preocupado os EUA e gerado

⁷¹ As tensões entre Venezuela e Colômbia poderiam até mesmo se tornar obstáculos para a consolidação da Unasur, porém este organismo demonstrou sua força por seu papel atuante durante a crise entre o governo Morales e seus opositores em 2008, como também, diante do golpe em Honduras em 2009, demonstrando que tem legitimidade e eficiência para mediar e se posicionar diante dos principais problemas políticos da região.

polêmica entre os que acreditam que isto seja indicativo de que Chávez pretenda iniciar uma verdadeira ofensiva militar na região. Na verdade, esses acordos militares demonstram a preocupação do governo venezuelano em modernizar suas Forças Armadas em virtude de necessidades internas e externas. Quanto às questões internas, deve-se salientar o fato de os militares serem um importante ponto de sustentação do governo do “comandante” Chávez, o que, portanto, explicaria a alocação de mais verbas para o setor. Respeito aos fatores externos, a preocupação constante do governo com uma possível invasão norteamericana através da Colômbia, reforçaria a idéia de que seria necessário se preparar militarmente. Os próprios conflitos internos na Colômbia levaram o governo bolivariano a se preocupar com a segurança nas regiões de fronteira. Neste sentido, a aproximação com a potência militar Russa se tornou a opção mais viável para a Venezuela já que está descartada uma cooperação militar com Washington, principalmente, após o governo norteamericano impedir a venda de armamentos para aquele país e do próprio governo Chávez não ter renovado antigo acordo de cooperação na área militar entre os dois países que vigorou entre 1951 a 2001.

O incremento do orçamento destinado ao setor militar na Venezuela tem sido interpretado por diversos setores como indicativo de uma possível corrida armamentista que afetaria a balança de poder na região⁷². A imprensa internacional trata o assunto com bastante preocupação, alertando para os reais interesses de Chávez na região, como pode ser vislumbrado, por exemplo, em matéria de Simon Romero para o New York Times:

Venezuela's arms spending has climbed to more than \$4 billion in the past two years, transforming the nation into Latin America's largest weapons buyer and placing it ahead of other major purchasers in international arms markets like Pakistan and Iran. (...) A report in January by the Pentagon's Defense Intelligence Agency pegged Venezuela's arms purchases in the past two years at \$4.3 billion, ahead of Pakistan's \$3 billion and Iran's \$1.7 billion in that period. (...) (NYT, 25 de Fevereiro de 2007)

Apesar do destaque e a preocupação aparente em torno dos possíveis interesses expansionistas de Chávez, da existência de uma corrida armamentista na região, ou da iminência de um conflito com a vizinha Colômbia, grande parte da discussão envolvendo os gastos militares do governo Chávez é tratada, na maioria das vezes, de maneira sensacionalista. Pesquisas sobre o incremento dos gastos militares em nossa região e sobre o caso venezuelano, especificamente, mostram um quadro bem mais complexo. No período compreendido entre 2003-2007, houve um incremento dos gastos militares na América do

⁷²Ver Tabela 3: Gastos Militares na Venezuela na seção Anexos.

Sul, comparativamente a outras áreas da América Latina. Mas essa tendência não se observa em todos os países. Entre os países com maior crescimento de gastos militares nos últimos anos, destacam-se, a Venezuela (78,53%), o Chile (53%) e o Equador (49%). Mas os países que ainda mantêm os maiores orçamentos militares da região são, respectivamente, Brasil (46%), Colômbia (15%) e Chile (13%) (Villa, 2008:03-04).

No entanto, algumas fontes reconheceram que até 2006 a Venezuela não era o principal investidor em armas na região sul-americana. O fato é que a “Venezuela incrementou dramaticamente suas importações de armas, passando da 56ª posição, no período de 1998 a 2002, a 24ª posição com maior importador regional. Só em 2007, a Venezuela incrementou seu orçamento em defesa em 78% (chegando US\$ 887 milhões) transformando-se no maior consumidor, em termos reais, na América do Sul naquele ano, embora o montante em importações de armas seja menor que o do Chile no período 2003-2007 (US\$ 1,417 bilhões da Venezuela contra US\$ 2,283 bilhões do Chile). Preços do petróleo em constante alta durante vários anos a vontade política presidencial de melhorar as capacidades militares do país e a procura pela melhora na posição política regional têm levado a Venezuela a incrementos cada vez maiores no orçamento militar, embora mais em termos reais brutos que em termos de gasto militar/PIB⁷³ (VILLA, 2008:06).

No que se refere à cooperação militar entre Moscou e Caracas, nos últimos anos diversos acordos foram assinados entre os governos Medvedev e Chávez. Em Julho de 2008, quando o presidente venezuelano visitou a Rússia, foi anunciada a criação de um sistema integral de defesa antiaérea. O governo venezuelano alegou que o intuito de tal cooperação seria defender os recursos naturais venezuelanos do chamado “expansionismo” norteamericano. Em Setembro do mesmo ano, a Rússia enviou aviões bombardeiros Tu-160 para treinamento militar na Venezuela. Apesar das polêmicas, o governo Russo esclareceu que não pretendia estabelecer bases militares na região, mas que prosseguiria com os exercícios militares, inclusive, com outras nações que, por ventura, quisessem estreitar laços em matéria técnico-militar. Ainda em 18 de Setembro, na Venezuela, foram realizados vôos de reconhecimento de área por supersônicos russos, ocasião em que se iniciaram exercícios navais com a marinha russa no mar caribenho. Na época, o ministro da defesa, Gustavo Rangel, chegou a defender a necessidade de se investir em treinamento e armamentos para que as forças armadas estejam de fato preparadas diante de possíveis ameaças com reativação da *IV Frota* estadunidense.

⁷³ Esta relação entre gasto militar e PIB na Venezuela pode ser acompanhada através dos dados do Stockholm International Peace Research Institute que estão no Anexo.

Ainda em virtude desses exercícios navais conjuntos, a Rússia enviou navios e submarinos com propulsão nuclear para a região, mas assegurou que estes não possuíam armas nucleares a bordo e que apenas participariam de manobras táticas. A frota russa partiu no dia 22 de Setembro da base Severomorsk rumo à Venezuela. No mesmo período, a Venezuela ainda adquiriu as aeronaves Sukhoi-30, helicópteros Mi-17, Mi-26 e Mi-35. Em 7 de Novembro de 2008, mais 15 acordos foram firmados entre os dois países. Diante das polêmicas geradas em todo o hemisfério por conta da cooperação militar entre aqueles dois países, Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, afirmou que seu país via com naturalidade essa aproximação, já que a Rússia é um importante provedor de material militar para diversos países. Ainda para justificar sua cooperação militar com a Venezuela, o próprio governo russo enfatizou a importância da indústria bélica para sua economia, principalmente em um momento em que o mundo enfrenta uma grave crise econômica mundial.

Os acordos militares prosseguiram e, em Setembro de 2009, foi determinada a compra de tanques de combate T-72 e T-90 para o exército venezuelano. Em Janeiro de 2010, foi anunciada a cooperação para a construção de um complexo industrial no estado de Aráguá que possibilitará a fabricação de fuzis automáticos russos, modelo Kalashnikov AK-103, bem como seus cartuchos. Ainda foi anunciada a compra de 53 helicópteros Mi-17 pela Venezuela. A Rússia se tornou o principal parceiro militar da Venezuela, ocupando o lugar dos EUA. Além da parceria com a Rússia, em Março de 2010, a Venezuela adquiriu aeronaves K-8W da China, como parte de um acordo que inclui capacitação de pilotos e suporte técnico. Segundo o governo, a aquisição das aeronaves visa fortalecer a defesa do espaço aéreo venezuelano na luta contra o narcotráfico na região andina.

A substituição dos EUA pela Rússia em termos de cooperação e comércio na área militar faz com que alguns tenham a impressão de que se redesenha o cenário característico do período da Guerra Fria. Na verdade, tal análise seria anacrônica por desconsiderar que a Rússia, após o desmembramento da URSS, manteve um considerável arsenal bélico e impulsiona suas relações comerciais neste sentido. Em que pese à inquestionável hegemonia norteamericana em termos militares, alguns países, dentre os quais a Venezuela é apenas mais um exemplo, buscam ampliar seus laços de cooperação com outros países também em matéria de segurança. Se existe espaço para analogias com outros períodos históricos, muito mais do que um retorno à Guerra Fria, a cooperação militar com outros países fora do hemisfério representa uma quebra do antigo corolário Roosevelt e da Doutrina Monroe em que se apregoava a “América para os (norte) americanos”.

A Política Externa Venezuelana em relação aos Estados Unidos pode ser vista enquanto reativa à própria agenda norteamericana para a região e aos próprios preceitos da doutrina Bush a partir dos atentados de 11 de Setembro e do golpe contra Chávez em 2002. Mesmo assim, percebe-se que, em Outubro de 2001, as relações entre os dois países já eram tensas devido às duras críticas deferidas por Chávez à política estadunidense em torno da *War on terror*. O afastamento entre os dois países, em matéria de segurança, foi sinalizado em Setembro daquele mesmo ano quando a Venezuela optou pela não renovação do acordo militar de cooperação bilateral que mantinha há 50 anos com os EUA (GOLLINGER,2006:33). Por outro lado, a Doutrina Bush deixava claro que a agenda externa dos Estados Unidos priorizava o Oriente Médio, e que a América Latina não teria mais um papel central para os EUA. A ofensiva conservadora que permeou o conjunto da Política Externa norteamericana fez com que a ascensão de governos de esquerda na região e suas plataformas nacionalistas não fossem bem recebidas por Washington. Na Venezuela, a grave crise política, desatada pelas reformas no setor de hidrocarbonetos que culminou no golpe fracassado contra Chávez, acentuou-se pela interferência de interesses norteamericanos. A coordenadora democrática (partidos opositores), setores das Forças Armadas, organizações privadas ligadas a partidos políticos estadunidenses, e até, a própria administração republicana foram acusados de envolvimento no processo de desestabilização política contra Chávez.

A presença militar norteamericana em toda região⁷⁴ é antiga e pode ser percebida através da atuação de alguns organismos como *IMET*, o *Southern Command* (comando do sul) e a antiga Escola das Américas – *School of Americas* – atualmente *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation* (WHISC), ligados ao Exército e ao Departamento de Defesa norteamericano. Estes organismos são responsáveis por financiamentos, treinamentos e assistência técnica-militar na região.

O *Southern Command*, com sede na cidade de Miami, Florida, foi criado no final da Segunda Guerra Mundial na condição de comando unificado do exército americano.

(...) is one of nine unified Combatant Commands (COCOMs) in the Department of Defense. It is responsible for providing contingency planning, operations, and security cooperation for Central and South America, the Caribbean (except U.S. commonwealths, territories, and possessions), Cuba and the Bahamas, and their territorial waters; as well as for the force protection of U.S. military resources at these locations. SOUTHCOM is also responsible for ensuring the defense of the Panama Canal and canal area (...) (ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. Southern Command, 2009).

⁷⁴ Ver Mapa 4: Bases estadounidenses na América-Latina na Seção Anexos.

A missão do Comando do Sul “*is to conduct military operations and promote security cooperation to achieve U.S. strategic objectives*”⁷⁵. Já a antiga Escola das Américas (1946-2001), atualmente *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation*, está ligada ao Departamento de Defesa norteamericano, com a função de treinar e formar oficiais dos exércitos dos países do hemisfério. Durante décadas, recebeu inúmeras críticas de diversos setores políticos e da sociedade civil latino-americana por ter formado, em seu quadro, militares que incorreram em violações dos Direitos Humanos em regimes ditatoriais. Na Venezuela, a Escola das Américas representou uma via de ideologização e de acesso e controle das Forças Armadas venezuelanas. Ainda operando dentro desta mesma lógica, o IMET, ou *International Military Education and Training*, também fornece treinamento militar para estrangeiros dentro dos moldes do exército norteamericano.

As ações de alguns organismos, não necessariamente ligados ao Departamento de Defesa ou ao Departamento de Estado dos EUA, acentuaram as tensões existentes entre os dois países na última década. Referimo-nos, principalmente, a “organismos ligados a partidos políticos”, como o *National Endowment for Democracy* (NED) e o *International Republican Institute* (IRI), os quais, com o argumento de fomentar a democracia no exterior, na verdade, mantiveram ligações com grupos de oposição ao presidente Chávez e os apoiaram financeiramente, principalmente, a Coordenadora Democrática em 2002 (GOLLINGER,2006:66).

O NED é uma instituição privada que recebe financiamento do governo dos Estados Unidos para promover a democracia liberal no mundo. Esta foi criada durante o governo republicano de Ronald Reagan, em 1983⁷⁶, e nas palavras do próprio presidente em sua inauguração:

Through the National Endowment, the private sector will promote exchanges between the American people and democratic groups abroad. It'll stimulate participation in democratic training programs and institution building overseas. The Endowment will work closely with those abroad who seek to chart a democratic course, and all this work will be sensitive to the needs of individual groups and institutions. And, of course, it will be consistent with our own national interests (Ronald Regan, 1983).

⁷⁵Informações disponíveis no site <http://www.southcom.mil/AppsSC/index.php>. Acesso em 09/10/2008.

⁷⁶ O NED atua na Venezuela desde 1993.

O *International Republican Institute* (IRI), também criado em 1983 é, segundo seu próprio estatuto, uma organização que tem por missão divulgar e defender os valores liberais, tendo por principal fonte de financiamento o NED. Seu trabalho consiste em dar apoio técnico, treinamento para partidos políticos fora dos Estados Unidos, assim como promover programas de desenvolvimento social, em apoiar reformas eleitorais e cuidar do monitoramento de eleições. Apesar de ser uma organização não governamental, realiza trabalhos conjuntos com: o Departamento de Estado, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e o Instituto Nacional Democrático para assuntos Internacionais. Cabe salientar que a maior parte de seu quadro é composta por políticos provenientes do Partido Republicano.

A atuação desses dois organismos no país foi tomada pelo governo venezuelano como um indicativo de que o governo dos Estados Unidos tivera participação e interesse no golpe de Estado ocorrido em Abril de 2002, ou que, no mínimo, já sabia de que o mesmo estava sendo planejado. A seguir, procuraremos analisar, em maior profundidade, o contexto no qual ocorreu a referida tentativa de golpe de Estado⁷⁷, a relevância do setor petrolífero naquele momento e, como as relações entre o governo venezuelano e norteamericano se desgastaram a partir desse acontecimento.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que grande parte do descontentamento da oposição àquela época advinha das leis habilitantes que permitiram que Chávez governasse por decreto presidencial e alterasse o marco legal do setor de hidrocarbonetos em 2001. Além disso, foram criados os círculos bolivarianos⁷⁸, organizações para difusão dos ideais da Revolução Bolivariana. Mas o principal fator responsável pela radicalização da oposição Venezuelana e da administração Bush, e que levou ambos a optar pela via golpista, foi a reforma petrolífera que substituiu o marco legal do setor, em vigor desde 1943. Foi, então, que uma série de partidos de oposição, do mais variado leque ideológico, se uniram para formar a *Coordinadora Democrática* (2001-2004)⁷⁹ enquanto a sociedade civil se organizava contra o governo, em torno do movimento *SÚMATE*.

⁷⁷ Ver o Documentário *A revolução não será televisionada*, 2002.

⁷⁸ Os círculos Bolivarianos são associações ou grupos organizados pelos cidadãos venezuelanos, conhecidos por difundir o pensamento e ideário de Simon Bolívar, da Revolução Bolivariana do governo Chávez e um espaço ou fórum de discussão política, que inclui a leitura e debate da Carta Constitucional de 1999. Segundo o governo Venezuelano também é um canal para discussão dos problemas da comunidade e seu encaminhamento para aos organismos competentes.

Disponível em < <http://portal.gobiernoonlinea.ve/cartelera/CircuitosBolivarianos.html> > Acesso 11 de Setembro de 2008.

⁷⁹ Os partidos políticos que fizeram parte da *Coordinadora Democrática* foram: *Acción Agropecuaria* (AA), *Acción Democrática* (AD), *Alianza Bravo Pueblo* (ABP), *Alianza por la Libertad* (APL), *Bandera Roja* (BR), *Convergencia*, *Copei*, *La Causa R* (LCR), *Movimiento al Socialismo* (MAS), *Movimiento de Integridad*

Uma das mais completas análises do envolvimento dos EUA no golpe de Estado foi realizada por Eva Golinger no livro *“The Chávez Code: Cracking US Intervention in Venezuela”*⁸⁰. Em 2001, o NED doou aproximadamente, US\$ 340.000 de dólares para que o IRI apoiasse partidos e entidades políticas venezuelanas, o que inclui doações para a *Unión por el Progreso* de Francisco Areas Cárdenas, principal nome da oposição (GOLINGER,2006:38). O NED também apoiava, desde os anos 1980, a Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) que passou a “engrossar o coro da oposição” contra Chávez. Igualmente, desde Setembro de 2001 vinham surgindo sinais do apoio estadunidense a Pedro Carmona, então presidente da Federación de las Cámaras de Comercio (Fedecámaras), e, finalmente, em Novembro do mesmo ano, Fedecámaras e o governo Chávez cortaram relações.

(...) From the U.S embassy in Caracas (...) ambassador Hrinak reported on the decision made by Fedecámaras to declare a national strike (...). (...) the U.S government shared the opposition’s views entirely on the driving issue behind the strike: the 49 laws President Chávez had enacted under the “enabling act” earlier that month. “President Chávez acted beyond his enabling act authority in decreeing certain laws (...).” In the months that followed, Carmona and fellow union leader Carlos Ortega took several trips to Washington accompanied by other prominent opposition leaders, including Leopoldo Lopez and Gerardo Blyde of Primero Justicia and other NED grantees.” (GOLLINGER, 2006:48-49).

Em 10 de Dezembro, ocorreu, finalmente, a primeira greve geral organizada e previamente anunciada pelos partidos Copei e AD, Fedecámaras e CTV contra as leis habilitantes de Chávez. (Ibidem, 2006:48). Em 25 de Fevereiro de 2002, a Embaixada dos EUA em Caracas declarou que Washington havia perdido a paciência com a ligação próxima existente entre Venezuela e Cuba (Ibidem, 2006:57). Pouco tempo depois, o *Southern Command* preparou um documento salientando existirem evidências de relações entre Chávez e as guerrilhas colombianas. Segundo Gollinger, a CIA, através de um *Senior Executive Intelligence Brief* (SEIB), emitido em 5 de Março, explicitou que fornecera ajuda financeira à oposição venezuelana. Em 6 de Março, outro SEIB deixou claro que os EUA sabiam da possibilidade de um golpe de Estado no país:

Nacional Unidad (MIN) ,Primero Justicia (PJ) ,Proyecto Venezuela (PV) Solidaridad, Solidaridad Independiente (SI) ,Unión ,Unión Republicana Democrática (URD) ,Visión Emergente (VE) ,Democracia Renovadora (DR) ,Fuerza Liberal (FL) ,Movimiento Republicano (MR) ,Movimiento Trabajo (MT) ,Opinión Nacional (Opina) ,Movimiento Resistencia Civil (MRC) Un Nuevo Tiempo (UNT), Un Solo Pueblo (USP).

⁸⁰ A autora vem estudando, sistematicamente, as relações entre EUA e a Venezuela, nos últimos anos.

(...) *By April 1, 2002, the US government knew the coup was fast approaching. A SEIB brief of that date, again from the DCI Strategic Warning Committee, stated, "President Chávez is facing continued strong opposition from the private sector, the media, the Catholic Church and opposition political parties... Reporting suggests that disgruntled officers within the military are still planning a coup, possibly early this month (GOLLINGER, 2006:64).*

Em Abril de 2002, Chávez demitiu alguns executivos da PDVSA que não eram favoráveis às resoluções do governo para o setor energético. Conseqüentemente, a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) organizou mais uma greve com o apoio da Fedecâmaras. Em 10 de Abril, trabalhadores da PDVSA sabotaram a produção de petróleo e, no dia seguinte, passeatas de chavistas e opositores tomaram conta das ruas da capital venezuelana. Os principais líderes opositores, Carmona e Ortega, pediram para que a oposição marchasse em direção ao Palácio Miraflores, sede do governo, onde os chavistas já se concentravam. No trajeto, ocorreu o trágico episódio de *Puente Llaguno* onde se confrontaram chavistas, opositores e militares (não do exército, mas, ligados a prefeitura de Caracas). Entre mortos e feridos, a oposição, a mídia privada e o governo norteamericano acusaram o presidente por violação dos direitos humanos, responsabilizando-o pelas mortes ocorridas.

O alto comando das Forças Armadas, apoiado pela Igreja, mídia privada, *SÚMATE* e *Coordinadora Democrática*, invadiu o palácio Miraflores para exigir a renúncia do presidente. Horas mais tarde Chávez foi retirado da sede do governo e levado para uma base militar enquanto Pedro Carmona, então presidente da federação do comércio, assumia a presidência, dissolvendo o congresso, o Supremo Tribunal de Justiça e dando início a um governo interino. A administração Bush, através de declarações do Departamento de Estado, apoiou a nova administração, mas no dia seguinte chegou a declarar que o ideal seria antecipar as eleições no país.

Chávez conseguiu voltar ao poder em 14 de Abril de 2002, mas a partir de então sua relação com a oposição e o governo americano se deteriorou consideravelmente. Nos meses seguintes, a oposição persistiu em seu intento de desestabilização política organizando greves gerais que levaram novamente à interrupção da produção de petróleo. O *paro petrolero* causou enormes perdas econômicas para o país. Na ocasião, Cuba chegou a enviar pessoal para garantir um mínimo de trabalhadores na estatal petrolífera.

Em 2004, o governo já havia conseguido restabelecer o controle da PDVSA, mas a oposição conseguiu milhões de assinaturas para pedir a realização de um referendun para decidir se o presidente continuaria no poder.

With a turnout of about 70% of registered voters, President Chávez won the recall referendum convincingly with 5.80 million people voting “no” to reject his recall, or 59.25% of the vote, and 3.989 million people, or 40.74%, voting “yes” in favor of his recall.¹⁰ Observers from the OAS and the Carter Center maintained that these results were compatible with their own quick count results. The opposition claimed that massive fraud had taken place and cited their exit polls showing that 59% had voted to recall President Chávez.¹¹ The Carter Center and the OAS conducted a second audit of the vote on August 19-21 and concluded that the vote results announced by the CNE reflect the will of the Venezuelan people (SULLIVAN,2009:07-08).

Chávez venceu o referendun e continuou no poder até se confirmar, novamente, na condição de presidente eleito no pleito eleitoral de 2006. Por ocasião das eleições, mais uma vez a oposição contou com fundos provenientes do NED para lançar o seu “Plano Consenso” que seria uma proposta de governo para a era pós-Chávez.

Desde o golpe de 2002, críticas à presença militar americana e à sua interferência em assuntos domésticos dos países da região subiram de tom. Anos após o golpe fracassado, o pleno restabelecimento de relações diplomáticas amistosas ainda encontra sérios obstáculos.

Over the past several years, U.S. officials have expressed concerns about human rights, Venezuela’s military arms purchases (largely from Russia), its relations with Cuba and Iran, and its efforts to export its brand of populism to other Latin American countries. Declining Venezuelan cooperation on antidrug and antiterrorism efforts also has been a U.S. concern (SULLIVAN, 2009:30).

Em 2005, a Venezuela suspendeu a cooperação em relação ao programa estadunidense *Drug Enforcement Administration* por suspeitar que os agentes norteamericanos fossem espões em seu território. Foi naquele período que a Venezuela se aproximou da Rússia, e Washington demonstrou preocupação pela compra de armamentos desse país, e pelas suas relações com Cuba e Irã. No ano seguinte, Condoleezza Rice afirmou ser a Venezuela o maior problema para a agenda norteamericana na América Latina. Na Assembléia Geral da OEA, em 2007, a Secretária de Estado chamou atenção para o que considerava serem os limites à liberdade de expressão na Venezuela, com o fechamento da emissora de televisão RCTV (SULLIVAN, 2009: 30-37).

Em 11 de Setembro de 2008, em virtude dos conflitos existentes na vizinha Bolívia entre o governo Morales e seus opositores, o regime de Chávez se indispôs novamente com os

EUA. Naquela ocasião, o embaixador americano na Bolívia, Philip S. Goldberg foi responsabilizado pelo governo Morales de incentivar e apoiar a oposição em um movimento de cunho separatista. Em apoio, o governo venezuelano também expulsou o embaixador americano Patrick Duddy e pediu o retorno do embaixador venezuelano Bernardo Alvarez de Washington. Além da alegada solidariedade para com o povo Boliviano, o presidente Chávez acusava o embaixador e o próprio governo dos Estados Unidos de participação em um possível plano formulado por setores do exército venezuelano para assassiná-lo.

Em 2009, a posse do presidente Barack Obama reacendeu novas esperanças de normalização das relações políticas e diplomáticas entre os dois países.

In response to written questions during her confirmation hearing for Secretary of State before the Senate Foreign Relations Committee in mid-January 2009, Senator Hillary Clinton characterized President Chávez as a “democratically elected leader who does not govern democratically.” She maintained that while the United States should be concerned about Chávez’s actions and posture “we should not exaggerate the threat he poses.” Clinton asserted that the United States “should have a positive agenda for the hemisphere in response to the fear-mongering propagated by Chávez and [Bolivian President] Evo Morales.” She maintained that the Administration believes that bilateral cooperation with Venezuela on a range of issues (like counterterrorism, counternarcotics, energy, and commerce) would be in the mutual interests of Venezuela and the United States. Clinton maintained that “it remains to be seen whether there is any tangible sign that Venezuela actually wants an improved relationship with the United States.” (...) State Department officials have expressed continued concerns about the intimidation of the news media in Venezuela, and steps taken by the government to restrict political participation and debate. The State Department has also expressed concern about President Chávez’s interference with respect to relations with other countries in the region, including Colombia, and most recently Honduras (SULLIVAN, 2009:37).

Mas em Janeiro de 2010, o governo Chávez acusou novamente os EUA de invadirem seu espaço aéreo. Fato semelhante havia ocorrido em 2008, mas o governo norteamericano havia reconhecido tal incidente. Em visita a Brasília em Março de 2010, a secretária de Estado Hillary Clinton declarou que o governo venezuelano “mina as liberdades em seu país”, e isso, novamente, gerou grande desconforto entre os dois governos. Em contrapartida, o governo da Venezuela afirmou que os EUA estariam por trás das denúncias de um juiz da Audiencia Nacional Española que afirmava ter provas das ligações entre Caracas, as FARC e o grupo ETA.

No que se refere às relações entre os dois países, percebemos que ao longo do século XX elas se alteraram profundamente, representando o período Pós-Guerra Fria uma verdadeira inflexão. De uma maneira geral, a Venezuela foi um importante ator internacional

por seu ativismo em matéria de Política Externa e pelos seus recursos energéticos, sendo também uma importante peça para a estabilidade regional.

Desde Bolívar até Chávez, os venezuelanos acreditam ter uma missão revolucionária na América Latina, dessa forma, o ativismo internacional e o idealismo foram sempre componentes básicos de sua Política Externa, centrada no papel excessivo do presidente da república. Os governos democráticos reforçaram o ativismo venezuelano e se diferenciaram de Washington em seu posicionamento no plano multilateral, mas mesmo estando em desacordo com a ingerência norteamericana na América Central e Caribe, nunca adotaram postura antiamericanista, mantendo a normalidade de suas relações diplomáticas com a super potência. Mas, no cenário Pós-Guerra Fria e em meio a crise política e econômica que se instalara na Venezuela, os EUA adotaram medidas protecionistas que prejudicaram aquele país e, ainda priorizaram o Oriente Médio. No fim da década de 1990, o país latino-americano passou por processos importantes como a renovação das elites no poder, a mudança do marco constitucional, maior projeção internacional, promoção de novas concepções de democracia e solidariedade internacional e dos laços estabelecidos com atores subnacionais. Com Chávez, a integração regional assumiu um perfil político e ideológico mais acentuado. Em contrapartida, a importância da Venezuela para os interesses dos EUA continua sendo considerável, em vista de sua localização geográfica ao norte da América do Sul, entre o Atlântico e o Caribe, além das importantes reservas petrolíferas. Mas, as mudanças internas e os desafios para a Democracia venezuelana nos tempos de Chávez, juntamente as novas alianças internacionais desse governo fizeram com que a Venezuela deixasse de ser vista como país confiável pelos EUA já que possuem visões estratégicas distintas (ROMERO:2006:79-91).

Fica claro, pelos acontecimentos relatados, que existem vários obstáculos para o estabelecimento de boas relações entre estas duas nações que, historicamente, foram importantes parceiros comerciais e militares. Até mesmo, o alinhamento com Washington se tornou, nos últimos tempos, um termômetro para se medir o relacionamento do governo Chávez com outros países como a Colômbia.

A instalação de novas bases militares norteamericanas na Colômbia gerou enorme preocupação por parte do governo venezuelano dificultando as relações da Venezuela também com o país vizinho e com a administração de Álvaro Uribe. Na realidade, se analisarmos os principais momentos de inflexão nas relações entre Venezuela e Colômbia percebemos que, em grande medida, as tensões se referem à ingerência norteamericana na região,

principalmente através do Plano Colômbia⁸¹. A Colômbia se configurou enquanto principal aliado norteamericano na região e, isso na visão do governo Chávez, pode ser tido como um dificultador do processo de integração regional e de que aquele país se tornou um interlocutor da potência na região.

Venezuela e Colômbia têm fortes relações que remontam a um passado colonial comum, além do mais, apesar das divergências políticas, são importantes parceiros comerciais. A Venezuela é o destino principal das exportações colombianas, principalmente em produtos agrícolas. Na última década, as relações entre Colômbia e Venezuela foram positivas do ponto de vista comercial, principalmente no setor energético, mas conturbadas do ponto de vista diplomático e político. O que, por fim, fez com que estas tensões acabassem se refletindo também nas relações comerciais entre os países vizinhos.

Nos próximos parágrafos, destacaremos os principais acontecimentos que, nos últimos anos, impactaram negativamente às relações entre a Colômbia e a Venezuela. No que se refere ao Plano Colômbia, é importante salientar que, além da questão militar, outro problema é a prática de fumigação de agrotóxicos para se eliminar plantações de coca. Quando esta prática ocorre em regiões de fronteira, provoca descontentamento nos países vizinhos, como a Venezuela, pelo alto risco de contaminação de mananciais e pelos efeitos deletérios para a saúde da população local dessas regiões.⁸² Em 2007, as relações entre os dois países estiveram praticamente congeladas. Naquele ano, a Venezuela pediu a Extradução de Pedro Carmona (presidente “de fato” que assumiu o executivo nacional após o golpe contra Chávez) que se encontrava em solo colombiano na condição de refugiado. Diante do impasse, Chávez chegou a consultar o embaixador venezuelano na Colômbia, Pável Rondón, para analisar a situação entre os dois países. A situação piorou em 2008, e desde então, atingiu seu ponto “ótimo de saturação”. A crise entre os dois países se agravou quando, em Janeiro de 2008, o ministro da Defesa da Colômbia assegurou que chefes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) estariam em solo Equatoriano e Venezuelano e que militares colombianos haviam adentrado em território equatoriano em busca de supostos guerrilheiros. Em Março, o governo Venezuelano, em apoio ao país aliado, e temendo incursão em seu território, denunciou a

⁸¹ Os objetivos originais desse tratado entre a Colômbia e os Estados Unidos eram a luta contra o narcotráfico, as negociações com as guerrilhas, implementação de medidas de austeridade fiscal e políticas para promoção do desenvolvimento econômico. Paulatinamente, o plano se militarizou, tendo como foco praticamente exclusivo a luta contra o narcotráfico. Depois do 11 de Setembro, passou a ser visto pelos EUA enquanto parte de sua luta global contra o terrorismo internacional. E passou a justificar a presença americana na região. Devido aos impactos dos conflitos colombianos na região Andina e da luta contra o tráfico de drogas se dar em outros países vizinhos, existe o interesse por parte do governo americano de ampliar o plano para nível regional

⁸² Em Dezembro de 2006, o governo Chávez apoiou o Equador em sua declarada insatisfação com relação às consequências dessas práticas.

Colômbia à ONU. Por mediação do Grupo do Rio na Cúpula Iberoamericana, realizada em Santo Domingo, a Venezuela e Colômbia restabeleceram relações, em março de 2009. Dias depois, dois colombianos foram hospitalizados no estado fronteiriço de Táchira com documentos venezuelanos falsificados. À época suspeitou-se que se tratava de espiões colombianos em solo venezuelano. Em Maio de 2009, o ministro da defesa da Colômbia, em visita aos EUA, denunciou a existência de vínculos entre as FARC e o governo Chávez. Como prova, o exército colombiano apresentou informações contidas no computador do guerrilheiro Reyes, um dos chefes das FARC, morto em confronto com militares colombianos em solo equatoriano. Organismos internacionais, contudo, não consideraram tais informações como provas válidas contra o governo venezuelano, mas a denúncia em si contribuiu para o desgaste das relações com o governo colombiano. Em 11 de maio, Chávez advertiu que a Colômbia poderia dar início a um conflito armado na região. Para o governante venezuelano, as acusações do governo Uribe teriam como objetivo justificar a incursão militar norteamericana na região e, ainda, poderiam servir para encobrir a grave crise política colombiana depois de denúncias de envolvimento de parlamentares da base governista com grupos paramilitares. No dia 17, Equador e Venezuela denunciaram novas incursões militares colombianas em seus territórios, levando o Ministro das Relações Exteriores venezuelano, Nicolas Maduro, a exigir explicações do governo colombiano.

Apesar do incidente, em Setembro, a Venezuela deportou, a pedido da Colômbia, o ex-ministro Álvaro Araujo Noguera, acusado de manter relações com grupos paramilitares. Mas as relações entre os dois países continuaram deteriorando, com constantes desdobramentos no nível da política doméstica de ambos os países. Em 1 de dezembro de 2008, o cônsul da Colômbia, em Maracaíbo, Carlos Galvis, renunciou depois de ser acusado de conspirar contra o governo Chávez. O cônsul havia expressado sua satisfação pela vitória de governadores da oposição e, em gravação, considerou importante a cooperação entre os governadores (opositores) de Táchira e Zúlia, estados fronteiriços com a Colômbia.

Em 24 de Fevereiro de 2009, o governo venezuelano enviou ajuda humanitária para a população atingida por inundações na região de Nariño, na Colômbia. E, isso sinalizou uma reaproximação. Dois meses depois, os dois governos assinaram importantes acordos comerciais demonstrando a intenção de se criar uma linha de crédito através de um fundo binacional estratégico, com valor inicial de 200 milhões de dólares. Ainda foram assinados acordos para garantir o suprimento de energia elétrica da Colômbia para a Venezuela, além de uma licença de importação de 10 mil veículos fabricados na Colômbia. No mesmo mês, o governo venezuelano considerou estender programas de microcréditos para refugiados

colombianos e para aqueles que requeressem asilo político no país. Em maio de 2009, o governo Chávez chegou a lamentar que as consequências dos conflitos colombianos ultrapassassem suas fronteiras, mas assegurou que a resolução dos mesmos cabia unicamente àquele país, por uma questão de soberania nacional.

Este processo de reaproximação durou pouco, posto que em 28 de Julho de 2009, a Venezuela rompeu relações com a Colômbia, ordenando o retorno de seu embaixador. Dessa vez, o motivo foi a nova alegação do governo vizinho de que Chávez teria ligações com os guerrilheiros das FARC. Consequentemente, em 11 de Agosto, o fornecimento de gás da Colômbia para a Venezuela foi interrompido. E, em 19 de Agosto, o ministro de Energia y petróleo venezuelano, Rafael Ramirez, cortou o suprimento de petróleo para a Colômbia, já que não via motivos para renovar o convênio entre os dois países.

Declarações polêmicas de ambos os lados continuaram a ditar os rumos, nada amistosos, das relações entre os dois países vizinhos. Ainda em Agosto daquele ano, Oscar Figueira do Partido Comunista Venezuelano, denunciou que cerca de 150 paramilitares colombianos ultrapassaram a fronteira adentrando em território venezuelano. Em contrapartida, o ministro da defesa colombiano declarou que a Venezuela era uma base para “narco aviões”, o que levou o governo venezuelano a entregar uma nota de protesto na embaixada daquele país.

Em 25 de Outubro de 2009, trágicos acontecimentos que ocorreram no lado venezuelano da fronteira afetaram as relações destes dois países: as mortes de cidadãos colombianos, venezuelanos e peruanos, supostamente jogadores de um time de futebol amador que participaria de um campeonato. O vice-presidente venezuelano, Ramón Carrizales, acredita que as mortes se devem a um enfrentamento entre grupos ilegais que atuavam na Venezuela e que seria composto de paramilitares vindos da Colômbia. Para o governo venezuelano, poderia se tratar de agentes do *Departamento Administrativo de Seguridad de Colombia (DAS)* que atuavam como espões na Venezuela, o que foi negado pelo governo vizinho. Em 1 de Novembro, o vice-presidente venezuelano afirmou que o governador do Estado de Táchira teria permitido a entrada de grupos paramilitares colombianos na Venezuela. Em seguida, o governo Chávez anunciou a deportação de cerca de 100 colombianos, em situação irregular por terem incursionado de maneira ilegal em seu território e por suspeita de ligação com aqueles grupos paramilitares.

A partir daí, as declarações do presidente Chávez de que seu país estaria preparado para a guerra, se preciso fosse, causou grande polêmica levando a Colômbia a denunciar o fato à Organização das Nações Unidas. A Venezuela também prosseguiu em suas denúncias,

incluindo-se a de que a Colômbia teria capturado militares venezuelanos mesmo sabendo que estes navegavam em águas internacionais e não em águas territoriais daquele país.

Neste ínterim, uma paramilitar colombiana foi presa na Venezuela ao passo que, o governo Uribe assegurava que denunciaria a Venezuela junto a organismos internacionais por ter destruído provas de permanência de guerrilheiros das FARC em seu território.

Em contrapartida, no dia 25 de Novembro, a representação da Venezuela na ONU fez mais um alerta sobre as bases militares na Colômbia. Em defesa do governo colombiano, o vice-presidente Francisco Santos declarou na trigésima oitava Cúpula do MERCOSUL, que as bases norteamericanas não serviriam para atacar países da região, apesar de terem ativado seis batalhões aéreos, dois deles próximos à região de fronteira.

As acusações mútuas prosseguiram, enquanto Marco Aurélio Garcia, secretário para assuntos internacionais do Brasil, propunha uma saída para esse impasse, através da criação de uma comissão de vigilância fronteira entre os dois países. A proposta brasileira não foi aceita por Chávez que preferiu a não interferência de outros países nesta que considera uma questão de soberania nacional. Mas a Colômbia parecia não compartilhar da mesma opinião, posto que o chanceler colombiano reclamou que a UNASUR poderia ter interferido e, só não o fez, por que este organismo estaria favorecendo a Venezuela. Em 2010, novos atritos entre as administrações Chávez e Uribe quase levaram ao rompimento total das relações diplomáticas entre os dois países, algo a ser contornado com a posse do novo presidente colombiano, Manuel Santos, mais moderado nas negociações e relações diplomáticas com o governo venezuelano.

4 PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E RELAÇÕES BILATERAIS VENEZUELANAS

Neste capítulo, avaliaremos o impacto do setor petrolífero para as relações comerciais venezuelanas, assim como seu papel no fomento de novos projetos de integração e cooperação regional, para além dos vínculos econômicos nos âmbitos político, social, cultural e de telecomunicações. Atenção especial será dada às iniciativas de integração energética desenvolvidas pelo governo Chávez.

4.1. Petróleo e Relações Comerciais venezuelanas

O fato de a Venezuela ser hoje o quinto maior exportador de petróleo do mundo e o quarto fornecedor para o mercado norte-americano é a principal arma geopolítica com a qual conta o governo Chávez (KOSLOFF, 2007:7)⁸³. Mas o uso da plataforma petrolífera na arquitetura da Política Externa venezuelana é uma constante na sua história, tendo Chávez apenas reforçado esse traço com o objetivo de facilitar a “exportação” de sua Revolução Bolivariana (TRINKUNAS, 2008). Fato esse que, por sua vez, tem gerado dúvidas com relação às verdadeiras intenções da projeção internacional venezuelana, a qual poderia abrigar fins pragmáticos e pretensões expansionistas (GAMARRA, 2008).

O certo é que, não obstante o regime reconhecer a necessidade de superar a histórica dependência econômica em relação a um produto que além de ser um recurso não renovável está sujeito a fortes oscilações de preço no mercado internacional, o petróleo continua sendo o fundamento da economia e da política venezuelanas. Percebe-se que ao longo dos últimos anos as exportações de outros setores caíram, consideravelmente. Isto se torna um importante obstáculo para o projeto de diversificação da economia e da pauta exportadora venezuelanas.

⁸³ Ver Gráfico 9: Reservas comprovadas e produção de petróleo no hemisfério ocidental na Seção Anexos.

Gráfico 5: Exportações não petrolíferas da Venezuela (milhões de dólares americanos)

Fonte: Instituto de Estadística Nacional. 2009⁸⁴.

O projeto da Revolução Bolivariana não só não foi capaz de transformar a estrutura produtiva do país, como também se mantém extremamente dependente do setor petrolífero para alavancar sua projeção externa, até porque os programas de cooperação regional, além de propiciados e costurados pela receita advinda do comércio de hidrocarbonetos e seus derivados, têm, na maior parte das vezes, no petróleo o próprio objetivo da integração. Em síntese, as mudanças econômicas e sociais já alcançadas no plano internacional pela autodenominada revolução, assim como outras ainda anunciadas, dependem demasiadamente das vicissitudes da indústria petrolífera.

Além da dependência com relação aos hidrocarbonetos, a forte interdependência existente com relação aos EUA e Colômbia, persistem apesar da sinalização de diversificação das relações internacionais venezuelanas e das tensões com esses países⁸⁵.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/comercio/comercioindice.asp> <Acesso em: 27 de Novembro de 2009>.

⁸⁵ Ver Tabela 4: Valor das exportações efetuadas pela Venezuela, segundo país de destino, Janeiro-Outubro, 2008-2009 na Seção Anexos.

4.1.1. Colômbia e EUA: parceiros comerciais tradicionais

Apesar dos problemas políticos e diplomáticos apontados anteriormente, Colômbia e EUA, além de importantes fornecedores para o mercado interno venezuelano, ainda continuam a ser o principal destino das exportações desse país, seguidos de longe pelo México. Essa parceria que a primeira vista parece incoerente por estar na contramão dos turbulentos vínculos diplomáticos, denota, na verdade, uma profunda interdependência no plano econômico, reforçada por uma dependência de trajetória.

Os laços com a Colômbia, principal fornecedor de produtos agrícolas para o mercado venezuelano, se configuraram em virtude do tipo de modernização posta em marcha a partir do Pacto de Punto Fijo que foi articulado com base na renda petroleira. Como se sabe, o processo acarretou o deslocamento gradual da burguesia agrária venezuelana para os negócios de importação-exportação, à medida que uma boa parte das terras era vendida para as empresas produtoras de petróleo. O resultado dessa tendência levou a Venezuela a não se constituir, diferentemente de quaisquer outros países da América Latina, em uma economia agrícola, representando, este setor, a porção menor do PIB (6%). Em consequência, 75% dos produtos alimentícios consumidos no país são importados. A consolidação dessa pauta tornou a Venezuela dependente da Colômbia com relação a produtos de primeira necessidade, ao mesmo tempo em que firmou sua condição de exportador de petróleo para o país vizinho. A própria estrutura de classe dos dois Estados expressa bem essa trajetória: enquanto o campesinato e a burguesia agrária na Colômbia têm forte peso político e econômico, esses segmentos na Venezuela são residuais.

Apesar de a Venezuela ter procurado reduzir a dependência da Colômbia, diversificando suas fontes de alimentos e incentivando a produção local, o valor das importações provenientes do país vizinho vem aumentando consistentemente, enquanto a balança comercial que já era levemente negativa apresentou significativo incremento do déficit nos últimos anos, precisamente, a partir de 2005⁸⁶.

Já os vínculos econômicos com os Estados Unidos são, em grande medida, consequência da considerável demanda energética da primeira potência industrial do planeta ao longo do século XX e do fato da Venezuela ser, não apenas um grande produtor de petróleo, mas exportador da maior parte de sua produção.

⁸⁶ Ver Tabela 5: Balança Comercial entre Venezuela e Colômbia no período de 1995-2009 na Seção Anexos.

Since Venezuela is a major supplier of foreign oil to the United States (the fourth major foreign supplier in 2007, after Canada, Mexico, and Saudi Arabia), providing about 11.5% of U.S. crude oil imports, a key U.S. interest has been ensuring the continued flow of oil exports. Some 68% of Venezuela's oil exports are destined for the United States, highlighting the dependency of Venezuela on the U.S. market, and oil exports account for the overwhelming majority of Venezuela's exports to the United States. In 2007, Venezuela's total exports destined for the United States amounted to \$39.9 billion, with oil products accounting for almost 96% of the total (SULLIVAN, 2009:40).

Atualmente, calcula-se que entre 13% e 15% do petróleo importado pelos EUA venha deste país sul-americano. Segundo dados apresentados por Carlos Romero (2009:24)

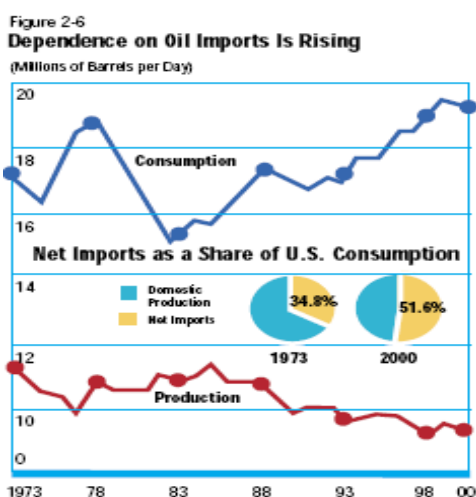
De acuerdo al Departamento de Energía de Estados Unidos, el envío de petróleo y derivados de Venezuela a Estados Unidos se redujo a 1.140.000 barriles de petróleo diarios a fines de 2009, por fallas de Venezuela. Venezuela envía a EE.UU. el 74% de su producción petrolera exportable, pero los barriles venezolanos significan sólo el 9.6% de la importaciones estadounidenses de petróleo. Las exportaciones venezolanas a Estados Unidos estuvieron constituidas en 2009, en un 96% por petróleo crudo y derivados (Romero y Corrales 2009). Para el año 2009 el comercio entre los dos países significó un total de 37.454 millones de dólares, 28.094 millones de exportaciones y 9.360 de importaciones. Esto significa una caída en dólares de un 40% con respecto al año 2008, en donde el comercio total entre los dos países fue de 62.892 millones de dólares, 50.281 en exportaciones y 12.611 en importaciones venezolanas.

A estatura industrial e a condição de superpotência militar ligaram a economia dos Estados Unidos à de um país próximo geograficamente, de fácil conexão marítima e que possui uma das maiores reservas de petróleo no mundo. Por outro lado, dado que a indústria petroleira é um setor de capital intensivo que demanda considerável investimento em infraestrutura e tecnologia, essa atividade atraiu rapidamente empresas norteamericanas de grande porte, desde as primeiras décadas do século XX. A aplicação do capital exportado na exploração de matérias primas e recursos naturais necessários para a indústria da metrópole é uma velha característica do sistema imperialista, a qual, no caso da Venezuela, assume um papel distintivo pela particular inserção do petróleo na cadeia produtiva de inúmeros setores econômicos estadunidenses, seja na qualidade de combustível energético, ou como matéria prima industrial. Em contrapartida, o fato de a Venezuela ter se constituído em exportador neto de petróleo para o mercado norteamericano, em troca da importação de artigos de

consumo e bens de capital, é função do caráter de enclave de sua economia e, concomitantemente, de seu escasso desenvolvimento industrial⁸⁷.

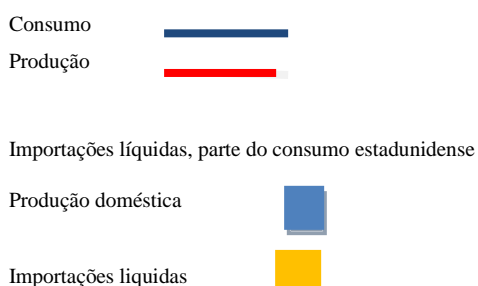
Na segunda metade do século XX, o crescimento econômico, assim como as necessidades de seu complexo militar fizeram com que o consumo de petróleo nos Estados Unidos aumentasse exponencialmente e a brecha entre produção e demanda interna se alargasse entre 1973 e 2000. Nesse lapso, a dependência norteamericana do petróleo estrangeiro subiu de 34,8% a 51,6%. O relatório elaborado pelo *National Energy Policy Development Group*, em Maio de 2001, já aponta para os riscos desse desequilíbrio provocar uma crise energética.

Gráfico 6: Dependência da importação de petróleo é crescente nos EUA (1973-2000) em milhões de Barris por dia



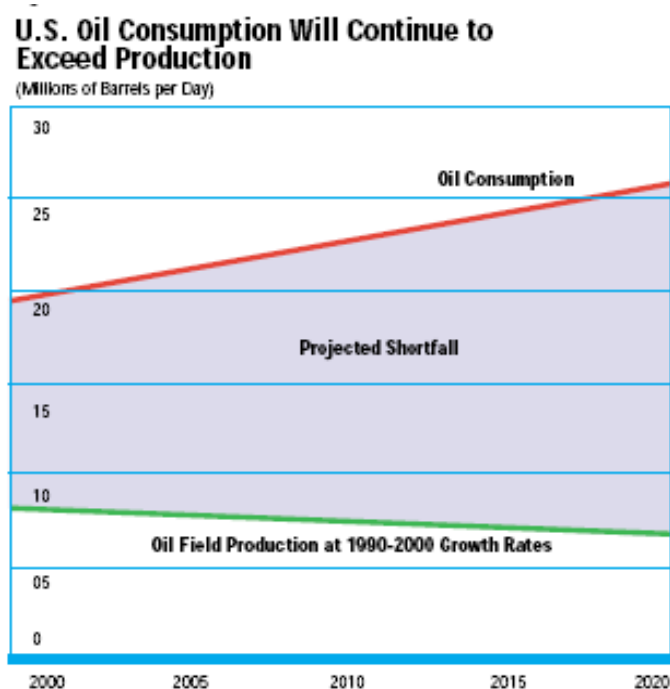
Fonte: U.S National Energy Policy. 2001. Pag. 9

Legenda:



⁸⁷ Ver Tabela 6: Balança comercial entre Venezuela e EUA no período 1995-2009 (milhares de dólares americanos) na seção Anexos.

Gráfico 7: Consumo de petróleo nos EUA vai continuar a exceder a produção: 2000-2020 (milhões de barris por dia)



Fonte: U.S National Energy Policy, pag.10.

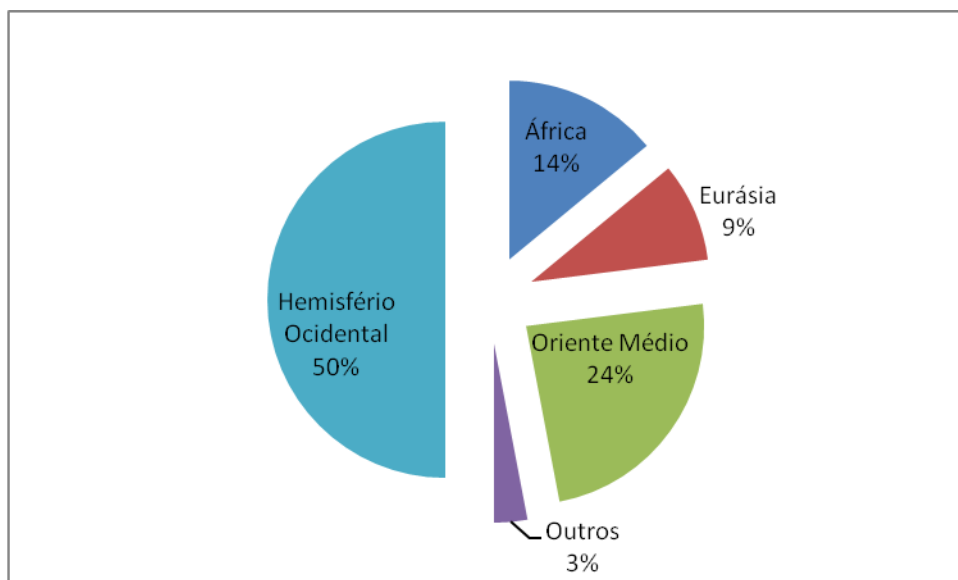
Legenda

Consumo de petróleo ———

Projected Shortfall: hiato entre produção e consumo

Produção dos campos de petróleo: taxas de crescimento de 1990-2000 ———

Se bem que vários recursos naturais considerados “essenciais” para economia norte-americana no período 1940-1970 deixaram de sê-lo em virtude de processos de substituição ou de melhor aproveitamento das matérias primas via novas tecnologias, os dados apresentados no gráfico acima mostram que a dependência do petróleo não só continua, mas tem se acentuado com o passar do tempo, (SWANSBROUGH,1976:08) A maior parte do petróleo importado pela potência advém do próprio hemisfério ocidental e, dada a importância vital dos hidrocarbonetos para sua economia e para a segurança nacional, garantir fontes de abastecimento é um imperativo de sua política estatal.

Gráfico 8: Fontes regionais de petróleo importado pelos Estados Unidos em 2000

Fonte: US National Energy Policy. 2001. figura 8-3 pag 4 cap. 8.

Diante dos dilemas que a sociedade estadunidense enfrenta em matéria energética, o petróleo venezuelano, sempre importante, se tornou imprescindível. Pode-se entender, portanto, a preocupação que a política petrolífera de Chávez veio a representar para esse país, uma vez que a entrada em vigor da nova *ley de hidrocarburos* de 2001 não afetou apenas os interesses do setor privado, mas também o planejamento estratégico do governo norte-americano. De outro lado, as crises na economia estadunidense atingem frontalmente a Venezuela que tem naquele país seu mais importante mercado consumidor e sua principal fonte de divisas e de capitais⁸⁸. Na mesma linha, cabe ressaltar que as oscilações do preço do barril de petróleo no cenário internacional, de considerável impacto para a balança comercial e para a economia, de uma maneira geral, dependem do ritmo da atividade econômica norte-americana. Desde que Chávez assumiu a presidência, o preço do barril de petróleo apresentou fortes flutuações, com tendência acentuada de alta entre 2002 e 2008. A partir desse ano, em função da crise financeira internacional, o preço vem passando por uma fase descendente, com reflexos imediatos e generalizados nos distintos setores da economia venezuelana. É dentro desses parâmetros demarcados por realidades econômicas concretas que os responsáveis pela Política Externa nesses países calculam os riscos de suas respectivas

⁸⁸ A balança comercial, tradicionalmente favorável à Venezuela, experimentou significativa mudança nos últimos anos, marcados pela acentuada recessão da economia norte-americana. Ver Tabela: Balança comercial entre Venezuela e EUA no período 1995-2009 (milhares de dólares americanos).

estratégias. E isso explica tanto o pragmatismo da política norte-americana com relação ao regime de Chávez, como os limites do anti-imperialismo do discurso chavista.

4.1.2 Blocos regionais e diversificação das relações internacionais

Na fase nacional desenvolvimentista surgiram múltiplas organizações regionais em nosso continente. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) foi uma das primeiras das quais a Venezuela fez parte. Criada na década de 1960, ela reuniu, inicialmente, Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai e, em 1970, se juntaram Bolívia, Colômbia, Venezuela e Equador. Com a assinatura do Tratado de Montevideu, em 1980, quando a ALALC teve seu nome mudado para Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), ficou aberta a possibilidade de qualquer país da região se associar. A importância deste que é o maior bloco da região, envolvendo países pertencentes ao MERCOSUL e à CAN, México e, ainda, Cuba, que se juntou em 1999, decorre do fato da ALADI ter-se tornado um grande “guarda-chuva” para a formação de grupos sub-regionais⁸⁹.

Da mesma forma como a ALADI, a iniciativa cubano-venezuelana da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA) se tornou um marco para a materialização de acordos sub-regionais. O projeto da ALBA, antiga Alternativa Bolivariana para as Américas, retoma o ideal bolivariano de criar uma confederação de estados latino-americanos para minimizar o poder político dos EUA e debilitar a ALCA, vista como um substituto da Doutrina Monroe. A ALBA se fundamenta em preceitos de justiça social e equilíbrio entre os Estados, defendendo também a soberania e autodeterminação dos povos (SOTO,2004:58). Este projeto remonta a um acordo assinado entre os presidentes da Venezuela e de Cuba em 2004. Dois anos depois, o governo Morales aderiu ao projeto através do Tratado de Comércio dos Povos (TCP). Na atualidade são membros da ALBA: Antiga e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Nicarágua, Venezuela e São Vicente e Granadinas. Destacam-se os seguintes artigos dentre as disposições gerais deste tratado:

⁸⁹ A ALADI envolve uma população de 512.895 milhões de habitantes, um PIB de 2.573.659 milhões de dólares (dados referentes a 2009) e 828.873 milhões de dólares em exportações (dados referentes a 2008), estabelece regras para o comércio entre os países da região, tarifas alfandegárias, além de fomentar a cooperação em diferentes áreas. Fonte: <http://www.aladi.org/nsfaladi/indicado.nsf/vvindicadoresweb/ALADI> Acesso em : 04 de Fevereiro de 2010.

Artigo 1 : Os governos das Repúblicas Bolivariana da Venezuela, da Bolívia e Cuba, decidiram dar passos concretos para o processo de integração, baseados nos princípios consignados na Declaração Conjunta subscrita em 14 de dezembro de 2004 entre a República Bolivariana da Venezuela e a República de Cuba, aos quais se soma e os faz seus o Governo de Bolívia.

Artigo 2 : Os países elaborarão um plano estratégico para garantir a mais benéfica complementação produtiva baseada na racionalidade, aproveitamento de vantagens existentes nos países, poupança de recursos, ampliação do emprego, acesso a mercados ou outra consideração apoiada numa verdadeira solidariedade que desenvolva aos nossos povos.

Artigo 3 : Os países intercambiarão pacotes tecnológicos integrais desenvolvidos nos seus países pelas partes, nas áreas de interesse comum, que serão facilitados para a sua utilização e aproveitamento, baseados nos princípios de mutuo benefício.

Artigo 4 : Os países trabalharão em conjunto, em coordenação com outros países latino-americanos, para eliminar o analfabetismo nesses países, empregando métodos de aplicação em massa de provada e rápida eficácia, levados à prática com grande sucesso na República Bolivariana da Venezuela.

Artigo 5 : Os países acordam executar investimentos de interesse mutuo que podem adotar a forma de empresas públicas, binacionais, mistas, cooperativas, projetos de administração conjunta e outras modalidades de associação que decidam estabelecer. Serão priorizadas as iniciativas que fortaleçam as capacidades de inclusão social, a industrialização dos recursos, a seguridade alimentar, no quadro do respeito e a preservação do meio ambiente (Comunicado conjunto dos presidentes Chávez, Morales e Castro, em Havana, 2006).

As mudanças de orientação do regime político, com a defesa de um novo modelo de democracia participativa e protagônica, em meio ao processo conhecido por Revolução Bolivariana, fazem parte do projeto da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA). Trata-se de uma proposta que, além de promover a integração econômica regional, contempla um amplo leque de programas e projetos sociais entre os países. Dessa forma, a ALBA buscou se tornar uma alternativa a ALCA, uma espécie de suporte para os países da região superarem sua situação de dependência política e econômica.

Além da dedicação demonstrada para a formação de grupos alternativos sob sua liderança, a Política Externa venezuelana tem se destacado por uma dinâmica tanto de inserção como de desfiliação de blocos regionais já existentes, e pela formação de outros novos, articulados com base na integração energética. No que se refere ao nosso hemisfério, a seguir, avaliaremos as razões de sua saída da Comunidade Andina de Nações e de seu empenho para fazer parte do MERCOSUL, para logo tratar de sua estratégia de aproximação aos países do CARICOM.

A Venezuela fez parte da Comunidade Andina de Nações (CAN) durante a maior parte da existência dessa organização, criada em 1969 pelo Acordo de Cartagena e que, reformulada em 1996, passou a se chamar Pacto Andino.

A saída da Venezuela, em 2006, embora tenha sido justificada oficialmente como resposta ao Tratado de livre comércio (TLC) assinado entre Peru e EUA, era, na verdade, o reconhecimento tácito de que o bloco formado pelas nações andinas não seria tão relevante quanto o mercado do Cone Sul para o alcance dos fins estratégicos de sua Política Externa.⁹⁰ Com efeito, essa postura coadunava com o objetivo maior que tinha se proposto o regime chavista: a formação de uma alternativa hemisférica ao projeto norteamericano da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Quando Chávez assumiu a presidência, as relações entre os dois países eram cordiais, apesar de Washington ter sinalizado sua frustração pela eleição de Chávez para presidente.⁹¹ Os primeiros atritos eclodiram, precisamente, por conta do posicionamento contrário da Venezuela em relação à proposta norteamericana de se criar a ALCA:

(...) No habrá ALCA si nosotros no fortalecemos La integración Andina y la integración caribeña y la integración amazónica (...) Nosotros somos del sur (...). E ainda sobre o mesmo assunto declarou que a ALCA “(...) No es un destino, es una opción (HUGO CHÁVEZ, 2000).

Dos países que fazem parte da CAN, a Colômbia era a que interessava mais à Venezuela, já que apesar das tensões e conturbadas relações diplomáticas, a parceria comercial entre os dois países, como já vimos, se manteve.⁹² Por outro lado, Bolívia e Equador passariam a ser sócios da Venezuela em outros projetos de cooperação regional, como a ALBA e a Petroamérica.⁹³ Em resumo, a Venezuela julgou prescindível sua participação na CAN, vislumbrando um alvo maior, qual seja, o de se conectar com as duas principais economias da região: Argentina e Brasil, membros do MERCOSUL.

Críticos da ALCA, Venezuela e Brasil foram acertando suas posições e desenvolvendo uma ampla agenda de colaboração mútua. Exemplo disso são as dezenas de acordos assinados entre os governos Chávez e Lula, envolvendo as duas estatais petroleiras: PDVSA e PETROBRÁS. Eles incluem a construção da refinaria Abreu de Lima no estado brasileiro de Pernambuco, que contará com 40% de capital venezuelano e 60% de capital brasileiro. Além

⁹⁰ Em novembro do mesmo ano (2006), a Venezuela deixou de fazer parte do Grupo dos três (G-3) do qual participava, desde 1995, juntamente com o México e a Colômbia, dois importantes interlocutores dos EUA na América Latina. 2006.

⁹¹ Ainda na condição de candidato, Chávez teve seu visto negado, acusado de atividade terrorista, por ter participado do golpe de 1992 contra o então presidente Carlos Andrés Pérez, mas logo ao assumir o cargo de primeiro mandatário da nação, Chávez visitou Bill Clinton na Casa Branca.

⁹² Fazem parte da CAN, Peru, Colômbia, Venezuela, em processo de desincorporação, Equador, Bolívia e Chile, em processo de reincorporação, já que saiu do bloco em 1976.

⁹³ Em Janeiro de 2007, o presidente do Equador, Rafael Correa, pediu que Chávez reconsiderasse um possível retorno ao bloco. Na ocasião, Correa sinalizou a possibilidade da Bolívia e Equador se retirarem da CAN, em apoio à Venezuela.

disso, a PETROBRÁS participa de projetos de certificação e exploração de campos petrolíferos no bloco Carabobo, situado na Faixa petrolífera do rio Orinoco. Em agosto de 2009, foi estabelecida a meta de produzir, em conjunto, 230 mil barris diários, 50% de óleo pesado oriundo da bacia de campos, e o restante de óleo venezuelano. O estreitamento dos vínculos econômicos e políticos entre os dois países serviu como uma ponte necessária para que a Venezuela alcançasse o MERCOSUL, não sem antes ter propiciado intensa polêmica e alimentado certo conflito político doméstico nos países membros.⁹⁴

Romero, valendo-se de informações dadas pelo próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil entre 2008 e 2009, relatou que

El intercambio comercial entre Brasil y Venezuela alcanzó los 4.091 millones de dólares en 2006. De ese monto, 3.500 millones de dólares corresponden a importaciones de Venezuela y tan sólo 691 millones de dólares a exportaciones venezolanas. Para el año de 2007, las relaciones bilaterales comerciales entre Venezuela y Brasil llegaron a la cifra de 5.069 millones de dólares, notándose una asimetría mayor con respecto a las exportaciones brasileñas a Venezuela, las cuales alcanzaron la cifra de 4.723 millones de dólares. Las exportaciones venezolanas a Brasil ese año alcanzaron tan sólo la cifra de 345 millones de dólares, un 7% del total. En el año 2008, el intercambio comercial entre Venezuela y Brasil llegó a los 5.777 millones de dólares. Las exportaciones venezolanas tuvieron un valor de 630 millones y las importaciones venezolanas un valor de 5.147 millones, lo que refleja un superávit para Brasil de 4.611 millones, dándose así otra asimetría comercial. Durante el año 2009, el intercambio comercial entre los dos países llegó a la cifra de 4.252 millones de dólares. Las exportaciones venezolanas estuvieron en el orden de los 647 millones y las importaciones venezolanas desde Brasil significaron 3.605 millones (ROMERO, 2009:14)

Sem embargo, a parceria não está isenta de obstáculos no médio prazo, tanto pelas aspirações de liderança regional por parte dos dois países, quanto pela plataforma em que se apóiam os projetos conjuntos: o petróleo. Contudo, deve-se levar em conta que o Brasil, em médio prazo, não só se tornará auto-suficiente em gás e petróleo, mas terá condições de exportar esses produtos, o que pode tornar menos complementares as relações entre os dois países.

Na Argentina, quando Nestor Kirchner assumiu a presidência, inúmeros tratados comerciais no setor energético foram assinados e as relações entre os dois países continuaram a prosperar durante o governo de Cristina Kirchner, principalmente quando este país passou a fornecer produtos agrícolas em troca de suprimentos de petróleo.

⁹⁴ No Brasil, a aprovação no Senado foi precedida de divergências entre setores governistas e opositores que não viam com bons olhos a entrada de um país com governo, tido por muitos, como autoritário e radical. Mas, a adesão ao Mercosul por parte da Venezuela foi confirmada.

Outros importantes aliados do regime venezuelano são Equador e Bolívia, principalmente depois que Rafael Correa e Evo Morales assumiram a presidência desses países. Na configuração de tais alianças, cabe destacar, o fato desses países não possuírem economias diversificadas e serem também produtores de petróleo e gás, respectivamente. Eles foram, de certa forma, cooptados pelo governo Chávez para servirem de contraponto à estratégia de cooperação regional alimentada pelos EUA. Nesse sentido, a aliança política com os países andinos estende a influência venezuelana para o Cone Sul, especialmente através da Bolívia, uma vez que esse país é importante fonte de abastecimento de gás para Argentina, Brasil e, indiretamente, para o Chile.

A Bolívia é um grande produtor de gás natural, seguramente o maior da região. Em 2001, esse setor contribuía com 34 % das arrecadações do governo (ANDERSEN, 2001).⁹⁵ Já na década de 1980, era visível a extrema dependência boliviana do setor de hidrocarbonetos que então constituíam 86,2% das exportações do país. Naquela época, a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) foi privatizada através de um processo que se convencionou chamar de capitalização. A crise de governabilidade acentuou-se a partir de 2002, e a tentativa de Sánchez de Lozada de viabilizar a exportação de gás ao mercado norteamericano, via Chile, provocou um levante nacionalista que acabou tirando-o da presidência em 2003.⁹⁶ Na sequência dos fatos, o aumento dos impostos sobre petróleo e gás geraram um clima de profundo descontentamento popular (ROCHA, 2006:30-41).

As tentativas de aproximação do governo venezuelano com o sucessor de Sánchez de Lozada, Carlos Mesa não prosperaram, devido, sobretudo, à continuidade da política de alinhamento com os Estados Unidos. Só com a ascensão de Evo Morales, em 2006, a Bolívia deixou de orbitar em torno dos Estados Unidos e se aproximou da Venezuela. Na sua primeira gestão, após 110 dias de governo, o mandatário boliviano voltou a estatizar a empresa petrolífera YPFB, forçando às companhias que tinham participado de sua privatização a vender parte de seus estoques acionários de modo que a YPFB ficasse com 50% mais um das ações. A seguir, renegociou os contratos com as transnacionais, entre elas, a espanhola Repsol, a PETROBRÁS, e a francesa Total, determinando que as empresas que, em 2005, tivessem produzido 100 milhões ou mais de pés cúbicos de gás por dia deveriam entregar para o Estado 82% do valor da produção, e as que estivessem abaixo desse nível deveriam repassar, a título de imposto e regalias, 50% do valor produzido (BOLÍVIA. Decreto 28701:2006).

⁹⁵ Estima-se que a Bolívia tenha 48,7 trilhões de pés cúbico (TCF) de reservas provadas de gás natural livre.

⁹⁶ Cabe lembrar que a Bolívia perdeu toda sua costa na guerra do Pacífico (1879), e até hoje reivindica algum tipo de restituição territorial que lhe permita passagem soberana ao mar.

Neste ínterim, foram negociados vários convênios em matéria energética com a Venezuela, entre eles, o acordo para a criação da Petro-andina, uma associação entre as estatais Petróleos de Venezuela (PDVSA) e Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), assinado em La paz em 9 de Agosto de 2007. Ele prevê a exploração de combustíveis na região de Tarija e Chuquisaca na Bolívia. Um ano mais tarde, os presidentes de Bolívia, Venezuela e Argentina estiveram na Bolívia para firmar novos acordos comerciais e os dois primeiros acertaram, naquela ocasião, os detalhes para a construção de uma planta energética para obtenção de gás liquefeito.

O Equador também é um país que possui importantes reservas de hidrocarbonetos, notadamente de petróleo, produto responsável por cerca de 40 % de suas exportações e de até um terço da receita governamental. Em 2000, o então presidente Gustavo Noboa dolarizou a economia e lançou o projeto “*Ley para la inversión y participación ciudadana*” que visava privatizar diversos setores controlados pelo Estado. Este governo ainda criou um novo modelo contratual, chamado “alianças operativas”, para a venda da Petroequador, que permitiu a transferência de quatro campos de petróleo a empresas privadas, sem licitação. Em 2007, quando Rafael Correa assumiu a presidência o país se aproximou da Venezuela e foram anunciadas mudanças no setor energético. Antes da posse, o presidente eleito já havia assinado uma declaração conjunta com a Venezuela para acelerar sua participação na ALBA, uma vez empossado, assinou dois acordos energéticos com a Venezuela, por meio dos quais as estatais PDVSA e Petroequador criariam empresas mistas para explorar, refinar e armazenar gás. Entre Julho e Agosto de 2007, os dois governos negociaram e firmaram acordo para constituírem a Refinaria do Pacífico, com o intuito de avançar rumo à integração energética na região. Posteriormente, os dois presidentes ainda assinaram um memorando para otimizar a produção do campo Maduro de Sacha, em território equatoriano.⁹⁷ Na ocasião, a Venezuela anunciou a abertura, em Quito, do escritório do Banco de Desarrollo Económico y Social (BANDES), o qual começou a funcionar em Agosto daquele mesmo ano. Ao final desta rodada de negociações e contratos entre os dois países, a Venezuela manifestou interesse em adquirir bonos da dívida externa equatoriana.

A construção de gasodutos seria o ponto de partida de um projeto ambicioso idealizado pelo governo venezuelano, o da construção do chamado “Gran Gasoducto del Sur” que abarcaria cerca de 8 mil a 10 mil quilômetros integrando vários países da região. Em 4 de

⁹⁷ Em Agosto do ano seguinte, o presidente equatoriano visitou o campo de Ayacucho na Faixa do Orinoco (Venezuela) onde os dois países assinaram mais um acordo para avançar nos estudos de exploração daquele campo e do campo de Sacha, no Equador.

Maio de 2006, os presidentes de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela firmaram a Declaração de Puerto Iguazú (Argentina) com vistas a impulsionar a união energética entre estes países, através da construção do gasoduto. Em 21 de Julho do mesmo ano, Paraguai, Uruguai e Bolívia se uniram formalmente ao projeto durante o encontro dos chefes de Estado do MERCOSUL, levado a cabo em Córdoba, Argentina. Em Janeiro de 2007, na 33ª reunião dos chefes de Estado do MERCOSUL, em Copacabana, os presidentes venezuelano e brasileiro firmaram acordo para que PDVSA e Petrobrás dessem início aos estudos de engenharia necessários para a construção do primeiro trecho do Gasoduto do Sul que unirá, inicialmente, os Estados de Sucre, na Venezuela, e Ceará, no Brasil. A PDVSA prevê, nas próximas etapas do projeto, sua expansão para outros países⁹⁸, principalmente para a Argentina.

Tão ambicioso quanto o projeto do Grande Gasoduto, a Venezuela impulsionou, em 2007, a criação da Organización de Países Productores y Exportadores de Gas de Suramérica (Oppegasur). Seria esta um equivalente à OPEP, mas destinada ao gás produzido pelos países de nossa região. Sua origem remonta a um tratado energético firmado entre Venezuela, Bolívia e Argentina. Esta organização tem por objetivo assegurar o controle soberano desses recursos naturais, bem como sua valorização e o intercâmbio de tecnologia entre os países membros. Outra instância regional para a união energética é o “Conselho Energético da América do Sul”, criado com a assinatura da Declaração de Margarita em 17 de Abril de 2007. Na ocasião, também foram ratificados acordos regionais anteriores e, impulsionados, os projetos que fazem parte de Petroamérica. Este conselho é formado pelos ministros de energia dos países membros, a saber, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela.⁹⁹

Na base caribenha¹⁰⁰ é importante destacar a cooperação entre Cuba e Venezuela. A proximidade entre estas duas nações foi fundamental para a promoção da chamada Revolução Bolivariana de Chávez, representando um importante contraponto à hegemonia estadunidense naquela região e se tornou um importante ponto de apoio para o resgate dos ideais da esquerda latino-americana.

⁹⁸ Notícias vinculadas pela PDVSA em seu endereço eletrônico.

⁹⁹ Além da união energética, a Venezuela vem estreitando laços bilaterais com diversos países da América Latina e também de outros continentes. Justamente nesse sentido, a Petróleos de Venezuela executa, desde 2007, o projeto “Orinoco Magna Reserva” que certifica as reservas da Faixa do Orinoco, estimadas em mais de um bilhão de barris, com a participação de investimentos de Brasil, Argentina, Espanha, Irã, Rússia, Uruguai e China.

¹⁰⁰ Ver Quadro 5: Inserção venezuelana na base caribenha na Seção Anexos.

Alguns analistas chamam atenção para a motivação para tamanho interesse venezuelano de estreitar laços com o regime cubano. Para Carlos Romero, este interesse pela ilha advém de uma convergência entre projetos político-ideológicos dos dois regimes, como também da necessidade de se criar uma identidade regional no âmbito comercial e econômico. Ainda existe o propósito de ajudar Cuba em relação ao embargo norteamericano, revigorando o movimento de esquerda e condenando o militarismo e unilateralismo estadunidense (ROMERO,2010:02) Para Romero, poder-se-ia analisar as relações entre a Venezuela e Cuba, durante a administração Chávez, considerando-se duas diferentes etapas. A primeira etapa compreende o período 1999-2004, marcado pelo fortalecimento das relações bilaterais entre estes países. Já no segundo período, de 2004 em diante, as relações entre os dois países devem ser compreendidas dentro do marco da ALBA e do multilateralismo (ROMERO, 2009:17).

Para Cuba, tanto a Venezuela assim como a China são seus dois principais parceiros comerciais desde o colapso da URSS¹⁰¹. Para Erikson, a Venezuela em seu esforço de aproximação em relação à ilha teria provocado a mais dramática mudança nas relações hemisféricas cubanas, que deu origem ao eixo Chávez-Castro (2005:410).

Desde 1961, Cuba sofre as consequências do embargo imposto pelos EUA e de seu consequente isolamento diplomático. Em 2000, o congresso norteamericano emendou o embargo permitindo que agricultores dos EUA exportassem para a ilha, uma decisão que beneficiava, apenas, os interesses de Washington. Ainda persiste a incompatibilidade de pontos de vista entre Havana e Washington em questões centrais, tais quais, a violação de direitos humanos, os cubanos exilados e a base militar em Guantánamo (HANSON, 2009). A proximidade entre Venezuela e Cuba, preocupa os EUA com relação aos objetivos desta forte aliança na região. Cuba precisa do suprimento energético enviado pela Venezuela, enquanto Chávez carece de apoio político (ERIKSON, 2005:42).

This case is part of the Venezuelan revenue dependency process, in the sense that president Chávez's administration controls oil revenues with the purpose of promoting its continental leadership and providing the basis for a global recognition that oscillates between solidarity and clientelism. In this way, state and non-state actors manipulate Venezuelan aid (geopolitical revenue) in the forms of favors, donation, transfers, third-party payments, direct aid, debt forgiveness, financing and non-returnable investments. These actors capture the revenue accessing it through the subsidized and deferred sale of oil, investment programs, investment programs with substantial Venezuelan financing, and the payment for professional services, and no longer through the traditional commercial (exchange) or economic (value added) ways." (...) "In this context, trade relations between Cuba and Venezuela grew from US\$388.2 million in 1998 to US\$464 million in

¹⁰¹ Ver Gráfico 10: Comércio entre China, Venezuela e Cuba entre 1990 e 2004 (milhões de dólares) na Seção Anexos

1999, US\$912 million in 2000, US\$2.5 billion in 2005, US\$3.2 billion in 2006, and to US\$7.1 billion in 2007, close to 45% of the island's total trade of goods and services. In 2007, trade totaled almost US\$2.7 billion in goods and US\$4.4 billion in services. In 2008, trade of goods between Cuba and Venezuela totaled about US\$5.375 billion, US\$4.892 billion of which were Venezuelan exports to Cuba and US\$483 million were Venezuelan imports from Cuba. Adding the payment for professional services as part of the trade between the two countries, total trade amounted to US\$10.975 billion, a 35% increase since 2007. Total aid to Havana from Caracas in 2008 was about US\$ 9.970 billion: US\$5.6 billion in payments for professional services; US\$2.5 billion in subsidies for oil sold at a fixed price of US\$27 and US\$1.87 billion in other bilateral cooperation projects. (Accumulated aid since 1999 is calculated to be about US\$18 billion) (ROMERO, 2010:108-109).

A primeira aproximação entre os governantes cubano e venezuelano aconteceu em 1995 quando Chávez visitou a ilha. Quando esse se tornou presidente da Venezuela, a aproximação entre os dois países se concretizou através da assinatura do convênio integral de cooperación em 2000. Em 2002, Caracas já enviava 53.000 barris de petróleo diariamente para Cuba. Em 2004, o convênio entre os dois países foi ampliado, até mesmo por conta da criação da Alba e do Sistema Unificado de Compensação Regional (SUCRE) que estabelece comércio de tarifa zero entre os países membros. Desde 2005, Cuba conta com preços preferenciais e fixos de vinte e sete dólares americanos por barril, incluindo-se o frete e o seguro. Naquele ano, o número de barris exportados subiu para 97.000, destes 44.000 fazem parte da cota do acordo da Petrocaribe. Em 2008, houve novo aumento para 115.000 barris diários. Romero fornece mais dados importantes sobre o incremento das relações comerciais entre os dois países, desde a ascensão política de Hugo Chávez.

En este contexto, las relaciones de intercambio comercial entre Venezuela y Cuba pasaron de 388.2 millones de dólares americanos en 1998, a 464.1 millones en 1999, a 912.4 millones en 2.000, a 2.500 millones en 2005, a 3.206 millones en 2006 y a 7.100 millones en el año 2007 (cifra cercana al 45,0% del intercambio total de bienes y servicios de la isla). En el año 2007, el comercio de bienes estuvo cercano a los 2.700 millones de dólares y el de servicios, en 4.400 millones. En el año 2008, el comercio de bienes entre Cuba y Venezuela estuvo por el orden de unos 5.283 millones de dólares, de cuyo monto, 4.800 fue en materia de exportaciones venezolanas a Cuba y 483 millones en importaciones venezolanas desde Cuba. La ayuda de Caracas a La Habana se calcula para 2008 en unos 9.400 millones de dólares: 5.600 millones de dólares en pagos de servicios profesionales; 2.400 millones en subsidio a las ventas de petróleo venezolano, al ya nombrado precio fijo de 27 dólares y 1.400 millones de dólares en otros proyectos de cooperación bilateral. Si se agrega el pago de servicios profesionales como parte del intercambio comercial entre los dos países, este llegó en 2008 a la cifra global de 10.400 millones de dólares, un 32% más que en 2007 (ROMERO: 2009:19).

De uma maneira geral, a cooperação entre estes dois países representa cerca de 1% do PIB venezuelano¹⁰². Em 2009, os programas sociais estabelecidos entre os dois governos foi da ordem de 1.5 bilhões de dólares americanos, envolvendo 31 entidades cubanas e o estabelecimento de 157 projetos bilaterais (ROMERO:2010). Cuba já havia enviado 20.000 profissionais da saúde, 14.000 deles, médicos para a Venezuela, como uma forma de pagamento e compensação pelos suprimentos de petróleo. A partir de 2005, ocorreu um novo acordo na área social e Cuba enviou mais 30.000 médicos para as Misiones venezuelanas. Também foram criados mais 1000 postos de saúde, feito treinamento para 50.000 profissionais em treinamento e enviadas 100000 pessoas para a ilha para passarem por tratamento cirúrgico em Cuba, através da Misión Milagro (ERIKSON:2005:411).

Esta plataforma solidaria se presenta dentro de la orientación de una política exterior de un gobierno revolucionario. Por ello, para ubicar el papel de Venezuela en la política internacional, hay que comprender lo que significa la dualidad de la política exterior del gobierno del presidente Chávez. Por una parte, Venezuela es un Estado con proyección regional e internacional y por la otra, es un Estado revolucionario (ROMERO, 2009:10).

Além dos saldos positivos, a cooperação entre estes dois países em diversas áreas deixou uma dívida de 4.975 milhões de dólares americanos, dados fornecidos no primeiro semestre de 2009 (ROMERO, 2009:18). A proximidade entre os dois países também enfurece os setores opositores venezuelanos.

De uma maneira geral, no que se refere à Política Externa orientada para a América Central e Caribe, as mudanças ocorridas no marco legal petrolero e as alterações na dinâmica de tomada de decisões desse setor foram significativos para o projeto de cooperação e integração energética promovida pela Venezuela na região. Uma das primeiras iniciativas nessa área foi a assinatura, em 18 de Outubro de 2000, do *Acuerdo Energético de Caracas*, assinado por dez países da América Central e Caribe, além da Venezuela: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana.¹⁰³ Na ocasião, foi previsto o fornecimento de 20.000 barris diários à República Dominicana; 10.000 barris para a Guatemala; 8.000 à Costa Rica, Panamá e El Salvador; 7.400 para Jamaica; 6.500 ao Haiti; 5.000 à Honduras; 4.900 à Nicarágua e para 600 barris diários ao Belize.

¹⁰² Ver Tabela 8: Balança comercial de Cuba em relação à Venezuela 1999-2009 na Seção Anexos.

¹⁰³ O *Acuerdo Energético de Caracas* contempla acordos bilaterais que foram assinados simultaneamente.

É importante ressaltar que o Acordo de Caracas funciona paralelamente ao *Acuerdo de San José (Cooperación Energética para Países de Centroamérica y del Caribe)*, aquele assinado em 1980 por México e Venezuela com o intuito de fornecer 16.000 barris diários de petróleo para os países da América Central e Caribe. Mas o governo Chávez considerou a necessidade de se firmar um novo acordo, posto que o México se recusasse a ampliar o de São José de modo a permitir a entrada de outros países da região, dentre eles, Cuba¹⁰⁴. O novo documento sinalizava, ao longo de seus nove artigos, os caminhos que seguiria a política petrolífera da Venezuela no contexto de sua Política Externa. Logo no primeiro, ficava estabelecido que o fornecimento de petróleo estivesse condicionado, não apenas as disponibilidades deste recurso por parte da Venezuela, como também pela política de cotas estabelecida pela OPEP. Ainda deixava claro que poderiam existir outras circunstâncias que a obrigassem a mudar as cotas estabelecidas no ato da assinatura do acordo:

PRIMERO: La República Bolivariana de Venezuela suministrará crudo, productos refinados y GLP a los países signatarios por la cantidad de 80 mil barriles diarios (MBD) o sus equivalentes energéticos. Dicho suministro será objeto de evaluación y ajuste en función de la evolución de las compras de los países signatarios, de las disponibilidades de la República Bolivariana de Venezuela y de las decisiones que adopte la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), y de cualquier circunstancia que obligue a la República Bolivariana de Venezuela a cambiar la cuota asignada según lo especificado en este Acuerdo (VENEZUELA. Acordo Energético de Caracas, 2000)

Percebe-se, mais uma vez, que, findo o período da abertura promovida pelos governos anteriores, as determinações da OPEP voltaram a ser fundamentais para a política petrolífera da Venezuela, assim como a sujeição da estatal venezuelana às determinações do executivo nacional.¹⁰⁵

Nos últimos anos, proliferaram iniciativas de cooperação internacional e convênios com outros países tendo a PDVSA como centro de convergência. A *Petroamerica* é uma delas e se subdividiu em outras três iniciativas sub-regionais: *Petrocaribe* que inclui um considerável número de países caribenhos, *Petroandina* que engloba os países que fazem parte da Comunidade Andina de Nações (CAN) e a *Petrosur*, em que estão agrupados Brasil, Uruguai e Argentina. O Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela¹⁰⁶ define como objetivos da Petroamérica a “transposição de fatores geopolíticos e especulativos que se

¹⁰⁴ Ver <http://www.efemeridesvenezolanas.com/html/aec2.htm>. <Acesso em 24 de Setembro de 2009>.

¹⁰⁵ O Acordo prevê, no parágrafo terceiro, que o fornecimento de petróleo será regido pela empresa PDVSA, nos termos estabelecidos pelo governo da Venezuela.

¹⁰⁶ Página eletrônica do Ministério do poder popular de Energia e Petróleo. Acesso em 15 de Outubro de 2009.

tornaram um impedimento para o desenvolvimento endógeno e a integração regional, por causarem distorções no mercado energético”. A Petroamerica prevê a cooperação direta entre os países, nos seguintes aspectos: a) fornecimento de petróleo bruto e seus derivados; b) intercâmbio de bens e serviços; c) desenvolvimento de infra-estruturas; d) financiamento; e) desenho, construção e operação conjunta de refinarias; f) facilidades de armazenamento e terminais; g) comercialização conjunta de petróleo bruto, produtos GLP, asfalto e lubrificantes; h) Transporte e logística; i) exploração de petróleo e gás; j) processamento e comercialização de gás; l) petroquímica; m) tecnologia; n) combustíveis ecológicos e políticas públicas.

A mais importante das iniciativas regionais que formam a Petroamérica é a Petrocaribe. Historicamente, a região do Caribe orbitou, após o período da descolonização e independência, em torno dos EUA, mas países como México e Venezuela também buscaram assegurar para si certa influência na área, sobretudo na década de 70, auge dos preços do petróleo. Excetuando-se os EUA, a Venezuela é hoje o país que mais investe na busca de um espaço político na região e, nesse empenho, o petróleo tem se constituído novamente em importante instrumento da Política Externa. A Comunidade do Caribe é um dos blocos mais antigos da região, tendo sido formado em 1973. O interesse do governo venezuelano de intensificar seus vínculos com a CARICOM o levou a propor, dentro do marco da ALBA, a iniciativa Petrocaribe para a área.

As reuniões realizadas entre os ministros de energia dos países do Caribe, primeiramente em Caracas, em 10 de Julho de 2004, e, posteriormente na Jamaica, entre 26 e 27 de Agosto de 2004 foram os antecedentes para a criação de Petrocaribe em 29 de Junho de 2005, durante o Primeiro Encontro Energético de chefes de Estado e Governo do Caribe na cidade venezuelana de Puerto la Cruz¹⁰⁷. Trata-se de uma organização intergovernamental, configurada com base num acordo de cooperação energética entre Antigua e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, República Dominicana, Sant Vincent e Grenadines, Saint Lucia, San Kilt e Nevis, Suriname e Venezuela. Posteriormente, aderiram Haiti, em 2007 e a Guatemala, em 2008. Embora Trinidad y Tobago não faça parte,

¹⁰⁷ Os principais encontros da Petrocaribe ocorreram entre os dias 5 e 6 de Setembro de 2005, em Montego Bay, no marco das comemorações do 190º aniversário da Carta da Jamaica. Depois disso, ocorreu a segunda reunião de chefes de estado da Petrocaribe, entre os dias 16 e 17 de Abril de 2007, em Isla Margarita (Venezuela). Ainda cabe destacar a realização da primeira Cúpula Energética Sul Americana, entre os dias 10 e 11 de Agosto de 2007. Ainda aconteceram importantes encontros como a Terceira Cúpula Petrocaribe, Energia para a União, entre os dias 7 e 8 de Junho de 2007 (Venezuela); e, finalmente, entre 12 e 13 de Julho de 2008, a quinta cúpula extraordinária da petrocaribe, realizada em Maracaibo.

é reconhecido como “fonte confiável” de fornecimento de petróleo para os países dessa organização.

Com sede em Caracas, a presidência permanente da Petrocaribe é exercida pela Venezuela; sua organização conta com um conselho ministerial, como instância máxima, mas a Secretaria Executiva desse conselho corresponde ao Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela. Já a vice-presidência da organização é rotativa entre os outros países contratantes.¹⁰⁸ A importância da Petrocaribe foi salientada pelo presidente venezuelano em sua visita à Jamaica, entre 22 e 23 de Agosto de 2005, para a assinatura de um acordo de cooperação. Naquela ocasião, Chávez afirmou que da mesma forma que o Tratado do Carvão e do Aço deu origem à União Europeia, a Petrocaribe viria a impulsionar um projeto de cooperação mais abrangente entre os países da região.

Since 2005, President Chávez has used so-called “oil diplomacy” to provide oil to Caribbean Basin nations on preferential terms in a program known as PetroCaribe, prompting U.S. concern that Venezuela is using these programs to increase its influence in the region. Under the program, Venezuela initially offered to supply 190,000 barrels per day of oil to the region on preferential terms with 50% of the oil financed over 25 years at an annual interest rate of 1%. At a July 2008 PetroCaribe summit, President Chávez announced that up to 60% of the oil could be financed while oil prices remained over \$100 a barrel and this would rise to 70% financed if oil prices rise to over \$150 a barrel. Most Caribbean nations are members, with the exception of Barbados and Trinidad and Tobago. Cuba, a major beneficiary, receives over 90,000 barrels per day (bpd) of oil under the program. In Central America, Nicaragua and Honduras joined PetroCaribe in 2007 and Guatemala joined in July 2008. PetroCaribe also has the goal of putting in place a regional supply, refining, and transportation and storage network, and establishing a development fund for those countries participating in the program (SULLIVAN, 2009:47).

A criação da Petrocaribe, cujo objetivo declarado é defender o direito soberano dos Estados de administrar e taxar a exploração de recursos naturais não renováveis e esgotáveis (art. 2º) alterou as condições de financiamento do Acordo Energético de Caracas. Quanto ao pagamento este pode ser feito de forma diferenciada posto que a Venezuela esteja disposta a receber produtos primários, principalmente agrícolas, desde que com preço vantajoso, além de outros bens e serviços prestados por aqueles países. As principais disposições do acordo são as seguintes:

Petrocaribe propone una escala de financiamiento del 40% de la factura petrolera, tomando como referencia el precio de los hidrocarburos. Igualmente extiende el período de gracia para el financiamiento de uno a dos años y prevé una extensión

¹⁰⁸ Ver capítulo 3, artigos 7, 10 e 15 do Estatuto da Petrocaribe.

del período de pago de 17 a 25 años, reduciendo el interés al 1%, si el precio del petróleo supera los 40 dólares por barril. El pago a corto plazo del 60% de la factura se extiende de 30 a 90 días. Con base en los principios solidarios de este acuerdo, la República Bolivariana de Venezuela está dispuesta a aceptar que parte del pago diferenciado de la factura se realice con bienes y servicios, por los que puede ofrecer, en algunos casos, precios especiales (Ministerio de Energía e Petróleo da Venezuela, 2009).

Para impulsionar o novo acordo, a PDVSA, empresa estatal venezuelana, criou a PDV Caribe. A Venezuela ainda se compromete a disponibilizar transporte eficiente e com frete a preço de custo, sem intermediários de modo a diminuir os gastos para os países compradores. Além do mais, vislumbra-se a criação de uma rede logística que priorize os países mais necessitados em termos energéticos.

A integração energética do Caribe, promovida pela Venezuela, também inclui o gás natural. Com esse fim, foi proposta a construção de gasodutos, unindo alguns países da região, entre eles o “Transcaribenho”, o qual, num de seus trechos, conhecido como “tramo Antonio Ricaurte”, ligará a Venezuela com a Colômbia – é o que se encontra mais adiantado. As origens da construção deste gasoduto remontam ao *Memorando de Entendimento* assinado na cidade de El Tablazo, no dia 14 de Julho de 2004, e, à Declaração Presidencial de “Punto Fijo”, de 24 de Novembro de 2005. O início das obras foi protocolizado pelos presidentes Uribe e Chávez na base militar “El tigre” no estado de Zúlia (Venezuela), no dia 8 de Julio de 2006. No evento, também esteve presente o presidente do Panamá, Martín Torrijos, já que o projeto previa a inclusão deste país na condição de principal porta de acesso do gasoduto à região caribenha. Ainda em parceria com a Colômbia, a Venezuela inaugurou o gasoduto “Transguajiro” que liga a Colômbia com a Venezuela. Seu projeto foi elaborado pela estatal venezuelana PDVSA e abrange 230 quilômetros de extensão com capacidade para transportar 500 milhões de pés cúbicos diários de gás. O mesmo prevê o fornecimento de gás natural da Colômbia para a Venezuela e, em um prazo de sete anos, a inversão do fluxo da Venezuela para a Colômbia. Em outubro de 2007, o presidente venezuelano declarou a possibilidade de inclusão do Equador neste projeto, através de um gasoduto “Transandino”.

O petróleo, na forma de doação direta ou de subsídios de combustíveis também faz parte dos programas de ajuda humanitária para países em situações de crise. Em 2006, o caso exemplar foi a ajuda de 200 mil galões de óleo diesel fornecida à Nicarágua para paliar a crise energética.¹⁰⁹ No mês seguinte, a Venezuela ofereceu o envio de mais 350 mil galões

¹⁰⁹ O fornecimento de petróleo também foi oferecido a El Salvador em 2009.

financiados da seguinte forma: 60% do valor pago em até 90 dias, a preço de mercado internacional e os outros 40% teriam 23 anos para serem pagos a uma taxa de 1% ao ano. Após o cancelamento por parte dos Estados Unidos de 62 milhões de dólares que deviam ser repassados à Nicarágua pelo programa “Cuenta Reto del Milênio”, a cúpula da Petrocaribe aprovou o envio de 50 milhões de dólares para investimentos de infraestrutura no país centro-americano.

Las relaciones de Venezuela con Nicaragua se basan en una cooperación ideológica dentro de la ALBA, situación que favorece al país centroamericano, en la medida en que este país recibe un conjunto de ayuda rentista por parte de Venezuela. Esta ayuda es de tipo financiera a través de la condonación de la deuda que tenía Nicaragua con Venezuela y de los aportes del Banco de Desarrollo Social de Venezuela. También destaca la cooperación de Venezuela para ampliar la capacidad eléctrica de Nicaragua, la ayuda de Caracas en la campaña de alfabetización del Gobierno de Managua, el envío de barriles de petróleo venezolanos a un mínimo costo para Nicaragua y el proyecto de instalación de una refinería petrolera en suelo nicaragüense. A esto hay que agregar el potencial económico de la empresa mixta venezolana-nicaragüense, Sociedad Alba de Nicaragua, Albanisa, creada con el aporte de capital de un 51% por PDVSA y un 40% de la empresa estatal nicaragüense Petronic la cual ha hecho inversiones fuera del área energética, incluyendo algunas en medios de comunicación social en el país centroamericano (ROMERO,2009:09).

A ajuda dada pelo governo venezuelano seja através do fornecimento de combustíveis subsidiados ou de verbas provenientes da PDVSA, não se destinou apenas a países latino-americanos. Até mesmo, a empresa venezuelana CITGO, em território norteamericano, possui programas sociais nesse país. A PDVSA, através da CITGO, tem um programa de fornecimento de energia e combustíveis a comunidades carentes dos Estados Unidos, principalmente comunidades indígenas de localidades frias como o Alasca. O governo venezuelano calcula que em 2005, ano em que iniciou o projeto, beneficiou cerca de 190 mil residências a manterem seu sistema de calefação e aquecimento para enfrentarem o inverno rigoroso. O programa de ajuda humanitária dá descontos de 40% para famílias e oferece combustível gratuitamente a albergues e outras entidades sociais. Para Romero, “*todos estos mecanismos han generado, desde 1999 hasta 2009, un gasto aproximado de 45.000 millones de dólares americanos por parte de Venezuela y de PDVSA*” (2009:12).

According to the United Nations, Venezuela's direct investments abroad in 2006 totaled 8 percent of its fixed capital, far above Venezuela's average prior to Chavez of 3 percent (in the 1990–2000 period),⁸ and far greater than the 2 percent

average among comparable petrostates, 9 In terms of U.S. dollars per capita, Venezuela's investments abroad rank fourth in all of Latin America and the Caribbean (behind Argentina, Chile, and Trinidad and Tobago), above those of Mexico and Brazil, the two largest economies in the region (CORRALES, 2009:99).

Ainda cabe destacar que a cooperação com os países da região ocorre não apenas em termos políticos, sociais e econômicos, mas também na área cultural e no setor de telecomunicação. Neste sentido, a criação da emissora Telesur¹¹⁰, é uma ideia inovadora que promove a integração regional sob outros parâmetros, o comunicacional¹¹¹.

Com a existência atrelada ao ideal bolivariano de integração latino-americana, a rede de comunicação multiestatal Telesur se insere em um projeto político social mais amplo. Sua atuação junto à coletividade ocorre em uma dimensão cognitiva, cujo objetivo principal é a construção de uma visão cultural compartilhada, ainda que esta homogeneidade desejada ocorra tendo por base a pluralidade e a diversidade regional (NOGUEIRA, 2009).

Todas estas ações do governo venezuelano são ilustrativas de como a Diplomacia Social se tornou uma importante ferramenta de projeção externa para a Venezuela. Mais relevante do que a agenda de segurança e a proximidade com relação à Rússia para o fornecimento de armamento bélico, é a centralidade que a agenda social e humanitária ganhou na Política Externa venezuelana. Para Corrales, a Venezuela tenta aumentar os custos para a ação estadunidense na região não se valendo da força militar, do *Hard Power*, mas sim do *soft balancing*, quer dizer, da diplomacia social. A construção de novas alianças se dá através da promoção do desenvolvimento regional (CORRALES, 2009:98-100).

¹¹⁰ Com a criação da Telesur e da Agência Bolivariana de Notícias, além do apoio de emissoras de TV e rádios comunitárias criou-se um importante elemento aglutinador e irradiador do discurso chavista e dos elementos político-ideológicos da Revolução Bolivariana. No caso da Telesur, o objetivo é fomentar a integração regional conformando uma espécie de novo discurso bolivariano que também busca resistir à hegemonia midiática das emissoras de notícia norteamericanas. A Telesur se tornou uma estratégia de difusão cultural que recorre a um discurso midiático para homogeneizar a integração regional a nível social. Para isto, utiliza-se de símbolos e valores compartilhados.

¹¹¹ *Artigo 10 : Os governos estimularão o desenvolvimento de planos culturais conjuntos que levem em conta as características particulares das diferentes regiões e a identidade cultural dos povos.*

Artigo 11 : Os governos Partes aprofundarão a cooperação no tema comunicacional, realizando as ações necessárias para o fortalecimento de suas capacidades a níveis de infra-estrutura em matéria de transmissão, distribuição, telecomunicação, entre outras; bem como a nível de capacidades de produção de conteúdos informativos, culturais e educativos. Nesse sentido, os governos continuarão apoiando o espaço comunicacional de integração conquistado com a Telesul (Telesur), fortalecendo a sua distribuição em nossos países, bem como as suas capacidades de produção de conteúdo. (Comunicado conjunto dos presidentes Chávez, Morales e Castro, em Havana, 29 de Abril de 2006).

Corrales ressalta que a diplomacia social do governo Chávez foi possível graças a própria erosão do regime democrático, tendo em vista que a ajuda externa é sempre impopular no plano doméstico, em verdade, o poder social no exterior requer menos oportunidades para a oposição (Ibidem,2009:102).

For that reason, deploying social power foreign policy requires lessening the opportunities for the opposition to exercise influence. It is, therefore, no surprise that the rise of social power in Venezuela has come with executive branch efforts to undermine checks and balances. By 2008, Chavez had created what political scientists call a hybrid regime: one that is neither fully authoritarian but not exactly democratic either (Ibidem, 2009:103).

A diplomacia social de Chávez é peça fundamental em sua projeção para a América Latina, principalmente para a base caribenha, e se tornou uma importante ferramenta para o país conseguir aliados na região.

A projeção internacional venezuelana e a conformação de novas alianças que preocupam os EUA também ocorrem com relação a outros países fora do nosso hemisfério. Além da Rússia, já mencionada anteriormente, aqui, cabe destacar a proximidade e o intercâmbio comercial com a China e o Irã.

La presencia comercial y de inversiones de China en las Américas, excede hoy por lejos la de la Unión Soviética o Alemania en periodos anteriores, pero la presencia de China no suscita gran preocupación a la política norteamericana. El intercambio comercial de China con muchos países latinoamericanos fortalece las economías de éstos países, ampliando de esta manera su potencial como mercados para los productos de los EE.UU. La presencia contemporánea de Rusia en las Américas, en parte comercial, pero también política y militar, tiene más que ver con los intentos rusos de demostrar que quieren ser tomados en cuenta en los escenarios internacionales (fundamentalmente respecto a otros asuntos), que con la presentación de cualquier desafío directo hacia los EE.UU. o sus intereses en el Hemisferio Occidental. Los esfuerzos de Irán por establecer vínculos con Venezuela, Brasil, Bolivia, Argentina, y potencialmente otros países, es el más significativo interés extra continental actual de la política de EE.UU., fundamentalmente porque los EE.UU. e Irán parecen estar en un claro rumbo de colisión, y por lo tanto se puede esperar que Irán utilice su presencia en las Américas para causarle problemas a los EE.UU (LOWENTHAL, 2009:12).

Respeito às relações extra-hemisféricas da Venezuela, não obstante sua aproximação com países do Oriente Médio, África, União Europeia e Rússia, apenas a China, uma das maiores economias do planeta, é um parceiro comercial de peso. A natureza desse intercâmbio apresenta o mesmo caráter que se observa em outros países latino-americanos: exportação de matérias primas e recursos naturais em troca de produtos industriais e bens de

capital chineses. Em Novembro de 2007, os dois países realizaram, na China, a VI Reunião da comissão mista de alto nível para a assinatura de acordos energéticos, financeiros e tecnológicos. Na ocasião, a Venezuela assegurou que, entre 2010 e 2011, irá fornecer um milhão de barris diários de petróleo para o mercado chinês. À empresa China National Petroleum Company (CNPC) foi garantida a participação nos estudos de quantificação das jazidas de óleo pesado no bloco Junín na Faixa do Orinoco. Ainda foi criado um fundo conjunto com investimentos do Banco de Desenvolvimento Chinês (BDC) e de investimentos do Banco de Desenvolvimento Venezuelano, provenientes, por sua vez, do Fundo de Desenvolvimento da Venezuela (FONDEN).

Já a proximidade entre Irã e Venezuela gera polêmica por causa das personalidades um tanto quanto controversas dos presidentes Chávez e Almadinejad e do tom radical e antiamericanista de seus discursos. Chávez já visitou o Irã oito vezes ao longo da última década e, apenas em 2009, assinou dezenas de acordos. A empresa iraniana de petróleo (Petropars) deverá explorar jazidas de óleo pesado na Venezuela, concretamente, no desenvolvimento da jazida petrolífera de Ayacucho, projeto que conta com a participação de outros países. Os acordos entre os dois países ainda incluem a criação do banco binacional cujos investimentos devem se destinar também à criação de uma nova companhia naval de transporte petroleiro. Ainda, cogita-se, a construção de uma refinaria com capital misto dos dois países. Também, vislumbrou-se, recentemente, a possibilidade da PDVSA explorar 27 campos petrolíferos iranianos e mais alguns campos gasíferos naquele país.¹¹²

No que tange a aproximação com estes países fora do nosso continente, a cooperação na área econômica e comercial é mais significativa. A diplomacia social não ganha relevância fora da base caribenha ou da região andina. Também, embora do ponto de vista geopolítico esta aproximação com relação à China e ao Irã possam ser vistas como uma afronta a hegemonia norteamericana, não se pode desconsiderar a importância comercial de tais acordos para a Venezuela.

¹¹² No acordo firmado em 6 de Setembro de 2009, a Venezuela prevê o envio de 20 mil barris diários de petróleo para o Irã.

CONCLUSÕES

Com esta tese objetivou-se, tão somente, contribuir para o enriquecimento do debate acadêmico em torno das principais características da Política Externa chavista.

Mais importante do que o simples reconhecimento de que a esfera econômica e a esfera política são fundamentais na configuração da Política Externa, a análise aqui empreendida visou a identificar como o regime democrático e a economia petroleira, em conjunto, condicionaram sua trajetória, tanto na era do Pacto Fijo, como no período Chávez. Já sob um ponto de vista metodológico, se buscou avaliar, ao longo da tese, o peso das variáveis internas na formulação e posta em prática das diretrizes da Política Externa venezuelana. Em outras palavras, partiu-se da hipótese de que, pela própria natureza da economia venezuelana, altamente dependente do petróleo, assim como pelo impacto desse setor na configuração do Estado e do sistema político, as articulações e interações entre as esferas doméstica e internacional são indissociáveis e particularmente fortes no caso venezuelano.

É comum atribuir a causa das reformas feitas por Chávez no setor petroleiro ao componente fortemente ideológico de seu regime, como também considerar que as mesmas não teriam precedentes. O resultado de nossa análise questiona ambos os pressupostos. Ela mostra, em primeiro lugar, que a participação do Estado na regulamentação do setor petroleiro, além de crescente, foi uma constante ao longo do século XX até hoje. Por outro lado, embora as políticas de Chávez tenham avançado consideravelmente em relação à reforma efetuada na década de 1970, e rompido, em grande medida, com a orientação política petroleira da década de 1990, tanto o nacionalismo de seu regime como o papel do petróleo na sustentação fiscal e na projeção externa do Estado são traços verificáveis igualmente na trajetória de vários governos do sistema de Punto Fijo. Do mesmo modo, a concentração de poder nas mãos do executivo, uma característica do sistema político vigente hoje na Venezuela, é bem anterior ao período Chávez. Dessa forma, conclui-se que existe clara continuidade entre o período Chávez e os anteriores, em virtude do papel central que o setor petroleiro teve e continua tendo na vida econômica e política do país. Ele condicionou também os vínculos externos do país e, em vários períodos, serviu de base para a organização de projetos geopolíticos de inserção regional e internacional.

Apesar de o país ter se beneficiado, durante a primeira metade do século XX, do desenvolvimento do setor petrolífero, o Estado não utilizou essa plataforma para se projetar

internacionalmente, preferindo priorizar a manutenção de sua aliança militar e dos laços comerciais com os EUA. Foi, tão somente, com a instauração do regime iniciado com o Pacto de Punto Fijo, em 1958, que a Venezuela procurou ter uma influência na região, sobretudo no Caribe, adotando uma Política Externa mais ativa. Mesmo assim, como foi mostrado anteriormente, a despeito de terem cultivado um discurso em prol de maior autonomia e soberania em matéria de Política Externa, e do fato de os governos de Pérez e Caldera terem promovido, na década de 1970, as relações sul-sul e o Movimento de Países Não Alinhados, a Venezuela manteve-se subserviente às orientações dos Estados Unidos, seu tradicional aliado nas áreas econômica e militar.

Contudo, como pudemos perceber no decorrer do trabalho, as semelhanças apontadas não tornam insignificantes as mudanças promovidas pelo atual governo na Política Externa, ao ponto dela representar uma guinada radical face à sua anterior trajetória. Com o governo Chávez, a Venezuela procurou se valer dos recursos energéticos para recobrar o ativismo internacional, agora numa escala sem precedentes, fomentando projetos de integração hemisférica que incluem às áreas econômica, política, cultural e social. Nesse projeto, o componente democrático tem se constituído em um importante eixo, não apenas para a formação das alianças do regime com países dentro e fora do continente, mas também para demarcar seu distanciamento do sistema político originado no Pacto de Punto Fijo. Com a reforma constitucional de 1999, pavimentou-se o caminho para a construção de um novo regime democrático com mecanismos de participação popular, além disso, com esta reforma e com outras realizadas no Ministério das Relações Exteriores ocorreram mudanças quanto à própria formulação da Política Externa.

Na década de 1970, a Política Externa da Venezuela se beneficiou do relativo consenso político e de um contexto internacional marcado pelo *boom* petrolífero para marcar presença na região. De igual maneira, nos anos 2000, a evolução da política interna foi determinante na demarcação das fases da Política Externa. Com efeito, percebe-se que, entre 1999 e 2003, ela teve um perfil baixo diante dos desafios domésticos enfrentados pelo governo. Entre 1999 e 2003, as crises econômica e política concentraram todas as atenções do regime, inibindo qualquer iniciativa mais destacada no cenário internacional. Em 2002, ocorreu um processo de radicalização por parte da oposição, agravando a polarização política no país e transformando o ceticismo em relação aos Estados Unidos em um temor declarado por parte do governo Chávez. Esse ano foi particularmente crítico pela reação exacerbada das elites venezuelanas e de Washington em relação às leis habilitantes e a reforma petrolífera de 2001.

O ativismo político, o fomento a projetos de integração regional e a reconfiguração do posicionamento venezuelano em nosso hemisfério despontaram como elementos configuradores do projeto chavista só em 2004, quando a crise econômica e a crise política já haviam sido, em boa medida, contornadas. Foi então que o governo, além de retomar o ativismo de décadas passadas, levou adiante, os fundamentos presentes nos documentos: *Programa Económico de Transición de 1999-2000*, *Venezuela Construye su camino: 2001 Año de deficiones para grandes logro* e *Plan de desarrollo económico y social de la nación*. Na verdade, o fracassado golpe de Estado e o “*paro petrolero*” não só contribuíram para a polarização política da sociedade venezuelana, mas também para que o próprio governo se posicionasse mais à esquerda, e assumisse uma postura mais definida em relação ao componente socialista de sua Revolução.

A atual Política Externa venezuelana não pode ser explicada apenas levando-se em conta seus aspectos ideológicos ou o peso da economia petrolífera. Se, por um lado, o fato de a Venezuela ser um grande exportador de petróleo explica o poder e a margem de manobra de sua Política Externa nos períodos de alta dos preços, assim como a disposição de buscar novos mercados, através da diversificação das relações exteriores, por outro, esse fator por si só não levou o país a ter alguma projeção internacional durante grande parte do século passado. A variável decisiva responsável pela configuração de uma Política Externa qualitativamente distinta às anteriores é de natureza política. Com efeito, a decisão política por parte do governo Chávez de retomar o controle da estatal petrolífera, PDVSA, além de colocar em mãos do Estado consideráveis recursos, definiu o campo de confrontação entre os interesses vinculados às velhas cúpulas alinhadas com os Estados Unidos, e as bases de apoio do novo regime. Foi a partir desse fundamento que se estruturou a chamada *diplomacia petrolífera*, empreendida pelo atual regime através de diversas iniciativas de integração regional nas áreas política e de segurança, educação, saúde e ações de ajuda humanitária. O foco na área social, tanto no plano doméstico, quanto no internacional, reflete uma mudança de orientação do governo Chávez, não apenas no plano discursivo, mas fundamentalmente no alvo de suas políticas, direcionadas para populações de baixa renda dos países da região.

A Política Externa do regime chavista também se define por seu afastamento das políticas emanadas de Washington no campo militar e comercial, e pela diversificação das relações internacionais do país. O distanciamento tornou-se mais nítido, e até inevitável, a partir do golpe de 2002, contudo, já existiam fortes indícios, desde que Chávez assumiu a presidência, de que seu governo procuraria acabar com a histórica dependência em relação aos Estados Unidos. Desde os primeiros anos de governo, Chávez se mostrou cético em

relação à proposta estadunidense da ALCA e procurou fortalecer laços com potências médias e países emergentes, além de se aproximar de outros países produtores e exportadores de petróleo. O afastamento em relação aos EUA e subsequente aproximação em relação a outros países, como Cuba e Nicarágua, levou a alguns autores a atribuir à orientação ideológica do regime um caráter determinante, e até exclusivo, na formulação da Política Externa venezuelana. Esse tipo de interpretação desconsidera os condicionantes de ordem pragmática como a necessidade de procurar acesso a novos mercados em meio a um processo acirrado de globalização e da própria sinalização do governo Bush de que os EUA deveriam diminuir sua dependência de recursos energéticos provenientes do exterior. Em resumo, apesar das semelhanças existentes entre a orientação da Política Externa chavista, seja na sua projeção para o Caribe, seja na busca de maior inserção internacional ou no uso da diplomacia petroleira, a era Chávez representa, sim, uma importante ruptura com o passado. A partir das mudanças político-institucionais que deram origem à construção de um novo regime político democrático, a Política Externa da Venezuela tornou-se mais estratégica do que em quaisquer outras épocas para a sustentação do próprio regime, ao mesmo tempo em que ampliou enormemente seu escopo de atuação nas áreas social, cultural e militar, promovendo uma inserção mais complexa e diversificada do país no cenário internacional.

REFERENCIAS

AGUERO, Felipe. Las fuerzas armadas y el debilitamiento de la democracia venezolana. IN : INSTITUTO VENEZOLANO DE ESTUDIOS SOCIALES Y POLÍTICOS. Venezuela: la democracia bajo presión. SERBIN, Andres; STANBOULI, Andrés; MCCOY, Jennifer; SMITH, William (Ed.). North-South Center, University of Miami. Editorial Nueva Sociedad. Caracas.1993.

AGULLÓ, Juan. Venezuela en el (Nuevo) mundo: fundamentos de la política exterior chavista. Comunicação feita no encontro da ALAS em Buenos Aires. 31 Agosto a 4 de Setembro de 2009.

AL- Shereidah, Mazhar. La dimensión imaginaria en la nacionalización petrolera. Revista Venezolana de economía y ciencias sociales. Ene-Abri. Vol. 12, n 1, Caracas. 2006. Pag. 125-146.

ALVAREZ, Angel. Social Cleavages, political polarization and democratic Breakdown in Venezuela. In: LANDER, Richard. Política y Sociedad en la Venezuela del Chavismo. Stockholm Review of Latin American Studies. Issue n 1, Nov 2006.

ANGELO, Jose Mendoza. Venezuela Destino Incerto: para comprender lo que pasa hoy en el país. Universidad de los Andes. Vicerrectorado académico publicaciones. Colección ensayos. 2005.

ARREDONDO, Ramiro Orias. Bolivia: Democracy under pressure. In: CRANDALL, Russell, PAZ, Guadalupe, ROETT, Riordan. The Andes in focus: Security, Democracy & Economic Reform. Lynne Publishers. London. 2005.

AYERBE, Luis Fernando (org.). Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul. Unesp. 2008.

BAENA, Cesar E. the policy process in a Petro-State: an analysis of PDVSA's internationalization strategy. The political economy of Latin American series. Berookfield. A shgate publishing company. 1999.

BALESTRINI, Cesar C. Economía y política petrolera. Tomo 1. 3 ed. Academia Nacional. Fundación editorial universitaria de Venezuela. Caracas. 1991.

BANKO, Catalina. De la descentralización a la nueva geometría del poder. Revista Venezolana de Economía y ciencias sociales, vol. 14, n 2, Mai-Ago, pp. 167-184, 2008.

BARBARITO, Lolola Hernández: Petroamerica y la integración energética de América latina y el Caribe. Cuadernillos nueva diplomacia, n 1, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. MPPRE, 2007.

BIARDEU, Javier. Del Árbol de las tres raíces al "Socialismo Bolivariano del siglo XXI. Una nueva narrativa ideológica de emancipación? Revista Venezolana de Economía y ciencias sociales, vol. 15, n 1, ganar, pp. 57-113, 2009.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica. Kingston. Ed. Eldeph.com. Disponível em <www.e-libro-viejogratisjamaica.pdf> Acesso em: 10/ 03/ 2008

BOLIVIA. Decreto número 28701. Nacionalización de los hidrocarburos. 2 de mayo de 2006. Los Tiempos, 2 de mayo de 2006.

BOND, Robert. Venezuela, la cuenca del Caribe y la Crisis Centroamericana. Simposio “Aspectos internacionales de la crisis en Centroamérica. Washington D.C. 1981.

BORGO, Juan Carlos Sainz; PAZ, Guadalupe. Venezuela: Revolutionary changes under Chavez. In: CRANDALL, Russell, PAZ, Guadalupe, ROETT, Riordan. The Andes in focus: Security, Democracy & Economic Reform. Lynne Publishers. London. 2005

BOUÉ, Juan Carlos. “El programa de internacionalización en PDVSA: ¿triumfo estratégico o desastre fiscal?” Revista venezolana de economía y ciencias sociales. Vol. 8, n 2, 2004. Pág. 237-282.

CALDERÓN, Álvaro Silva. Trayectoria de la nacionalización petrolera. Revista venezolana de economía y ciencias sociales. Vol. 12, n 1. Ene-abr. 2006. Pag 109-123.

CAMACHE, Damarys. From Bullets to Ballots: the emergence of popular support for Hugo Chavez. In: Latin American Politics and society, University of Miami. vol. 44, n 1. pp. 69-90. Spring 2002.

CARDOZO, Elsa; ROMERO, Maria Tereza. Aproximación a la propuesta internacional de Hugo Chávez: las concepciones de democracia e integración. “Revista Venezolana de Análisis de Conjuntura, Jan-Jun, vol. 8, n 1. Universidad Central de Venezuela. Caracas, pp. 153-173.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. O Relatório da CIA: como será o mundo em 2020. Rio de Janeiro. Ediouro. 2005.

CERVO, Amado Luis. A Venezuela e os seus vizinhos. Revista Cena Internacional, n 3, 2001.

CHÁVEZ, Hugo. Discurso de Hugo Chávez no Palácio Legislativo em Caracas a 25 de Abril de 200. Discurso del II aniversario del referéndum popular para la convocatoria a La Asamblea Nacional Constituyente. Selección de discursos del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías. 2001: Año de las leyes habilitantes. Ediciones de la Presidencia de la República.
Disponível em:<http://www.soberania.org/Documentos/Ley_de_hidrocarburos.htm>

CHIRINOS, Norbis Mujica; GONZÁLEZ, Sorayda Rincón. Caracterización de la política social y la política económica del actual gobierno Venezolano: 1999-2004. Revista Venezolana de Economía y ciencias sociales. V. 12, n 1. Caracas, abr. 2006.

CLEMENT, Christopher. Confronting Hugo Chávez: United States “Democracy promotion” in Latin America. Latin American Perspectives, vol. 32, n 3. Venezuelan Exceptionalism Revisited: New Perspectives on politics and society. May, 2005. Pp-60-78.

COCKCROFT, James D. Latin America: History, Politics, and U.S. Policy. Second edition. Nelson-Hall Publisher. Chicago. 1996.

COELHO, André Luiz; FILHO; Clayton Cunha; FLORES, Fidel Perez. Teoria democrática, representação e instituições participativas na Bolívia, Equador e Venezuela. 7 Encontro da ABCP, Recife, Agosto de 2010.

COLOMER, Joseph; ESCATEL, Luis. La dimensión izquierda-derecha en América latina. Desarrollo económico. Vol.45, n 177. Desarrollo económico y social. Pp-123-136.

COMBELLAS, Ricardo. El poder ejecutivo en la constitución de 1999. Anuário Ibero americano de Justicia Constitucional, n 8, 2004.

Comunicado conjunto dos presidentes Chávez, Morales e Castro, em Havana, 29 de Abril de 2006. Disponível no site <http://port.pravda.ru/mundo/10920-bolivar-0>. Acesso em 08 de Maio de 2006.

CONTRERAS, Emiliana Arguello. Desarrollo endógeno y política de economía social en Venezuela: transformación del sistema capitalista mundial hegemónico y de dominación. Congreso de Alas. Ago-Set. 2009.

CONTRERAS, Jesús Mora. El derecho de los hidrocarburos en Venezuela: origen y tradición legal. Revista venezolana de economía y ciencias sociales, May-Ago. Vol. 8, n 2, UCV. 2002. Pag 219-235.

COPPEDGE, Michael. Venezuela: Conservative representation without conservative parties. Working Paper, n 268. Hellen Kellogg Institute, Junho 1999.

CORDEIRO, Jose Luis. El gran tabu venezolano: la desestatización y democratización del petróleo. Ed Cedice. Caracas. 1997

CORRALES, Javier. The Venezuelan Political Regime Today: Strengths and weaknesses. Political Science Department. Amherst college. 2008

CORSI, Francisco Luiz. O esgotamento das políticas neoliberais e estratégias de inserção da América Latina no capitalismo globalizado. Congresso da Alas. Buenos Aires. Ago-Set. 2009.

CRANDALL, Russell. The pursuit of stability in the Andes. In: CRANDALL, Russell, PAZ, Guadalupe, ROETT, Riordan. The Andes in focus: Security, Democracy & Economic Reform. Lynne Publishers. London. 2005

DAVIS, Harold Eugene; WILSON, Larman (org). Latin American Foreign policies: an analysis. The Johns Hopkins University Press. 1975.

DESCH, Michael. Why Latin America may miss the cold war. The United States and the Future of Inter-American Security Relations. IN: DOMINGUES, Jorge. International Security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the post-cold war era. Pittsburgh. University of Pittsburgh Press. 1998.

DOMINGUES, Jorge I. Security, Peace and Democracy in Latin America and the Caribbean. Challenges for the post-cold war era. (pp 3-28). In: DOMINGUES, Jorge. International Security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the post-cold war era. Pittsburgh. University of Pittsburg Press. 1998.

EMILIANA, Arguello Contreras. Desarrollo endógeno y política de economía social en Venezuela: transformación del sistema capitalista mundial hegemónico y de dominación. Congresso de Alas, Setembro de 2009.

ESEADE. Venezuela : the failure of an oil country in diversifying its economy and reducing its external vulnerability. Doctorate in economy essays. Julho de 2008.

ESPINASA, Ramón. El auge y el colapso de PDVSA a los treinta años de la nacionalización. Revista venezolana de economía y ciencias sociales, vol. 12, n 1, ene-abr., 2006. Pag 147-182.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S National Energy Policy. 2001. Disponível em <<http://www.wtrg.com/EnergyReport/National-Energy-Policy.pdf>>.

EWELL, Judith. The Development of Venezuelan Geopolitical analysis since World War Second. Journal of interamerican Studies and world affairs. Vol. 24, n 3. Pp. 295-320. Ago 1992.

EWELL, Judith. Venezuela and the United States: from Monroe's hemisphere to petroleum's empire. Atenas.1996

FERNANDEZ, Carlos; Pelekais, Ciro de. Factores vinculados a la productividad en la industria petrolera nacional. Revista Venezolana de Ciencias Sociales, jul-dez, vol. 8, n 2. Uncrmb, Cabinas, Venezuela, pp. 267-285.

FLORES, Fidel Perez; LEITE, Iara. In: Lima, Maria Regina soares; Coutinho, Marcelo Vasconcelos (org.). A Agenda Sul Americana: Mudanças e Desafios no início do século XXI. Fundação Alexandre de Gusmão. MRE, Brasília, 2007.

FRANCHINI, Paola. Democracia y socialismo en Venezuela entre los caminos heterodoxos y los horizontes históricos. Comunicação encontro da ALAS. Buenos Aires 31 de Agosto a 4 de Setembro.

GARCIA, Guadilla, María Pilar. La praxis de los consejos comunales en Venezuela: Poder Popular o instancia clientelar. (SciELO)

GARCIA, Maribel Aponte. El Alba como un modelo alternativo de producción y empresas, integración regional y desarrollo endógeno regional con inclusión social. Congreso de Alas. Ago-sep. 2009.

GARRIDO, Alberto. Guerra Global, Plan Colombia y Revolución Bolivariana. Caracas. 2003.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Selección de Discursos del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías: 2001 año de las leyes habilitantes. Ediciones de la presidencia de la Republica.Caracas.2001.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Selección de Discursos del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías.2002 año de la resistencia antiimperialista. Ediciones de la presidencia de la Republica.Caracas.2002.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Selección de Discursos del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías.2005. Ediciones de la presidencia de la Republica.Caracas.2005.

GOLINGER, Eva. The Chavez code: Cracking US intervention in Venezuela. Olive Brench Press, Northampton, 2006.

GONZALES, Milko S. El petróleo como instrumento de Política Exterior en el Gobierno del presidente Hugo Chávez Frías. Revista Venezolana de análisis de Conyuntura. Jul-Dez. Vol. 9, n 02, UCV. 2003. Pág. 59-87.

GORDILLO, Ramiro G. El oro del diablo. Ecuador: historia del petroleo. Biblioteca general de cultura. Corporación editorial.

GRABENDORFF, Wolf. The role of regional powers in Central America: México, Venezuela, Cuba and Colombia. In: MUÑOZ, Heraldo; TULCHIN, Joseph (ed.). Latin American Nations in World Politics. Coleção Foreign relations of the third world, n 3. Boulder. 1984.

GUADILLA, Maria Pilar Garcia. Organizaciones sociales y conflictos en una sociedad polarizada: las dos caras de la democracia participativa en Venezuela. América Latina hoy, Abril, ano/vol. 42. Universidad de Salamanca. PP 37-60, 2006.

GUERREIRO, José Manuel Briceño. Integración de la región Caribe. Boletín Antropológico, vol. 20, n 54, ganar, 2002. Universidad de los Andes, Venezuela. Pp. 535-542. 2002.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. Uma nova perspectiva latino-americana? Congresso da ALAS. Buenos Aires. Ago-Set. 2009.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. Uma nova perspective latino-americana? Congresso de ALAS, Buenos Aires, Setembro de 2009.

HAKIM, Peter. Is Washington Losing Latin America. Foreign Affair, n 85. pp. 39-52. 2006

HARRIS, Richard. Resistance and alternatives to Washington's agenda for the Americas: the prospects for regional versus hemispheric integration. Journal of Developing Societies. N 21. Pp- 403-428. 2005

HAWKINS, Kirk. Populism in Venezuela: the rise of Chavismo. *Third World Quarterly*. Vol. 24. N 6. pp. 1137-1160. Taylor & Francis Ltd. Dez-2003. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/3993447>>

HELLINGER, Daniel. Tercermundismo and chavismo. In: LALANDER, Richard. *Política y Sociedad en la Venezuela del chavismo*. Stockholm Review of Latin American studies. Issue n 1. Nov 2006.

HELLINGER, Daniel. Venezuela: VANDEN, Harry E; PREVOST, Gary. *Politics of Latin America: the Power Game*. Second Ed. New York. Oxford University Press. 2006.

HELLINGER, Daniel. When no means yes to Revolution: electoral politics in Bolivarian Venezuela. In: ELLNER, Esteve; TINKER, Salas. *Venezuela: Hugo Chavez and the decline of an exceptional democracy*. Lahan. Latin American perspectives in the classroom. Rowman e Littlefield publishers. 2007.

HIRST, Monica. Security Policies, Democratization and Regional integration in the southern cone (pp 102-119). In: IN: DOMINGUES, Jorge. *International Security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the post-cold war era*. Pittsburgh. University of Pittsburgh Press. 1998.

HUGO CHÁVEZ. Discurso presidencial em Caracas, 13 de Abril de 2005. Selección de Discursos Del presidente de La República bolivariana de Venezuela. Ediciones de la Presidencia de la República. 2005.

KARL, Terry Lynn. *The paradox of plenty: oil, booms and petro-states*. University of California Press. Berkeley. 1997.

KARL, Terry Lynn. The perils of the Petro-State: reflections on the paradox of plenty. *Journal of international affairs*, 53, n 1. Columbia University. fall 1999.

KELLY, Janet; ROMERO, Carlos A. *The United States and Venezuela: Rethinking a relationship*. Contemporary inter-American relations. Ed Routledge, New York. 2002.

KLAVEREN, Alberto Van. The Analysis of Latin American Foreign Policies: Theoretical perspectives. In: MUÑOZ, Heraldo; TULCHIN, Joseph (ed.). *Latin American Nations in World Politics*. Coleção Foreign relations of the third world, n 3. Boulder. 1984.

KORNBLITH, Miriam; Levine, Daniel. Venezuela: the life and times of the party system. Working paper, n 197, Hellen Kellogg Institute. Junho de 1993.

KOSLOFF, Nikolas: *Revolution! South America and the Rise of the left*. Palgrave Macmillan. NYC. 2008.

KOZLOFF, Nikolas. *Hugo Chavez: Oil, politics, and the challenge to the U.S*. New York. Palgrave Macmillan, 2007.

LANDER, Edgardo. Venezuelan social conflict in a global context. In: ELLNER, Esteve; TINKER, Salas. *Venezuela: Hugo Chavez and the decline of an exceptional democracy*. Lahan. Latin American perspectives in the classroom. Rowman e Littlefield publishers. 2007.

LANDER, Edgardo; FIERRO, Luis. The impact of neoliberal adjustment in Venezuela 1989-1993. In: Latin American perspectives, vol. 23, n 3. Post bonanza Venezuela. Sage Publications inc. Pp 50-73. Summer, 1996.

LAPPER, Richard. Living with Hugo: U.S. Policy Toward Hugo Chávez's Venezuela. The center for preventive action. Council on Foreign relations. CSR 20,nov. 2006.

LAUDER, Luis. Petroleo y democracia en Venezuela: del fortalecimiento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta. Revista Galega de economía, jun-dez. Vol. 14, n 01/02. Universidad Santiago de Compostela. España. 2005.

LIMA, Maria Regina Soares. Globalização, Estado e Democracia: mais dúvidas do que certezas. Revista proposta n 79, Dez/fev, 1998-1999.

LIMA, Maria Regina Soares; Kfuri, Regina. Política Externa venezuelana e Relações com o Brasil. OPSA/NECOM. Papeis legislativos. N, 6, out.2007.

LOWE, Gordon. An overview of the Guyana/Venezuela Border Problem.

MAINGOT, Anthony. Perceptions as realities. The United states, Venezuela, and Cuba in the Caribbean. In: Latin American Nations in World Politics. Edited by Heraldo Muñoz and Joseph S. Tulchin. Coleção Foreign Relations of the third world, n 33. Boulder, 1984.

MAINWARING, Max. Venezuela's Hugo Chávez Bolivarian socialism, and Asymmetric Warfare. Strategic Studies Institute. U.S. Army. October, 2005.

MANIGAT, Leslie F. Geopolítica de las relaciones de Venezuela y el Caribe: problemática general y problemas. In: SERBIN, Andrés. Geopolítica de las relaciones de Venezuela con el Caribe. Simposio XXXII. Convención Anual de la ASOVAC. Fundación fondo Editorial Acta Científica Venezolana. Caracas. 1992.

MARES, David R; BERSTEIN, Steven A. The use of force in Latin American Interstate Relation (pp 29-47). IN: DOMINGUES, Jorge. International Security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the post-cold war era. Pittsburgh. University of Pittsburgh Press. 1998.

MARINGONI, Gilberto. A Revolução Venezuelana. Revoluções do século XX. Editora Unesp. 2008.

MARTZ, John. Venezuelan Foreign policy and the role of political parties. In: In: MUÑOZ, Heraldo; TULCHIN, Joseph (ed.). Latin American Nations in World Politics. Coleção Foreign relations of the third world, n 3. Boulder. 1984.

MAYA, Margarita López. La Construcción de contrahegemonia: notas sobre la concepción del desarrollo económico en el proyecto bolivariano. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales. V 12, n 2, Caracas. Ago 2006.

MCCOY, Jennifer. Venezuela: Crisis de Confianza? in: INSTITUTO VENEZOLANO DE ESTUDIOS SOCIALES Y POLÍTICOS. Venezuela: la democracia bajo presión. SERBIN, Andres; STANBOULI, Andrés;

MCCOY, Jennifer; SMITH, William (ed.). North-South Center, University of Miami. Editorial Nueva Sociedad. Caracas.1993.

MELCHER, Dorothea. La industrialización de Venezuela. Revista de economía. N 10. Caracas. 1992.

MELCHER, Dorothea. La industrialización de Venezuela. Revista Economía. N 10. Caracas. 1992.

MENDES, Ana Irene; MORALES, Elda. La democracia venezolana desde el discurso político de los líderes tradicionales. Utopía y praxis latinoamericana, sep., año/vol. 6, n 14, universidad de Zulia, Maracaibo, Venezuela, pp. 9-39, 2001.

MENDES, Valdenésio Aduci. Articulação entre democracia representativa e participativa à luz da democracia Venezuelana. Doutorado sociología política UFSC.

MINISTERIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES. Ley del Servicio Exterior.2001.

MINISTERIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES. Relaciones entre Estados Unidos y Venezuela (1834-1999). Disponible no site do MRE.<www.mre.gov.ve>.

MINISTÉRIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES. Tratado de Reciprocidade Comercial de 1939. Disponível: www.mre.gov.ve acesso em: <19 de Setembro de 2007>.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN INFORMACIONAL. Discurso en la sexagésima asamblea general de la ONU. Nueva York. 15 de Septiembre de 2005. Disponible em: < www.mci.gob.ve> Acesso 03 de Maio de 2009.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. Programa Económico de Transición 1999-2000. Disponible em: < <http://www.mpd.gob.ve>> Acesso em23 de Maio de 2009.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. Proyecto Bolívar 2000. Disponible em: < <http://www.mpd.gob.ve>> Acesso em23 de Maio de 2009.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LAS RELACIONES EXTERIORES. Reforma Parcial del Reglamento orgánico de Relaciones Exteriores.2004.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LAS RELACIONES EXTERIORES. Venezuela Construye su camino: 2001 Año de definiciones para grandes logros. 2001.

MISIÓN PERMANENTE DE VENEZUELA ANTE LA OEA. Venezuela Internacional. Ano 1, n 3, Mayo de 2003.

MISSÃO PERMANENTE DA VENEZUELA NA OEA. Boletín de prensa: Jorge Valero Presidirá en la OEA las negociaciones sobre Carta Social de las Américas. Missão permanente da Venezuela na OEA. Disponível em < <http://www.venezuela-oas.org/Notadeprensa05-27-05.htm>>

MISSÃO PERMANENTE DA VENEZUELA NA OEA. Documento Propuestas de Venezuela para el proyecto de Carta Democrática Interamericana. Site oficial da Missão permanente da Venezuela na OEA Acesso em 2 de Outubro de 2010.

MISSÃO PERMANENTE DA VENEZUELA NA ONU. Comunicado Oficial da Missão permanente da Venezuela nas Nações Unidas – 29 de Janeiro de 2009. Disponível em <http://www.venezuelaonu.gob.ve/Notadeprensa05-11-09.htm>. Acesso em 28 de Janeiro de 2010.

MITRE, Antônio. As peregrinações de um conceito: populismo na América Latina. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.10, n. 13, 1º sem. 2008

MOLINA, José; PEREZ, Carmen. Radical Change at the ballot box: causes and consequences of electoral behavior in Venezuela's 2000 election. Latin American Politics and society, vol. 46, n1, pp 103-134. University of Miami. Disponível em < <http://www.jstor.org/stable/3177083>>

MOMMER, Bernard. Integrating the Oil: a structural analysis of Petroleum in the Venezuelan economy. Latin American perspectives. Vol. 23, n3, Postbonanza Venezuela. PP. 132-158. Summer, 1996.

MOMMER, Bernard. Plena Soberanía Petrolera. Ciclo de Conferencias “El otro lado del arbitraje internacional de inversiones”. Ministerio del Poder Popular para la energía y Petróleo. PDVSA. Caracas. 9 y 10 de Julio de 2009.

MONALDI, Francisco. La Economía Política Del Petróleo y el Gas en América Latina. Plataforma Democrática. 2009. Acesso <17/02/2011>.

MORAES, Wallace dos Santos. Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década? Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela. Análise de Conjuntura. N 4. OPSA/IUPERJ. 2010.

MORALES, Maria Eugenia. La politización del servicio exterior venezolano. En manos de quien está nuestra Política Exterior?

MYERS, David J. Venezuela's pursuit of Caribbean Basin interests: implications for the United States National Security. United States Air Force. Janeiro de 1985.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. O papel dos meios de comunicação de massa nos processos de integração cultural latino-americana: o caso da rede multiestatal Telesur. Congresso ISA - ABRI. PUC - Rio, 23 Abril de 2009.

OPEP. World oil Outlook 2007. Disponível em <www.opec.org>. Acesso em: 10/03/08.

ORTIZ, Isabel; UGARTECHE, Oscar (org.) Cooperación Sur-Sur: Un desafío al sistema de la ayuda? The reality of Aid. Reporte especial sobre cooperación sur-sur 2010. Medellín, Marzo de 2010.

OTÁLORA, Edgar C. El Caribe y el contencioso con Guyana en la Política Exterior venezolana: contraste de dos tiempos. *Caderno del Cendes*. V. 49, n 49. Caracas. Jan. 2002.

PADUA, Adriana Suzart; MATHIAS, Suzeley kalil. A democracia e seus “ismos”: o fenômeno Hugo Chávez. Trabalho publicado nos anais do VIII Simpósio internacional América Latina y Caribe. Buenos Aires. UBA, 2008.

PARKER, Dick. Chavez and the search for an alternative to neoliberalism. In: ELLNER, Esteve; TINKER, Salas. Venezuela: Hugo Chavez and the decline of an exceptional democracy. Lahan. Latin American perspectives in the classroom. Rowman e Littlefield publishers. 2007.

PEREIRA, Marcus Abílio; CARVALHO, Ernani. Boaventura de Sousa Santos: Por uma nova gramática do Político e do social. *Lua Nova*. São Paulo, n 73, pag 45-58, 2008.

PETRAS, James. Alternatives to neoliberalism in Latin America. *Latin American perspectives*, vol. 24, n 1. Liberalism's revival and Latin American Studies. Sage Publications, Inc. pp-80-91. Jan-1997.

PONCE, Guillermo García. Chávez: La Batalla del Petroleo. Editorial Fuentes. Caracas. 2000.

PONCE, Guilherme García. Chávez: la batalla del petroleo. Caracas. Editorial Fuentes. Colección problemas económicos y políticos mundiales. 2000.

PUENTE, Jose Manuel; GOMEZ, Pavel; VERA, Leonardo. The Political economy of productivity: the case of Venezuela. Instituto de Estudios Superiores de Administración. Julho de 2009.

RAMIREZ, Cristóbal Valencia. Venezuela's Bolivarian Revolution: Who are the Chavistas? *Latin American Perspectives*, vol. 32, n. 3, Venezuelan exceptionalism revisited: New perspectives on politics and society. May 2005.

REAGAN, Ronald. Discurso presidencial. Casa Branca, 16 de Dezembro de 1983. Disponível em <http://www.ned.org/about/reagan-121683.html> Acesso em 09/10/2008.

REIS, Cristina Vinciprova. Influencia de Regimes domésticos na Formulação de Política Externa. 1 Simpósio em Relações Internacionais do Programa Santiago Dantas. 12 a 14 de Novembro de 2007.

RODRIGUEZ, Juan Carlos Arriaga. Security in the Caribbean Basin. *Revista Mexicana del Caribe*, año 6, n 11, pp. 292-302. 2001.

ROMERO, Carlos. La cooperación Sur-Sur entre Venezuela y Cuba. In: Un desafío al sistema de la ayuda? reality of Aid. Reporte especial sobre cooperación sur-sur 2010. Medellin, Marzo de 2010.

ROMERO, Carlos. La política exterior de la Venezuela bolivariana. Plataforma democrática.org.

ROMERO, Carlos. Venezuela y Estados Unidos: Una relación esquizofrénica? Nueva Sociedad, n 206, nov-diez 2006.

ROMERO, Carlos. Venezuela, su política exterior y el Caribe. Revista venezolana de economía y ciencias sociales. Vol., 10, n3, pp. 243-259. Set-Dez. 2004.

ROMERO, Maria Teresa. Venezuela after the Referendum: US policy toward Chavez is unlikely to change. Hemisphere: a magazine of the Américas, vol. 14, fall 2004.

ROMERO, Maria Teresa; CARDOZO, Elsa. Aproximación a La propuesta internacional de Hugo Chávez: Las concepciones de Democracia e Integración. Revista Venezolana de Analisis de Conyuntura, vol. 8, n 1 (jan-jun), PP 153-173, 2002.

ROMERO, Simon. The New York Times. Matéria publica em 25 de Fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.military-quotes.com/forum/venezuela-spending-arms-soars-worlds-t33516.html>. Data de Acesso 28 de Janeiro de 2010.

ROSS, Michael. The Political economy of the resource curse. World Politics, 51. Jan 1999.

ROSSER, Andrew. The Political Economy of the Resource curse: a literature survey. Working paper 268. Centre for the future state/Institute of development studies. April 2006.

RUIZ, José Briceño. The free trade area of the Americas in the foreign policy of Hugo Chavez. Unisa Latin American Report. Vol. 22, n 1 & 2. 2006.

SALAS, Miguel Tinker. Cultura, poder y petróleo: campos petroleros y la construcción de ciudadanía en Venezuela. Espacio Abierto, jul-set, vol. 12, n 03, 2003. PP. 323-348.

SÁNCHEZ, Irey Gómez. El papel de las misiones sociales en la construcción de identidades políticas en Venezuela. Revista Venezolana de economía y ciencias sociales, vol. 13, n 1, pp. 13-34. Jan- abr de 2006.

SEQUÍN, Luis Zambrano. Sobre lo que hemos hecho y aún poder hacer en política económica. In: INSTITUTO VENEZOLANO DE ESTUDIOS SOCIALES Y POLÍTICOS. Venezuela: la democracia bajo presión. SERBIN, Andres; STANBOULI, Andrés;

MCCOY, Jennifer; SMITH, William (ed.). North-South Center, University of Miami. Editorial Nueva Sociedad. Caracas.1993.

SERBIN, Andrés. Cuando la limosna es grande. El Caribe, Chávez y los límites de la diplomacia petrolera. Nueva Sociedad, n 205, 2004.

SILVA, Daniel da Cunda Correa da. Venezuela: O governo Hugo Chávez e a utilização da renda petrolera. Monografia. UFSC. Florianópolis. 83 páginas. 2009.

SILVA, Elsa Cardoso; ROMERO, Carlos; Romero, Maria Teresa. La Política Exterior en las constituciones de 1961 y 1999: una visión comparada de sus principios, procedimientos y temas. Revista Venezolana de Economía y ciencias sociales. Vol. 9, n 1, ganar, pp. 163-183, 2003.

SILVA, Elsa Cardozo da; HILLMAN, Richard. Venezuela: Petroleum, Democratization, and International affairs. In: Mora, Frank O; HEY, Jeanne. Latin American and Caribbean Foreign Policy. Rowman & Littlefield Publishers inc. Lanham. Pp-145-164. 2003.

SILVA, Luiz Fernando. La nueva configuración política sudamericana y las alternativas de integración regional. Congreso de Alas. Buenos Aires. Ago-Set. 2009.

SULLIVAN, Mark. Venezuela Political conditions and U.S. Policy. Congressional Research Service. 28 de Julho de 2009.

SWANSBROUGH, Robert. The mineral crises and U.S. interests in Latin America. The Journal of politics vol. 38, n 1. Cambridge University Press. Fev. 1976. Pp-2-24. <<http://www.jstor.org/stable/2128959>>.

SWEIG, Julia E. Colombia: Starving off partial collapse. In: CRANDALL, Russell, PAZ, Guadalupe, ROETT, Riordan. The Andes in focus: Security, Democracy & Economic Reform. Lynne Publishers. London. 2005

TICKNER, Arlene B. Colombia US subordinate, Autonomous Actor, or something in Between. In: Mora, Frank O; HEY, Jeanne. Latin American and Caribbean Foreign Policy. Rowman & Littlefield Publisher inc. Lanham. 2003.

TORREALBA, Alfredo Afonso. Enfoque de la neodiplomacia en Venezuela. Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela. Periodo 1999-2005. Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. 2006.

TORRES, Miguel Agustín. Nuevos enfoques de la autonomía en Latinoamérica. Congresso da ALAS. Buenos Aires. 31 de Agosto a 4 de Setembro de 2009.

TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. Latin American Research Review, vol. 37, n 1. The Latin American Studies Association. Pp- 41-76 2002.

TULCHIN, Joseph. Hemispheric Relation in the 21st Century. Journal of interamerican Studies and World affairs, vol.39, n1. Special issue: U.S. Latin American relations. Pp-33-43. Spring 1997.

VENEZUELA. Acuerdo Energético de Caracas.2000. Disponível em: <http://www.analitica.com/va/economia/opinion/9499265.asp> Acesso em < 24 de Setembro de 2009>

VENEZUELA. Constituição da República Bolivariana da Venezuela. 1999. Georgetown Political Data Base of Americas. Disponível em: <pdba.georgetown.edu>

VENEZUELA. Constituição da República Federativa da Venezuela 1961. Disponível em Georgetown Political Data Base of Americas. Disponível em: <pdba.georgetown.edu>

VENEZUELA. El Nuevo Mapa Estratégico 2004. Disponível : http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html

VENEZUELA. Ley orgánica de hidrocarburos 2001.

VENEZUELA. Marco filosófico de la nueva integración del sur 2007. Disponível : http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html

VENEZUELA. Plan de desarrollo económico y social de la nación. 2001. Disponível: Disponível : http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html

VENEZUELA. Programa Económico de Transición 1999. Disponível : http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html.

VENEZUELA. Proyecto nacional Simón Bolívar y la Venezuela socialista 2007-2013. Disponível em: < <http://www.gobiernoenlinea.ve/noticias-view/shareFile/PPSN.pdf>> 2007.

VENEZUELA. Venezuela Construye su camino: 2001 Año de definiciones para grandes logros. 2001. Disponível : http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html

VICTOR, David; Victor, Nadejda. Foreign Affairs. Vol. 82, n. 2. Mar-Apr. 2003. pp. 47-61.

VILLA, Rafael Duarte. Corrida Armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo de gastos militares. Estudos e cenários. OPSA/IUPERJ. Dezembro de 2008.

WANTCHEKON, Leonard; LAU, Rick. Political Dutch Disease. Northwestern University/ New York University. 10 de Abril de 2003.

WEISBROT & SANDOVAL. Update the Venezuelan economy in the Chávez years. Center for Economic and Policy Research. 2008.

WILLIAMS, Mark Eric. U.S. Policy in the Andes: commitments and commitment traps. In:

CRANDALL, Russell, PAZ, Guadalupe, ROETT, Riordan. The Andes in focus: Security, Democracy & Economic Reform. Lynne Publishers. London. 2005

WILPERT, Gregory. Changing Venezuela by taking power: the history and policies of the Chavez government. London. ED. Verso. 2007

ZANONI, José. El cuadrilátero petrolero: Bases para la política petrolera venezolana. Revista Venezolana de análisis de Conyuntura. Vol. 8, n 1, ene-jun. 2002. Pag 291-297.

Filmes

- Chavez, Venezuela and the New Latin America. Direção Aleida Guevara. Documentário. DVD. Ocean Films. 55 min. 2004.
- Puedo Hablar. Director Chris Moore. Sol Production.org. 70 min. 2007.

- Venezuela: the Bolivarian Revolution enter the oil workers. Produced by the Bolivarian circle of the global women's strike. 34min.DVD. July 2004.
- Simón Bolívar: the great liberator. Director Klaus Katz. Films for the humanities, inc. West German Television Production. 1984.
- Hugo Chavez. Director Ligia Blanco. Films for the humanities and sciences. Coproduction Les films du village and planete.54min. DVD.2006.
- The Revolution will not be televised. A power pictures production in association with bord scannan and heireann the Irish film board. Edited by Angel H Zoido, Produced by David Power. 2002.
- Venezuela. A 21st Century Revolution. Produzido pela the global women's strike. 58 min. Junho de 2003.

Sites pesquisados

Agencia bolivariana de noticias: www.abn.info.ve

Center for Economic and Political Research: www.cepr.net

Centro de estudios de desarrollo (CENDES): www.cendes-ucv.edu.ve

Gobierno en línea: www.gobiernoenlinea.ve

Hellen Kellogg Institute of international studies: nd.edu/~Kellogg/

Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual: www.institutopedrogual.edu.ve

Justor: www.justor.com

Ministerio del Poder Popular para la energía y petroleo: <http://www.menpet.gob.ve/>

Missão na OEA: www.venezuela-oas.org

Missão na ONU: www.venezuelaonu.gob.ve

Ministério del Popular Para las Relaciones Exteriores: <http://www.mppre.gob.ve//>

OPEP: www.opec.org

PDVSA: www.pdvsa.com

Presidencia da República de Venezuela: www.presidencia.gob.ve

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe: www.redalyc.uaemex.mx

Telesur: www.telesurtv.net

Ministerio Del Poder Popular de Planificación y Finanzas. www.mf.gov.ve

ANEXOS

Anexo I: Mapas¹¹³

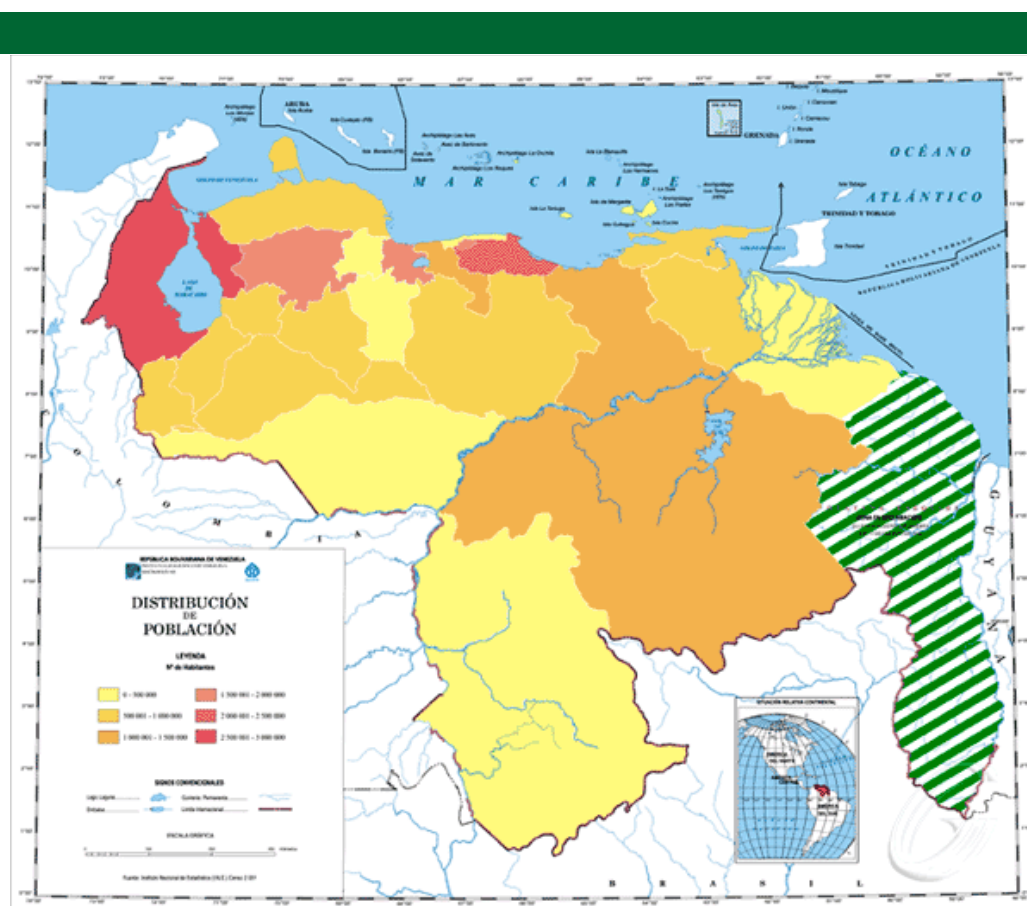
Mapa 1: Mapa Político



Fonte: Folha online

¹¹³ Nos mapas de população e hidrocarbonetos, a região do mapa que aparece listrada de verde e branco corresponde ao território do Esequibo que é pleiteado pela Venezuela junto à Guiana.

Mapa 2: Distribuição da população em território Venezuelano



LEGENDA:

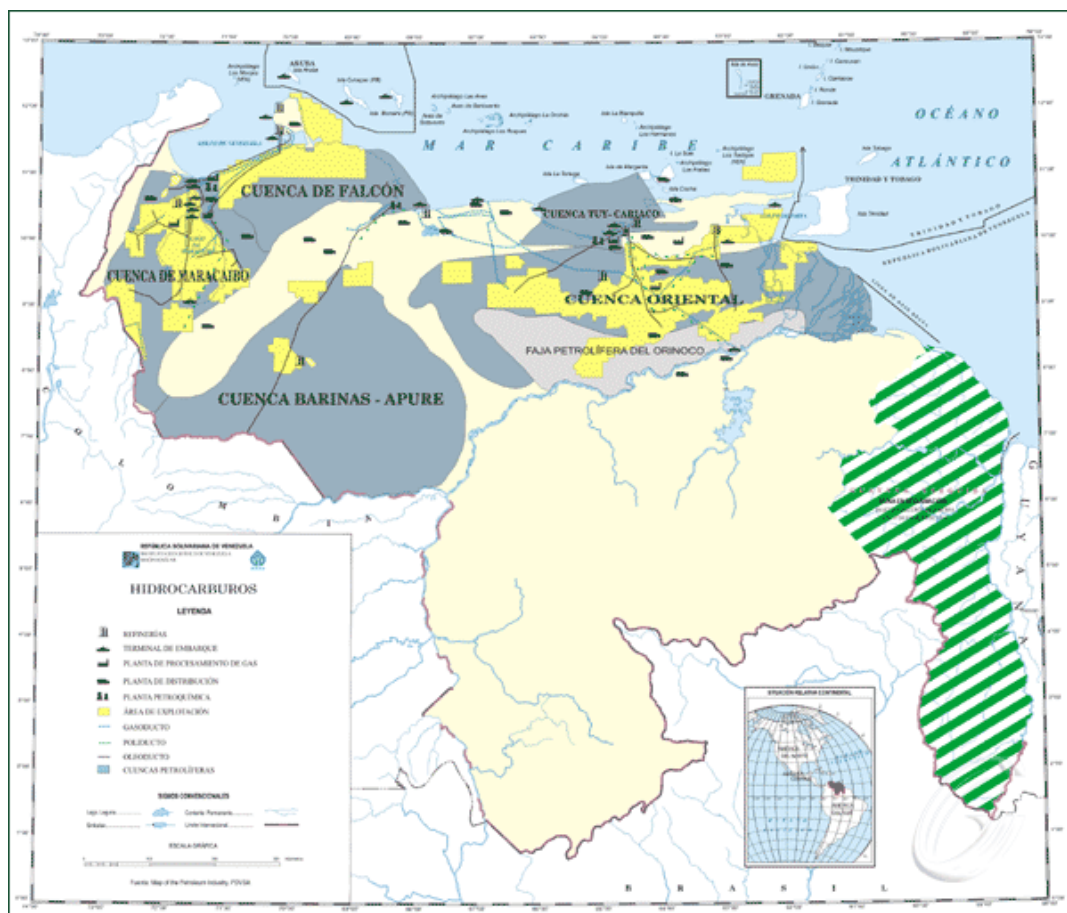
- 0 - 500.000
- 500.0001 - 1.000.000
- 1.000.000 - 1.500.000
- 1.5001.000 - 2.000.000
- 2.000.001 - 2.500.000
- 2.500.001 - 3.000.000

Signos convencionales:

- Lago, laguna
- Embalse
- Corriente permanente
- Limite internacional

Fonte: Venezuela Virtual. Disponível em: http://www.mipunto.com/venezuelavirtual/mapas/mapa_distribucion.html > Acesso em 30 de Maio de 2010

Mapa 3: Exploração de Hidrocarbonetos

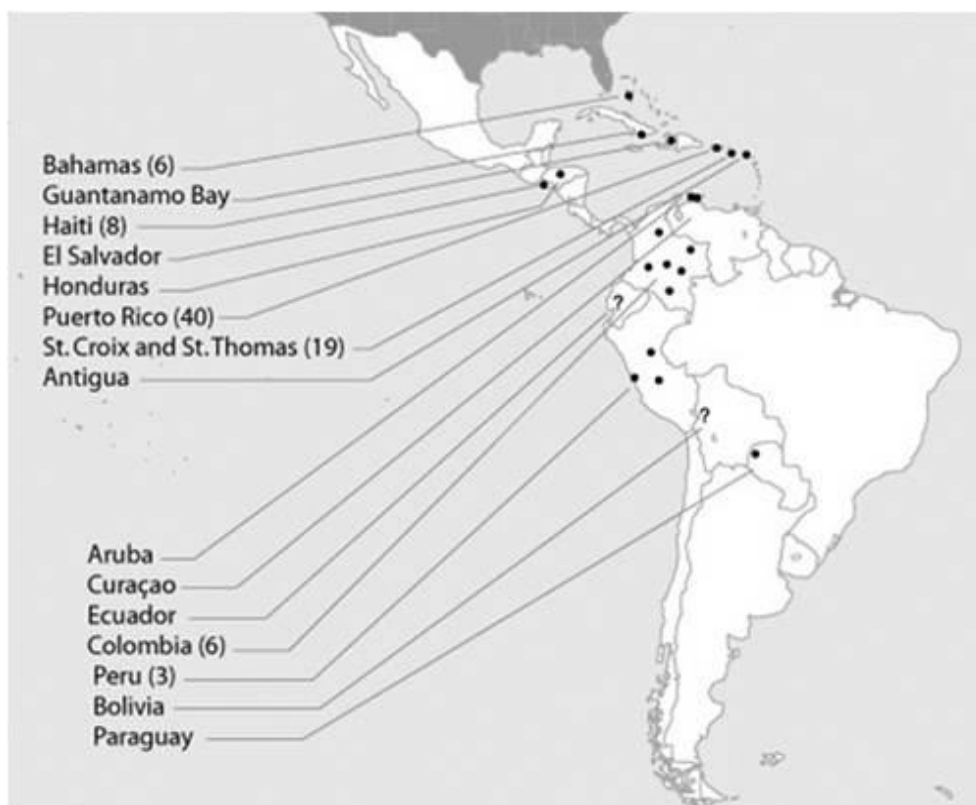


LEGENDA:

- | | | | |
|--|--------------------------------|-------------------------------|----------------------|
| | Refinarias | | Oleoduto |
| | Terminal de embarque | | Bacias petrolíferas |
| | Planta de processamento de gás | Signos convencionales: | |
| | Planta de distribuição | | Lago, lagoa |
| | Planta petroquímica | | represa |
| | Área de exploração | | Corrente permanente |
| | Gasoduto | | Limite internacional |
| | Poliduto | | |

Fonte: Venezuela Virtual. Disponível em:
http://www.mipunto.com/venezuelavirtual/mapas/00_mapa_hidrocarburos.html
 Acesso em: 30/05/2010

Mapa 4: Bases estadunidenses na América Latina



Fonte: www.neccint.wordpress.com Acesso em: 07 de Junho de 2010

Anexo II: Quadros

Quadro 3: Perspectivas teóricas sobre *Petro States*

Perspectiva comportamentalista	Comportamento emocional/irracional de parte da elite política que contribui para um fraco processo de decisões sobre política econômica do ponto de vista institucional.
Perspectiva da escolha racional	Utilidade racional e maximização individual. Oportunidades para comportamento <i>rent-seeking</i> criadas pelos políticos com vistas a garantir a cooperação do setor privado.
Perspectiva centrada no Estado	Abundância de recursos naturais influencia a capacidade do Estado de promover o desenvolvimento. Estados rentistas recebem grandes montantes em forma de impostos sobre exportação e royalties sobre exploração. Quando este processo de conformação de uma economia rentista, através do desenvolvimento do setor petrolífero, coincide com o processo de <i>State-building</i> o Estado se torna consideravelmente autônomo em relação aos seus próprios cidadãos.
Perspectiva Histórico-estruturalista	Existência de vastos recursos naturais gera efeitos perniciosos quanto ao poder relativo de diferentes grupos de pressão existentes na sociedade.
Perspectiva do Capital Social	Existe grande concentração de recursos econômicos nas mãos de poucos indivíduos ou famílias (oligarquia) gerando tensões sociais.
Perspectiva do Regime Político	Governos de países ricos em recursos naturais usam renda petrolífera para reduzir pressões para democratização. Governos limitam margem de manobra para opositores políticos.

Fonte: Rosser, 2006 :14-16. Quadro elaborado pela autora.

Quadro 4: O processo de tomada de decisões entre 1974-2007

The policy-making process and economic policy decisions. 1974-2007

1974-1988	1989-1998	1999-2003	2004-2007
<ul style="list-style-type: none"> • Fixed exchange rate and free convertibility • Price and interest rate controls • Nationalization of the oil industry • Large investment in basic industries • High levels of debt issued to finance investment plans (1977) • Foreign exchange control (RECADI, Feb 1983) • Two exchange rates: US\$ 4,30 for essential goods and US\$ 6,00 for other products • High levels of debt issuing (1982) • Protectionist policies (tariffs, subsidies, tax exemptions, import restrictions) • General price controls (1983) (Sistema de Precios Administrados) (CONACOPRESA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Adjustment program (1989-1992) • Differential exchange rate regime eliminated • Maxidevaluation and Crawling peg • Foreign exchange control (OTAC, 1994) • Flexibilization of interest rates • Substitution indirect subsidies by direct subsidies • Adjustment in price controls and public services • Privatizations (VIASA) CANTV (1991) • Implementation VAT • Long term plan of expansion for the Oil Industry • Commercial reforms (FINEXPO, Tariff Reductions, etc) • Adjustment Program (1996) 	<ul style="list-style-type: none"> • Exchange bands • Floating exchange rate (2002) • Foreign exchange control (CADIVI, 2003) • Macroeconomic Stabilization Fund (1998, 1999) • Interest rates controls • Land (estate) laws (Ley de Tierras) • Continuity in economic policy in relation with the "IV Republic" 	<ul style="list-style-type: none"> • Foreign exchange control (CADIVI, 2004) • Price and interest rate controls and employee immobility • High and volatile regulation • Expropriations, Nacionalizations • Statization of utilities • Decreasing well qualify human capital • Highest levels of imports (food and other manufacturing products)

Fonte: Puente; Gomez; Vera. 2009:19.

Quadro 5: Inserção venezuelana na base caribenha

Quadro comparativo P.E Venezuela para o Caribe e América Central: aspectos gerais	
Década de 1970	Década de 2000
Não alinhamento no conflito leste x oeste. Mas confluência de interesses entre EUA e Venezuela na região, incluindo aliança militar.	Anti-americanismo
Conter avanço de Cuba (que financiava guerrilhas venezuelanas) e influência de potências extra-hemisféricas na região, como URSS.	Cuba aliado político na região. Guerrilhas venezuelanas controladas há décadas, preocupação com impacto do conflito na vizinha Colômbia. Alianças com potências extra-hemisféricas, como China (economia) e Rússia (militar).
Integração e cooperação comercial com a região	Integração e cooperação comercial, política, social, cultural, militar
Promoção da Democracia liberal. Apoio a governos democráticos.	Não intervenção em assuntos domésticos. defesa da soberania
Solidariedade baseada no terceiro mundismo e social democracia.	Solidariedade baseada no Socialismo humanitário. Revolução Bolivariana
Período de descolonização no Caribe abre espaço para projeção venezuelana, favorecida pela alta do petróleo.	Crise do neoliberalismo e vazio de poder deixado pelos EUA abriu espaço para inserção venezuelana através de um projeto alternativo de desenvolvimento e integração regional.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6: Indústria petroleira venezuelana nos anos 1970

Período	Principais acontecimentos indústria petroleira venezuelana
Década de 1970	<i>Promulgada la Ley que Reserva al Estado la Industria y el Comercio de Hidrocarburos (29 de agosto 1975). Se crea Petróleos de Venezuela, S.A (30 de agosto 1975). Nacionalización de la Industria petrolera (1° de enero 1976).</i>
	<i>Iniciaron operaciones las 14 sociedades anónimas que sustituyeron a las 22 compañías concesionarias: Amoven, Bariven, Boscanven, CVP, Deltaven, Guariven, Lagoven, Llanoven, Maraven, Meneven, Palmaven, Roqueven, Taloven y Vistaven (Enero 1976). La centralización de las finanzas permitió la presentación del balance consolidado de la industria petrolera nacional.</i>
	<i>Etapas de transición y consolidación (1976-78), creación del Instituto Nacional de Adiestramiento Petrolero y petroquímico, Inapet. Se impulsó vigorosamente la actividad de comercialización externa de petróleo y se preservó la excelente imagen y reputación internacional que ostentaba Venezuela como País abastecedor confiable, responsable y seguro. Comenzaron actividades las oficinas de Petróleos de Venezuela en New York, <u>Houston</u> y Londres.</i>
	<i>Se inició el proceso de racionalización de la industria. Las 14 operadoras petroleras se redujeron a 7 grupos, en una primera etapa de coordinación: CVP (Boscanven), Deltaven, Lagoven (Amoven), Llanoven (Bariven), Maraven (Roqueven), Meneven (Taloven, Vistaven, Guariven) y Palmaven (diciembre 1976). Se continuó la etapa de racionalización de la industria con la reducción de siete a cinco compañías coordinadoras: CVP (Deltaven, Lagoven, Llanoven (Palmaven), Maraven y Meneven (1977)).</i>
	<i>Se integraron las cinco compañías coordinadoras en cuatro filiales: Corpoven (Llanoven, CVP), Lagoven, Maraven y Meneven (Enero 1979). En junio de 1979, Intevep se constituyó como empresa mercantil, filial de Petróleos de Venezuela, lo cual permitió adoptar políticas y actividades administrativas alineadas con la Corporación, cuya orientación estratégica era generar soluciones tecnológicas integrales, con especial énfasis en las actividades de Exploración, Producción, Refinación e Industrialización. De igual manera, es responsabilidad de Intevep, el resguardo del acervo tecnológico de la Corporación.</i>

Fonte: Indústria petrolera desde 1963 – 2003. Disponível em : <http://industria-petrolera.blogspot.com/2008/10/industria-petrolera-desde-1963-2003.html> acesso em 18 de janeiro de 2011.

Quadro 7: Indústria petroleira venezuelana nas décadas de 1980 e 1990

Década de 1980	<p><i>Consolidación de la industria petrolera venezolana. Reestructuración de la industria de cuatro a tres compañías operadoras: Corpoven, Lagoven y Maraven (Junio 1986).</i></p> <p><i>Se lograron importantes reservas de crudos livianos y medianos al noreste del país. En Monagas, el campo El Furrial acusó 528 millones de barriles de reservas probadas, con pozos que produjeron entre 5 mil y 6 mil barriles diarios.</i></p>
	<p><i>Se inició el plan de expansión petroquímica para duplicar su capacidad de producción (1987).</i></p> <p><i>La industria petrolera nacional cuenta con 17 refinerías: siete ubicadas en Venezuela, 9 en el exterior con empresas internacionales en las cuales tiene participación accionaria y la Refinería Isla en Curazao, arrendada por PDVSA. Se lograron los más bajos índices de severidad, frecuencia bruta y neta de accidentes de toda la historia de la industria petrolera nacional, comparables favorablemente con niveles de la industria petrolera internacional (1987-1988).</i></p>
Década de 1990	<p><i>A finales de 1.996 el ejecutivo nacional y la junta directiva de PDVSA acordaron asignarle a la Universidad de Venezuela (UCV), a la Universidad de Oriente (UDO) y a la Universidad del Zulia (LUZ), respectivamente, campos petrolíferos para ser explotados a través de empresas mixtas operadoras. el objetivo era generar ingresos a las universidades y cumplir con una función de entrenamiento en laboratorios de campo, todo bajo los esquemas de la III Ronda de Convenios Operativos Empresas Mixtas. para la UCV se seleccionaron los campos Socororo, Cachicamo y Caricari que se denominaron genéricamente “Área Mayor Socororo”.Las tres Empresas Mixtas estuvieron conformadas por PDVSA Petróleo y Gas con un 51% de participación en cada empresa, y la UCV (PETROUCV), UDO (PETROUDO) y LUZ (OLEOLUZ) con 49% de participación en la Empresa Mixta respectivamente.</i></p> <p><i>El 1° de enero de 1997 inició operaciones Delataven, encargada de la comercialización en el mercado interno de los hidrocarburos líquidos con la marca PDV.El 1° de agosto de 1997 se creó el Centro de Refinación Paraguaná con una capacidad de procesamiento de crudo de 940 mil barriles diarios, que lo convierte en el más grande del mundo, producto de la integración de las refinerías de Amuay y Cardón.Cambio en la estructura funcional de PDVSA, integradas ahora en PDVSA Petróleo y Gas: PDVSA Exploración y Producción; PDVSA Manufactura y Mercadeo; y PDVSA Servicios. La organización PDVSA Petróleo y Gas sustituye a las tres filiales operadoras: Corpoven, Lagoven y Maraven.</i></p>
	<p><i>En 1998 se creó PDVSA Gas, empresa comercializadora de gas natural y sus productos.Aprobada Ley de Estímulo al Desarrollo de las Actividades Petroquímicas, Carboquímicas y Similares (1998), para darle mayor flexibilidad a Pequiven en las gestiones comerciales e inversiones en los mercados.</i></p>

Fonte: Indústria petroleira desde 1963 – 2003. Disponível em : <http://industria-petrolera.blogspot.com/2008/10/industria-petrolera-desde-1963-2003.html> acesso em 18 de janeiro de 2011.

Quadro 8: Ciclos de inversão e expropriação na Venezuela

1958-1976	Depois de Décadas de inversão de companhias internacionais, os impostos cresceram e concessões não foram renovadas. Inversão petroleira declinou e capacidade de produção continuou aumentando até início da década de 1970.
Década de 1990	Abertura petroleira e aumento de inversões do setor privado. Significativas inversões privadas no setor.
2002-2003	Diminuiu a inversão e produção.
2004	Alta dos preços no mercado internacional
2006	Participação do Estado na receita do setor e maior controle sobre inversões privadas.
2007	Tomou controle majoritário em projetos operados por companhias privadas sem compensação de mercado.
2009	Declinou produção e diminuiu preços do barril. Governo busca inversão estrangeira.

Fonte: elaboração própria baseado no texto de Monaldi, 2009.

Anexo III: Tabelas

Tabela 4: Gastos Militares na Venezuela

Convenion (legenda):

. . = Data not available or not applicable (dado não disponível), [] = SIPRI estimate (estimative). m.= million (milhões);

In local currency (m. bolivares fuerte)		As percentage of gross domestic product
1988
1989
1990
1991	[55.9]	[1.8]
1992	[67.9]	[1.6]
1993	[117]	[2.1]
1994	138	1.6
1995	212	1.5
1996	306	1
1997	753	1.8
1998	795	1.6
1999	853	1.4
2000	1,216	1.5
2001	1,383	1.6
2002	1,244	1.2
2003	1,588	1.2
2004	2,740	1.3
2005	4,292	1.4
2006	6,436	1.6
2007	6,377	1.3
2008	7,121	...

Footnote:

The figures for Venezuela for the years 1991-1997 and for the most recent year, are for the adopted budget rather than for the actual expenditure.

This country changed or redenominated its currency during the period; all current price local currency figures have been converted to the latest currency.

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute Database disponível em <http://milexdata.sipri.org/result.php4>

Tabela 5: Valor das exportações efetuadas pela Venezuela, segundo país de destino, Janeiro-Outubro, 2008-2009

País de destino	milhões de US\$ 2008	% 2008	Milhões de US\$ 2009	% 2009	Variação %
TOTAL	4.974	100,00	1.971	100,00	-60,40
Estados Unidos	1.428	28,70	384	19,50	-73,10
Colômbia	857	17,20	351	17,80	-59,00
México	262	5,30	164	8,30	16,60
China	223	4,50	259	13,20	-37,60
Brasil	105	2,10	83	4,20	-21,20
Holanda	264	5,30	75	3,80	-71,50
Alemanha	92	1,80	57	2,90	-37,50
Itália	157	3,20	54	2,70	-65,70
Equador	186	3,70	45	2,30	-76,00
Bélgica	133	2,70	44	2,20	-66,70
Egito	147	2,90	42	2,10	-71,30
Republica Dominicana	55	1,10	38	1,90	-30,70
Trinidad y Tobago	35	0,70	36	1,80	2,60
Resto	1.030	20,70	337	17,10	-67,30

Fonte: Instituto Nacional de Estadística da Venezuela Disponível em: http://www.ine.gov.ve/comercio/CuadroComercioExport.asp?Codigo=Exportacion_Paises Acesso em Acesso em: 27 de Novembro de 2009

Tabela 6: Balança Comercial entre Venezuela e Colômbia no período de 1995-2009

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	1,423,247	818,801	604,446
1996	1,249,568	682,056	567,512
1997	1,339,920	862,662	477,258
1998	1,432,464	793,969	638,495
1999	788,753	736,801	51,952
2000	853,490	1,083,675	-230,185
2001	730,744	1,432,307	-701,563
2002	796,397	963,721	-167,324
2003	650,815	713,037	-62,222
2004	1,041,995	1,563,366	-521,371
2005	1,104,295	2,397,082	-1,292,787
2006	1,166,253	3,060,636	-1,894,383
2007	1,732,954	5,660,936	-3,927,982
2008	901,935	6,858,821	-5,956,886
2009	127,863	3,371,141	-3,243,278

Fonte: <<http://nt5000.aladi.org/siicomercioEsp/wclSII.ASP?WCI=AmpliarBalanzaComercial&WCE=%20169>> acesso em 29 de Janeiro de 2010

**Tabela 7: Balança comercial entre Venezuela e EUA no período 1995-2009
(milhares de dólares americanos)**

Año	Exportaciones	Importaciones	Balanza comercial
1995	9,222,338	4,556,101	4,666,237
1996	13,539,037	3,974,907	9,564,130
1997	12,434,939	5,958,170	6,476,769
1998	7,987,117	6,178,706	1,808,411
1999	9,802,211	5,190,400	4,611,811
2000	15,921,739	5,482,384	10,439,355
2001	12,332,073	5,548,924	6,783,149
2002	11,724,342	3,800,104	7,924,238
2003	10,980,046	2,735,828	8,244,218
2004	16,146,313	4,538,874	11,607,439
2005	29,094,746	6,661,613	22,433,133
2006	31,654,049	9,058,502	22,595,547
2007	8,888,915	10,845,803	-1,956,888
2008	1,548,982	12,123,995	-10,575,013
2009	161,984	5,850,109	-5,688,125

Fonte: Sistema de Informações do Comércio Exterior da ALADI. Disponível em: <<http://nt5000.aladi.org/siicomercioEsp/wclSII.ASP?WCI=AmpliarBalanzaComercial&WCE=%20249>> acesso em: 29 de Janeiro de 2010.

Tabela 8: Venezuela: Gasto social do governo central (1998-2006)

TABLE 2
Venezuela: Central Government Social Spending (1998-2006)^{/a}

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Public Spending	23.7	24.5	29.6	31.6	29.4	31.0	28.4	28.5	31.0
Total Social Spending	8.2	9.4	11.0	12.1	11.2	12.1	11.8	11.6	13.6
Education	3.4	4.1	4.5	4.8	4.8	4.6	4.8	4.1	5.1
Health	1.4	1.5	1.4	1.5	1.7	1.5	1.6	1.6	1.8
Housing	1.0	0.8	1.7	1.0	0.8	1.1	0.6	1.3	1.6
Social Security	1.4	2.0	2.2	3.4	2.8	3.4	3.1	3.0	3.6
Social Development and Participation	0.8	0.9	0.8	0.9	0.8	1.1	1.2	0.9	1.0
Culture and Social Communication	0.2	0.1	0.2	0.2	0.1	0.3	0.3	0.3	0.3
Science and Technology	0.1	0.1	0.2	0.3	0.1	0.1	0.3	0.3	0.2
Social Spending (% of Public Spending)	34.7	38.5	37.3	38.4	38.2	39.0	41.4	40.6	44.0

Source: Sistema de Indicadores Sociales de Venezuela (SISOV) and Banco Central de Venezuela (BCV)

Notes:

/a Does not include social spending by PDVSA, the state oil company, which in 2006 contributed \$13.3 billion (or 7.3 percent of GDP) to social projects

Fonte: Mark Weisbrot and Luis Sandoval, "The Venezuelan Economy in the Chávez Years" Center for Economic and Policy Research, July 2007, p. 3

Tabela 9: Balança comercial de Cuba em relação à Venezuela 1999-2009**SISTEMA DE INFORMACIONES DE COMERCIO EXTERIOR**

Estadísticas de comercio exterior

Balanza comercial

de Cuba a Venezuela

Montos expresados en miles de dólares

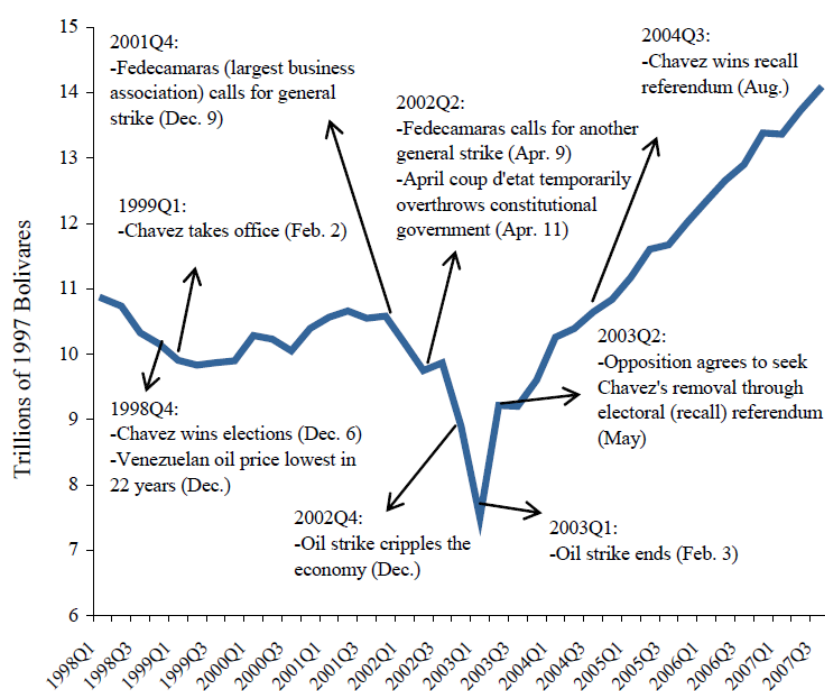
Año	Exportaciones	Importaciones	Balanza comercial
1999	13,314	451,925	-438,611
2000	14,015	899,021	-885,006
2001	21,890	952,843	-930,953
2002	19,369	726,108	-706,739
2003	191,608	684,366	-492,758
2004	367,036	1,143,073	-776,037
2005	401,540	1,876,715	-1,475,175
2006	408,787	2,233,898	-1,825,111
2007	450,397	2,244,518	-1,794,121
2008	354,871	4,473,323	-4,118,452
2009	522,474	167,108	355,366

Fonte: Sistema de Informações do Comércio Exterior da ALADI. Disponível em <
<http://nt5000.aladi.org/siicomercioesp/>> Acesso em < 24 de Janeiro de 2011>

Anexo IV: Gráficos

Gráfico 9: PIB ajustado sazonalmente

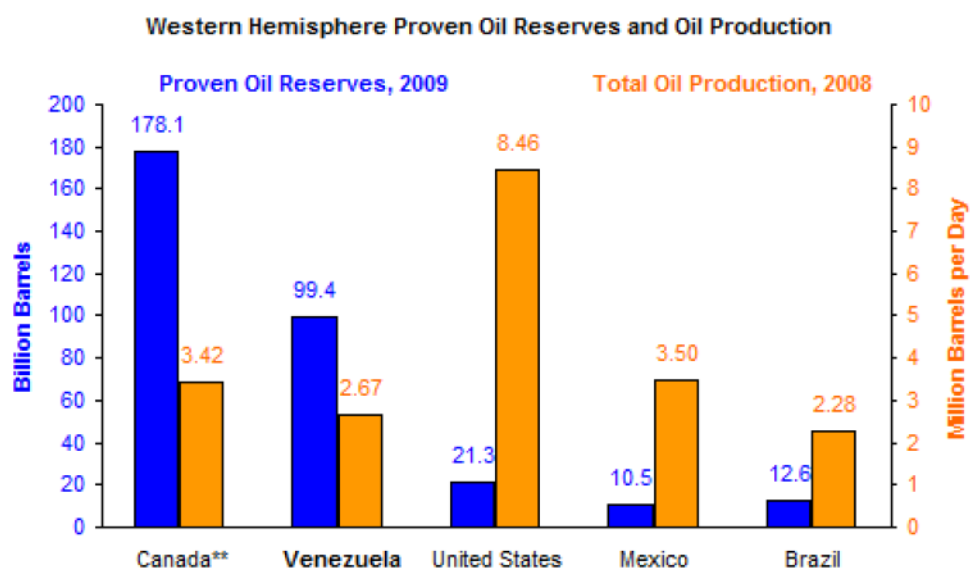
Venezuela: Real GDP (seasonally-adjusted)



Source: Banco Central de Venezuela (BCV) and authors' analysis.

Fonte: Weisbrot & Sandoval. Update the venezuelan economy in the Chávez years. 2008. Pag 7. Center for Economy and Policy Research.

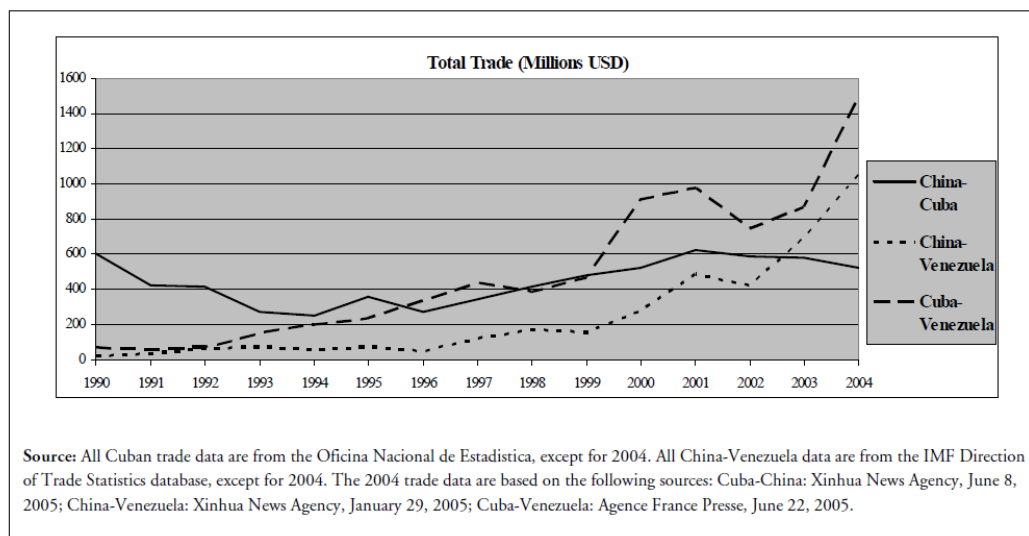
Gráfico 10: Reservas comprovadas e produção de petróleo no hemisfério ocidental



Source: *Oil and Gas Journal*; EIA *International Energy Statistics*

Disponível em: <file://V:\PRJNewCABs\V6\Venezuela\Full.html> Acesso: 21 de Janeiro de 2011.

Gráfico 11: Comércio entre China, Venezuela e Cuba entre 1990 e 2004 (milhões de dólares)



Fonte: Erikson, Daniel. Cuba, China, Venezuela: New Developments. Cuba in Transition. ASEC. 2005. Pag. 417.